
Sumário

Editorial

- Sobre a importância dos editais de apoio a periódicos científicos no Brasil.....627**
Kátia Maheirie | João Manuel C. de Oliveira

Artigos

- Crisis, anomie and trust in institutions in Brazil630**
Marcus Eugênio Oliveira Lima | Dalila Xavier de França

- Mídia, fake news e neoliberalismo:
O uso de ferramentas de dominação no pós-verdade646**
Luciane Cherobini | Francisco Luiz Marques | Aline Reis Calvo Hernandez | Patrícia Binkowski

- Escrita literária, memórias coloniais e subjetividade.....659**
Marcelo Santana Ferreira

- Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: Da invisibilidade da crítica à crítica
da invisibilidade672**
Daniel de Castro Barral | Valeska Zanello

- Docência em psicologia na formação em psicologia social comunitária689**
Adriano Valério dos Santos Azevêdo | Gisele Groehler Giesel

- Do projeto político pedagógico às práticas cotidianas: Perspectiva psicossocial sobre vio-
lência na escola706**
Jacqueline Meireles | Ana Paula Gomes Moreira | Raquel Souza Lobo Guzzo

- Resistência dos/as jovens da periferia urbana de Garanhuns/PE
às desigualdades sociais726**
Roseane Amorim da Silva | Jaileila de Araújo Menezes

- A busca do lugar no mundo, em um mundo
sem lugar para os mais pobres.....743**
José Francisco Greco Martins

Dossiê Biopolíticas e COVID-19

- Inumeráveis e pandemia: A memória como resistência à quantificação da vida761**
Gerusa Morgana Bloss | Lucas de Oliveira Alves

- Entre vírus e humanos: A responsabilidade como resposta diante do SARS-CoV-2.....777**
Caio Henrique de Mendonça Chaves Incrocci | Adriano Beiras | Maria Juracy Filgueiras Toneli

Psicologia e ciência: Protagonismo negro e indígena na Covid-19.....796
Regina Marques de Souza Oliveira

Mobilização política em tempos de pandemia: A atuação do MST em foco.....814
Rafael Silva dos Santos | Cássio Calyton Martins Andrade | Deyse Cristina Valença Guedes | Mateus Felipe Otaviano Pedro | Jáder Ferreira Leite

Resenhas

A brincadeira animal, uma política da imaginação832
Pedro Augusto Papini | Rodrigo Shames Isoppo

A Psicologia Política da Equipe de Córdoba (Argentina)838
Henrique Araujo Aragusuku

Sobre a importância dos editais de apoio a periódicos científicos no Brasil

Sobre la importancia de los avisos de apoyo
a las revistas científicas en Brasil

On the importance of public notices to support
scientific journals in Brazil

Kátia Maheirie

Editora da Revista Psicologia Política

João Manuel C. de Oliveira

Editor da Revista Psicologia Política

Em meio a tantos cortes no campo da educação, ciência e tecnologia, o surgimento de algum edital de apoio a periódicos científicos aparece como um verdadeiro “salva-vidas”, um navio pronto a resgatar sobreviventes no mar das publicações científicas no Brasil, prestando-lhes o apoio para continuar navegando por esse mar em condições tão adversas.

Falo aqui, em especial, do Edital 01/2021 da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), com o objetivo de apoiar periódicos científicos brasileiros, cujos editores pertençam a Programas de Pós-graduação filiados a ANPEPP. Esta iniciativa, já em sua terceira edição, tem conseguido prestar um auxílio financeiro fundamental em tempos tão difíceis, em um país que vem, desde 2016, rompendo com seu perfil democrático e, com ele, tudo que envolve o pensamento crítico.

Os periódicos científicos de um país representam a vitrine acadêmico-científica do que é produzido a partir das pesquisas que fazem avançar as diferentes áreas de conhecimento e, por consequência, a vida prática e cotidiana de cada cidadão do mundo. O apoio à ciência e sua divulgação é o que garante o desenvolvimento de tecnologias, de novos produtos, de novas práticas profissionais, de novos conceitos e novos procedimentos em diferentes campos. A partir de tais veículos de divulgação científica, pode-se salvar vidas, melhorá-las, aprimorar tratamentos, criar estratégias de intervenção em diferentes campos, rever procedimentos, criar mecanismos de superação, fazer surgir, alimentar, rever políticas públicas e sociais, dentre tantas outras possibilidades no encremento da vida prática.

No referido edital da ANPEPP, vários periódicos da área da Psicologia, ligados a diferentes Programas de Pós-graduação no país puderam se inscrever, em faixas específicas, conforme sua avaliação no Qualis/Capes de 2013-2016. Em uma dessas faixas, a Revista Psicologia Política foi contemplada, o que indica que nossa especificidade na área da Psicologia e nossa proposta para

Editorial

o futuro como veículo de divulgação de trabalhos científicos no campo da Psicologia Política foi reconhecido e bem qualificado.

Ficamos extremamente felizes por tal reconhecimento e, também, pela possibilidade de publicar nossos artigos com qualidade, buscando dar vazão a represa de manuscritos que já aceitos, aguardam publicação.

Nosso total agradecimento a ANPEPP que, por meio do reconhecimento da importância de editais de fomento as publicações científicas, apostou mais uma vez, em fazer viver os periódicos científicos brasileiros e, com isso, produzir seu fortalecimento, legitimando sua importância no âmbito da divulgação científica e auxiliando sua projeção nacional e internacional.

Abrimos este número com o artigo intitulado *Crise, anomia e confiança em instituições no Brasil*, de Marcus Eugênio de Oliveira Lima e Dalila Xavier de França, que analisam a relação entre a percepção de crise, anomia e confiança nas instituições. Apontam que a desconfiança nas instituições políticas “foi o melhor preditor da anomia” nos estudos realizados com crianças, adolescentes e adultos, dentre outros significativos achados, considerando o papel da desconfiança nas instituições políticas.

O artigo de Luciane Cherobini, Francisco Luiz Marques, Aline Reis Calvo Hernandez e Patrícia Binkowski, intitulado *Mídia, fake news e neoliberalismo: o uso de ferramentas de dominação no pós-verdade*, mostra, por meio de uma revisão bibliográfica, que há um foco prioritário na crença que interessa crer em detrimento dos fatos tais como ocorreram, trazendo um olhar crítico sobre a sociedade neoliberal brasileira, as mídias e as *fake news*. Marcelo Santana Ferreira no artigo *Escrita literária, memórias coloniais e subjetividade*, a partir do diálogo que estabelece entre Psicologia e Literatura contemporânea, defende uma concepção política de memória, na medida em que se amplia da autoria particular em direção a composição de comunidades de ouvintes e leitores atentos ao apagamento do passado, possibilitando uma elaboração política deste.

Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade, de autoria de Daniel de Castro Barral e Valeska Zanello, faz uma análise dos discursos de um corpus documental, tomando como base uma revisão da literatura sobre masculinidades no campo da Psicologia brasileira, encontrando uma assertiva em grande parte dos estudos, a saber, a invisibilidade masculina, a qual foi tomada como enunciado organizador de parte da produção discursiva da ciência psicológica brasileira.

Adriano Valério dos Santos Azevêdo e Gisele Groehler Giesel, no artigo *Docência em Psicologia na formação em Psicologia Social Comunitária*, trazem os resultados de uma pesquisa sobre práticas didáticas de 12 docentes de 4 cursos de graduação em Psicologia do sul do Brasil, no que se refere a formação em Psicologia Social Comunitária. A partir de uma perspectiva psicossocial da violência, o artigo *Do projeto político pedagógico às práticas cotidianas: perspectiva psicossocial sobre violência na escola*, de autoria de Jacqueline Meireles, Ana Paula Gomes Moreira e Raquel Souza Lobo Guzzo, problematiza o hiato entre as propostas de ação do projeto político pedagógico e sua concreta execução no contexto das escolas públicas, no que se refere as situações de violência.

Resistência dos/as jovens da periferia urbana de Garanhuns/PE às desigualdades sociais, artigo de autoria de Roseane Amorim da Silva e Jaileila de Araújo Menezes, mostra como jovens da periferia se fazem resistência a situações de desigualdades de gênero, classe e raça, a partir de uma pesquisa realizada em uma escola da periferia do município, pautada em uma análise interseccional dos referidos marcadores. José Francisco Greco Martins, no artigo *A busca do lugar no mundo, em um mundo sem lugar para os mais pobres: o despejo da favela Jardim Maria Virgínia*, problematiza práticas sociais no espaço da favela em dois momentos históricos, desvelando contrastes e continuidades entre os dois momentos, marcado pelo cotidiano instável e identificado por violência, medo e silêncio.

Duas Resenhas constam neste número. A primeira é sobre o livro “*O que os animais nos ensinam sobre política*” (Brian Massumi), resenha de autoria de Pedro Augusto Papini e Rodrigo Shames Isoppo. A segunda, de autoria de Henrique Araujo Aragusuku, é acerca da obra *Políticamente: Contribuciones desde la Psicología Política en Argentina*, organizada por Silvina Brussino, que reune pesquisas realizadas pela “Equipo de Psicología Política” da Universidad Nacional de Córdoba (UNC).

Este número também integra uma seção especial de artigos aprovados na chamada COVID 19 e Biopolíticas que apresentamos no número anterior da Revista. Assim relembramos que os trabalhos agora publicados procedem a uma análise da dimensão biopolítica da pandemia do COVID 19 e introduzem um olhar psicossocial sobre o tema. Remetemos para o editorial do número anterior (http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200001&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt), onde são analisadas de forma panorâmica as principais linhas de força desta perspectiva. Assim, na continuidade deste número especial, publicamos mais 4 artigos recebidos no âmbito desta chamada.

O trabalho *Inumeráveis e pandemia: a memória como resistência à quantificação da vida*, de Gerusa Morgana Bloss e Lucas de Oliveira Alves, analisa projetos memorialísticos como os de Ai Wei Wei e o projeto Inumeráveis no Brasil como contraposição à lógica da quantificação das vidas, no quadro da gestão biopolítica da pandemia no Brasil. O texto seguinte *Entre vírus e humanos: a responsabilidade como resposta diante do SARS-CoV-2*, de autoria de Caio Henrique de Mendonça Chaves Incrocci, Adriano Beiras e Maria Juracy Filgueiras Toneli, aborda as ficções humanas produzidas em relação aos vírus, analisando a relação humano-vírus, recorrendo ao trabalho de Donna Haraway e de Ailton Krenak, incorporando os debates sobre antropoceno e suas narrativas auto-indulgentes e desresponsabilizantes.

O artigo de Regina Marques de Souza Oliveira intitulado *Protagonismo negro e indígena na ciência e na COVID-19: observações da psicologia*, procede a uma análise crítica das epistemologias clássicas na produção de conhecimento científico que não integram a dimensão de engajamento social. Também nestas áreas, o protagonismo negro e indígena faz-se sentir, apesar da conivência de muitos saberes científicos com a exclusão e invisibilidade da produção de pessoas negras e indígenas. A autora fornece uma reflexão sobre a forma como a psicologia pode oferecer contribuições importantes para reavaliar o engajamento político das ciências no quadro do genocídio e violências exercidas sobre populações vulneráveis no Brasil. Rafael Silva dos Santos, Cássio Calyton Martins Andrade, Deyse Cristina Valença Guedes, Mateus Felipe Otaviano Pedro e Jader Ferreira Leite, com o texto *Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco*, distinguem entre ações de promoção e prevenção em saúde; ações de solidariedade; ações artísticas e culturais; e ações de enfrentamento e articulação política, mostrando a diversidade de formas de ação política que o movimento desenvolve neste tempo de pandemia.

Estes trabalhos nos ajudam a entender as dimensões biopolíticas da gestão da pandemia, analisando formas de saber-poder que justificam determinadas dimensões de violência e extermínio ou discursos sobre a doença, o vírus e sua gestão, mas sem descurar as ações de resistência a estes poderes. Agradecemos mais uma vez às autoras/es e às/-aos parceiristas que tornam possível a publicação desta reflexão sobre as biopolíticas do COVID-19.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Crisis, anomie and trust in institutions in Brazil

Crise, anomia e confiança em instituições no Brasil

Crisis, anomia y confianza en instituciones en Brasil

Marcus Eugênio Oliveira Lima *

marcus@academico.ufs.br

Dalila Xavier de França **

dalilafranca@gmail.com

* Professor do Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe.

<http://orcid.org/0000-0001-5280-130X>

** Professora do Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe.

<https://orcid.org/0000-0002-0431-3034>

Abstract

The general purpose of this article is to analyze the interplay of crisis perception, anomie and trust in institutions. Our general hypothesis is that there is a negative relationship between anomie and trust in institutions, and a positive one with crisis perception, anomie and institutional distrust. We carried out two studies to test this hypothesis. The first one was carried out with a sample of children and adolescents and the second with adults. The hypothesis was partially confirmed in both studies. The trust in institutions and anomie were high and negatively correlated, but they did not affect the perception of crisis. We also found that distrust in political institutions was the best predictor of anomie in both studies. The results are discussed considering the risk that distrust of political institutions entails, producing a general disenchantment with the moral and ethical standards of conduct in a society.

Keywords: Anomie; Trust; Political institutions: Crises perception; Democracy.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre percepção de crise, anomia e confiança nas instituições. Nossa hipótese geral é que existe uma relação negativa entre anomia e confiança nas instituições e uma relação positiva entre percepção da crise, anomia e desconfiança nas instituições. Realizamos dois estudos para testar essa hipótese. O primeiro envolveu uma amostra de crianças e adolescentes, o segundo foi feito com adultos. A hipótese foi parcialmente confirmada em ambos. Os níveis de confiança nas instituições e a anomia foram altos e negativamente correlacionados. Entretanto, eles não afetaram a percepção da crise. Também descobrimos que a desconfiança nas instituições políticas foi o melhor preditor da

anomia nos dois estudos. Os resultados são discutidos considerando o papel da desconfiança nas instituições políticas na produção de um desencanto geral com os padrões éticos e morais de conduta na sociedade.

Palavras-chave: *Anomia; Confiança; Instituições políticas; Percepção da crise; Democracia.*

Resumen

El propósito general de este artículo es analizar la interacción de la percepción de crisis, la anomia y la confianza en las instituciones. Nuestra hipótesis general es que existe una relación negativa entre anomia y confianza en las instituciones, y una relación positiva entre percepción de crisis, anomia y desconfianza institucional. Llevamos a cabo dos estudios para probar esta hipótesis. El primero se realizó con una muestra de niños y adolescentes y el segundo con adultos. La hipótesis se confirmó parcialmente en ambos estudios. La confianza en las instituciones y la anomia fueron altas y correlacionadas negativamente, pero no afectaron la percepción de crisis. También encontramos que la desconfianza en las instituciones políticas fue el mejor predictor de anomia en ambos estudios. Los resultados se discuten considerando el riesgo que conlleva la desconfianza hacia las instituciones políticas, produciendo un desencanto general con las normas morales y éticas de conducta en una sociedad.

Palabras clave: *Anomia; Confianza; Instituciones políticas; Percepción de crisis; Democracia.*

Introduction

- *Waldo has got the attention of the young, and the young don't give a shit about anything except trainers and pirating films.*
- *Do you have any other astounding theory about young people?*
- *Yeah, yeah, I do actually! Look, they care about Waldo. They'll vote for Waldo. The video was a hit for a reason...*
- *Waldo's not real.*
- *Exactly! That's what you said that really hit home, he's not real, but he's realer than all the others.*
- *He doesn't stand for anything.*
- *Yeah well at least he doesn't pretend to do. Look we, we don't need politicians, we'll all got iPhones and computers, right? So, any decision that must be made, any policy, we just put it online. Let the people vote, thumbs up, thumbs down, the majority wins. That's a democracy.*

The above dialogue takes place in the 3rd episode of the second season of the series Black Mirror, “The Waldo Moment”. Waldo is a cartoon blue bear, dubbed by a failed comedian, who is embroiled in a plot to criticize traditional politicians. Waldo ends up being voted into political office. The episode clearly depicts the disgust that ordinary citizens, especially the youngest, have for politics and politicians, which ultimately put democracy at risk. We think that something related to Waldo is happening around the world, and particularly in Brazil.

This article is about the distrust of ordinary people for politics and politicians. It analyzes the feeling of anomie that causes a good part of the population to be uninterested in politics, accepting alternatives that may be even more dangerous for the future of the country, like Waldo. The interplay of perception of crisis, national disconnection and distrust of social and political institutions has not been widely studied by social psychologists in Brazil.

In fact, a search carried out in the CAPES Periodical and thesis and dissertation databases (BDTD) in 2019 revealed no study of the relations among crisis, anomie and trust in institutions (Lima, Almeida, Araujo, & Barbosa, 2019). As these authors point out, producing analyses about the consequences of crisis on social disintegration (anomie) in an unequal and conflictive society like ours is an important task, especially in a context in which crises take on aspects rarely seen in other times.

This paper analyzes the relations among, crisis perception and trust in institutions among samples of children/teenagers and adults in Brazil. The data come from two related studies conducted in the same period and using the same questionnaire. The first one was performed with children and adolescents, the second with adults. Our overall hypothesis affirmed there would be a negative relationship between anomie and trust in institutions, and a positive one with crisis perception, anomie and institutional distrust.

Anomie

The notion of anomie was first introduced by Émile Durkheim in *The Social Division of Labor* (1893), and then in his analysis of suicide in 1897 (DiCristina, 2016). Durkheim (1893/2012) defines anomie as an abnormal and anomalous form of social work division, which produces an absence of adequate social regulation. Anomic suicide, for instance, occurs when social norms and laws are disconnected from the values and beliefs that guide the individual's life (Durkheim, 1897/2000).

Anomie threatens the social regulatory system, producing behaviors that range from conformity to delinquency, such as crimes, suicides, innovations, ritualism, alienation, and rebellion. In psychological terms, anomic individuals lose their sense of continuity or obligations and reject all social connections. In social terms, individuals feel that society and its political leaders are indifferent to their needs, that they do not promote social order, and that social goals will not be fulfilled (Merton, 1938).

In this sense, anomie arises from an interruption of individual motivational integration in relation to the social system. It is the opposite of institutionalization. While this is a set of expectations of realizing roles or social performances to keep the society functioning, anomie is the breakdown of this order: an individual sliding out of the social system's expectations and axiological orientations, a shutdown (Parsons, 1951).

One may think there is an interpersonal integration continuum that varies from *eunomy* (order) to anomie. On the *eunomy* side would be the “integrated self”; while on the anomie side would be “self-distanced from others” or the alienation of oneself (Srole, 1956). This author analyzed the hypothesis that poor social integration (anomie) is associated with social minorities’ rejection; whereas *eunomy* implies more positive intergroup attitudes. The results confirmed his hypothesis: the correlations between anomie on the one hand and prejudice and authoritarianism on the other were high. Sigelmann (1981), who found the same results in Brazil, argued that the increase in economic, political and social problems directly impaired the feeling of individual security and group cohesion, intensifying anomie.

Teymoori, Jetten, Bastian, Ariyanto, Autin, Ayub et al. (2016) define anomie as a perception that the social and political conditions in society are crumbling. They developed a scale, the Perception of Anomie Scale (PAS), that considers anomie in its social and political dimensions, as a perception that society has become disintegrated and unregulated: “It is important to note that in this operationalization we measure anomie not as a personal belief or feeling but rather as a reflection of the societal state in individuals’ minds” (Teymoori et al., 2016, p. 2). The authors suggest two dimensions of anomie: breakdown of the social fabric (lack of trust and moral decline) and breakdown in leadership (lack of regulation and lack of legitimacy).

The PAS was applied in 28 countries and the results showed that the five with the highest anomie scores were (in this order) Pakistan, South Africa, Poland, Hungary and Brazil, while Canada, Netherlands, Finland, Denmark and Switzerland were the least anomistic. Teymoori et al. (2016) found a positive correlation among and the levels of corruption, economic inequality, poverty, and unemployment. According to these authors, in the most current sense, anomie is related to a collective sense of helplessness, insecurity and hopelessness. It is therefore appropriate to inquire about what relations it maintains with crisis and trust in political institutions. Other studies show that the greater the social inequality is, the greater the anomie and greater the search for authoritarian political leadership will tend to be (Sprong, Jetten, Wang, Peters, Mols, Verkuyten, et al., 2019).

Crisis and Trust in Institutions

Crisis always involves a historical totality, but it is common for analyses to focus only on one aspect or dimension (Brunkhorst, 1996). Although crises feed on objective data, such as economic, administrative and political problems, they are also subjective, since they affect the social sectors in a specific way (Fausto, 1984). Most authors agree that crises in Brazil are more a trait of our political-economic formation than a passing stage in our history (see Lima, Lins, & Monteiro, 2018).

The period starting in 2013, it reached an apex in 2016, and continued in 2017 and 2018, two years when Brazil experienced its most turbulent period since re-democratization in 1985, was marked by intense popular riots that challenged even the idea of social, employee, and political representation. As stated by Euzébios Filho (2019), that crisis period was strongly reflected in the institutional field “in a movement that went from questioning institutionalized entities to denying them” (p. 195).

The recent political and economic crisis seems to have a cyclical aspect, since it has occurred in several countries. Some important elements can be highlighted: the notion of disorder and unrest, which threatens the collective entity; the formation of social chaos and the choice of an enemy - the scapegoat, to be sacrificed and “pay the bill”. The main cause of this crisis is a long-term trend of decline of trust in governments and other political institutions (Volodin, 2019). The crisis regarding political institutions can be understood considering five dimensions: “confidence in the political community (nation-state), confidence in the principles of the regime, confidence in the performance of the regime, confidence in institutions and confidence in political leaders” (Chevalier, 2019, p. 1).

There is ample evidence that many contemporary democracies are experiencing a strong crisis or even dying. The United States was experiencing an era of worsening economic inequality and a growing sense of material vulnerability by the broad working class. This crisis contributed to produce the Donald Trump phenomenon. Trump knew how to feed and exploit the anxiety of white Americans about growing ethnic-racial diversity in the United States. He did this through the demonization of Mexican immigrants, the isolation of Muslims and the crass stereotyping of blacks. The appeal to return America to “Americans” meant that the material well-being and privileged position of whites would be protected above all else and for all (Bobo, 2017).

Western Europe is also experiencing a crisis in political institutions. The European Social Survey Data from 15 countries show a falling trust level between 2002 and 2014. Countries as such Spain, Portugal, Italy, Greece and France had indexes of trust below the European average. This study also found that lower educational level is associated with minor economic status, reduced political interest and satisfaction with the economic situation, and weaker trust in political institutions (Chevalier, 2019).

Karim (2012), studying the trust in political institutions in Africa, analyzed the Afrobarometer Survey Round data from 20 countries between 2008 and 2009. Using a trust scale ranging from 0 (not at all) to 3 (a lot), the author observed that about 63% of Africans have a lot or some trust in the president, 60% trust in the law's courts, 57% in parliament, and 52% in police forces. Volodin (2019), analyzing the institutional trust in a representative sample from Ukraine between 2005 and 2015, found that the level of trust did not vary greatly over the last years. The Orthodox Church obtained the highest level of trust, with 66% of Ukrainians expressing this trust in 2015, followed by the Army with 61%. The legal system (13.4%) and political parties (12.7%) were the institutions with the lower trust.

In Turkey, using the World Values Survey data from 1990 to 2007, Karakoc (2013) found that the trust in political institutions, including parliament and political parties, declined between 1990 and 2001, and then increased up to 2007. The trust reached 2.67 on a scale that varied until 4 in 1990 but decays to 2.34 in 1996 and to 2.27 in 2001, due the economic and political crises. The same thing happened to the trust in the justice system. The author concluded that a significant jump in GDP, as well as pro-EU policies, democratizing reforms and other factors were responsible for the increased trust. Segovia et al. (2008), using data collected in 2005 from a sample of 996 residents of Santiago in Chile, observed, in a scale that ranges from 1 (no trust) to 5 (much trust), that political parties were the institution eliciting the lowest trust ($M = 1.78$), followed by the regular courts ($M = 2.11$) and the Supreme Court ($M = 2.23$). On the other hand, the police force was the most credible institution ($M = 3.30$), followed by the President of the Republic¹ ($M = 3.29$) and the Army ($M = 3.09$).

1 Ricardo Lagos at the time of the study,

In Brazil, two wide investigations compared teenagers and adults, using two data sources: The Barometer of the Americas from 2014 to 2017 and a sample of 487 high school students from the city of Campinas (São Paulo state) (Russo, Azzi, & Faveri, 2018). Concerning the general data (Barometer), the authors observed that the armed forces were the institution with the highest credibility, followed by the military police, both for the younger (16-25 years) and the older respondents. Political parties and the National Congress had the lowest confidence rates (average of less than 3 on a five-point scale). This pattern of results was consistent in the two data sources analyzed. The authors also linked trust in political institutions with willingness to support democracy, considering that greater the trust greater the support for democracy. Finally, they found that distrust in political institutions increased between 2016 and 2017, especially among younger people, because the cases of corruption reported by the “Operation Car Wash”.

The IJC-Brazil data (Confidence in Justice Index from 2017) showed that trust in almost all the institutions analyzed declined, the least reliable being the federal government (6%), political parties (7%), National Congress (7%), labor unions (17%) and the judiciary (24%), while the most trusted were the Army (56%) and Catholic Church (53%) (Agência Brasil, 2018). In the same vein, Lima et al. (2017) found that the only trustworthy institution for a sample of Brazilians in 2016 was the family; while political and other institutions such as the police, military, church, and the judiciary presented low confidence averages. According to *Datafolha* (2019), the armed forces were considered the most reliable institution (45%), followed by the public prosecution services (state and federal) (25%), judiciary (25%), National Congress (8%) and political parties (5%).

The proceeded theoretical analysis indicates that the relationship of anomie, crisis and trust in institutions is a dynamic phenomenon that deserves to be analyzed because directly impacts on democracy's functioning. This analysis is especially relevant nowadays, when the Brazil is crossed by the consolidation of more populist narratives, which started in the streets' unrests of 2013, that led to impeachment of President Dilma Rousseff and culminating in the election of President Jair Bolsonaro.

Overview of the studies

In two studies we examined the interplay of crisis perception, anomie and trust in institutions. The studies took place between 2016 and 2017, a period of massive dissemination of the crisis fueled by the investigations and arrests resulting from the “Operation Car Wash”. The data of Study 1 was from children and adolescents. Study 2 was conducted with adults. The instrument was the same in both cases. Our general hypothesis was that there would be a negative relationship between anomie and trust in institutions, and a positive relationship with crisis perception on the one hand and anomie and institutional distrust on the other.

Study 1

In a year and a half Brazil experienced its most turbulent period since re-democratization in 1985. In 2016, a series of remarkable political events occurred: the impeachment of President Dilma Rousseff; the removal of Eduardo Cunha, then president of the Chamber of Deputies; the revelations of new corruption scandals by “Operation Car Wash”; and the elevation to the presidency of the then vice president, Michel Temer, whose mandate was immediately marked by reports of corruption, obstruction of justice and criminal conspiracy. Besides these problems, in July 2017, former President Luiz Inacio Lula da Silva was convicted of corruption and jailed in April the following year.

These events were combined with the country's deep economic recession, with unemployment reaching 12%. This political and economic conjuncture caused more than 3 million Brazilians to take to the streets in 2016 to protest in all 26 states and the Federal District, clamoring for Dilma Rousseff's impeachment. Demonstrations of support for Dilma Rousseff also occurred in more than 50 cities in Brazil. In this context the data of Study 1 was collected.

Method

Participants

The sample consisted of 186 children and adolescents, students of public schools of (city omitted). The participants' age ranged from 12 to 18 years old ($M = 15.2$; $SD = 2.07$). Those aged from 12 to 15 composed 49.5% the sample and those from 16 to 18 years made up the rest. In relation to gender, 50.3% were female, while regarding skin color, 22.4% (36) were white, 58.4% (94) were brown or mixed-race and 19.3% (31) black, while 25 people did not declare their skin color. Regarding educational level, 63% were in high school (10th-12th grade) and the rest were in 7th-9th grade. The children's monthly family income ranged from 1 to 12.5 times the minimum monthly wage, with average of 1.96 ($SD = 1.77$).

Instrument and procedures

Data were collected through hard copy versions of the questionnaires, filled out in the participants' schools in October 2016. We used the anomie scale developed by Teymoori et al. (2016), called the Perception of Anomie Scale (PAS), translated into Portuguese. It is composed of 12 items, inquiring about trust in other people, cooperation, concern for others, importance of honesty, legitimacy of government, respect for laws, etc. The answers ranged from 1 (totally disagree) to 7 (totally agree). The scale has six items to measure the perception of breakdown of social fabric and another six regarding the perception of the breakdown of leadership. For the analyses, we decided to maintain these two dimensions of anomie. They were positively correlated $r(173) = .23$, $p < 0.01$. These results are analogous to those found in the studies of Teymoori et al. (2016). The reliability of the PAS was moderate ($\alpha = 0.70$). For the breakdown of social fabric, the Alpha was 0.66 and for the breakdown of leadership it was 0.68.

The perception of crisis was measured by the question "Considering Brazil's current situation, how do you assess the impact of the crisis on your personal and family life?" The scale ranged from 1 (not serious) to 7 (extremely serious). The participants generally assessed the impacts as severe ($M = 4.34$, $SD = 1.62$). This value was above the midpoint of the scale (4), $t(156) = 2.66$, $p < 0.01$.

Trust in the institutions was assessed by asking, "Please tell us your degree of trust in each of the institutions listed below." The list featured 12 institutions; three social (family, church and labor unions), two military (police and army), one juridical (judicial branch) and six political institutions (political parties; federal, state and municipal governments; executive branch and legislative branch). Responses range from 1 (strongly distrust) to 7 (totally trust).

Ethical aspects and data analysis

All ethical principles for human studies provided in Resolution 466/12 were followed. Authorizations from schools and parents/guardians were obtained. Data were analyzed using SPSS.

Results and Discussion

Descriptive analysis

First, we analyzed the anomie of children and adolescents, considering the two dimensions. Table 1 shows that young people had high scores, especially in the breakdown of leadership dimension. It is noteworthy that children and adolescents agreed on items such as: "People think that honesty doesn't work all the time; dishonesty is sometimes a better approach to get ahead" and "Most people think that if something works, it doesn't really matter whether it is right or wrong." or "People think there are no clear moral standards to follow."

Table 1-Means and Standard deviations of anomie items on each dimension (n = 186)

Breakdown of social fabric		
Item	Study 1 Means	Study 2 Means
People think that honesty doesn't work all the time; dishonesty is sometimes a better approach to get ahead.	4.31	4.77
Most people think that if something works, it doesn't really matter whether it is right or wrong.	5.07	4.88
People think there are no clear moral standards to follow.	5.01	4.32
Everyone thinks of him/herself and does not help others in need.	4.63	4.64
People do not know who they can trust and rely on.	5.51	5.43
People are cooperative. *	4.14	3.90
General mean	4.78	4.66
Breakdown of leadership		
Politicians don't care about the problems of the average person.	5.86	6.18
Some laws are not fair.	5.36	6.04
The government uses its power legitimately. *	5.49	5.55
The federal government is legitimate. *	5.32	5.52
Government works towards the welfare of people. *	5.18	6.15
The government's laws and policies are effective. *	4.80	5.54
General mean	5.32	5.83

* Inverted items

The participants' general anomie was high, and significantly above the midpoint of the PAS [$(M = 5.05; SD = 0.88); t(172) = 15.72, p < 0.001$]. The same happened for the breakdown of social fabric dimension [$(M = 4.78; SD = 1.09); t(177) = 9.53, p < 0.001$] and breakdown of leadership [$(M = 5.32; SD = 1.16); t(176) = 15.25, p < 0.001$]. These results indicate the strength of the dimension of mischief in the Brazilian "jeitinho", a logic present in anomie, which can range from creativity to permissiveness and corruption in solving problems or avoiding uncomfortable situations (Akira Miura, Pilati, Milfont, Ferreira, & Fischer, 2019). What is shocking about this result is that it was found even in 12-year-old participants.

Regarding the breakdown of leadership dimension, the results showed a total disengagement of young people in relation to politics, with a high belief that leaders were not legitimate or valid. The trust in institutions was very low, especially for political institutions ($M = 1.93; SD = 1.27$). That is, on a seven-point scale, the average obtained by these institutions was less than 2, which in semantic terms is equivalent to the answer "I suspect a lot". For all these institutions the average score obtained was below the midpoint of the scale (4), $t(166) = -22.43$ to $-15.70; p < 0.001$. Only the family ($M = 6.17; SD = 1.45$) and church ($M = 5.00; SD = 1.99$) institutions were perceived as reliable by children/teenagers, $t(165) = 19.29; p < 0.001$ and $t(165) = 6.49; p < 0.001$, respectively. Young people did not trust the police either, $t(166) = -4.96; p < 0.001$; the judiciary, $t(167) = -5.49; p < 0.001$ and labor unions, $t(165) = -6.15; p < 0.001$. Regarding the army, participants neither trusted nor distrusted it, $t(165) = 0.52; \text{n.s.}$ (see Table 2). These results confirm those found by Russo et al. (2018) in adolescent samples, with the only difference being that in our study, the young people did not trust even military institutions.

Main Analysis

Initially, we tested whether the age of children/adolescents interfered with their anomie scores. For this, we used two age groups (12-15 and 16-18 years old). Age had no effect on anomie in any of its measurement forms: general anomie, breakdown of social fabric and breakdown of leadership, $F_s (1, 176) < 1$; ns. Regarding crisis perception, it was also unaffected by age $F (1, 156) < 1$; ns. In the same way, trust in institutions was not influenced by age, $F_s (1, 166) \leq 1$; ns.

With respect to the relationship of anomie, trust in institutions and perception of the impacts of the economic crisis, Table 2 shows that higher anomie (general, breakdown of social fabric and breakdown of leadership) was associated with less trust in political institutions. The general anomie and its dimension of breakdown of leadership also implied less confidence in social institutions and the judiciary. The perception of the crisis did not correlate with trust in institutions or with anomie. This result is different from those of Volodin (2019) and could be related to the fact that the perception that Brazil is in crisis is so constant that it no longer affects anomie or confidence in the country's institutions. This contrasts with some authors, who associate perceptions of the economic crisis with distrust in political institutions (e.g., Chevalier, 2019). Importantly, trust in institutions correlates with itself in a positive and strong fashion, indicating that distrust in one institution and society can have a chain effect of discredit on all others.

Table 2-Descriptive and bivariate correlations (n = 186)

Variables:	<i>M</i>	<i>SD</i>	1	2	3	4	5	6	7
1-General Anomie	5.08	0.91	1	--	--	--	--	--	--
2-Breakdown of social fabric	5.35	1.17	.77***	1	--	--	--	--	--
3-Breakdown of leadership	5.22	1.20	.80***	.23**	1	--	--	--	--
4-Crisis perceptions	4.34	1.62	.03	.02	.03	1	--	--	--
5- Trust in Social Institutions (Family, Labor Union and Church)	4.73	1.15	-.19*	-.11	-.16*	-.05	1	--	--
6- Trust in Military Institutions (Police and Army)	3.67	1.72	-.08	-.04	-.09	-.03	.34***	1	--
7- Trust in Judicial Institutions (Judicial power)	2.94	1.88	-.18*	-.04	-.25**	.04	.28***	.48***	1
8- Trust in Political Institutions (Federal, State and Municipal Government, Executive and Legislative power; political parties)	1.93	1.27	-.36***	-.22**	-.36***	.02	.32***	.37**	.51***

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Theories about the social reality construction indicate that the formation of a collective phenomenon depends on how individuals inter-subjectively share the perception of their social world (Moscovici, 2010). It is worrying that young Brazilians, near or above the age to start participating in electoral democracy (16 years old in Brazil), do not believe in the judicial, political and military institutions of the country, and moreover, distrust leaders and feel themselves disconnected from the social structure. This becomes even more serious when we noticed that anomie, a sense of alienation from society, its laws and politics, is strongly influenced by distrust of institutions, in the same direction that Chevalier (2019) stated.

Indeed, in a complementary test using linear regression analysis, with general anomie as the dependent variable and trust in institutions and perception of crisis as explanatory variables, we found that trust in political institutions ($t = -3.90$; $\beta = -0.32$, $p < 0.001$) and in social institutions ($t = -2.05$; $\beta = -0.17$, $p < 0.05$) explained

15% of anomie variance ($R^2 = 0.17$). That is, the lower the trust in these institutions, the greater the feeling of anomie of the young people.

The set of these results led us to investigate whether this feeling of social and political alienation is higher or lower among adult Brazilians.

Study 2

The second study was carried out to analyze the relationship of crisis perception, anomie and trust in institutions in an adult sample. The questionnaire was posted on an online platform between December 2016 and October 2017.

Method

Participants

Two hundred twenty-five people from 20 Brazilian states, mostly from Sergipe, Bahia, Federal District and São Paulo, participated. They were between 18 and 59 years of age ($M = 30.6$, $SD = 10.1$); 57.8% were female; and 46.8% declared themselves white, 35.3% brown and 17.9% black.

Instrument and procedures

The anomie was measured again by the PAS scale (Teymoori et al., 2016). The internal reliability of the general anomie was acceptable ($\alpha = 0.73$). For the breakdown of social fabric dimension, the Alpha was 0.77 and for the breakdown of leadership it was 0.64. These two anomie dimensions were positively correlated, $r(225) = .23$; $p < 0.01$.

The perception of the crisis was again measured by the question “Considering Brazil’s current situation, how do you assess the impact of the crisis on your personal and family life?” The scale ranged from 1 (not serious) to 7 (extremely serious). The participants assessed the impacts as severe ($M = 4.82$, $SD = 1.56$). This value was above the midpoint of the scale (4), $t(210) = 7.58$; $p < 0.001$.

As in the previous study, trust in institutions was assessed by asking, “Please tell us your degree of trust in each of the institutions listed below.” Responses range from 1 (strongly distrust) to 7 (totally trust). The institutions evaluated were also the same as in Study 1.

Ethical aspects and data analysis

All ethical standards for human studies provided in Resolution 466/12 were followed. Data were analyzed using SPSS.

Results and Discussion

Descriptive analysis

Table 1 reports the means of adherence to each item and the anomie in general. As in the previous study, it is noteworthy that participants strongly agreed with items stating that “today in Brazil, honesty is not always the best way”, “we don’t know who we can trust”, and “there are no clear moral rules to be followed.” Similarly, and even more intensely than the children and adolescents in the previous study, there was a perceived collapse of political leadership, a perception that government and law are not legitimate and effective. In fact, the participants’ general anomie was high, far above the midpoint of the PAS [($M = 5.24$, $SD = 0.77$); $t(224) = 24.02$; $p < 0.001$]. The same happened for the breakdown of social fabric dimension [($M = 4.66$, $SD = 1.09$); $t(224) = 9.04$; $p < 0.001$] and breakdown of leadership [($M = 5.83$, $SD = 0.88$); $t(225) = 31.01$; $p < 0.001$].

This disconnect from the social and political system is dangerous because it positively correlates with other broader phenomena such as poverty, pessimism, instability of society, societal unease, collective helplessness and hopelessness and dangerous worldview (i.e., “there are many dangerous people in our society who will attack someone out of pure meanness.”); and negatively with social cohesion, human development and social equality (Teymoori et al., 2016). Anomie is also associated with the desire for more authoritarian political leadership (Sprong, et al., 2019).

Regarding trust in social and political institutions, we observed that only the family was considered reliable by the participants, with a mean score of 5.68, above the midpoint of the scale (4), $t(224) = 17.49, p < 0.001$. For all other institutions, confidence was significantly below the midpoint of the scale, $t(224) -6.28$ to $-35.48; ps < 0.001$. These results are identical to others found in national surveys in Brazil (Agência Brasil, 2018; Datafolha, 2019). In our study, the confidence in the political institutions was even lower than in the previous study. The average confidence in the six political institutions was 1.80 ($SD = 0.90$), semantically the answer was in the categories “I totally distrust” and “I strongly distrust” (see Table 3). Unlike children and adolescents, the adults did not even trust the church, differently from other studies (Agência Brasil, 2018). It should be noted that our sample was composed mainly of university students.

Main analysis

We tested whether participants’ age influenced crisis perception, anomie, and trust in the country’s institutions. For this analysis, we divided the sample into three age groups: 18 to 25, 26 to 35 and over 35 years. Analysis of variance indicated that, regarding the general anomie, there were no effect of age, $F(2, 209) < 1; ns$. The same pattern to breakdown of social fabric and breakdown of leadership, $Fs(2, 209) \leq 1; ns$. The perception of the crisis also was not affected by age, $F(2, 209) \leq 1; ns$. Regarding trust in institutions, the participants’ age has impacted only the trust in labor unions, $F(2, 209) = 3.02; p = 0.051$. Participants over 35 years old were the least trusted in this institution ($M = 2.59, SD = 1.50$) (SNK $p < 0.05$). There are no age effects on the others institutions, $Fs(2, 209) \leq 1; ns$. Education and income levels did not affect the anomie, perception of the crisis, and trust in institutions, in isolation, $Fs(2, 188) < 1; ns$, or in interaction $Fs(4, 188) < 1; ns$.

In this study, as in the previous one, the general anomie score and the breakdown of leadership dimension correlated negatively with trust in political, military and judicial institutions. General anomie also implied less trust in social institutions. Unlike the first study, the breakdown of social fabric dimension also correlated negatively with trust in political, social and judicial institutions, albeit weakly (see Table 3). That is, more anomie was associated with less trust in all political, social, judicial and military institutions. Other studies have found that when the trust in political authorities diminishes, the general trust, related to other institutions, is also eroded (Rothstein & Eek, 2009).

As in the first study, the perception of crisis impacts was not related to anomie and trust in institutions. It continued to be an almost immovable feeling, unaffected by the conjunctures in both studies. Again, the trust in institutions was strongly correlated with itself. As in Study 1, we performed linear regression analysis to explain the participants’ overall anomie. In this study, only trust in political institutions ($t = -5.69; \beta = -0.37, p < 0.001$) explained the general anomie; corresponding to 13% of its variance ($R^2 = 0.13$).

Table 3-Descriptive and bivariate correlations (n = 225)

Variables:	<i>M</i>	<i>SD</i>	1	2	3	4	5	6	7
1. General anomie	5.24	0.76	1	--	--	--	--	--	--
2. Breakdown of social fabric	4.66	1.09	.83***	1	--	--	--	--	--
3. Breakdown of leadership	5.83	0.88	.73***	.23**	1	--	--	--	--
4. Crisis perception	4.82	1.56	.09	.09	.06	1	--	--	--

Variables:	<i>M</i>	<i>SD</i>	1	2	3	4	5	6	7
5- Trust in Social Institutions (Family, Labor Union and Church)	3.99	1.02	-.15*	-.13 ^T	-.10	.10	1	--	--
6- Trust in Military Institutions (Police and Army)	3.24	1.47	-.25***	-.11	-.30***	.05	.47***	1	--
7- Trust in Judicial Institutions (Judicial power)	2.62	1.46	-.29***	-.12 ^T	-.37***	.02	.33***	.60***	1
8- Trust in Political Institutions (Federal, State and Municipal Government, Executive power, Legislative power and political parties)	1.80	0.90	-.38***	-.16*	-.46***	.07	.30***	.33***	.40***

^T $p < .10^*$; $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

General Analysis and Discussion

The general purpose of this article was to analyze the interplay of crisis perception, anomie, and trust in institutions. Our general hypothesis stated a negative relationship between anomie and trust in institutions, and a positive one with crisis perception. This hypothesis was partially confirmed.

Nevertheless, the two studies have data collection methods and were made with different samples, adolescents in one case and adults in the other, we proceeded to a comparative analysis of the data only to raise questions that may be better and more systematically deepened in future investigations. Thus, comparing their results, we observed there were differences in the general anomie scores, $F(1, 397) = 5.39$; $p < 0.05$; and in the breakdown of leadership dimension, $F(1, 401) = 24.53$; $p < 0.001$. These were greater in adults than in children/teenagers. The breakdown of social fabric scores did not change between the studies, $F(1, 402) = 1.26$; ns. The adults' crisis perception was greater than that of children/teenagers, $F(1, 367) = 7.94$; $p < 0.01$. Concerning trust in institutions, some significant differences were observed. Trust in social, $F(1, 387) = 45.32$; $p < 0.001$, military, $F(1, 389) = 6.99$; $p < 0.01$ and judicial institutions, $F(1, 391) = 3.65$; $p = 0.057$, was higher in children/teenagers than in adults. No differences were found regarding political institutions, $F(1, 388) = 2.27$; $p = 0.13$.

In both studies, trust in institutions and anomie did not affect the perception of crisis. The feeling of crisis seems to be immune to distrust in institutions and the disengagement of social structure. As highlighted by Brunkhorst (1996), the interdependence between system and subsystem spheres makes the analysis of the impacts of crises often inconclusive. Moreover, even in other social, economic and political contexts there is an alternation between periods of prosperity and periods of crisis, which is a basic aspect of capitalist economies (Lyra, 2010).

Thus, the distrust of political parties, which shapes democratic regimes, was related in our study with a more general disenchantment with the moral and ethical standards of conduct. Such a phenomenon opens the flank of democracy to the emergence of populist and authoritarian leaders who erode it from within and destroy its institutions, as has been happening around the world in recent years (see Inglehart & Norris, 2017).

Conclusions

The present work constitutes as an initial step within Brazilian social psychology in the analysis of the relations of anomie, crisis and trust in the institutions. Social psychologists and political psycho-

logists have not conducted studies in Brazil about these phenomena. Studies of trust in institutions stem almost entirely from reflections from other social sciences, and anomie has received little or no attention. However, these are fundamental themes for understanding and explaining the current expansion of populism around the world, including Brazil, and the risks of such expansion to democratic regimes. The contribution of social psychology would be strategic in this scenario because it can focus simultaneously on group and individual level variables. Another contribution of this article is to highlight the importance of understanding these phenomena as a process, considering samples of adults and children, since the impacts of anomie and distrust in political institutions start affecting people at an early age. As Landau (2018) points out, such a diagnosis can help political parties and other democratic institutions to protect democracy from their most insidious enemies.

Thus, this work also has the potential to provide insights about the social and psychological factors that can motivate the development of extremist groups, leading to the election of figures like Waldo, who are funny and have a destructive rhetoric against politics, but who are just a caricature of leader.

Notwithstanding these contributions, we know that our article has limitations that deserve to be mentioned. One of them refers to the form of data collection. The samples were approached differently, personal application in study 1 and electronic in study 2. In addition, they are not representative samples of the national population. This difference likely had impacts that influenced the results. This aspect should be better controlled in future investigations. In addition, our data were collected between 2016 and 2017, so that changes in the country's political and economic contexts may mean that responses have changed as well. However, as the literature review showed, distrust in institutions was very high, even before the time of the studies, and the anomie of Brazilians may have increased even more from 2016-17 to the present date. These are important issues to be investigated in the future.

We can conclude by saying that, despite the mentioned limitations, the results found in both studies confirm and may go beyond the hypothesis raised of threats against democracies. As Pippa Norris (2017) states, in a comparative analysis of authoritarian populism in Europe and in three Anglo-American democracies (United States, Australia, and New Zealand), there is a significant gap in intergenerational comparisons, the so-called "Millennial generation" (those born after 1980) support less democratic values and institutions than their parents and even grandparents did. The authoritarian populism strengthening and the emergence of the extreme right in Brazil should act as a mirror reflecting the future of societies, stimulating us to respond and confront the limitations of our model of democracy in meeting the aspirations of the population, especially of younger people.

References

- Agência Brasil. (2018). Recovered from <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-06/pesquisa-cni-ibope-aponta-recuo-na-confianca-do-governo-de-8-par>
- Akira Miura M., Pilati R., Lemos Milfont T., Ferreira M, C., & Fischer R. (2019). Between *simpatia* and *malandragem*: Brazilian *jeitinho* as an individual difference variable. *PLoS ONE*, 14(4): e0214929. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214929>
- Bobo, L. D. (2017). Racism in Trump's America: reflections on culture, sociology, and the 2016 US presidential election. *The British Journal of Sociology*, 68, 85-104. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12324>
- Brunkhorst, H. (1996). Crise. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (pp. 156-160). Jorge Zahar.
- Chevalier, T. (2019). Political trust, young people and institutions in Europe. A multilevel analysis. *International Journal of Social Welfare*, 1–13. <https://doi.org/ez20.periodicos.capes.gov.br/10.1111/ijsw.12380>
- Datafolha (2019). Recovered from <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>
- DiCristina, B. (2016). Durkheim's theory of anomie and crime: A clarification and elaboration. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 49, 311–331. <https://doi.org/10.1177/0004865815585391>.
- Durkheim, E. (1893/2012). *Da Divisão do Trabalho Social*. Martins Fontes.
- Durkheim, E. (1897/2000). *O Suicídio*. Martins Fontes.
- Euzébios Filho, A. (2019) A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. *Psicologia Política*, 19(45), 186-201. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170081>
- Fausto, B. (1984). As crises em nossa história. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, 1, 79-85. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451984000100018>
- Inglehart, R. & Norris, P. (2017). Trump and the Populist Authoritarian Parties: The Silent Revolution in Reverse. *Reflections: American Political Science Association*, 15, 443-53. <https://doi.org/10.1017/S1537592717000111>
- Karakoc, E. (2013). Ethnicity and Trust in National and International Institutions: Kurdish Attitudes toward Political Institutions in Turkey. *Turkish Studies*, 14, 92–114, <http://dx.doi.org/10.1080/14683849.2013.766986>
- Karim, A. A. (2012). Trust in Modern and Traditional Political Institutions in Africa: *Determinants, Winners and Losers*. Master Thesis (Department of Sociology and Political Science - Norwegian University of Science and Technology). Trondheim.

Landau, D. (2018). Populist Constitutions. *The University of Chicago Law Review*, 85, 521-543.

Lima, M. E. O., Almeida, J. N., Araujo, E. M. S., & Barbosa, I. H. A. (2019). Crise, Anomia e Identificação com o Brasil de 2014 a 2018 In A. Faro, M. Lima, D. X. França, S. Enumo, & C. Pereira. (Orgs.), *Psicologia Social e Psicologia da Saúde: Tópicos atuais* (p. 33-52). 1ed. CRV.

Lima, M. E. O., Lins, L. A. C., & Monteiro, E. C. (2018). Representações sociais da crise no Brasil. In M. P. C. L. Coutinho, L. F. Araújo, & L. Araújo (Orgs.), *Representações sociais e Práticas psicossociais* (pp. 163-76). EDUFPI/CRV.

Lyra, D. M. (2010). *A crise econômica e o mundo do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3, 672-682. <http://dx.doi.org/10.2307/2084686>

Moscovici, S. (2010). *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Vozes.

Parsons, T. (1951). The social system. *Politics*, 25(1), 78-93.

Norris, P. (2017). Is western democracy backsliding? Diagnosing the risks. *Faculty Research Working Paper Series*. Recovered from <https://www.hks.harvard.edu/> <https://research.hks.harvard.edu/publications/workingpapers/Index.aspx>

Rothstein B, Eek D. (2009). Political corruption and social trust an experimental approach. *Rationality and Society*, 21(1), 81–112. <https://doi.org/10.1177/1043463108099349>

Russo, G. A., Azzi, R. G., & Faveri, C. (2018). Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*, 24, 365-404. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018242365>

Segovia, C., Haye, A., González, R., Manzi, J., & Carvacho, H. (2008). Confianza en instituciones políticas en Chile: un modelo de los componentes centrales de juicios de confianza. *Revista de Ciencia Política*, 28, 39-60. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2008000200002>

Sigelmann, E. (1981). Estudo exploratório sobre a escala de anomia de Srole. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33, 64-74.

Sobral, J. M. (2010). Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representações da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada. In J. M. Sobral & J. Vala (Orgs.), *Identidade nacional, inclusão e exclusão social*, (pp. 81-110). ICS.

Sprong, S., Jetten, J., Wang, Z., Peters, K., Mols, F., Verkuyten, M. et al. (2019). “Our country needs a strong leader right now”: Economic inequality enhances the wish for a strong leader. *Psychological Science*, 1–13. <https://doi.org/10.1177/0956797619875472>

Srole, L. (1956). Social Integration and Certain Corollaries: An Exploratory Study. *American Sociological Review*, 21, 6, 709-716. <http://dx.doi.org/10.2307/2088422>

Teymoori A, Jetten J, Bastian B, Ariyanto A, Autin F, Ayub N. et al. (2016) Revisiting the Measurement of Anomie. *PLoS ONE* 11(7), 1-27. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0158370>

Volodin D. (2019). Deliberative democracy and trust in political institutions at the local level: evidence from participatory budgeting experiment in Ukraine, *Contemporary Politics*, 25, 78-93. <https://doi.org/10.1080/13569775.2018.1544683>

*Recebido em: 13/09/2019
Aprovado em: 02/12/2019*

Mídia, *fake news* e neoliberalismo: O uso de ferramentas de dominação no pós-verdade

Medios, fake news y neoliberalismo:
El uso de herramientas de dominación en el pós-verdad

Media, fake news and neoliberalism:
The use of domination tools in the post-truth

Luciane Cherobini *
lucherobini@gmail.com
Francisco Luiz Marques **
chico@sou.faccat.br
Aline Reis Calvo Hernandez ***
alinehernandez@hotmail.com
Patrícia Binkowski ****
patricia-binkowski@uergs.edu.br

* Mestre no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Especialista em Educação Ambiental pela Universidade do Rio Grande (FURG); Bióloga e Nutricionista pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

<http://orcid.org/0000-0002-6922-2651>

** Graduando do Curso de Tecnologia em Sistemas para Internet pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL); Jornalista; Radialista.

<http://orcid.org/0000-0002-0664-5745>

*** Doutora em Psicología Social e Metodología pela Universidad Autónoma de Madrid, Espanha; Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS; Professora Colaboradora do Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS; Coordena o grupo de pesquisa POLEMHIS, Psicología Política, Educación, Memorias e Histórias do Presente (CNPq).

<http://orcid.org/0000-0001-5413-319X>

**** Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Coordena o grupo de pesquisa Observatório de Políticas e Ambiente - ObservaCampos (CNPq).

<http://orcid.org/0000-0001-7337-4028>

Resumo

A expectativa neoliberal no início do século XXI, ao contrário das previsões, mostrou-se, em pouco mais de uma década, terreno fértil ao gérmen da corrupção que proporcionou a crise ética estampada na política brasileira até os dias atuais. Diante de uma estrutura midiática que avalia a inépcia de governantes, a manipulação de dados só dá visibilidade ao que é conveniente à elite dominante, autenticando decisões parciais e impositivas. Neste estudo, procura-se mostrar, por meio de revisão bibliográfica, a prioridade que vem sendo dada à crença no que interessa crer, em detrimento dos fatos realmente ocorridos. Para tanto, oportuniza-se um olhar sobre a sociedade neoliberal brasileira, os serviços que lhe prestam as mídias, bem como as fake news, ferramentas que se multiplicam no pós-verdade.

Palavras-chave: Pós-verdade; Neoliberalismo; Fake News; Mídia; Manipulação.

Resumen

La expectativa neoliberal de inicios del siglo XXI, contrariamente a los vaticinios, resultó ser, en poco más de una década, terreno fértil para el germen de corrupción que proveyó la crisis ética estampada en la política brasileña hasta nuestros días. Ante una estructura mediática que avala la ineptitud de los gobernantes, la manipulación de datos solo da visibilidad a lo que conviene a la élite gobernante, autenticando decisiones parciales y imponentes. En este estudio

buscamos mostrar, a través de una revisión bibliográfica, la prioridad que se le ha dado a la creencia en lo que importa creer, en detrimento de los hechos que realmente ocurrieron. Para ello, se ofrece una mirada a la sociedad neoliberal brasileña, los servicios prestados por los medios, así como las noticias falsas, herramientas que se multiplican en la posverdad.

Palabras clave: Posverdad; Neoliberalismo; Noticias falsas; Medios de comunicación; Manipulación.

Abstract

The neoliberal expectation at the beginning of the 21st century, contrary to predictions, proved to be, in little more than a decade, fertile ground for the germ of corruption that provided the ethical crisis stamped in Brazilian politics until the present day. Faced with a media structure that endorses the ineptitude of rulers, data manipulation only gives visibility to what is convenient for the ruling elite, authenticating partial and imposing decisions. In this study, we seek to show, through a literature review, the priority that has been given to the belief in what matters to believe, to the detriment of the facts that really occurred. To this end, a look at the Brazilian neoliberal society, the services provided by the media, as well as the fake news, tools that multiply in the post-truth, is provided.

Keywords: Post-truth; Neoliberalism; Fake News; Media; Manipulation.

Introdução

Todo momento *pós* propõe existente situação anterior, um momento *pré* que, acredita-se, teria como característica a contraposição daquilo que posteriormente exibiria uma mudança. Mas, com relação à verdade, é possível estabelecer, nesse sentido, alguma divisão? Existiriam períodos da humanidade, nos quais se possa afirmar que os fatos demonstravam ter maior valoração, ou toda a existência do homem estaria impregnada de atitudes que fazem da mentira ferramenta própria a interesses acima dos valores éticos que deveria privilegiar?

Esses questionamentos permitem que se vá além em algumas proposições e se formule, enquanto ideia, uma observação digna de análise: o *pós-verdade* não deveria desfrutar, em dias atuais, do rótulo que lhe é imputado de novidade, visto que aceitar uma suposta *verdade* que atenda a algum interesse em detrimento de uma evidência é situação que pode ser facilmente identificada em diversos episódios que marcam a passagem humana sobre o planeta.

Se na comunicação *tête-à-tête* supõe-se convincente a recepção da notícia devido à credibilidade depositada em quem transmite, o ato de cessão dessa credibilidade ocorre toda vez que se divulga a existência de um fato, indicando-o como verídico e identificando sua fonte – um terceiro – como fidedigno. Não deixa de ser como passar um cheque em branco assinado toda vez que se aceita transferir a credibilidade dispensada, avalizando as afirmações de outra pessoa, mesmo quando há dúvidas sobre a solidez de fundamentos naquilo que se transmite.

Não seria à toa que os maiores cachês pagos em campanhas publicitárias, no Brasil, se dirigem a pessoas com ampla divulgação na mídia que emprestam sua imagem à venda de um produto. A própria mídia, seguindo esse raciocínio, presume-se, tenha um preço também para vender sua imagem condicionado, é claro, à necessidade do mercado. Como afirmam Guerra e Barbosa (2017), não há valor senão aquele que lhe dá o interpretante, sujeito capaz de lhe conceder preços diferentes em diferentes eventos, apesar de sabê-lo o mesmo em todas as situações.

A manipulação que os veículos de comunicação impressa, eletrônica e digital exercem por meio das informações que divulgam exibe capacidade de promover grandes transformações. Agregue-se a isso a penetração que as *fake news* têm junto aos usuários de aplicativos utilizados nas redes sociais e a amplitude dessas transformações se multiplica a proporções imensuráveis. Exemplos disso puderam ser vivenciados em quatro episódios, ocorridos nos últimos cinco anos, onde ficou explícito o *pós-verdade*: o Reino Unido e a proposta de saída da União Europeia; o *impeachment* de Dilma Rousseff na presidência do Brasil; a vitória do *Não* no plebiscito do Acordo de Paz na Colômbia; e a eleição presidencial nos Estados Unidos que levou Donald Trump à vitória.

A partir do livro *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade*, organizado por Pedrinho Guareschi, Denise Amon e André Guerra (2017), procurou-se por meio de resenha crítica analisar a utilização dos meios de comunicação e as repercussões sentidas no contexto brasileiro identificando-se, nesta e em outras obras, o modelo político como plataforma que ascendeu a manipulação midiática no Brasil como ferramenta *pós-verdade* e se coadunou aos interesses das classes dominantes.

Para isso, procurou-se reunir subsídios sobre temas como mídias, redes sociais, *fake news* e situá-los em momentos que vão desde os anos finais do século XX até a paralisação dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, a fim de entender o *pós-verdade* e disseminar alerta para a necessidade da criticidade e aplicação de valores éticos diante do que é divulgado nos meios de comunicação.

Com esse pensamento, procurou-se atender a um questionamento que se manteve permanente durante todo o trabalho: como se processa a dominação exercida pelas mídias – impressa, eletrônica e digital – no momento *pós-verdade* que se vive no Brasil?

1. A mídia no *pós-verdade*: manipulação coletiva?

A evolução civilizatória, via de regra, é encarada como um processo positivo. Contudo, apesar de inúmeros resultados construtivos estarem presentes com maior intensidade na memória humana, algumas situações, sob um olhar mais aguçado, poderiam ser consideradas um retrocesso, por exemplo: o progresso

sem planificação levou à urbanização desmesurada em detrimento da conservação ambiental, a ampliação do *agrobusiness* trouxe como consequência o uso de agrotóxicos que hoje atinge patamares alarmantes.

Outra situação que poderia em certas circunstâncias ser encarada como movimento regressivo é o momento sociocomportamental atual que escapa ao conhecimento de significativa parcela da população – vítima de um processo de aculturação – que alheia às consequências que lhe vêm sendo imputadas permite com servil aquiescência a influência do pós-verdade. Rossatto e Leobeth (2017) afirmam que o pós-verdade frequenta com assiduidade os meios de comunicação pelas dúvidas que seu significado tem gerado, assim como à dificuldade encontrada em lhe associar um aspecto positivo.

Para que se possa entender a propagação do pós-verdade na sociedade brasileira contemporânea, necessário se faz um breve recuo no tempo até às origens do pensamento neoliberal brasileiro. O neoliberalismo que se instalou no país partir da década de 1980, se respaldava no apelo popular da extinção de um período com mais de 20 anos de ditadura civil militar e acenava com propostas de colocar o trem nos trilhos outra vez – como se ele já estivera nos trilhos alguma vez.

O neoliberalismo, segundo Chomsky (2002), não deve ser visto como novidade, pois corresponde simplesmente a uma versão maquiada da opressão de uma minoria abastada sobre a grande maioria da sociedade, cujos direitos civis e políticos são mantidos esmagados há séculos, à custa de gigantescas desigualdades socioeconômicas. Conforme o autor, essa prática, feudalista em sua essência, contribui para que sobrevivam as privações que passam os povos mais pobres do mundo, incentivando o crescimento sem precedentes das fortunas dos poderosos à custa da expansão dos desastres ecológicos e da instabilidade econômica global.

Acreditava-se, à época do movimento ‘*Diretas Já*’, que a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte seria um divisor de águas, momento de expectativa onde se esperavam superadas as injustiças, as perseguições, as desigualdades perpetradas contra o povo, trazendo a bem aventurança tão sonhada.

Promulgada a Constituição de 1988, viu-se que muito do que fora sonhado ficara para trás na retórica dos discursos, construindo-se na prática um instrumento que atendia aos interesses da mesma classe dominadora sobre a mesma classe oprimida, e pouco se fora além de uns poucos arranhões em aspectos que se esperava sofressem reais transformações.

Chomsky (1993) explica que, se o governo não pode controlar as pessoas pela força, tem que encontrar uma maneira de controlá-las através do pensamento, induzindo-as a aceitar suas propostas por meio da fabricação de consentimento, deixando-as à margem das decisões, marginalizadas em um tipo de apatia. Esse procedimento já se tornara uso-frequente na política brasileira desde o descobrimento.

Neologismos à parte, a expressão *pós-verdade* foi eleita palavra do ano de 2016 pelo dicionário Oxford, que a conceituou como: ““um adjetivo definido como relativo a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais”” (Visentini & Leobeth, 2017, p. 245).

Afirmam as autoras que parte da responsabilidade pela ampliação na utilização de tal expressão é creditada às mobilizações políticas e midiáticas que emergiram diante da descrença manifesta que o público demonstra nos meios de comunicação tradicionais – o rádio, a televisão e a mídia impressa – que abertamente estampam, em seus programas, manchetes, editoriais e entrevistas, a ausência deontológica no exercício de atividade que deveria pautar pela verdade.

Cavalheiro e Brandão (2017), em referência ao processo comunicativo afirmam que a ética é necessária e deve ser priorizada para que a compreensão ocorra com respeito e igualdade, diferentemente da promoção de imposições, dominação, enganos e exclusão. Nesse sentido, a ação comunicativa conforme Jovchelovitch (2017) precisa ser um diálogo não coercitivo onde se busca um entendimento mútuo que não ocorra simplesmente para que existam vantagens individuais, como acontece na ação estratégica, que tem como característica a influência ou o exercício pleno da dominação como fim.

Na vida social, entretanto, são percebidas as distorções desse processo nos discursos orientados para influenciar ou enganar: a forma como a mídia destaca temas e trabalha

seus modos de dizer corrobora para determinadas construções de imagens que são formadas de organizações, acontecimentos e personalidades; o discurso publicitário constrói representações e evoca sentimentos voltados ao consumo; atores e partidos políticos, na busca pelo poder, se utilizam de estratégias para sobrepor as suas versões dos fatos; na fala comum do dia a dia, as pessoas argumentam de forma persuasiva, visando a determinados interesses ou simplesmente sobrepor seus pontos de vista. (Cavalheiro & Brandão, 2017, p. 86-87)

A manipulação de informações não é fato novo na comunicação circulante em todas as mídias. Detentores de uma concessão do Estado, regulamentada pela Constituição Federal de 1988 que prevê, em seu Capítulo V, a sujeição da mídia eletrônica a princípios e regras como serviço público pertencente aos brasileiros (Constituição, 1988) – portanto, com uso vetado a interesses privados – empresários e conglomerados econômicos fazem uso dos veículos de comunicação de massa com finalidades diversas.

A pesquisa de monitoramento da propriedade da mídia (*Media Ownership Monitor – MOM*), realizada em 12 países e publicada pelo coletivo *Intervozes* e pela organização *Repórteres sem Fronteira*, revelou que atividades de setores econômicos como saúde, educação, agropecuária, infraestrutura, transporte e mercados financeiro e imobiliário, no Brasil, são também interesses dos donos dos meios de comunicação (Stevanim, 2018). Tal situação agrava-se sobremaneira no país, quando a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos donos contraria o artigo 220 da Constituição Federal – os meios de comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio – e prejudica a pluralidade e a democracia.

Ao mapear os 50 veículos ou redes de comunicação de maior audiência no país, tanto na mídia impressa, rádio, TV e *on-line*, o projeto constatou que a concentração da mídia em poucos donos é um indicador de alto risco à pluralidade: os 50 maiores meios de comunicação pertencem a 26 grupos, e metade são de propriedade de apenas cinco grandes grupos (Globo, Bandeirantes, Record, Folha e grupo regional RBS). (Stevanim, 2018, p. 29)

A pesquisa revela, também, que 73% das sedes dos grupos de mídia instalados no país ficam na região metropolitana de São Paulo, numa espécie de centralização do comando, o que contribui para que aconteça um comprometimento na diversidade da informação e, em detrimento de temas que interessam a outras regiões, as decisões editoriais recaiam sobre notícias específicas que atendem a uma pauta direcionada a interesses outros que divergem da finalidade que a mídia deveria ter (Stevanim, 2018).

Essa divergência de propósito é sentida de maneira significativa nas abordagens presentes nos telejornais, quando, segundo Guareschi e Biz (2017), todas as notícias divulgadas sofrem uma filtragem e nenhuma é veiculada sem que haja algum interesse, algum valor ou conotação importante e/ou favorável aos detentores do poder. E prevalecem os tratamentos dados aos fatos antes de divulgá-los, com a preocupação de torná-los digeríveis como remédio do qual se tem previstos os efeitos.

A informação é um detalhe no emaranhado de opiniões e ‘impressões dos bastidores’. O fato importa menos do que como os jornalistas/analistas veem o fato. E as opiniões precisam ser ditas rápida e ininterruptamente para que elas passem a ‘ser o fato’, antes que o leitor/telespectador possa tirar suas próprias conclusões. O contexto não é mais formado pelas circunstâncias que envolvem o fato em si, mas pelas opiniões dos jornalistas que o enquadram e embrulham para o público. (Queiroz, 2016, p. 1)

Nesse cenário, cujo pano de fundo contempla a ascensão ao poder como objetivo a ser alcançado e exibe o acúmulo de capital qual entidade entronizada, são brindados com credibilidade falsos acontecimentos, depoimentos e testemunhos que contribuem para que seja aceita, complacentemente, uma situação de pós-verdade:

Paralelo à evolução tecnológica, os aparatos de dominação assumem a mesma dinâmica de evolução, com o intuito de pleitear a involução dos intelectos a serem apropriados, instaurando o imediatismo nas consciências que, ao elencarem (in)voluntariamente o consumismo, a otimização do tempo para a eficácia de tal pleito e a personificação da apreensão destes arquétipos, se torna mais prodigiosa mediante o avanço da tecnologia que, aparelhada para dominação, imputa a mera execução operacional e determinada objetividade acrítica. (Rezende, 2016, p. 542)

É, portanto, na apropriação indébita da condição de verídicas que pseudoverdades ganham espaço nos meios de comunicação e, sem serem submetidas a qualquer avaliação crítica por parte do receptor, acabam exercendo influência nas suas atitudes, criam tendências comportamentais, ditam modismos e estilos, geram necessidades e estimulam o consumismo.

Nas sociedades democráticas contemporâneas os valores são estabelecidos como mercadoria, fomentando uma cultura pré-fabricada em um âmbito totalitário, mistificando a concepção de divisão de classes estabelecida, pois, além do caráter inebriante instigado por uma *práxis* consumista, a disponibilidade dos produtos aliada a uma determinada possibilidade de compra – mesmo que seja falsa por aspectos inerentes à própria estrutura – se torna um desejo compactuado, independentemente da classe a que pertença o indivíduo que, a partir de então, recebe a patente de consumidor. (Rezende, 2016, p. 543)

Assim, se constroem estereótipos que servem aos interesses oligárquicos como matéria-prima para a perpetuação dos mesmos clãs instalados no poder geração após geração, que, enraizados, mantêm o exercício de um processo político que tem como uma de suas marcas a retroação.

Como arma à disposição de um arsenal utilizado na consolidação da dominação, a comunicação instantânea mostra facilidade de penetração e transita livremente pelos estratos sociais. Sugere ao usuário o sentimento de inclusão e pertencimento a uma coletividade que lhe acolhe, a descoberta de um espaço que lhe complementa, mantendo-o alheio aos distanciamentos econômicos e/ou culturais à sua volta, oferecendo-lhe segundo Guareschi e Biz (2017) acontecimentos recentes e serviços, enquanto reúne informações a seu respeito que permitirão o uso do *marketing* certo em futuras situações.

2. A mídia digital e os riscos no pós-verdade

Há uma conexão estabelecida entre a sociedade e a *internet* – que deixou de ser vista como um mundo à parte. Veículo de interesse econômico e corporativo nas mãos de uma minoria que o manipula conforme necessidades sociopolíticas, a rede mundial molda e define “...desde nossa comunicação, os estereótipos que reproduzimos, passando pela espionagem virtual e controlando os fluxos da cidade” (Betat, 2017, p. 229).

Em fevereiro de 2004, o *Facebook* surgia na *internet* como mídia social e rede social virtual. Iria atrair, em curto espaço de tempo, pessoas que migravam do *Orkut*, além de usuários que utilizavam as pla-

taformas de comunicação *ICQ*, *Yahoo Messenger*, *Skype* (ainda ativo) e *MSN Messenger* (que mais tarde se transformaria no *Windows Live Messenger*, disponível ainda nos dias atuais). Em 2005, três ex-funcionários do *PayPal* criavam o *YouTube*, plataforma de compartilhamento de vídeos, que, em novembro de 2006, seria adquirida pelo *Google*. Em julho de 2006, o *Twitter* se apresentava ao público como outra rede social virtual, estabelecendo-se na 12^a posição do ranking global, conforme levantamento de junho de 2018 (Alexa, 2018).

Em 2009, entrava em operação um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas que iria fidelizar, em números aproximados, um bilhão e meio de usuários diários ativos, conforme dados apurados em janeiro de 2018 (Soares, 2018), sendo que 120 milhões desses usuários já estavam cadastrados no Brasil em maio de 2017 (*Estadão*, 2017): o *WhatsApp*, fenômeno que se integrou ao dia a dia das pessoas e adquiriu *status* de ferramenta imprescindível.

O *Instagram*, disponível aos usuários desde 2010, oferece o compartilhamento de fotos e vídeos através de uma rede social *online*, com a possibilidade de aplicação de filtros digitais e compartilhamento em outras redes sociais.

Repentinamente, descobriu-se que é só ter disponíveis o sinal do *wi-fi* e a respectiva senha, ou o acesso à rede de dados funcionando, e a comunicação está estabelecida com os amigos, próximos ou distantes – muitos deles nem se pensava existissem, outros nunca serão encontrados pessoalmente – a um simples deslizar dos dedos no teclado do *smartphone*, a tal ponto que, em um segundo, participa-se de uma campanha que busca minimizar os efeitos do aquecimento global no Alaska e, em outro, sabe-se todos os detalhes do vestido da nova princesa da Inglaterra e seu comportamento durante o casamento real.

Palfrey e Gasser (2011) explicam que o mundo que se descortina com o uso da mídia digital permite ao usuário não somente se comunicar com seus pares, mas também interagir com o conteúdo, manipulando-o, criando novas formas de expressão, por meio de texto, imagens, vídeos e arquivos de áudio que podem ser posteriormente compartilhados, não mais apresentando suas características originais.

Admita-se que esse tempo pós-verdade exiba características que lhe atribuem o significado de um novo padrão de comportamento, no qual “veracidade ou falsidade, existência ou inexistência, não fazem a menor diferença” (Amon & Idiart, 2017, p. 53), onde é dedicado valor maior àquilo que ratifica a opinião que se tem sobre um fato em detrimento do fato em si. Feito isso, agregue-se a esse contexto a necessidade manifesta que as pessoas têm de encontrar canais para transmitir e compartilhar suas ideias e convicções. Estaria assim delineado o terreno propício à comunicação por meio de instrumentos capazes de, penetrando em todas as esferas sociais, indiscriminadamente, reunir posicionamentos e preferências que denunciam gostos e escolhas, caminho aberto à influência e, posteriormente, à dominação.

A força da dominação sempre será diretamente proporcional à inconsciência dos dominados a respeito de sua própria submissão. É o não saber dos dominados que contribui para o desfecho satisfatório do dominador, já que este necessita dos dominados como cúmplices de sua dominação, processo este no qual a inconsciência é o elemento mais relevante. (Guareschi, Amon, & Guerra, 2017, p. 341)

Se a mídia digital cativou boa parte do público ao oferecer rapidamente acesso a notícias e outras informações em tempo real, os usuários que deixaram de acessar os canais convencionais desconhecem que, nas ondas da nova tecnologia, também navegam notícias de autenticidade duvidosa que, segundo Cavalheiro e Brandão (2017) são capazes de disseminar perplexidade e tumulto na comunicação que atende aos processos sociais.

Temos que em um contexto pós-verdade fatos objetivos são menos relevantes para a opinião pública do que argumentos dedicados à mobilização emocional das pessoas,

bem como às suas crenças. Ou seja, há uma mudança de valor quanto à verdade, que, nessa circunstância, passa a ser aceita ou desejada na medida em que ela se adequa às concepções já formadas pela pessoa. (Rossatto & Leobeth, 2017, p. 293)

Se a primazia que os fatos, supunha-se, exerciam sobre as crenças, sofreu abalo a partir da expansão da informação digital instantânea e descomprometida que as novas mídias (*WhatsApp, Youtube, Facebook, Twitter, Instagram* etc.) implantaram, boa parcela de culpa deve ser creditada à ânsia que os indivíduos têm expressado pela interação imediata, oportuna demonstração de pertencimento a um grupo ou segmento social, onde as opiniões convergem para os mesmos propósitos, alguns entendendo sobre o que estão se manifestando, outros não. Segundo Rossatto e Leobeth (2017), quando concorda com a opinião de alguém, a pessoa acaba por replicar a informação que recebe, sem sequer apurar sua veracidade.

Por mais que se tenha habilidades de *seleção* – que talvez seja a competência educativa do milênio – ainda assim restará sempre uma angústia indissolúvel – por mais competentemente ignorada que ela seja: qual o critério de *seleção* podemos usar para selecionar a pertinência dos fatos – a sua veracidade – senão a crença na própria capacidade de discernimento? (Guareschi et al., 2017, p. 340)

E essa capacidade de discernimento, que permanentemente deveria estar em estado de alerta, em alguns momentos, parece suscetível a cochilos. Conforme Betat (2017), o uso de artifícios que a mídia utiliza para manipular opiniões não é nenhuma novidade, o que chama atenção são as estratégias que se diversificam rapidamente e alcançam as redes sociais como um fenômeno, com quantidade assustadora de notícias falsas que, assim como podem gerar dúvidas sem grandes consequências, também podem se tornar uma ameaça à estabilidade socioeconômica de um país.

3. *Fake news:* abusos em ambiente pós-verdade

O mundo digital pós-verdade, no qual transitam informações acessadas diariamente via redes sociais, tornou-se ambiente propício à indução, à manipulação e às *fake news*. Mas o que é *fake news*? Literalmente, a tradução do termo na língua inglesa é *notícias falsas*, contudo no contexto midiático a expressão agregou, também, outro significado mais amplo, visto que pode definir uma postagem que ganha credibilidade e força, promovendo forte impacto no meio social – apesar de não verídica – pela divulgação maciça que tem e pela não contestação que os receptores demonstram, aceitando-a e encaminhando-a a outro usuário, dando-lhe uma espécie de aval. “Estas notícias falsas ganham credibilidade e força dependendo daqueles que as propagam e sua influência na rede” (Quirós, 2017).

Alguns episódios da história recente tiveram seus desdobramentos associados à dimensão que atingiram nas mídias sociais com o uso de *fake news*. Conforme Visentini e Leobeth (2017), quatro fatos tiveram alcances que extrapolaram o perímetro dos países de origem e repercutiram no mundo inteiro: o *Brexit*, no Reino Unido; o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil; o plebiscito do Acordo de Paz na Colômbia; e a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos.

Esses episódios têm em comum estratégias de convencimento do público fundamentadas em notícias falsas, apelo a valores e crenças, uso indiscriminado de novas tecnologias e, inclusive o aprimoramento desses aparatos visando à conquista de objetivos traçados por agentes desses casos. Até então, estava em um terreno totalmente inimaginável a

saída do Reino Unido da União Europeia, a ascensão de Donald Trump à Casa Branca, a vitória popular do ‘não’ ao Acordo de Paz que colocaria fim ao estado histórico de violência de guerra vivenciado na Colômbia, e o golpe que tirou da presidência do Brasil a primeira mulher eleita para governar o país. (Visentini & Leobeth, 2017, p. 246)

Vale lembrar que os quatro episódios citados ocorreram no ano de 2016 e têm em comum a mobilização em campanhas *pró* e *contra* as mudanças que eram propostas, o que marca o apelo à população para que se posicione – de direita ou de esquerda – em um processo de extrema polarização da opinião pública, cujo cenário fora construído para somente duas possibilidades: ou a favor, ou contra (Visentini & Leobeth, 2017).

Outro acontecimento que merece atenção por ter apresentado episódios onde se via explícita a existência de *fake news* na circulação de informações foi a paralisação dos caminhoneiros, que eclodiu em 21 de maio de 2018, durou 11 dias, manteve o bloqueio de rodovias em 24 estados e no Distrito Federal, provocando, além da falta de transporte coletivo no período, o desabastecimento desde combustíveis até gêneros alimentícios em todo o território brasileiro.

Como resultado, o governo federal, após negociações com representantes da categoria, cedeu às exigências dos manifestantes, reduzindo quarenta e seis centavos no preço do diesel por litro, comprometendo-se a manter o valor estabelecido por dois meses e garantindo que novos reajustes passariam a ser mensais. Além disso, a isenção de pedágio em caminhões com eixos suspensos seria garantida por medida provisória, 30% dos fretes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) seriam realizados por caminhoneiros autônomos e a tabela mínima de fretes entraria em vigência, também, por medida provisória em curto espaço de tempo (Alessi & Avendaño, 2018).

Duas situações ficaram evidentes durante a paralisação dos caminhoneiros: a cobertura seletiva que os veículos de comunicação da mídia tradicional dedicavam ao fato e, descaradamente, filtravam o que deveria ser divulgado ao público, destacando os pontos negativos do desabastecimento e não divulgando o maciço apoio que a população dava ao movimento; e a divulgação de *fake news* que agitavam bandeiras políticas das mais variadas cores, identificadas com campanhas de propósitos diversos, que assomavam as mídias sociais e provocavam um desencontro generalizado de informações.

Com respeito às *fake news*, a revista *IstoÉ* fez um levantamento, em 28 de maio de 2018, e relacionou as notícias falsas que se destacaram nas mensagens compartilhadas pelo *WhatsApp* durante o movimento: o corte da energia elétrica – garantia que o governo cortaria a energia elétrica em todo o país se a greve não acabasse; bloqueio do *WhatsApp* – anunciava uma atualização do aplicativo que bloquearia seu uso para dificultar a comunicação entre os caminhoneiros; confusão na Câmara dos Deputados e estado de sítio – revelava um *quebra-pau* entre os deputados e que o estado de sítio estaria sendo decretado pelo presidente Michel Temer; a renúncia presidencial – dava conta da renúncia iminente de Michel Temer devido à crise ter atingido proporções incontroláveis; e, por fim, a intervenção militar – revelava o deslocamento de tropas, inclusive, com detalhes de operações secretas do Exército para derrubar o governo e, em alguns casos, incentivava o apoio da população ao movimento como único caminho para restaurar a ordem (*IstoÉ*, 2018).

O encerramento do movimento mostrou novas situações: o aplicativo *WhatsApp*, que fora utilizado na comunicação entre manifestantes, servindo para combinar estratégias e passos que se tornariam fundamentais, transformou-se em canal onde eram forjadas notícias falsas, após os acordos firmados, envolvendo decisões judiciais e atos legislativos fictionais, além de incitar a retomada das obstruções nas principais rodovias do país (*Veja*, 2018). Mas, se em alguns momentos o movimento expunha divergências entre suas lideranças, o que se viu, ao final, foi uma retomada ordeira e gradativa das atividades que levou em conta o bom senso em detrimento aos estímulos que as *fake news* tentavam provocar.

Não exclusivamente pelo ocorrido na paralisação dos caminhoneiros, mas, de modo geral, pela proliferação descontrolada que notícias falsas assomam as redes sociais, providências – apesar de tímidas em primeiro momento – começam a ser implantadas e discutidas.

No combate aos impactos (sociais, jurídicos, políticos e econômicos) negativos das notícias falsas que – em razão da velocidade e visibilidade que alcançam – têm o poder de influenciar eleições, por exemplo, algumas redes sociais, como o *Facebook*, criaram uma rede de checagem de fatos, as quais contam com os serviços de diversos meios de comunicação, aliados à checadores independentes ... Destarte, um dos maiores desafios no combate às ‘fake news’ é assegurar que qualquer medida para coibir sua divulgação, não afete a liberdade de expressão. (Balem, 2017, p. 4-5)

Sobre esse posicionamento das mídias digitais em relação ao aumento das *fake news* nas campanhas eleitorais brasileiras, verifica-se que algumas medidas já vem sendo criadas, como o acordo que o Tribunal Superior Eleitoral-TSE assinou, em junho de 2018, com o *Facebook* e o *Google*, onde fica comprometido o combate à desinformação gerada por terceiros. Moura (2018) explica que esta iniciativa se assemelha ao acordo entre o TSE e dez partidos políticos, já em vigor, que garante a manutenção de um ambiente eleitoral que evite a disseminação de notícias falsas.

Considerações preliminares

Longe de discutir a ambivalência presente na interpretação do que seria verdade, visto que cada sujeito pode entendê-la conforme suas concepções e convicções, este ensaio procurou relacionar a realidade que se presencia no meio social, com todos os seus apelos midiáticos e direcionamentos ao consumo, à manipulação velada que exercem os canais de comunicação – impressa, eletrônica ou digital – aos interesses de uma minoria abastada que detém o poder no Brasil.

Procurou-se aqui explanar alguns dos passos que foram trilhados desde a disseminação do pensamento neoliberal, no Brasil, até as manifestações de maio de 2018, demonstrando que a mídia – impressa, eletrônica e digital – sempre esteve ao lado das oligarquias, servindo como ferramenta para a dominação da população e a manutenção dos mesmos poderosos no poder, à custa de alarmantes desigualdades socioeconômicas. Retrato incontestável do período pós-verdade no qual se vive, onde veracidade ou falsidade não fazem diferença desde que se tenha justificado o fim, a manipulação de informações se vê sentida na divulgação de qualquer acontecimento, por mais trivial que possa parecer.

Se o declínio do valor e da credibilidade que os meios de comunicação exercem junto à população já é sentido, avaliar a penetração que novas mídias estão construindo se torna necessário, bem como o quanto manipulam as opiniões das pessoas, visto que têm sido apontadas como responsáveis por mudanças em cenários que até pouco tempo não seriam imaginadas. O pós-verdade, impulsionado pelas mídias em tempo digital, cada vez mais deixa o cognoscível para segundo plano, fazendo prevalecer o “como” ao “o quê” e, nesse contexto, onde a dominação inibe direitos e faz com que sejam esquecidas as subjetividades, avivar o propósito de novos ventos torna-se quase uma obrigação.

Regule uma máquina de uma certa forma em uma situação externa determinada e ela será ‘compelida’ a atuar de uma maneira determinada (desconsiderados os elementos do acaso). Mas sob circunstâncias comparáveis, um humano é somente ‘incitado e inclinado’ a fazê-lo. As pessoas podem se inclinar a fazer o que elas estão incitadas e inclinadas a fazer; seu comportamento pode ser previsível e um cálculo prático de motivação pode ser possível, mas em teorias de comportamento sempre vai faltar um ponto crucial: a pessoa poderia ter escolhido agir de outra maneira. (Chomsky, 1998, p. 12)

Mas, para que se reflita sobre o que está sendo construído e qual a contribuição que se dá à tudo o que se vê, é fundamental enxergar além, querer mudar, pois só desejando o novo se consegue alcançá-lo, alimentando todo dia a expectativa de que esse *continuum* alcance transformações, que o panorama que hoje se descortina, conforme Bloch (2001, p. 55), se mostre “... também perpétua mudança.”

Não pretende-se encerrar as discussões, aqui brevemente apresentadas, visto que o tema *pós-verdade* propõe amplitude de abordagens possíveis e se mostra inviável pretender levantá-las no espaço limitado de uma única publicação. Considera-se, ao final deste trabalho, que uma continuação do que aqui foi exposto poderia aprofundar em outras direções o assunto, dando-lhe maior abrangência e entendimento.

Referências

- Alessi, Gil & Avendaño, Tom C. (2018, 28 de maio). Governo cede e anuncia concessões chave para caminhoneiros, mas fim da greve é incerto. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/28/politica/1527460444_486868.html?rel=str_articulo#1530318212984
- Alexa Internet. (2018). Website Traffic Statistics. *How popular is twitter.com?* Twitter.com Traffic, Demographic and Competitors. Recuperado de <https://www.alexa.com/siteinfo/twitter.com>
- Amon, Denise, & Idiart, Sofia A. (2017). Linguagem: uma abordagem histórica e conceitual para a compreensão e crítica à pós-verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 53-82). ABRAPSO.
- Balem, Isadora F. (2017). O impacto das *fake news* e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. In 4º Congresso International de Direito e Contemporaneidade, *Anais* (p. 1-15) Santa Maria, RS. Recuperado de www.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-12.pdf
- Betat, Juliana S. (2017). Relações entre pós-verdade e o mercado de informações. In P. A. Guareschi; D. Amon; A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 227-242). ABRAPSO.
- Bloch, Marc (2001). *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Zahar.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.
- Cavalheiro, Glauco & Brandão, Carolina G. (2017). Comunicação e retórica: um contexto teórico para pensar a pós-verdade. In P. A. Guareschi; D. Amon; A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 83-100). ABRAPSO.
- Chomsky, Noam (1993). A Minimalist Program for Linguistic Theory. In K. Hale & S. J. Keyser (Eds.), *The View From Building 20: Essays in Honor Of Sylvain Bromberger* (p. 1-52). MIT Press.
- Chomsky, Noam (1998). *Os caminhos do poder: reflexões sobre a natureza humana e a ordem social*. Artmed.
- Chomsky, Noam. (2002). *O lucro ou as pessoas? [Profit over People]*. Bertrand Brasil. (Original publicado em 1990)
- Estadão. (2017). WhatsApp chega a 120 milhões de usuários no Brasil. *O Estado de São Paulo*. Recuperado de <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,whatsapp-chega-a-120-milhoes-de-usuarios-no-brasil,70001817647>
- Guareschi, Pedrinho A. (2017). Psicologia e pós-verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 161-193). ABRAPSO.
- Guareschi, Pedrinho A. & Biz, Osvaldo. (2017). *Mídia, Educação e Cidadania: para uma leitura crítica da mídia* (2a ed., corr. e aum.). Evangraf.

Guareschi, Pedrinho A., Amon, Denise, & Guerra, André (2017). Psicologia, comunicação e pós-verdade: uma dimensão crítica, ética e propositiva. In *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 337-356). ABRAPSO.

Guerra, André & Barbosa, Cláudia (2017). Crítica e Pós-Verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 101-160). ABRAPSO.

IstoÉ. (2018, 28 de maio). As *fake news* sobre a greve dos caminhoneiros. *Revista IstoÉ*. Recuperado de <https://istoe.com.br/as-fake-news-sobre-a-greve-dos-caminhoneiros/>

Jovchelovitch, Sandra (2017). Ação comunicativa e a imaginação dialógica. In M. W. Bauer, D. Hook, & B. Franks (Orgs.), *A psicologia social da comunicação* (Série Psicologia Social) (p. 180-210). Vozes.

Moura, Rafael M. (2018, 28 de junho). Facebook e Google assinam acordo com TSE contra disseminação de Fake News nas eleições. *O Estado de São Paulo*, Política. Recuperado em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/facebook-e-google-assinam-acordo-com-tse-contra-disseminacao-de-fake-news-nas-eleicoes/>.

Palfrey, John & Gasser, Urs (2011). *Nascidos na Era Digital [Born digital : understanding the first generation of digital natives]*. Grupo A. (Original publicado em 2008)

Queiroz, Luiz (2016, 10 de maio). Os padrões de manipulação da mídia. *Jornal GGN*, Cidadania. Recuperado de <https://jornalggn.com.br/noticia/os-padroes-de-manipulacao-da-midia>

Quirós, Eduardo A. (2017, março) A era da pós verdade: realidade versus percepção. *Uno*, 27(1), 17-19. Recuperado de http://www.revista-uno.com.br/wpcontent/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf

Rezende, Leandro A. (2016). As verdades da informação e a manipulação do conhecimento das massas. *Sapere aude*, 7(12), 541-552. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/viewFile/11808/9983>

Rossatto, Jean F. & Leobeth, Thaís. (2017). Intermezzo – “Não” ao Acordo de Paz: a Colômbia no contexto da pós-verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 275-296). ABRAPSO.

Soares, Bruno. (2018, 1 de fevereiro). WhatsApp bate marca de 1,5 bilhão de usuários ativos: cerca de 60 bilhões de mensagens são enviadas todos os dias. *TechTudo*. Recuperado de <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/whatsapp-bate-15-bilhao-de-usuarios-ativos.shtml>

Stevanim, Luiz F. (2018, maio). Quem controla a mídia? *Radis*, 188, 28-31.

Veja. (2018). *Fake news* são combustível para a manutenção da greve. *Revista Veja*. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/fake-news-sao-combustivel-para-manutencao-da-greve/>

Visentini, Aline F. & Leobeth, Thaís (2017). Intermezzo – Pós-verdade: da teoria à prática. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (p. 245-248). ABRAPSO.

Recebido em: 21/09/2019

Aprovado em: 06/11/2019

Escrita literária, memórias coloniais e subjetividade

Escritura literaria, memorias coloniales y subjetividad

Literary writing, colonial memories and subjectivity

Marcelo Santana Ferreira *
celo.sferreira@gmail.com

Resumo

A partir do livro Caderno de memórias coloniais, da escritora contemporânea Isabela Figueiredo, que trata sobre a colonização e descolonização de Moçambique, procura-se defender, neste artigo, uma concepção política de memória que se amplia do gesto da autoria em direção à composição de comunidades de ouvintes e leitores atentos aos riscos de apagamento do passado. Centrando-se, analiticamente, em partes do livro, o artigo é uma contribuição para o trabalho de elaboração política do passado, especificamente no caso da interpretação de uma sociedade colonial. Considera-se que a análise – estabelecida a partir de um diálogo entre Psicologia e literatura contemporânea – pode contribuir para a reflexão sobre a memória como exercício que ultrapassa as fronteiras de uma vivência pessoal em direção à compreensão política do tempo histórico.

Palavras-chave: Memória; Memória coletiva; Literatura; Psicología; Psicología social.

Resumen

A partir del libro Caderno de memórias coloniales, de la escritora contemporánea Isabela Figueiredo, que trata sobre la colonización y descolonización de Mozambique, este artículo busca defender una concepción política de la memoria que se extiende desde el gesto de autoría hacia la composición de comunidad de oyentes y lectores atentos a los riesgos de borrar el pasado. Centrándose analíticamente en partes del libro, el artículo es un aporte al trabajo de elaboración política del pasado, específicamente en el caso de la interpretación de una sociedad colonial. Se considera que el análisis - establecido a partir de un diálogo entre la psicología y la literatura contemporánea - puede contribuir a la reflexión sobre la memoria como un ejercicio que va más allá de las fronteras de una experiencia personal hacia la comprensión política del tiempo histórico.

Palabras clave: Memoria; Memoria colectiva; Literatura; Psicología; Psicología social.

* Mestre e doutor em Psicologia pela PUC/RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Pós-doutorado em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Associado de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da UFF/ Campus Niterói e Professor Permanente do Programa de pós-graduação em Psicologia: Estudos da Subjetividade na Universidade Federal Fluminense

<http://orcid.org/000-0002-1301-5709>

Abstract

Based on the book Caderno de memórias coloniais by contemporary writer Isabela Figueiredo, which deals with the colonization and decolonization of Mozambique, this article seeks to defend a political conception of memory that extends from the gesture of authorship towards the composition of communities of listeners and readers aware of the risks of erasing the past. Focusing analytically on parts of the book, the article is a contribution to the work of political elaboration of the past, specifically in the case of the interpretation of a colonial society. It is considered that the analysis – established from a dialogue between Psychology and contemporary literature – can contribute to the reflection on memory as an exercise that goes beyond the borders of a personal experience towards the political understanding of historical time.

Keywords: *Memory; Collective memory; Literature; Psychology; Social Psychology.*

Apresentação

A escritora Isabela Figueiredo (2015) evoca a figura do pai, colono português em Moçambique nos anos que antecederam a independência da antiga colônia portuguesa na África, em um texto literário. O livro *Caderno de memórias coloniais* pode ser definido como uma escrita autobiográfica, uma vez que se assume um lugar enunciativo composto por recordações em que se confundem o estatuto da narradora e a experiência pregressa de quem escreveu o texto, além de ser um exercício de diálogo entre o passado que se viveu e as tentativas pessoais e coletivas de desdobramento do passado colonial. O livro *Caderno de Memórias Coloniais* é resultado de um exercício sobre a recordação do passado em Moçambique, tempo em que a narradora viveu sua infância na fronteira com a adolescência entre os anos de 1963 e 1975. Menina branca, retornada à Portugal em 1975, a personagem-narradora forjada pela escritora Isabela Figueiredo viabiliza a construção de um importante documento histórico sobre a submissão dos negros nativos de Moçambique aos brancos vindos de Portugal. A assimetria constitutiva da sociedade colonial também se radicalizava diante das complexas possibilidades de definição do estatuto social dos indivíduos. Muito precocemente, a narradora forjada por Isabela Figueiredo se vê confrontada a um mundo repartido.

O propósito do presente artigo é voltar-se ao paradoxo constitutivo do trabalho literário que se empreende no livro de Figueiredo (2015) de modo a defender uma política de memória no limiar da estética com a subjetividade, ampliando o sentido da experiência subjetiva no nosso específico campo de estudos, a Psicologia. Ao se voltar ao material que provinha da recordação, a escrita de Figueiredo (2015) não individualiza, de uma vez por todas, a figura do pai, o colono português violento. Ao contrário, a narrativa não abandona a atração exercida pelo pai sobre o corpo da filha em formação e, mesmo, o magnetismo da figura paterna em relação aos seus interlocutores. Na apresentação da edição que utilizaremos na presente análise, Figueiredo (2015) enumera os efeitos da escrita sobre si mesma e parte das pessoas que conseguiram “retornar” à Portugal, com o processo de descolonização, se aproximando fortemente da operação estética e teórica que Márcio Seligmann-Silva (2013) reconhece na crítica realizada por Walter Benjamin ao conceito de representação do passado, uma vez que o pensador alemão havia estabelecido uma oposição entre representação do que estava findo e apresentação do modo como o passado é citado, sempre a partir de condições históricas singulares (Seligman-Silva, 2013, p. 70). O retorno também fora um exílio e a escrita é uma experiência não apenas de resgate e restituição, mas de evocação dos seres amados e perdidos. Paradoxalmente, a escrita restitui e recua diante do que foi vivido. Para nós, tal paradoxo precisa ser compreendido de forma cuidadosa, uma vez que se coaduna com o próprio estatuto político das memórias de passados compulsoriamente esquecidos ou submetidos ao apagamento. Quando caracteriza o desligamento do livro de si própria – isto é, quando fala do destino daquilo que foi escrito– Figueiredo (2015) já apresenta importantes elementos para a discussão que se quer empreender:

O *Caderno* tem uma vida própria, que quem lê reconhece, como se de repente se abrisse uma janela e o vento trouxesse intacto o ambiente do passado, descongelado, inteiro e autêntico, com os seus ruídos, cores e odores; mas o livro também ficciona para dizer a verdade, esse outro grande paradoxo da literatura. Pode esperar-se que os factos relatados correspondam ao que foi testemunhado, vivido e sentido, não que sejam um relato literal isento de trabalho literário. (p. 10)

O “trabalho literário” não invalida os esforços de interpretação do passado, de compreensão política do colonialismo e das violências sofridas e repetidas no presente. A atividade literária pode ser compreendida como uma composição de linha transversal sobre a suposta linearidade do tempo histórico, assim como a própria recordação não é uma recuperação do passado como algo em si mesmo. Ao

ver que a figura do pai – personagem da narrativa – estava se encaminhando para a objetivação em um estéril julgamento do indivíduo, Figueiredo (2015) se diz cansada e prefere fazer uma escolha: “existe o meu pai e a personagem. Fico com o primeiro” (p. 11). Existe uma distância entre as palavras impressas e a pessoa evocada. Apenas no reconhecimento desta distância, que é constitutiva da atividade literária, se torna possível recordar e escrever. Esta inconclusividade dos indivíduos e dos limiares temporais nos parece muito promissora em termos da defesa de uma política de memória.

Já que uma retornada também se confronta ao fracasso do procedimento de colonização ultramarina empreendido por Portugal– e Isabela Figueiredo é uma retornada –, lembrar-se da infância se mescla à lembrança das características de uma sociedade estruturada de forma dicotômica. O paradoxo da escrita de Figueiredo também se relaciona à magnitude da figura paterna, o colono amado, o ser perdido. Muito precocemente, a narradora do livro aprende sobre as distintas corporeidades instituídas em Moçambique como colônia portuguesa:

Os brancos iam às pretas. As pretas eram todas iguais e eles não distinguiam a Madalena Xinguile da Emilia Cachamba, a não ser pela cor da capulana ou pelo feitio da teta, mas os brancos metiam-se lá para os fundos do caniço, com caminho certo ou não, para ir à cona das pretas. Eram uns aventureiros. Uns fura-vidas.

As pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos, ao domingo à tarde, todas em conversa íntima debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafulado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para ir dar a sua volta de homens, e as deixavam a desenferrujar a língua, que as mulheres precisam de desenferrujar a língua umas com as outras. As pretas tinham a cona larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoca. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais. A cona era larga. A das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade; eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. (Figueiredo, 2015, p. 34)

A prática de desenferrujar a língua restava às mulheres brancas, aquilo que restaria também à narradora. Mas no exercício literário, não se trata de desenferrujar a língua, e sim de buscar a restituição de imagens vacilantes, de persistir em percepções infantes e inacabadas. Empanturrar-se de camarão enquanto os maridos frequentavam as anônimas mulheres negras, futuras grávidas que nunca reclamariam a paternidade de seus rebentos. Uma mulher negra não tinha crédito que validasse o que dizia. Um branco podia casar com uma negra, o que permitiria ascensão social para a mulher. Já uma branca, ao casar-se com um negro, sofria proscrição social. A narradora evoca a revolta que o pai experimentava ao ver uma branca com um negro. Ao lembrar-se destas situações, a narradora lembra o lamento do pai de que, talvez, a filha tivesse se tornado comunista. A evidência da sociedade colonial não comportaria enquadramentos distintos da bipartição: civilizados e selvagens, ou mesmo, humanos e cães. No mesmo compasso em que recorda a bipartição de espécies, a narradora também lembra a força erótica do pai.

Ao fazê-lo, a narradora se demora na caracterização excedente das filhas dos colonos, crianças que testemunhavam as conversas trocadas entre as mulheres brancas, resignadas com a necessidade instintual dos seus maridos, absortas em sustentar a imagem sagrada do matrimônio e da família colonizadora. Falava-se sobre a sequência dos filhos nascidos das pretas, dos órgãos sexuais masculinos dos negros e das aventuras do pai colono, flagrado pela própria narradora em uma tentativa de se apoderar de mais uma negra. O pai é a expressão do que os colonos fazem em Moçambique, atingido, ao mesmo

tempo, pelo olhar curioso da filha que lhe enxerga forte e vivaz. “Ele sentia prazer em viver e gostava de comer, beber e foder, isso já expliquei. O meu pai expirava essa festa dos sentidos.” (Figueiredo, 2015, p. 42). O pai, responsável pela eletrificação da cidade de Lourenço Marques – atual Maputo – preferia os funcionários negros aos brancos, a quem teria que pagar o triplo. A um branco, além disso, não se podia dar porrada. A extrema violência da compulsória cordialidade entre brancos e negros não é negada na composição da narrativa.

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde. Se sorrisse, falasse baixo, com a coluna vertebral ligeiramente inclinada para a frente e as mãos fechadas uma na outra, como se rezasse.

Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. Para mandar, já lá estava o meu pai; chegava de brancos! (Figueiredo, 2015, p. 43)

O livro toma sua feição mais sombria e direta, ao se alongar nas recordações das violências reiteradas, do silêncio compulsório, da dor adiada de seu reconhecimento e de seu desdobramento político. A lembrança de si mesma como criança que não compreendia o que via assume um lugar na escrita literária, já que, na composição da narrativa, trata-se de reconhecer que não havia olhos inocentes. A saída da narradora foi encontrada nos livros de Charles Dickens e a foto que se segue à pungente lembrança da violência colonial mostra uma menina branca a divertir-se num brinquedo na água, enquanto um menino negro se cola às grades que organizam as separações do espaço de diversão. Distraída pelos livros, a narradora, agora – no texto, sim, porque só no procedimento literário é que se olha para o passado na valorização da virtualidade de uma reminiscência – pode diagnosticar do que se tratava, no passado, incomodamente presente:

Entre o mundo dos livros e a realidade ia uma colossal distância. Os livros podiam conter sordidez, malevolência, miséria extrema, mas, a um certo ponto, havia neles uma redenção qualquer. Alguém se revoltava, lutava e morria, ou salvava-se. Os livros mostravam-me que na terra onde vivia não existia redenção alguma. Que aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidade, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência. Nada nos meus livros, que recorde, estava escrito desta exata forma, mas foi o que li! (Figueiredo, 2015, pp. 45-46)

A distração dos livros acolhe um sentido do mundo que parecia um paraíso aos brancos colonizadores. O olhar concentrado nos livros atinge, no tempo da viagem à terra dos pais, de forma transversal, a dor silenciada pelo processo de desumanização dos corpos negros. Uma transição do mergulho infantil nos livros para o exercício literário empreendido no presente permite que o tempo histórico seja confrontado como matéria espessa, disputável. Mas não se trata de um julgamento do pai, entre as camadas de fruição, inocência e esquecimento, o eu narrado se depara com sua despossessão. Figueiredo (2015) estabelece um exercício narrativo sobre aspectos em jogo no processo de constituição de si, interrogando a estabilidade da inocência da própria narradora, apresentando as condições esparsas em que se formulava a sensibilidade infantil, visitada, no presente, como índice de uma despossessão do eu, tal como é também

defendida na reflexão de Judith Butler (2015) sobre as possibilidades de se empreender um relato sobre si mesma: “É somente na despossessão que posso fazer e faço qualquer relato de mim mesma.” (p. 52). Isso que não se entendia antes, se exprime agora em sua força de denúncia, restituição e perda. Falar de si em primeira pessoa viabiliza que o paraíso da infância seja relativizado, uma vez que foi cenário, também, da anulação de múltiplas vidas. As palavras usadas na narrativa não se distanciam dessa tensão: olhar para os olhos dos negros sem filtros é garantir o não esquecimento, para a narradora, do ódio, miséria, submissão, sobrevivência e conspurcação. A própria autora do livro, no prefácio da edição em uso na presente discussão, viabiliza que entendamos o quanto de ruptura com sua própria família precisou estar em jogo para que uma recordação fosse partilhada publicamente. É porque não se pode falar de si sem carregar, de certo modo, uma imagem do mundo que se queria negar. A escritura pode não apenas redimir, mas multiplicar os vetores de subjetivação e dessubjetivação em curso no processo de constituição de si.

No texto literário, acompanhamos a elaboração de imagens daquilo que fora perdido no passado, ao mesmo tempo em que encontramos fragmentos do vínculo poderoso entre filha e pai. Incidindo sobre material autobiográfico, a narrativa literária ficcionaliza. A discussão sobre a sociedade colonial e a descolonização não está apartada do percurso de elaboração de si, em torno, principalmente, de um exercício sobre o que advém, por intermédio da recordação. Em determinado momento da escrita, a narradora se detém diante das mãos, evocando o tempo perdido e o tempo que se vive, agora:

A forma como olhamos para as nossas mãos na infância, e a forma como olhamos para elas, agora; estou a olhar para as minhas mãos agora, não muda. As mesmas mãos. Como pudemos envelhecer e ser ainda as mesmas? As unhas iguais. Os nós dos dedos. Os mesmos olhos. O mesmo pensamento, quando olhamos, com os mesmos olhos, as mesmas mãos.

A partir de certa idade, muito cedo na infância, já somos nós, o que há de perseguir-nos sempre. (p. 127)

A infância não se configura como paraíso perdido ou experiência inamovível, convertendo-se em abertura de possibilidade de relação com o passado político e subjetivo que se encontrava confinado à composição de uma sensibilidade que se distinguia dos adultos que cercavam a narradora. As mesmas mãos e a mesma forma de olhá-las, a passagem do tempo que se arranja no estabelecimento de uma relação entre o que muda e o que permanece. As mãos que escrevem – coadunando a atividade de narrar com a gestualidade das mãos, garantindo, ao mesmo tempo, a interpretação da prática de narrar em sua destinação possível à literatura como trabalho em torno do passado que se dirige ao presente – são as mesmas que se protegiam nas mãos do pai, o colonizador, a figura amada e perdida.

Memória, literatura e processo de subjetivação

A elaboração política do passado não é feita sem um exercício sobre si mesmo. A condição submissa dos negros não é apagada pela passagem do tempo, no livro de Figueiredo não cessa de haver trabalho narrativo sobre a desumanização dos colonizados. A extensão das memórias sobre a colonização e a descolonização talvez se conecte com o que Achile Mbembe (2019) considera como o estatuto do trabalho da memória em torno das lutas de contingentes humanos que foram subjugados – e ainda o são – pelos primados da lógica colonialista:

não há memórias puras, límpidas. Não há memória própria. A memória é sempre suja, sempre impura – é sempre uma colagem. Na memória dos povos colonizados achamos

inúmeros fragmentos de algo que, num determinado tempo, se quebrou e não mais pode ser reconstituído em sua unidade originária. Assim, a chave de toda memória a serviço da emancipação é saber como viver o perdido, com que grau de perda podemos viver. (p. 17)

A condição impura da memória viabiliza, no exercício literário-político de Figueiredo (2015), o manejo que cura o vínculo entre filha e pai do jugo do moralismo ou da culpa, ao mesmo tempo em que convida a um refazimento de possibilidades de imaginação sobre o passado. Há recordações que ainda não couberam no texto, que reclamam por uma caracterização inacabada da discussão sobre o passado colonial de Moçambique, cenário da infância da narradora. Não se exilar da infância implicou, para a escritora, em uma abertura comunicativa com seus eventuais leitores, com o próprio presente em que necessitamos de novas políticas de memória.

A elaboração política do passado, um dos temas mais importantes da perspectiva teórica do pensador Walter Benjamin, também se nutre das experimentações estéticas em curso na contemporaneidade. Mesmo que na interpretação do exercício estético de Marcel Proust em relação ao passado, Walter Benjamin (2008) tivesse considerado a necessidade de um desdobramento político das nossas dificuldades ocidentais de reconhecer uma correspondência entre o passado e o presente, em seu ensaio sobre a imagem de Marcel Proust, o pensador considera a necessidade de elaboração de uma perspectiva metodológica – no campo da historiografia materialista, que ele reivindica e ajuda a dar espessura conceitual – sobre o que se perde no tempo. Quando articula sua concepção de história materialista, Benjamin (2008) sugere um exercício próximo ao que identificara na obra de Proust, uma vez que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (p. 223). Convergindo o estético e o político, Benjamin já apontara a força do *maelstrom* – turbilhão – com que se arrasta o mundo na solidão construtiva do escritor. O pensador alemão apontava, também em relação ao trabalho em curso na literatura, que a recordação do narrador na tradição oral e na composição da obra dos narradores terminais como Nikolai Leskov se conectava com uma espécie de esquecimento retroativo do próprio narrador, que viabilizava, desse modo, que algumas imagens do passado sobrevivessem e se dirigissem, oportunamente, ao presente. O esquecimento retroativo se estabelece como resultado da despossessão do próprio eu posicionado na retórica de um texto literário, condição que dialoga fortemente com a conexão entre o trabalho manual e a prática de ouvir histórias na tradição oral, no caso da caracterização da literatura e da arte de narrar no pensamento benjaminiano.

Figueiredo (2015) confronta-se com imagens dessa natureza ao debruçar-se sobre o passado em Moçambique, exigindo um trabalho em que ternura e coragem não se separam. O “*si mesmo*” do texto literário de Figueiredo não recua diante da perda da integridade do passado. A literatura pode nos ajudar a elaborar uma política de memória, cumprindo a função de produção de imagens sobre o que foi perdido, de modo a que não se abandone a tarefa de articulação de um espaço de comunicação, onde antes parecia haver apenas negação e esquecimento compulsórios. Diversas memórias podem conviver no mesmo presente. Elaborar politicamente essas memórias pode ser um antídoto à dicotomização e à moralização da nossa relação com as dificuldades constitutivas de lidar com o passado. O passado pode ser considerado uma oportunidade, por intermédio da recordação, de interrupção da continuidade abstrata do tempo e, não simplesmente, aquilo que retorna em sua integridade e que deveria ser submetido ao julgamento, ou mesmo, o que poderia ser negado por quem não o recorda. A elaboração estética de Figueiredo toca a inconclusividade do passado, permitindo a criação de um espaço de imaginação política. Neste sentido, se reconhece uma proximidade entre a crítica de Walter Benjamin ao exercício literário de Marcel Proust e a própria articulação do texto de Figueiredo, por serem encaminhamentos éticos e políticos a ambiguidade e inconclusividade do passado.

Muitas vezes, a narradora em Figueiredo (2015) se confronta com os resíduos do tempo depositados em suas mãos e em suas lembranças. Um resto de mundo, uma réstia do mundo perdido, um rastro das

imagens com que o presente pode se sentir visado pelo passado, de modo a não admitirmos a continuidade da violência, ao mesmo tempo em que recuperamos uma parte de nós mesmos. Figueiredo propõe em seu exercício de escrita diferentes imagens a respeito do seu pai, na relação diária com os negros na sociedade colonial. No agora do texto, a narradora chega a imaginar que o pai se parecia com os pretos, quando o relembra a conversar com os vizinhos pretos, com uma autenticidade que não imaginava que o pai possuísse. As mesmas imagens se confrontam com o microcosmos das crianças que não sabiam o que fazer entre si, uma vez que se encontravam tão definitivamente diferenciadas e partidas entre brancas e pretas. De acordo com o texto literário,

As crianças não brincavam comigo, porque eu era branca e eu não brincava com elas, por serem pretas. O que mais nos impediria? Olhávamo-nos. Trocávamos risadas. Os nossos pais conversavam. Que conversa poderia ser essa entre um branco e um preto? Que tinham eles a falar? (Figueiredo, 2015, p. 108)

A violência da sociedade colonial se confronta a confusão das crianças misturadas, posicionadas de modo esparsa entre os adultos. A violência da incomunicabilidade em uma sociedade colonial – exacerbada pela porrada dos brancos sobre os corpos pretos e brevemente interrompida pelo erotismo dos primeiros contatos com outros corpos e pela insurreição dos colonizados – se choca aos gestos frágeis por intermédio dos quais as crianças dirigem-se umas às outras. Lembrar-se disso, no agora do texto, viabiliza que também nos perguntemos sobre a possibilidade de narrar e de partilhar um mundo em que o passado não seja negado, mas ao mesmo tempo não seja a única força motriz dos encontros e das possibilidades de aliança política. Como podemos lidar com a nossa condição de seres inconclusos, com o fato de que, ao evocarmos o passado, nos encontramos com aquilo que desconhecíamos a respeito de nós mesmos? Talvez o pai da narradora tivesse se tornado um preto, quando o trabalho sobre o passado se tornou, ao mesmo tempo, uma elegia ao pai, o reconhecimento de que as mãos que escrevem sejam as mesmas que tocaram o corpo ácido, suado, envolto numa camisa encharcada de lágrimas do pai (Figueiredo, 2015, p.129) de quem se despedia. As mesmas mãos que nos auxiliam a reivindicar a legitimidade do passado lembrado na experiência pública, como esforço de invenção de novos modos de convivência. O livro não é um instrumento terapêutico apenas para a pessoa Isabela Figueiredo, que percebe que há numerosos aspectos que não foram levados em consideração na narrativa. Tornando-se médica de si e do mundo, como sugerido na perspectiva de Gilles Deleuze (1997) sobre a relação entre a literatura e a vida, Figueiredo viabiliza que interpretemos o mundo colonial e pós-colonial como “...conjunto de sintomas cuja doença se confunde com o homem.” (Deleuze, 1997, p.13). Documento histórico e fonte literária, o livro pode nos ajudar a compreender a necessidade de um desprendimento de si para que o passado da narradora possa ser um dos vetores de desestabilização do presente, como atitude crítica fundamental para um desdobramento da memória. O material escrito – uma correspondência entre passado e presente – se torna inconcluso diante das lembranças de outros retornados e de leitores, incialmente imprevisíveis. As lembranças de Figueiredo (2015) não se encaminham ao solipsismo, extravasando a vida individual, dirigindo-se a novas audiências, imiscuindo-se a outras memórias.

Elaboração do passado e trabalho narrativo: Em direção ao futuro

Embora o exercício de constituição de si só possa ser compartilhado num certo anacronismo em relação ao passado, a infância é evocada como a singela e constitutiva desatenção que se desenrolava em relação aos signos do tempo e da sociedade que se indicavam em determinados contextos. O anacronismo viabiliza que se reivindique a posição daquela que narra, sustentando-se, no entanto, na dispersão e na disjunção. A subjetividade revelada pela narrativa amplia a opacidade do “si mesmo”, submetido a

práticas narrativas que ainda dependem da leitura, exercício que se alimenta do trabalho sobre restos da escrita. Do mesmo modo, podemos considerar que o texto literário de Figueiredo permite uma relação oblíqua com o tempo histórico, não descrevendo quadros lineares ou cumulativos, mas viabilizando que se alcancem aspectos paradoxais de uma sociedade colonial. O exercício literário elabora imagens de si – da autora, da narradora, dos retornados à Portugal após a independência de Moçambique – que permitem que documentemos o passado, que possamos, do presente, fazer uma crítica ao que permanece do passado. O exercício literário de Figueiredo corresponde a uma tomada de posição em relação ao tempo. Ainda podemos lançar mão da perspectiva de Jacques Derrida (2014) sobre a relação entre o singular e o histórico, quando o pensador fora convidado a discutir a natureza da escrita literária que lida com a tensão entre o intraduzível e os efeitos de conjunto: “num traço autobiográfico mínimo, pode estar reunida a maior potencialidade da cultura histórica, teórica, linguística e filosófica ...” (Derrida, 2014, p. 62).

Na continuidade, o pensador franco-magrebino ainda afirma que “o traço, a data ou a assinatura – em suma, a singularidade insubstituível e intraduzível do único – é iterável como tal, fazendo e não fazendo parte do conjunto marcado” (Derrida, 2014, p. 62). Essa importante inconclusividade da relação entre os tempos na atividade literária – o passado a que se refere e o presente em que se inaugura a escrita – permite que se extravase a presumível relação entre o sujeito que se reconhece e o lugar enunciativo da narradora. O processo de subjetivação da narradora abre-se para um trabalho de Figueiredo sobre si mesma e, mais importante ainda, de um trabalho do presente sobre si mesmo. A leitura mobiliza o que resta naquilo que está escrito, garantindo que a autoevidência do presente se torne crítica. O sentido do texto literário não está definitivamente recolhido ao interior do que já está escrito. A leitura, no presente, pode contribuir para uma ampliação temporal do texto, permitindo que possamos nos dirigir a defesa de uma ontologia política da memória. No exercício literário forjado por Figueiredo, identificamos uma *performance* da relação do sujeito com o tempo, o que contribui para um manejo não psicologizante e nem dicotômico do colonialismo.

O exercício literário amplia o sentido da memória, viabilizando que possamos recolher algumas transformações que se deram na espessura do processo de subjetivação da narradora, que pôde se debruçar sobre as disjunções entre o eu e o si mesmo, ao transmitir para a comunidade de leitores o refazimento de uma narrativa sobre o passado interrompida no decurso do exercício da escrita. A montagem do texto literário é uma forma de relação com o que foi perdido, fornecendo uma imagem importante para nossas considerações teóricas e éticas sobre o estatuto político da memória.

A *performance* da relação entre o sujeito e o tempo histórico se estrutura na densidade temporal em curso para a composição do texto literário, podendo nos servir como referência estética e teórica para a ampliação do sentido de subjetividade. Perdendo-se como referência absoluta em que o eu coincidiria consigo mesmo, o exercício literário de Figueiredo (2015) nos inspira a defender a invenção de um espaço de elaboração político-subjetiva do passado, em que se interrompe todo fatalismo, mas em que se demanda uma ontologia política da memória. Esforços pessoais e coletivos de construção do passado incidem, diretamente, na ampliação do conceito de sujeito em profunda relação com a história. Neste sentido, a Psicologia pode se beneficiar dos exercícios críticos sobre documentos de cultura de modo a alcançar uma imagem menos fechada de nosso processo de subjetivação. O sentido meramente pessoal de uma escrita se rasura, uma vez que enxergamos condições históricas e políticas de enunciabilidade, também relacionadas ao que poderemos forjar sobre nós mesmos no encontro com o texto literário, peça importante para a interpretação do próprio presente.

O texto chega até nós, depois de ter sido incluído no conjunto de esforços pessoais e coletivos de práticas de memória em relação à experiência colonial. Extravasando o sentido de uma prática curativa que seja importante apenas para os próprios escritores, o livro pode nos ajudar a narrar sobre as nossas próprias feridas, no contexto brasileiro em que o passado de violências institucionais cometidas por funcionários do Estado durante a ditadura civil-militar tem sido caracterizado como inexistente, reiterando as mortes pretéritas, naturalizando a perda e a impossibilidade do trabalho do luto. Vivemos coletivamente sob a égide publicitária da negação do passado.

Guardando as devidas proporções dos contextos citados, podemos nos apropriar do que Isabela Figueiredo (2015) sugere em seu texto como uma narrativa inconclusa sobre aquilo mesmo que nos constitui como sujeitos, levando-se em consideração que não são indivíduos específicos os centros absolutos onde se encaminha a tarefa de cotejar passado e presente. São processos instituídos socialmente, incidindo de forma precoce e intermitente sobre nossas existências que viabilizam que se configurem experiências assujeitadas a assombração do passado. Abrir o passado ao escrutínio público parece ser o passo decisivo de uma prática de leitura dos textos literários que, de forma oblíqua, atingem uma imagem do presente, como citação do passado que não fora reconhecido. A narradora do livro de Figueiredo não encerra suas reminiscências apenas tentando encontrar um ponto final de resolução das inquietações pessoais e coletivas vividas pelos desterrados de Moçambique em Portugal, os mesmos que tiveram que lidar com a culpa em relação ao que fora vivido. A mescla da infância da menina branca com uma espécie de campo de concentração de negros não impedi a instauração de uma lírica em que história e subjetividade dialogam de forma contundente. É a perplexidade da menina que toca a sensibilidade da narradora. Mais uma vez, as crianças brancas e as crianças pretas não sabem o que fazer quando estão próximas, a filha do colonizador branco no portão a escutar os pedidos das crianças pretas e olhar aquelas roupas rotas e os meninos esfomeados. Haveria algo a oferecer? Enquanto os adultos não chegasse, haveria língua comum entre as crianças?

Eu e eles não falávamos a mesma língua. Apenas umas palavras soltas. Olhava-os muito, e eles a mim. Por exemplo, neste momento estou a olhá-los através do tempo, e há uma perplexidade nos seus olhos, um vazio, uma fome, e nos meus uma impotência, uma incompreensão que nenhuma razão poderá explicar. (Figueiredo, 2015, p.167)

Muitas vezes, a raridade da conexão entre as crianças no passado em Moçambique se estrutura como metáfora da incomunicabilidade entre passado e presente. No halo de distância linguística entre os pequenos, parte da tarefa do texto literário se estrutura, uma vez que o silêncio se torna o problema sobre o qual é preciso se debruçar. Não é fácil lidar com a lembrança da violência que viabilizou que aquele mundo existisse. Escrever sobre o passado colonial em Moçambique é uma forma de reivindicar o sentido político de memórias esparsas e divergentes. Escrever e narrar e não silenciar. O gesto que as crianças trocavam entre si é retomado, de modo a garantir que a objetificação dos corpos negros não se repita por intermédio de uma reminiscência que serviria de alibi para o esquecimento reiterado. O silêncio das crianças é recordado pelos risos que friccionam a atmosfera de condescendência com a violência colonial. No mesmo livro, Figueiredo também formula imagens dos adultos negros que tinham dificuldade de se aproximar da narradora branca quando, ainda criança, vendia algumas frutas no portão de casa. Como não sucumbir ao silêncio exasperante? A literatura pode ser um espaço de elaboração do que fora interrompido e silenciado, aparentando-se a experimentação da brincadeira infantil que sobressai diante do cenário de suposta obviedade e necessidade das relações sociais formais. Assim se dá também nas imagens que a narradora do livro em análise desdobra em relação às suas brincadeiras com meninos e meninas negras e negras. A narradora também se lembra da violência cometida no cerne das brincadeiras infantis, quando emerge a imagem da bofetada que desferiu em uma amiga de escola. A culpa não é o único tom da escrita. Lembrar e escrever não persistem na continuidade infernal da negação do passado, mas a interrompem. Os efeitos da guerra pela retomada do poder colonial de Portugal sobre Moçambique e outras antigas colônias são apresentados em diferentes camadas da narrativa. Há a lembrança de um primo que se matou, depois de ter servido ao exército, restando como par de olhos que despertaram na menina, o seu primeiro desejo. O exercício de Figueiredo se afirma como um enorme esforço de memória, diante das disputas que se iniciaram logo nos anos imediatamente posteriores à independência de Moçambique em torno do

que houve no passado. De seus parentes vencidos pela descolonização, a narradora sempre tinha ouvido que era preciso contar a sua versão da história.

Desterrada em Portugal, a narradora se compõe junto ao gesto de elaboração política e estética do passado. Realizando um trabalho que ainda não se findou, a escrita de Figueiredo contribui para a defesa de uma concepção de passado que dirige ao presente distintos apelos de reconhecimento e partilha. Vera Maquéa (2005) em conversa com o escritor moçambicano Mia Couto já havia permitido uma compreensão política da composição do passado, ao interrogar o escritor sobre a relação entre literatura e política. Restaurando um conjunto de imagens sobre a sua geração que se voltam ao exercício literário sobre Moçambique, após o contexto da independência em relação a Portugal, Mia Couto apontara, na entrevista, a constatação de que a identidade de Moçambique só poderia ser minimamente defendida após a independência, se fosse levada em consideração a multiplicidade de vetores que permitiram a diferentes exercícios literários e políticos – que interrogavam a possibilidade de construção de uma identidade nacional – a sua própria instauração. Posicionando-se criticamente em relação à ideia de Moçambique como unidade essencial – no passado – que deveria ser recuperada antes de toda a violência colonial, Couto lembra o quanto foi influenciado pela leitura de Guimarães Rosa, sugerido a ele pelo escritor angolano Luandino Vieira e efetivamente lido a partir dos anos de 1980, para que pudesse se voltar ao seu próprio país. Encontrando fora uma inspiração para pensar a rasurada identidade de Moçambique, Mia Couto parece valorizar a multiplicidade de referências para se pensar o próprio tempo histórico. A memória seria, de acordo com o exercício em curso na entrevista citada, uma tomada de posição em relação ao que é lembrado. Mia Couto se esforça por considerar a escrita literária como parte de um trabalho infindo sobre a identidade de um país que não deve negar a espessura de seu próprio passado e a incitação à pensar-se por intermédio do encontro com o outro, com o que vem de fora, com o que não encontra um espaço neutro de composição. Mia Couto reitera a sua definição de memória como construção:

Aprendi que a memória é realmente uma construção, que essa construção vive e convive com o seu próprio retrospecto e que, por via do recontar e do seu próprio repassajar, a história ganhava mobilidade e se converte numa outra composição. (Maquéa, 2003, pp. 2-3)

A composição de uma identidade que se forja na medida em que o exercício literário ganha densidade e continuidade se aproxima da tarefa política que nos colocamos em relação a elaboração do passado. Reivindicar a multiplicidade de memórias se coaduna ao exercício de Isabela Figueiredo (2015) em relação ao passado colonial, contexto contemporâneo de lembranças de infância. A contribuição de Figueiredo a elaboração do passado se soma a leitura crítica de Mia Couto a respeito de uma história que não se configura sem a devida reflexão sobre sua espessura e inacabamento. A memória pessoal da narradora em Figueiredo (2015) se converte, assim, em parte da memória coletiva e política de uma terra inventada, expressão de uma atitude política que não se compraz com a culpa e nem com o julgamento, uma vez que se sustenta na abertura do tempo histórico e na interpretação das condições políticas de uma reminiscência. Lembrar se coaduna com não esquecer aquilo que é parte de nossa relação incontornável com o que foi perdido e com aquilo que precisa ser visto, para que não mais se repita. Além disso, a fratura identitária do presente não deve ser superada diante de concepções essencialistas a respeito da origem ou da natureza do passado. Após escrever o livro, Isabela Figueiredo (2015) ainda se deparará com a inconclusividade da própria vida lembrada, dirigindo-se a audiências que não previa inicialmente, reportando-se aos desejos de viagem ao Brasil. Como antídoto ao veneno do esquecimento compulsório, o livro de Figueiredo se converte em homenagem ao pai, em afastamento em relação ao pai, em tentativa de se aproximar da amplitude política de um contexto que não poderia ser encerrado em uma vivência individual. Voltar-se ao ser que findou não apaga o calor da terra que se considerava extinta pelo fogo da guerra e do tempo. É preciso lembrar para que o horror de uma sociedade colonial não seja esquecido,

uma vez que ele é parte constitutiva da história de nossa própria formação cultural. Mas, também, é preciso lembrar para que a centelha de comunicabilidade possa ainda revelar o impensado de nossa própria forma de pensar. Ocupar-se das imagens do passado pode garantir a desmontagem dos assujeitamentos coletivos e pessoais a que somos submetidos. Lembrar, deste modo, não seria apenas uma constatação do que já nos aconteceu, mas também uma centelha do que se pode esboçar em relação ao futuro. Desta forma, poderemos nos deslocar.

A noite caiu longa, e a noite é o teu dia. Vais adaptar-te. Uma vida tem muitas vidas, tu sabes. É a primeira noite que dormes na rua. Que não tens cama. Estás eufórica. Como vai ser a tua primeira noite? A que casa regressarás? Quanto tempo permanecerás sobre a cova onde o teu passado apodrece? Não devias pisar a tua campa. Pra onde vais? Pra onde vais, agora? (Figueiredo, 2015, p.171)

Referências

- Benjamin, Walter (2008). *Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense.
- Butler, Judith (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Autêntica.
- Deleuze, Gilles (1997). *Crítica e clínica*. Editora 34.
- Derrida, Jacques (2014). *Essa estranha instituição chamada literatura*. UFMG.
- Figueiredo, Isabela (2015). *Caderno de memórias coloniais*. Todavia.
- Maquéa, Vera (2005). Entrevista com Mia Couto. *Via Atlântica*, 8, 205-217. <https://doi.org/10.11606/va.v0i8.50021>
- Mbembe, Achille (2019). *Poder brutal, resistência visceral*. n-1.
- Seligmann-Silva, Márcio (2013). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Editora Unicamp.

Recebido em: 29/09/2019

Aprovado em: 16/03/2020

Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: Da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade

Estudios de las masculinidades en la psicología brasileña:
De la invisibilidad de la crítica a la crítica de la invisibilidad

The studies of masculinities in brazilian psychology:
From the invisibility of the critic to the critic of the invisibility

Daniel de Castro Barral *

danieldecastrobarral@gmail.com

Valeska Zanello **

valeskazanello@uol.com.br

* Mestre em Psicologia clínica e cultura na Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-0427-3255>

** Professora Associada II (Psicología Clínica) na Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-2531-5581>

Resumo

O presente trabalho realizou uma análise dos discursos de um corpus documental montado a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre masculinidades dentro do campo das psicologias no Brasil, baseada nas plataformas “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PePSIC”, “LILACS” e “SciELO”, empreendida entre junho e dezembro de 2018. Foram identificados, dentro desse campo, três temas em torno do objeto “masculinidades”: “Saúde”, “Violência contra a mulher” e “Representações”. Em todos os três temas pôde-se observar o aparecimento transversal da assertiva de que os homens são invisíveis, ignorados ou desconsiderados. A invisibilidade masculina foi analisada como enunciado organizador de certa fatia da produção discursiva da ciência psicológica brasileira, que tem utilizado ou referenciado os estudos das masculinidades. Foram considerados os possíveis efeitos políticos e epistemológicos.

Palavras-chave: Masculinidades; Psicologia; Revisão; Enunciado.

Resumen

El presente trabajo realizó un análisis de los discursos de un corpus documental ensamblado a partir de una revisión sistemática de la literatura sobre masculinidades en el campo de las psicologías en Brasil, a partir de las plataformas “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PePSIC”, “LILACS” y “SciELO”, realizadas entre junio y diciembre de 2018. Dentro de este campo, se identificaron tres temas en torno al objeto “masculinidades”: “Salud”, “Violencia contra la mujer” y “Representaciones”. En los tres temas, fue posible observar la aparición transversal de la afirmación de que los hombres son invisibles,

ignorados o despreciados. La invisibilidad masculina fue analizada como un enunciado organizador de una determinada porción de la producción discursiva de la ciencia psicológica brasileña, que ha utilizado o referenciado los estudios de masculinidades. Se consideraron posibles efectos políticos y epistemológicos.

Palabras-clave: *Masculinidades; Psicología; Revisión; Enunciado.*

Abstract

The present work carried out an analysis of the discourse of a documentary corpus assembled from a systematic review of the literature on masculinities within the field of psychologies in Brazil, based on the platforms “IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos”, “IndexPsi Divulgação Científica”, “PeP-SIC”, “LILACS” and “SciELO”, carried out between June and December 2018. Within this field, three themes were identified: “Health”, “Violence against women” and “Representations”. In all three themes, it was possible to observe the transversal appearance of the assertion that men are invisible, ignored or disregarded. Male invisibility was analyzed as an organizing statement of a certain slice of the discursive production of Brazilian psychological science, which has used or referenced the studies of masculinities. Possible political and epistemological effects were considered.

Keywords: *Masculinities; Psychology; Systematic Review; Enunciation.*

Introdução

Os estudos das masculinidades têm ocupado uma posição cada vez maior de destaque em diversos campos de saber na atualidade (APA, 2018). Com início entre 1960-1990 (Badinter, 1993; Hoenisch & Cirino, 2010; Medrado, Lyra, & Azevedo, 2011; Welzer-Lang, 2004; Zanello, 2018), eles surgiram pela primeira vez nos Estados Unidos, influenciados pelo movimento feminista, mais especificamente, durante a segunda onda do movimento.

Para autores/as como Badinter (1993), Scott (1995), Welzer-Lang (2004) e Arilha, Unbehaum e Medrado (2001), os estudos das masculinidades divergiram em seus principais postulados, formando duas linhas distintas, após seu início na década de 70: uma manteve sua base epistemológica dentro do feminismo e assumiu “gênero” como um fenômeno de natureza social, historicamente construído e culturalmente manifestado, marcado por relações de poder desiguais e hierárquicas. Para esta perspectiva, por ser gênero uma categoria política-relacional, seria impossível estudar os homens sem fazer referência às experiências das mulheres. A outra linha assumiu uma ideia de “masculinidade”, ainda que de forma não elaborada ou proposital, como um fenômeno biológico ou psicológico (arquetípico, por exemplo) em si mesmo, a-histórico, separado dos estudos sobre as mulheres. Para Scott (1995), essa última abordagem retirou o aspecto histórico e relacional do “gênero”, além de desconsiderar seu aspecto político de distribuição desigual de poder entre os sexos.

Dentre os pressupostos comuns à primeira linha, destaca-se a ideia de que o comportamento masculino é socialmente moldado durante o processo de socialização que transforma em “homem feito” cada jovem rapaz. Para o autor Daniel Welzer-Lang (2001), para se tornarem “homens feitos”, os jovens homens atuam em uma imitação de comportamentos prototípicos masculinos que são aprendidos através de um “mimetismo de violências” (2001, p. 463). Essas violências são tanto voltadas contra si mesmo (embrutecimento físico e emocional de si), como direcionadas para os outros (homens e mulheres), em um segundo momento do desenvolvimento. Esse processo de socialização é feito entre os pares, no que o autor denominou a “casa dos homens” e obedece uma hierarquia social rígida que privilegia a masculinidade hegemônica¹ (o “machão” branco, hétero e de valores tradicionais) através da opressão das masculinidades subalternas (todo homem que saia dos padrões de masculinidade tradicional ou que se afemenize de alguma forma) e, especialmente, das mulheres (Welzer-Lang, 2001).

No Brasil, a pressão para se conformar a esse jogo de subordinação e violência se materializa em conjuntos heterogêneos de práticas, instituições e crenças, caracterizando um “dispositivo”², um emaranhado de fenômenos sociais que configuram caminhos privilegiados de subjetivação (Zanello, 2018). Segundo Zanello, esse caminho seria marcado pelo “dispositivo da eficácia” para os homens e teria como base dois pilares fundamentais: as virilidades laborativa e sexual. Essas podem ser traduzidas pelo imperativo de ser trabalhador/provedor (e visar o acúmulo material e o status como chancelas de sucesso) e apresentar uma boa performance sexual (marcada pela duração, tamanho e rigidez da ereção, e pela quantidade de relações “ativas”). Essas características seriam então fundamentais para atribuir ao homem um lugar de maior ou menor prestígio nas hierarquias das masculinidades, perfazendo intersec-

1 Para Connell e Messerschmidt (2005), uma reavaliação crítica do conceito de masculinidade hegemônica precisa de uma compreensão complexa de hierarquia que entenda a realidade social e construída dos jogos de poder entre os homens evitando a naturalização ou reificação de comportamentos gendrados. A masculinidade hegemônica aqui, portanto, será compreendida como um lugar dinâmico segundo as regras da geografia complexa das hierarquias de poder masculino. Entretanto, segue que apesar de nenhum homem alcançar em definitivo esse posto fugidio ele exerce poder e influência sobre todos.

2 “Através deste termo [dispositivo] tento demarcar ... um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos” (Foucault, 1979, p. 244)

cionalidades³ importantes com questões raciais e de orientação sexual. A configuração de tal dispositivo estabelece os parâmetros através dos quais os homens julgam uns aos outros e a si mesmos, possuindo, portanto, caráter identitário e configurador do psiquismo de cada homem (Zanello & Bukowitz, 2011).

Filósofas e pesquisadoras feministas no Brasil têm apontado que a linha a-crítica dos estudos de gênero e masculinidades têm ganhado força na psicologia brasileira. Sandra Azerêdo, por exemplo, em seu texto “Encrencas de Gênero nas teorizações em psicologia” (2010), sublinha o crescimento de um entendimento problemático de gênero na produção científica em psicologia nacional e se pergunta acerca de um possível adestramento do potencial revolucionário do gênero na ciência psicológica de nosso país. A autora aponta como evidência a citação repetitiva do texto de Joan Scott “*Gênero, uma categoria útil para o estudo da história*” (1995), a qual ela tem observado na literatura nacional. Em uma revisão sistemática anterior (Barral, Richwin, & Zanello (no prelo))⁴, os presentes autores constataram problema idêntico, mesmo tendo se passado 9 anos desde a publicação do texto de Azeredo.

Partindo dessas premissas, o presente trabalho visa dar continuidade a outra pesquisa, previamente realizada, na qual se tratou de fazer um levantamento e mapeamento da literatura científica psicológica sobre homens e masculinidades, publicada no Brasil, e que levasse em consideração contribuições dos estudos feministas de gênero ou sobre as masculinidades (Barral, Richwin, & Zanello (no prelo)). No mapeamento, buscou-se levantar características gerais de 31 artigos encontrados, por áreas, autores, e análise/categorização temática e metodológica. O objetivo do presente artigo é analisar quais são os discursos e sentidos presentes no entendimento de masculinidades, utilizados pelos autores, nessa mesma amostra de artigos elencados através da revisão sistemática da literatura. A pergunta norteadora foi: Como essas pesquisas que são influenciadas de alguma forma pelos estudos das masculinidades têm usado as referências teóricas da área? Em outras palavras, o objetivo foi, a partir do que estava escrito, dar relevo ao discurso dos textos, dar-lhe foco e problematizá-lo.

Importante frisar que no presente trabalho utilizaremos ‘homem’ para falar dos indivíduos socialmente reconhecidos como do sexo masculino (indivíduos que acessem privilégios masculinos em qualquer quantidade ou proporção) e falaremos de ‘masculino(a)’ para falar de qualidades e ou características destes homens. Por fim, usaremos ‘Masculinidades’ para falar dos modelos de subjetivação, ou coleção de características, crenças e posição social, acessíveis aos homens, em determinado momento histórico e cultural, sustentados por suporte simbólico, social e material. O conceito de masculinidades engloba tanto as masculinidades hegemônicas, como as subalternas (Connell & Messerschmidt, 2005; Welzer-Lang, 2001).

Método

De junho a dezembro de 2018, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas principais bases de dados que compõem a plataforma da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) dentro da temática “psicologia”, dado que a mesma é uma referência em nosso país para esse campo. As bases de dados selecionadas foram o SciELO, LILACS, PePSIC, IndexPsi Divulgação Científica e IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos, por estarem entre as maiores, dentro da área. Em cada uma dessas bases, foram pesquisados os seguintes descritores: (psi\$ OR psy\$ OR “saude mental” OR “mental health” OR “salud mental” OR “sante mentale”) AND (masculinidade OR masculinidad OR masculinity OR masculinité OR genero OR gender OR genre). A estratégia de coleta dos dados foi criada a partir dos Descritores

³ Para Crenshaw (1989) interseccionalidade é um referencial de análise que supõe que a experiência vivida por alguém atravessado por múltiplos marcadores sociais de inferioridade é qualitativamente diversa da soma desses marcadores tomados individualmente. Uma mulher negra, por exemplo, não experiencia ser mulher e ser negro mas experiencia sim ser uma mulher negra como algo diferente da soma simplista desses marcadores.

⁴ Barral, D., Richwin, I. F., & Zanello, V. (prelo). Os estudos das masculinidades na psicologia brasileira: uma revisão sistemática da literatura nacional. In Flávia C. Lemos (Org.). Formação em Saúde Mental Coletiva. CRV.

em Ciências da Saúde (DeCS), utilizados para indexação em todas as bases que compõem a BVS. Não houve delimitação temporal.

Foram levantados, no total, 1.102 artigos; desses, 69 foram resgatados no IndexPsi Periódicos Técnico-Científicos, 20 no IndexPsi Divulgação Científica; 166 no PePSIC, 300 no SciELO e 547 no LILACS. Após filtragem por critérios de seleção e exclusão permaneceram apenas 31 artigos que tinham pelo menos 1 autor(a) brasileiro(a) com algum grau de formação em psicologia e pelo menos um autor(a) referendado(a) nos estudos de gênero e masculinidades incluso(a) na bibliografia.

Ou seja, nessa pesquisa, constatou-se o baixo número de artigos brasileiros no campo da psicologia que se apropriam dos estudos das masculinidades para pensar e compreender as masculinidades e os fenômenos psicológicos e sociais a elas relacionadas.

Essa mesma amostra de artigos foi utilizada no presente trabalho, porém com um objetivo e um recorte metodológico diferentes. O objetivo foi realizar uma espécie de radiografia desses textos, optando pela análise de recortes seriados retirados do corpus documental e agrupados em “enunciados”, como compreendido por Foucault (1970, 1995).

Buscou-se assim, primeiramente, identificar, nos artigos, quais estratégias de visibilidade têm sido dadas ao fenômeno da masculinidade no campo da psicologia brasileira. Em outras palavras: como se configura o regime de luzes⁵ que apresenta o objeto dentro desse campo de saber? Quando falamos sobre masculinidades na psicologia brasileira, o que exatamente falamos sobre como essa masculinidade se estrutura e se mostra? O que estamos dizendo sobre essas masculinidades? O que poderíamos dizer sobre elas?

Após a leitura dos artigos que compunham o resultado da revisão sistemática da literatura ($N=31$), foram extraídos todos os parágrafos que se referiam a “homens”, “masculino”, “masculinidade”, “macho” e similares. Foi retirada a menor parte necessária para manutenção de sentido e esses fragmentos foram entendidos como “acontecimentos discursivos” sendo a menor unidade de análise da presente amostra (Foucault, 1995). Essas unidades foram identificadas por autor, página e ano, e o conjunto delas formou o corpus documental analisado no presente trabalho.

Foucault (1995) define um acontecimento discursivo como:

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (Foucault, 1995, p. 30)

Assertivas, pressupostos, referências a outras pesquisas, resultados e conclusões foram todos considerados e lidos repetidas vezes, dentro da tentativa de se construir uma topografia ou radiografia de como o discurso sobre o “homem”, dentro do campo da psicologia brasileira, tem se comportado. Em relação às referências a outras pesquisas, elas também foram consultadas, quando se mostraram essenciais para a compreensão da interpretação sugerida ou assumida pelo(s) autore(s), como por exemplo em citações.

5 Regime de Luzes é uma forma de se referir ao conjunto de forças de um dispositivo responsável pela produção de visibilidades de um dado objeto. É o regime de produção de fazer ver sob uma determinada luz e não outra. Determinar quais aspectos receberão visibilidade e quais serão deixados no escuro. Do que se falará muito e o que se omitirá como irrelevante. (Deleuze, 1990)

Esses acontecimentos discursivos foram organizados dentro de temas identificados através da leitura repetitiva do corpus documental. O critério para a identificação desses temas foi o assunto ou campo dentro da psicologia a que cada acontecimento discursivo se referiu.

Em suma, realizou-se uma análise dos discursos vigentes nesses artigos, através da releitura crítica-política dos fragmentos identificados e sistematizados pela leitura exaustiva do material, tendo como objetivo dar foco e destaque aos sentidos dados às masculinidades na psicologia brasileira.

Foram considerados 863 acontecimentos discursivos dentro do campo, os quais foram separados em 177 enunciados dentro de 21 temas diferentes. No presente trabalho, apresentamos apenas os 3 temas mais abrangentes e relevantes (que englobaram grande parte dos enunciados). É importante ressaltar que os acontecimentos discursivos categorizados nesses três temas estão presentes em 19 dos 31 artigos encontrados, caracterizando o presente trabalho como uma análise parcial da literatura por desconsiderar 12 dos artigos levantados pela análise sistemática anterior. Esses 12 artigos serão analisados em um trabalho posterior.

Resultados e discussão

Os três temas mais abrangentes foram: “saúde” (acontecimentos discursivos no contexto da saúde do homem e da inserção do homem no sistema de saúde), “violência contra a mulher” (acontecimentos discursivos no contexto do debate acerca da violência contra a mulher no Brasil) e “representações” (acontecimentos discursivos acerca das representações sociais, na mídia ou na ciência) dos homens e das masculinidades.

O primeiro tema identificado foi a Saúde do homem no Brasil, segundo o olhar da psicologia. Ao longo do corpus, foi repetitivamente detectada a “invisibilidade” dos homens na saúde. Ou seja, como eles e seus problemas específicos, de saúde física e mental, não são vistos, qualificados e atendidos pela rede de saúde.

Como exemplo, Martins, Gazzinelli, Almeida e Modena (2013), ao analisar a concepção de psicólogos quanto ao atendimento de homens com câncer em Belo Horizonte-MG afirmam que:

Nesse sentido, constata-se a invisibilidade e o silenciamento das demandas masculinas nos serviços de oncologia. Deve-se considerar que não se trata da ausência da demanda masculina, mas, por apresentarem suas necessidades de forma distinta às das mulheres e de um modo com o qual os profissionais de saúde estão pouco familiarizados, os homens não possuem suas necessidades reconhecidas, conforme aponta uma das entrevistadas. (Martins et al., 2013, pp. 63-64)

Nesse fragmento, identificamos uma suposta “invisibilidade” masculina no sistema de saúde. Esse enunciado foi bastante repetido ao longo do corpus documental, assim como reconhecido em vários estudos na área (Alves, Silva, Ernesto, Lima, & Souza, 2011; Martins, Abade, & Afonso, 2016; Martins, Almeida, & Modena, 2013; Martins, Gazzinelli, Schall, & Modena, 2014). Porém, para além do não atendimento adequado das demandas dos homens, identificamos nessa citação outro importante argumento “Deve-se considerar que não se trata da ausência da demanda masculina, mas, por apresentarem suas necessidades de forma distinta às das mulheres e de um modo com o qual os profissionais de saúde estão pouco familiarizados” (Martins et al., 2013:63-64). Esse encadeamento nos leva a uma próxima proposição que tem por intenção explicar este fenômeno da invisibilidade masculina na Saúde: a feminilização da mesma.

A feminilização da Saúde é definida no corpus como uma especialização dos serviços e profissionais de Saúde em tratar apenas de mulheres, crianças e idosos. Entrevistando estudantes de psicologia em um grupo focal, Martins et al. (2016) afirmam, por exemplo, que:

As falas dos entrevistados indicam a existência de uma “pactuação” social em que a mulher, comumente percebida como o “sexo frágil” e, portanto, carente de maiores cuidados de saúde, encontra legitimidade social para exercer o cuidado de si e dos outros. Já os homens, tendo em vista sua representação ligada ao trabalho produtivo e à invulnerabilidade, não encontrariam no campo organizacional a mesma autorização social para se ausentar de suas atividades laborais, da mesma forma como o fazem as mulheres. (Martins et al., 2016, p. 174)

Essa afirmação de uma “pactuação social”, que reforça estereótipos de gênero, invisibilizando os homens e privilegiando as mulheres, foi recorrente no corpus documental, de forma explícita e implícita (Alves et al., 2011; Borges & Seidl, 2012, 2013; Martins et al., 2016).

Essa feminilização da saúde não se daria como um projeto intencional, mas sim devido à reprodução dos estereótipos de gênero que veriam as mulheres como vulneráveis e necessitadas de ajuda, e os homens como fortes e invencíveis. Quanto a isso, Martins, Gazzinelli et al. (2013) citam os trabalhos de Lago e Muller (2010) e Tonelli e Muller (2011) “Os homens, por sua vez, são comumente representados culturalmente como fortes e invulneráveis, abdicando assim da necessidade de formulação de políticas públicas e projetos terapêuticos específicos (Lago & Muller, 2010; Toneli & Muller, 2011).” (Martins, Gazzinelli et al., 2013:62).

Ainda são trazidas como explicação para o afastamento dos homens do sistema de saúde, a ideia de que o adoecimento seria uma ameaça ao ideal de masculinidade, uma relação problemática e baseada em tabu e vergonha com o próprio corpo e uma impossibilidade de faltar ao trabalho para realizar exames, além do medo de que a descoberta de alguma doença resulte em demissão.

Como exemplo do argumento de que adoecer seria uma ameaça ao ideal de masculinidade forte e viril, Andrade e Maluf (2017) relatam a seguinte entrevista com um usuário do CAPS

Os homens também são afetados pela ideia de que, sendo o “sofrimento mental” de “natureza feminina”, são deslocados do lugar conferido a eles em suas relações, como mostrou o relato de Daniel, um dos interlocutores. Enquanto falava dos transtornos mentais durante uma de nossas interlocuções, disse: “Transtorno Bipolar é coisa de fresco [homossexual].” Para ele, havia transtornos que eram específicos das mulheres, e o transtorno bipolar era um deles. (Andrade & Maluf, 2017, p. 815)

Esse entendimento de que a fragilidade imposta pelo adoecimento é experienciada como uma subtração da masculinidade individual é recorrente na amostra tanto para o adoecimento mental (Andrade & Maluf, 2017; Zanello, Fiuza, & Costa, 2015) quanto para o adoecimento físico, em especial câncer (Alves et al., 2011; Martins et al., 2014; Modena, Martins, Gazzinelli, Almeida, & Schall, 2014).

A segunda explanação para o fenômeno se refere ao modo como a corporeidade é experienciada nas masculinidades. Para alguns autores (Borges & Seidl, 2012; Martins, Gazzinelli et al., 2012; Martins et al., 2014), a corporeidade masculina seria cercada de tabus e interdições, como exemplificam Martins, Gazzinelli, Almeida e Modena (2012) ao citar o trabalho de Gomes et al. (2008)

Conforme aponta Gomes et al. (2008) o corpo masculino é marcado por uma interdição social que regula o que pode ou não ser exposto. Tratando-se das nádegas e do ânus, esta região é marcada por um conjunto de simbolismos, o que faz que o toque retal,

comumente utilizado como método preventivo e de controle do câncer de próstata, seja percebido como uma violação da masculinidade. (Martins et al., 2012, p. 79)

O terceiro fenômeno invocado para explanar o afastamento masculino dos sistemas de saúde seria a relação dos homens com o trabalho e a importância identitária deste na subjetivação masculina. Essa importância é reconhecida por várias das pesquisas que compõem o presente corpus documental (Alves et al., 2011a; Borges & Seidl, 2012; Zanello et al., 2015) e pode ser exemplificada no excerto do artigo de Zanello et al. (2015) “O que se percebe entre os homens é um funcionamento de autoexigência imensa, que se faz mortal no caso das neuroses, onde o sujeito tem que trabalhar ‘até na hora da morte’, o que se realiza via delírio naqueles que funcionam numa psicose” (p. 244).

Apesar de não haver unanimidade na interpretação de que o valor do trabalho para as masculinidades explique o afastamento do sistema de saúde, uma quantidade significativa de autores trazem essa relação identitária como explicação plausível (Borges & Seidl, 2012, 2013; Martins et. al., 2012) enquanto outros questionam a efetiva influência desta dimensão e ressaltam a socialização como fator de maior peso; ou seja, mesmo reconhecendo o valor central do trabalho no psiquismo masculino, levantam questões como o número crescente de mulheres empregadas formalmente que não apresentam o mesmo problema, ainda que com jornadas duplas ou triplas de trabalho (Alves et al., 2011; Campos, Ramalho, & Zanello, 2017).

O argumento da invisibilização dos homens na saúde poderia ser resumido então da seguinte maneira: culturalmente pensamos os homens como fortes e como sujeitos que não necessitam de atenção e cuidado; o que levou os sistemas de Saúde a se organizar ignorando as demandas masculinas, para focar nas demandas femininas, resultando em despreparo para atendimento e escuta das questões masculinas e subsequente invisibilização dos homens no sistema de saúde. Por fim, a solução proposta para essa invisibilização, seria uma reforma dos sistemas de saúde para adaptá-los às demandas masculinas.

Esta interpretação do fenômeno, entretanto, não é unânime na amostra. Alguns autores/as, enquanto reconhecem a maior prevalência de mulheres nos serviços de saúde, especialmente para acompanhamentos e exames preventivos, atribuem esse fenômeno à medicalização do corpo feminino, documentada na história brasileira durante os séculos XIX, XX, XXI (Andrade & Maluf, 2017; Costa, Nardi, & Koller, 2017; Zanello & Silva, 2012). Com a influência do discurso eugênico e positivista importado da Europa para o Brasil, o corpo feminino foi visto como um objeto importante para controle e estudo das ciências médicas e biológicas que reforçaram repetidamente a importância de que mulheres fossem acompanhadas por médicos durante toda a sua vida para que houvesse controle social de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), da degeneração da espécie e para que houvesse controle da “qualidade” da procriação, evitando a miscigenação racial (Foucault, 1974/75; Carrara, 1996). A maior presença feminina hoje no serviço de saúde não se deveria, portanto, a uma preferência dos profissionais em atender pacientes mulheres, mas sim, como um efeito dessa política de submissão do corpo feminino às ciências médicas.

O segundo tema em que os homens são pensados na psicologia brasileira é a violência contra a mulher. Nesta, investigaremos também a proposição de uma suposta invisibilidade masculina nos textos que tratam da violência contra a mulher no Brasil.

Inicialmente, assim como na saúde, um número expressivo de autores da presente amostra (Marin, Araújo, & Espin, 2008; Medrado, Lemos, & Brasilino, 2011; Pimentel, 2010) concorda que parece haver algo na socialização masculina que interfere diretamente na questão da violência de gênero. Como exemplo, Medrado e Mello (2008), ao citar a pesquisa de Acosta e Baker (2003), lembram que

No Rio de Janeiro, foi entrevistado em 2003 um total de 749 homens, com idade entre 15 e 60 anos, dos quais 25,4% afirmaram ter usado violência física contra a parceira, 17,2% informaram ter usado violência sexual e 38,8% afirmaram ter insultado, humilhado ou ameaçado pelo menos uma vez a parceira. O mesmo estudo revelou que visões

conservadoras e tradicionais sobre o que significa ser homem estavam altamente relacionadas ao uso da violência contra as mulheres (Acosta & Barker, 2003). (Medrado & Mello, 2008, p. 80)

A pesquisa referenciada nesse trecho estabelece uma relação entre visões tradicionais de masculinidade e predisposição à violência contra mulher. Essa ligação pode ser observada em outros textos, nos quais se afirma o encadeamento entre aspectos tradicionais da masculinidade e predisposição à violência (Guerra, Scarpati, Brasil, Livramento, & Silva, 2015; Medrado & Mello, 2008; Muszkat, 2008; Pimentel, 2010). Destaca-se, aqui, a noção de poder e hierarquia que aparece constantemente associada ao gatilho da violência psicológica, como são os casos clínicos investigados por Muszkat (2008) e a amostra investigada por Pimentel (2010), exemplificados nos excertos:

Nesse sentido, pode-se afirmar que a violência intrafamiliar possui como fundamento, não só a hierarquia entre os gêneros no caso da violência praticada pelo marido ou companheiro contra a esposa ou companheira, como também, o poder patriarcal, estigmatizado na figura do “homem da casa”. (Pimentel, 2010, p. 150)

e “A resposta violenta visa, com frequência, o resgate da autoestima através de uma demonstração de poder sobre a mulher, condição esta entendida como essencial e natural para a manutenção da virilidade e masculinidade dentro do sistema de valores aqui discutido” (Muszkat, 2008, p. 130).

Nos artigos em que apareceu o tema da violência contra a mulher, é possível falar em consenso da maioria dos autores acerca das assertivas expostas acima, além disso, a prevalência de autores de violência homens e vítimas de violência mulheres, é creditada à socialização masculina e à opressão exercida pelos homens contra as mulheres(Marin et al., 2008; Medrado et al., 2011; Pimentel, 2010). Entretanto, não parece haver consenso acerca de como lidar com esse fato. Apesar de poder-se dizer que todos defendam um posicionamento crítico, o que exatamente se entende por criticidade varia. Enquanto uma parcela dos textos entende que as relações violentas são resultado de uma hierarquia social que produz opressão contra as mulheres e privilégios para os homens (Guerra et al., 2015; Muszkat 2008; Pimentel, 2010) outra parcela, por mais que concorde e reconheça a materialidade histórica da opressão contra as mulheres, faz a ressalva de que a estigmatização das masculinidades é uma solução belicosa para o problema, produzindo novas modalidades de violência (Medrado et al., 2011; Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006).

Como exemplo desse último tipo de discurso, temos os artigos de Oliveira & Souza (2006) e Medrado et al. (2011), os quais acusam a posição contrária (que relaciona violência com a hierarquia) de ser uma compreensão binária e reducionista de gênero, que estigmatizaria os homens e cristalizaria as mulheres em posições de vítimas (Medrado et al., 2011; Oliveira & Souza, 2006 :

Para se enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher faz-se necessário considerá-la efetivamente como uma violência de gênero, em sua dimensão relacional, com suas marcações políticas, históricas e culturais, e não uma violência de sexo, restrita exclusivamente ao corpo e/ou à experiência de mulheres ou dos considerados “agressores”. (Medrado et al., 2011, p. 477)

Importante destacar que os posicionamentos desses textos divergem bastante, enquanto Medrado et al. (2011) e Medrado e Mello (2008) trazem que há lacunas importantes na implementação das políticas

de enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente no tocante às políticas voltadas para os agressores e trazem a perspectiva relacional como forma de suprir essa falta; Oliveira e Souza (2006) trazem a perspectiva relacional como superior à visão feminista do fenômeno que é entendida como “ultrapassada”.

Além disso, o texto de Oliveira e Souza (2006) destaca os efeitos deletérios sobre os homens que uma abordagem “dualista-maniqueísta” poderia trazer:

O autor de violência contra a mulher é execrado publicamente e depois convidado a voltar ao “convívio social”. Vemos então que se trata de uma farsa a tal “recuperação”, pois o processo que inclui a chegada do “agressor” à delegacia até a sua sentença parece contrariar a proposta seguinte à pena. Trata-se de um processo punitivo, vingativo. Depois que somos vingados com a prisão do homem “violento”, aí imaginamos que se poderá “reinseri-lo na sociedade”. Raramente, apostamos na criatividade destes homens para além de atos violentos. (Medrado & Mello, 2008, p. 84)

Deve-se considerar também que a cobrança social em torno da autossuficiência masculina e a carência de políticas públicas que possam acolher o sofrimento masculino a partir de uma visão de gênero não dicotômica contribuem para que o homem não denuncie a violência. Em alguns casos, sequer é permitido ao homem sentir-se violentado no processo dinâmico que caracteriza a violência entre casais. (Oliveira & Souza, 2006, p. 41)

Destaca-se, aqui, que se reconhece que homens são estatisticamente mais propensos a cometer violência de gênero e que essa propensão é provavelmente explicada por uma hierarquia de poder, historicamente construída, em relação às mulheres. Porém se critica o trato que o Estado e a ciência têm dado à questão, por ser supostamente reducionista e essencialista, estigmatizando os homens e reproduzindo violências ao invisibilizar os homens como sujeitos. Defende-se então que a psicologia deveria migrar de uma compreensão “binarista” para uma compreensão relacional da violência de gênero, reconhecendo responsabilidades de ambas as partes (Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006; Quayle, 2006).

Quando apenas as mulheres são ‘acolhidas’, ‘fortalecidas’ e ‘empoderadas’ pelo atendimento psicológico, ou mesmo quando os homens são atendidos, mas unicamente na condição de agressores que precisam ser conscientizados para que outras mulheres não sejam violentadas, nos perguntamos: que violência está sendo trabalhada e que violência está sendo produzida pelos psicólogos? (Oliveira & Souza, 2006, p. 46)

O discurso presumido seria então o de que, nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, existiria uma representação prevalecente de homem como sinônimo de agressor e uma ênfase excessiva nas características mais problemáticas da masculinidade hegemônica, o que invisibilizaria a pluralidade e a complexidade do homem enquanto indivíduo capaz de se reinventar, congelando-o em uma posição estigmatizante.

Cabe ressaltar que nenhum dos autores aqui citados nega a opressão contra as mulheres ou os efeitos materiais e psicológicos resultantes do machismo e da realidade histórica do patriarcado. Entretanto, alguns autores optaram por falar sobre os efeitos colaterais das políticas de proteção à mulher e dos supostos danos que estes causam aos homens, enquanto outros falam do papel da masculinidade hegemônica sobre a perpetuação e a perpetração da violência contra a mulher. É essa escolha consciente que está sendo analisada no presente trabalho como regida por um enunciado de Invisibilidade Masculina.

O último tema que será analisado são as representações dos homens na mídia e no público geral. Neste tema, também foi identificada a invisibilização dos homens como uma afirmação recorrente (Martins et al., 2012; Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006). Martins et al. (2012) trazem um estudo do Instituto Alan Guttmacher para ilustrar a invisibilidade das especificidades masculinas enquanto assunto relevante na comunidade internacional: “Conforme aponta estudo do Instituto Alan Guttmacher, os homens passam desapercebidos em importantes documentos mundiais, como, por exemplo, a Declaração do Milênio, em especial, as Metas do Milênio.” (Martins et al., 2012, p. 74).

Assim como na saúde e na violência de gênero, as assertivas reunidas sobre as representações de quem é o homem moderno, ratificam os problemas das masculinidades tradicionais e identificam a manutenção de uma cultura sexista no Brasil (Almeida, Lima, Albuquerque, & Antunes, 2005; Guerra et al., 2015; Hoenisch & Cirino, 2010).

Por qualquer ângulo em que se veja a figura masculina, ela continua associada à força e ao poder. Durante muito tempo, acreditou-se que o homem levava uma grande vantagem por ser a fortaleza que costuma parecer. Estudos recentes, contudo, mostram que a obrigação de se enquadrar nessa imagem de super-herói tem sido, na verdade, a grande fonte de angústia masculina (Almeida, N.D.V., 2002c). (Almeida et al., 2005, p. 182)

Essa manutenção do sexismo na cultura brasileira foi identificada tanto na população em geral, em estudos sobre honra e valores de masculinidade (Guerra et al., 2015) e nas percepções das relações de trânsito (Almeida et al., 2005) quanto na mídia. Almeida e Jablonski (2011), por exemplo, ao analisar dois livros *best-sellers* de auto-ajuda, identificaram a manutenção sócio-cultural de um pensamento binário e sexista de gênero:

Logo, esses dois livros de autoajuda retratam uma imagem masculina já encontrada na sociedade, disponibilizando para o homem um leque de condutas que, provavelmente, o levará aos mesmos conflitos já vivenciados por ele (Barasch, 1997; Cuschnir & Mardegan, 2001; Da Matta, 1997; Goldenberg, 2000; Gratch, 2001; Jablonski, 1995, 1998, 2003; Nolasco, 1997, 1996; O'Brien, 1994; Vandello et al., 2008). (Almeida & Jablonski, 2011, p. 34)

Outro tópico recorrente nesse tema foi a chamada “crise das masculinidades” e os “novos padrões de masculinidade”. A investigação de Hoenisch e Cirino (2010) em reportagens da revista *Veja*, que falavam de novos padrões de masculinidade e crise das masculinidades, exemplifica que novos padrões seriam esses:

Os cangurus e os metrossexuais seriam as novas faces do masculino, as novas buscas de uma subjetividade reordenada. Se os cangurus aparecem como homens voltados para uma permanência prolongada na casa dos pais, os metrossexuais, por sua vez, apropriam-se abertamente de elementos considerados como femininos. Daí a profusão de brincos, brilhantes, anéis, depilação, cremes e busca por uma aparência mais jovem e bela. (Hoenisch & Cirino, 2010, p. 71)

Apesar de citada de um ponto de vista teórico em muitos trabalhos (Almeida & Jablonski, 2011; Gandolfo & Auad, 2010), a crise das masculinidades também foi questionada como um fenômeno

homogeneizante por outros autores. Essa mesma pesquisa de Hoenisch e Cirino (2010), mencionada anteriormente, aponta a homogeneização desse fenômeno por parte da revista *Veja*:

O homem com menor poder aquisitivo pode ter outras formas de experiências com a corporalidade e expressão do masculino. Da mesma maneira que a mulher, nem todas vivenciando a tão alardeada liberação feminina, nem todos os homens são afetados por uma suposta fragilização de seu papel provedor. O homem pobre, que não consome muito, está à margem da sociedade de consumo, não é um homem entrevistável, nem seus depoimentos serviriam para eliciar e ratificar as novas necessidades de mercado, que surgem imbricadas nas preocupações estéticas e com a construção de novos signos da masculinidade. O homem de fora das formações discursivas das reportagens não é um homem efeito da disciplina do corpo, na verdade, trata-se de um homem silenciado. (Hoenisch & Cirino, 2010:72)

A crise das masculinidades também teve interpretação dual no corpus documental. Por um lado, houve autores que alegaram uma inegável remodelação dos valores e atitudes masculinas como resposta ao alcance de mudanças estruturais por parte das lutas feministas (Almeida et al., 2005; Gandalfo & Auad, 2010; Sampaio & Garcia, 2010), por outro, houve autores que apontaram que essa crise é majoritariamente sentida pelas classes médias heterossexuais e brancas (Hoenisch & Cirino, 2010). Também foi destacado que, no Brasil, a mídia segue reforçando um discurso que ratifica os valores tradicionais de masculinidade (Almeida & Jablonski, 2011) ou ainda que essa revolução de valores não foi percebida na amostra investigada (Pimentel, 2010).

É interessante notar que todos os artigos que investigaram representações sociais de masculinidade encontraram predomínio de concepções tradicionais na população em geral (Guerra et al., 2015), no trânsito (Almeida et al., 2005), em livros de auto-ajuda (Almeida & Jablonski, 2011) e na revista *Veja* (Hoenisch & Cirino, 2010). Então, ao mesmo tempo que se reconhece que há abalos na estabilidade dos valores clássicos da masculinidade hegemônica, parece haver autores que não discutem o alcance desses abalos levando à impressão de que um fenômeno localizado, elitizado, porém crescente, caracteriza-se como uma revolução sentida por todos os homens.

Em suma, as representações de masculinidade no corpus documental ratificam a presença de uma cultura sexista na população brasileira, na qual homens sofreriam pelo exercício mesmo da dominação que eles exercem. A masculinidade hegemônica pressiona os homens a aderirem às normas e valores que instituem um sofrimento muito particular a essa população e, mesmo havendo mudanças atuais na rigidez desses valores através da crise das masculinidades, não há consenso sobre a abrangência desse fenômeno que parece se circunscrever mais às classes médias, heterossexuais e brancas (Hoenisch & Cirino, 2010), enquanto a população em geral permanece reproduzindo estereótipos de gênero que perpetuam regimes de desigualdade (Almeida et al., 2005; Almeida & Jablonski, 2011; Guerra et al., 2015).

Essa invisibilidade, mais do que uma opressão, seria um efeito colateral do próprio lugar privilegiado ocupado pelos homens, o qual gera implicações na saúde, na violência contra mulheres e nas formas como representamos as masculinidades. Na saúde, o agenciamento médico e o auto-cuidado se expressam como escolha para os homens e não como uma obrigação como para as mulheres, e discutimos a maior presença feminina como um privilégio, desconsiderando os efeitos da hipermedicalização. Na violência contra as mulheres, a prevalência estatística de homens agressores e a distribuição desigual de poder entre os gêneros não parecem ser argumentos suficientes para se demonstrar a necessidade de repensarmos a construção das masculinidades brasileiras. Nas representações, reconhecemos as dificuldades da necessidade de adesão dos homens a uma masculinidade inalcançável mas não discutimos os privilégios que levam a maioria da população brasileira a abraçar masculinidades tradicionais hegemônicas.

A transversalidade desse enunciado parece denunciar um propósito anterior à suposta científicidade com que se verifica a “invisibilidade” dos homens. Essa invisibilidade dos homens, quando interpretada de forma a-critica se configura como um enunciado organizador do discurso pois, além de sua replicabilidade e repetição, silencia toda interpretação segunda e terceira que poderia ser feita da observação desse mesmo fenômeno.

Uma interpretação possível para o entendimento do fenômeno da invisibilização é a do sociólogo Michael Kimmel (1998) que enxerga a invisibilidade como um privilégio. Esse privilégio se caracteriza, essencialmente, como o luxo de viver sem necessitar se pensar homem, sem ser constantemente lembrado de seu gênero, o luxo de acreditar que ser homem não influi em quem você é como pessoa e qual o seu lugar na sociedade (Kimmel, 1998).

Considerações finais

Quando falamos sobre masculinidades na psicologia brasileira, o que exatamente falamos sobre como essa masculinidade se estrutura e se apresenta? O que estamos dizendo sobre essas masculinidades? O que veremos quando colocarmos esses discursos no microscópio da análise discursiva?

Analizando os achados, foi possível perceber o aparecimento de um enunciado organizador do discurso: o entendimento de que não é dada suficiente atenção aos homens (invisibilidade). Assim, podemos falar que a configuração do regime de luzes na produção científica da psicologia é perpassada em parte por esse enunciado. Joga-se luz sobre as desvantagens de ser homem e se evita falar sobre como essas desvantagens podem ser creditadas a efeitos colaterais de privilégios masculinos.

Em saúde, parece haver um esforço político de tornar os serviços mais convidativos para os homens, sem que seja necessário a desconstrução crítica de masculinidades hegemônicas. Enquanto se ignora as raízes históricas e culturais que explicam a maior presença feminina nos serviços de saúde, se destaca e sublinha a incompatibilidade entre valores masculinos tradicionais e a organização destes serviços. Desta forma, a invisibilidade masculina na saúde se torna um efeito sem uma causa.

Quando se discute violência contra a mulher, reconhece-se a influência da socialização masculina no fenômeno, reconhece-se a prevalência estatística da violência por gênero e reconhece-se o desequilíbrio de poder nas relações entre homens e mulheres. Enquanto algumas autoras explicitam a urgência de se abordar o homem brasileiro médio para desconstruir os valores tradicionais de masculinidade que tem correlação demonstrada com a violência contra mulheres; outros se concentram em denunciar uma forma de análise que supostamente congela todo homem como “agressor em potencial” e que reproduz binarismos de gênero ao impor uma interpretação “essencialista” dos relacionamentos violentos (Medrado & Mello, 2008; Oliveira & Souza, 2006).

Em “representações”, foi identificado que, se por um lado parece haver pouco debate sobre as masculinidades, por outro lado, este, quando ocorre, tende a acontecer de forma generalizante, levando em consideração apenas a experiência do homem branco de classe média (Hoenisch & Cirino, 2010), ou mesmo reforçando para a população estereótipos tradicionais (Almeida & Jablonski, 2011). Já no público em geral, a maior parte dos autores/as identificou forte manutenção de ideais e valores associados a perspectivas tradicionais de masculinidade (Almeida et al., 2005; Guerra et al., 2015).

Mas porque não há investimento em se desfazer essa invisibilidade, imaginar novas masculinidades possíveis e em desconstruir o peso da masculinidade hegemônica? Talvez a razão seja que essa invisibilidade não seria uma opressão contra os homens, mas sim um privilégio, com muitos benefícios e vantagens. Como se estivéssemos acostumados a “tratarmos os homens como se não tivessem gênero, como se sua experiência pessoal de gênero não tivesse importância” (Kimmel & Messner, 1989, p. 3).

Entender essa invisibilidade masculina como uma invisibilidade de privilégios ao invés de uma opressão contra os homens afina o entendimento do fenômeno com uma leitura crítica da história, que não ignora as dificuldades impostas pela sustentação de uma masculinidade inalcançável, mas também não lê como opressão os efeitos colaterais do privilégio de não ser lembrado constantemente do seu gênero (Kimmel, 1998).

Por fim, apontamos que as características metodológicas das análises realizadas no presente trabalho impõem limites acerca da generalização dos achados. Assim, não é possível afirmar que o levantamento bibliográfico cobriu toda a produção nacional, tendo em vista que algum artigo ou texto pode não ter sido contemplado, seja por não ser indexado nas bases investigadas, seja por não conter os descritores pesquisados.

Referências

- Almeida, Nemésio D. V., Lima, Ana K. B., Albuquerque, Consuelo M., & Antunes, Luciana (2005). As relações de gênero e as percepções dos/das motoristas no âmbito do sistema de trânsito. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25(2), 172–185.
- Almeida, Sônia & Jablonski, Bernardo (2011). O novo e o velho homem: o masculino nos livros de auto-ajuda. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 1-121.
- Alves, Railda F., Silva, Renata P., Ernesto, Monalisa V., Lima, Ana G. B., & Souza, Fabiana M. (2011). Gênero e saúde: o cuidar do homem em debate. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13, 152–166.
- American Psychological Association, Boys and Men Guidelines Group - APA. (2018). *APA guidelines for psychological practice with boys and men*.
- Andrade, Ana P. M. & Maluf, Sônia W. (2017). Experiências de desinstitucionalização na reforma psiquiátrica brasileira: uma abordagem de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(63), 811-821.
- Arilha, Margareth, Unbehaum, Sandra G., & Medrado, Benedito (2001). Introdução. In *Homens e masculinidades: outras palavras* (pp. 15-31). Editora 34.
- Azeredo, Sandra (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Estudos Feministas*, 18(1), 175–188.
- Badinter, Elisabeth (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. Nova Fronteira.
- Borges, Lilian M. & Seidl, Eliane M. F. (2012). Percepções e comportamentos de cuidados com a saúde entre homens idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 66–81.
- Borges, Lilian M. & Seidl, Eliane M. F. (2013). Efeitos de intervenção psicoeducativa sobre a utilização de serviços de saúde por homens idosos. *Interface: Communication, Health, Education*, 17(47), 777-788.
- Campos, Ioneide O., Ramalho, Walter M., & Zanello, Valeska (2017). Saúde mental e gênero: o perfil sociodemográfico de pacientes em um Centro de Atenção Psicossocial. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 68–77.
- Carrara, Sérgio (1996). *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Fiocruz.
- Connell, Robert W. & Messerschmidt, James W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender and Society*, 19, 829-859
- Costa, Angelo B., Nardi, Henrique C., & Koller, Silvia H. (2017). Manutenção de desigualdades na avaliação do gênero na psicologia brasileira. *Temas em Psicologia (Online)*, 25(1), 97–115.
- Crenshaw, Kimberle (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167. <https://doi.org/10.4324/9781315631011-38>
- Deleuze, Gilles (1990). O que é um dispositivo. In W. F. do Nascimento (trad.), *Michel Foucault, Filósofo* (pp. 155–161). Gedisa.

- Foucault, Michel (1970). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Loyola.
- Foucault, Michel (1974-1975). *Os Anormais: curso no Collège de France*. WMF Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1979). *A microfísica do poder* (29^a ed.). Graal.
- Foucault, Michel (1995). *A Arqueologia do Saber* (4^a ed.). Forense Universitária.
- Gandolfo, Maria I. & Auad, Juliana (2010). Compreendendo as relações de gênero por meio da vivência sociodramática. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 18(2), 129–143.
- Guerra, Valeschka M., Scarpati, Arielle S., Brasil, Julia A., Livramento, André M., & Silva, Cleidiane V. (2015). Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. *Psicologia saber social*, 4(1), 72–88.
- Hoenisch, Júlio C. D. & Cirino, Carlos S. (2010). Mídia e o espelho da masculinidade? *Estudos de Psicanálise*, 33, 61–74.
- Kimmel, Michael S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103–117. <https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8Jshh-FkpgD88W4vz/?lang=pt>
- Kimmel, Michael S. & Messner, Michael A. (1989). *Men's lives* (2^a ed.). Macmillan.
- Marin, Juliana C., Araújo, Daniela C. S., & Espin, José (2008). O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(4), 474-481.
- Martins, Alberto M., Abade, Flávia L., & Afonso, Maria L. M. (2016). Gênero e formação em Psicologia: sentidos atribuídos por estudantes à saúde do homem. *Psicologia Em Revista*, 22(1), 164-184.
- Martins, Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Almeida, Suellen S. L., & Modena, Celina M. (2012). Concepções de psicólogos sobre o adoecimento de homens com câncer. *Psicologia: teoria e prática*, 14(2), 74–87.
- Martins Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Almeida, Suellen S. L., Modena, & Celina M. (2013). A assistência psicológica aos homens com câncer: reflexões na perspectiva de gênero. *Revista Da SBPH*, 16(1), 49–69.
- Martins, Alberto M., Gazzinelli, Andréa P., Schall, Virgínia T., & Modena, Celina M. (2014). Relações de gênero e a atuação de psicólogos na oncologia: subsídios para a saúde masculina. *Psico* (Porto Alegre), 45(1), 7–14.
- Medrado, Benedito, Lemos, Anna R., & Brasilino, Jullyane (2011). Gender violence: Paradoxes on support to perpetrators. *Psicologia Em Estudo*, 16(3), 471–478.

Medrado, Benedito & Méllo, Ricardo P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20, 78–86.

Medrado, B., Lyra, J., & Azevedo, M. (2011). Saúde do homem em debate. In R. Gomes (Org.), 'Eu Não Sou Só Próstata, Eu Sou um Homem!' Por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero (pp. 39-75). Fiocruz

Modena, Celina M., Martins, Andréa M., Gazzinelli, A. P., Almeida, Suellen S. L., & Schall, Virgínia T. (2014). Câncer e masculinidades: sentidos atribuídos ao adoecimento e ao tratamento oncológico. *Temas Em Psicologia*, 22(1), 67–78.

Muszkat, Susana (2008). Desamparo e violência de gênero: uma formulação. *Ide* (São Paulo), 31(47), 125–132.

Oliveira, Danielle C. & de Souza, Lídio (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 34-50.

Pimentel, Adelma (2010). Violência doméstica praticada por homens detidos na delegacia da mulher de Belém. *Revista Da Abordagem Gestáltica*, 16(2), 148-156.

Quayle, Julieta (2006). Violência de gênero e saúde reprodutiva: subsídios para o psicólogo hospitalar. *Mudanças*, 14(1), 79–84.

Sampaio, R. S. & Garcia, C. A. (2010). Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. *Psicologia em Revista*, 15(3), 216-218. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2010v16n1p81>

Scott, Joan (1995). Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Welzer-Lang, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460–482. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200008

Welzer-Lang, Daniel (2004). Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In R. M. Schpun (Org.), *Masculinidades* (pp. 107-128). São Paulo: Boitempo.

Zanello, Valeska (2018). *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Zanello, V. & Bukowitz, B. (2011). Loucura e cultura : uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. *Labrys, Études Féministes*. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>

Zanello, Valeska, Fiúza, H. Gabriela, & Costa, Humberto S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Fractal: *Revista de Psicologia*, 27(3), 238–246.

Zanello, Valeska & Silva, René M. C. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), 267–279.

Recebido em: 13/11/2019

Aprovado em: 15/08/2020

Docência em psicologia na formação em psicologia social comunitária

Enseñanza de psicología en la formación de psicología social comunitaria

Teaching in psychology in the formation of community social psychology

Adriano Valério dos Santos Azevêdo *

adrianoazevedopsi@yahoo.com

Gisele Groehler Giesel **

gise0903@hotmail.com

* Psicólogo. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.

<https://orcid.org/0000-0003-0238-3423>

** Pedagoga. Mestrado em Psicologia – Universidade Tuiuti do Paraná.

<https://orcid.org/0000-0002-3930-8796>

Resumo

Esta pesquisa objetivou identificar e analisar as práticas didáticas de docentes de cursos de graduação de Psicologia referentes à formação em Psicologia Social Comunitária (PSC). Participaram da pesquisa 12 docentes atuantes em quatro cursos de Psicologia de uma capital do sul do Brasil, que responderam um roteiro de entrevista semiestruturado. Verificou-se que os planos de ensino são elaborados a partir da ementa ou por meio da participação conjunta com os professores da área. Os docentes utilizam uma variedade de recursos didáticos (livros, artigos, vídeos) e estratégias para avaliação da aprendizagem (provas, seminários, avaliação processual). Um ponto em comum se refere à dinâmica para a realização de estágios por meio de etapas metodológicas (utilização de referencial teórico, familiarização no contexto e elaboração de projeto de intervenção). Os docentes demonstraram experiência na participação em projetos sociais comunitários, percebem os avanços da PSC e os investimentos realizados pelas instituições de ensino para promover uma formação que possibilite ao aluno uma visão geral dos aspectos teórico-práticos da PSC.

Palavras-chave: Psicología social comunitaria; Formación; Atuación; Psicología Comunitaria.

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo identificar y analizar las prácticas didácticas de profesores de cursos de pregrado en Psicología relacionados con la formación en Psicología Social Comunitaria (PSC). Doce profesores de cuatro cursos de psicología en una capital del sur de Brasil participaron de la investigación, que respondieron un guion de entrevista semiestructurada. Se encontró que los planes de enseñanza se elaboran a partir del menú o mediante la participación conjunta con los docentes del área. Los docentes utilizan una variedad de recursos de enseñanza (libros, artículos,

videos) y estrategias para la evaluación del aprendizaje (pruebas, seminarios, evaluación procedimental). Un punto común se refiere a la dinámica de realización de las prácticas a través de pasos metodológicos (uso del marco teórico, familiarización con el contexto y elaboración de un proyecto de intervención). Los profesores demostraron experiencia en la participación en proyectos sociales comunitarios, perciben los avances del PSC y las inversiones realizadas por las instituciones educativas para promover una formación que permita al estudiante una visión general de los aspectos teóricos y prácticos del PSC.

Palabras-clave: *Psicología social comunitaria; Capacitación; Rendimiento; Psicología comunitaria.*

Abstract

This research aimed to identify and analyze the didactic practices of professors of undergraduate Psychology courses related to training in Community Social Psychology (CSP). Twelve professors from four Psychology courses from a southern Brazilian capital city participated in the research, who answered a semi-structured interview script. It was found that the teaching plans are drawn up from the menu or through joint participation with teachers in the area. Teachers use a variety of didactic resources (books, articles, videos) and strategies for learning assessment (exams, seminars, procedural assessment). A common point refers to the dynamics for carrying out internships through methodological steps (use of theoretical framework, familiarization with the context and elaboration of an intervention project). The professors demonstrated experience in participating in community social projects, they perceive the advances of the CSP and the investments made by the educational institutions to promote training that allows the student to have an overview of the theoretical and practical aspects of CSP.

Keywords: *Community social psychology; Training; Performance; Community psychology.*

Introdução

A Psicologia Social Comunitária (PSC) surgiu para superar os modelos tradicionais de Psicologia Social que utilizavam pesquisas, mas não apresentavam respostas para os problemas vivenciados pela população Latino-Americana (Azevêdo, 2009; Azevêdo & Giesel, 2019; Gonçalves & Portugal, 2012; Montero, 2004). Nas décadas de 1960 e 1970, a PSC foi considerada um campo de atuação com novas práticas para o psicólogo promover a transformação social por meio da participação das pessoas (Campos, 2015; Montero, 2004). O conceito de transformação social, proposto por Montero (2004), se refere às mudanças vivenciadas pela população provenientes de lutas que repercutem em qualidade de vida, garantia de direitos e exercício da cidadania.

Neste sentido, a Psicologia Social Comunitária representa uma área de atuação comprometida com as demandas sociais Latino-Americanas e tem o objetivo de desenvolver intervenções psicosociais que possibilitem a emancipação de indivíduos e coletivos. A emancipação refere-se à capacidade de indivíduos e grupos de superar situações promovendo transformações no meio social (Azevêdo & Giesel, 2019). A PSC utiliza a perspectiva crítica para a análise de questões sociais com o propósito de fomentar a participação social para promover a cidadania, isto se refere a capacidade do sujeito perceber o seu papel na sociedade. A noção de crítica nasceu de uma proposta para a construção da Psicologia Social Latino-Americana por meio do enfoque político (Montero, 2004), o que possibilitou analisar os problemas sociais numa visão ampliada sugerindo possibilidades de práticas psicosociais.

A PSC produz conhecimentos para orientar as práticas por meio de relações horizontais entre o psicólogo e as pessoas que participam dos projetos de intervenção (Wisenfeld, 2014). A teoria, a prática e a pesquisa em PSC ocorrem simultaneamente e auxiliam o desenvolvimento da área e a qualificação de profissionais. Para Freitas (2014), a articulação de aspectos teóricos e metodológicos é realizada de maneira crítica para atender os interesses das pessoas envolvidas. Trata-se de uma atuação que ocorre por meio do compromisso social com a realidade das pessoas, e o psicólogo desenvolve o papel de mediador das interações sociais comunitárias, buscando gerar problematizações para as pessoas refletirem sobre as possibilidades de enfrentamento das situações sociais.

Este enfrentamento permite desenvolver a ação coletiva para superar as relações de poder e dominação da sociedade (Montenegro, Rodriguez, & Pujol, 2014). Para que isto ocorra, é realizada uma análise crítica dos aspectos históricos, culturais, sociais e políticos para que a prática em PSC apresente congruência e permita atender as demandas emergentes da sociedade (Svartman & Galeão-Silva, 2016). Trata-se de uma atuação relativizada que considera os acontecimentos históricos e o momento atual vivenciado pelas pessoas. Esta atuação será desenvolvida por um psicólogo que apresenta competências e habilidades para a elaboração e análise de práticas psicosociais, o que ocorrerá durante o processo de formação acadêmica. Especificamente, a atuação em PSC diferencia-se de outras áreas de conhecimento pelo fato de que considera a noção de comunidade enquanto campo de produção de intersubjetividade, identidade e diversidade. Assim, a análise psicosocial, realizada de maneira interdisciplinar, enfatiza indivíduos e comunidades considerando a capacidade de protagonismo para a identificação e resolução de problemas sociais. A formação voltada para a problematização dos fenômenos sociais possibilita orientar o estudante para a utilização do compromisso social com as demandas da população, o que se espera que ocorra nos cursos de graduação em Psicologia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) por meio da Resolução CNE/CES 5 recomendam que a formação do psicólogo seja voltada para uma prática generalista que possibilite a atuação em diferentes contextos para que o psicólogo represente um agente transformador da sociedade (Ministério da Educação, 2004). Espera-se que a atuação contextualizada seja baseada nas DCNs para o curso de graduação em Psicologia, bem como a Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996 acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual enfatiza que o ensino deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Ministério da Educação, 1996).

No que se refere à formação acadêmica do psicólogo social comunitário, Cruz, Freitas e Amoretti (2014) destacam a importância da discussão de políticas públicas nesta formação, bem como assuntos

relacionados aos direitos humanos, assistência social e cidadania. Na formação para atuação na área da Psicologia Social Comunitária, existe o desafio de compreender os diferentes atores sociais sem que haja distorção, para que esta prática não se torne assistencialista (Freitas, 2015). Assim, uma prática que visa a mudança social integra uma visão de homem inserido em um determinado contexto com suas demandas e possibilidades de enfrentamento da realidade social. Em síntese, comprehende que as ações do homem no meio social apresentam repercussões em diferentes esferas (social, política, econômica, cultural), as quais são geradoras de mudança social.

A contextualização de práticas que visam a transformação social durante o período da formação acadêmica possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades, o que repercute na apropriação de teorias, conceitos e estratégias práticas. No que se refere a temática da formação em PSC, é possível identificar na produção científica estudos empíricos realizados com estudantes de psicologia (Azevêdo & Pardo, 2014; Zavaletta, 2012), estudos teóricos (Azevêdo & Giesel, 2019; Freitas, 2015; Gómez, 2008; Montero & Giuliani, 1999; Rodríguez, Pérez, Prieto & López, 2015), e estudos documentais (Baima & Guzzo, 2015; Batista, 2016; Rechtman & Castelar, 2011; Santos, 2017). Os estudos empíricos enfatizam a importância das articulações entre ensino, pesquisa e extensão para a preparação de estudantes; os estudos teóricos ressaltam recomendações a serem realizadas e os desafios para esta formação; e os estudos documentais analisam as ementas e conteúdos da disciplina de PSC e de disciplinas similares. Especificamente, Montero e Giuliani (1999) apresentaram reflexões referentes aos aspectos da docência para a formação em PSC, por exemplo, os autores sugerem aumento na carga horária da disciplina, e o desenvolvimento de atividades práticas que possibilitem a familiarização do estudante com o contexto de intervenção.

A formação para atuação em PSC representa um campo para exploração nas pesquisas (Azevêdo & Giesel, 2019) por considerar que permite refletir sobre aspectos que auxiliam estudantes, professores e profissionais que atuam na área para a qualificação de suas práticas. Por exemplo, resultados de pesquisas possibilitam avaliar conhecimentos e práticas, e assim propor novas estratégias durante o período de formação acadêmica. Existe a necessidade de estudos para contribuir com o desenvolvimento científico por meio da produção de materiais, por exemplo, livros e artigos, que auxiliem a formação nesta área. Numa revisão sistemática de Azevêdo e Giesel (2019), identificou-se que a produção científica na área da formação em PSC é voltada para a contextualização de aspectos teóricos (Freitas, 2015; Gómez, 2008; Rodriguez, Perez, Prieto, & López, 2015); análise documental dos cursos de graduação de Psicologia (Baima & Guzzo, 2015; Batista, 2016; Rechtman & Castelar, 2011; Santos, 2017); e pesquisas empíricas realizadas com estudantes de Psicologia (Azevêdo & Pardo, 2014; Zavaletta, 2012). Azevêdo e Giesel (2019) identificaram uma lacuna de estudos empíricos com professores de psicologia sobre a formação em PSC. Desta maneira, é relevante contextualizar as narrativas de estudantes e professores, especificamente os docentes, estes que estão transmitindo os conhecimentos e tem a missão de contribuir para uma formação que considere os pressupostos teóricos e práticos. As pesquisas realizadas com estes docentes permitem avaliar as estratégias teóricas e práticas para propor sugestões a serem implementadas pelas instituições de ensino superior. Esta pesquisa objetivou identificar e analisar as práticas didáticas de docentes de cursos de graduação de Psicologia referentes à formação em Psicologia Social Comunitária. De maneira específica, buscou-se identificar os planos de ensino e os conteúdos ministrados pelos docentes; verificar as metodologias e as formas de avaliação da aprendizagem; e descrever as estratégias utilizadas pelos docentes para atuação em Psicologia Social Comunitária.

Método

Delineamento

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Flick e Netz (2004) considera a inter-relação do pesquisador com o campo no qual atua, bem como a subjetividade dos envolvidos neste processo. Neste caso, os participantes da pesquisa foram os docentes de cursos de Psicologia de instituições particulares de uma capital do sul do Brasil, que ministram as disciplinas e estágios relacionados à Psicologia Social Comunitária.

Critérios de inclusão e exclusão

Nos critérios de inclusão para seleção dos docentes, procurou-se inicialmente identificar as instituições que oferecem cursos de Psicologia na região pesquisada. No site e-MEC no cadastro oficial dos cursos de ensino superior foram encontrados 11 (onze) cursos de Graduação em Psicologia, 1 curso numa instituição pública e 10 cursos em instituições particulares. Foram estabelecidos contatos com os coordenadores destes cursos, e apenas quatro instituições particulares de ensino superior autorizaram a pesquisa. Foram incluídos neste estudo os docentes de quatro instituições de cursos de graduação em Psicologia.

A pesquisa obteve a participação de 12 (doze) professores que ministram disciplinas referentes à Psicologia Social Comunitária (Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Social Comunitária) e que orientam estágios baseados nesta perspectiva. Os pesquisadores desta pesquisa construíram os seguintes critérios de exclusão: docentes que se encontravam em período de férias, licença, ou que estavam afastados do cargo por motivos de adoecimento, e àqueles que estavam ocupando outro cargo não participaram do estudo.

Participantes

A Tabela 1 apresenta dados sociodemográficos dos participantes referentes as quatro IES, e destaca-se o tempo de trabalho docente e a frequência de mulheres.

Tabela 1. Dados sociodemográficos dos participantes das quatro IES.

IES	Participante	Tempo de trabalho docente	Tempo de trabalho na instituição	Gênero	Idade	Titulação
1	E1	15 anos	5 anos	Feminino	40 anos	Mestre
1	E2	24 anos	18 anos	Masculino	50 anos	Doutor
2	E1	15 anos	5 anos	Masculino	55 anos	Mestre
2	E2	1 ½ ano	1 ½ ano	Feminino	53 anos	Especialista
3	E1	7,5 anos	3 anos	Feminino	36 anos	Doutora
3	E2	6 anos	4 ½ anos	Feminino	36 anos	Doutora
3	E3	40 anos	8 anos	Feminino	66 anos	Doutora
4	E1	45 dias	45 dias	Masculino	34 anos	Especialista
4	E2	11 anos	1 mês	Feminino	37 anos	Especialista
4	E3	1 anos	1 mês	Feminino	29 anos	Mestre
4	E4	6 meses	6 meses	Feminino	27 anos	Mestre
4	E5	2 anos	1 ½ ano	Feminino	46 anos	Mestre

Instrumentos

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada que explorou os seguintes tópicos: tempo de trabalho na instituição (Há quanto tempo trabalha na instituição?), identificação dos planos de ensino e conteúdos ministrados (Como é construído o plano de ensino? Quais conteúdos são ministrados?), recursos didáticos e avaliação da aprendizagem (Quais recursos didáticos são utilizados? Como avalia a aprendizagem?), a supervisão de estágio (Como ocorre a supervisão de estágio?), a experiência profis-

sional e a formação para atuação em PSC (Qual sua experiência em PSC?). Utilizou-se um questionário sociodemográfico para identificar as características dos participantes.

Procedimentos

Este projeto teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 71125316.0.0000.8040) e autorização da Diretoria das quatro Instituições de Ensino Superior. Os participantes foram convidados e aqueles que aceitaram participar de forma voluntária assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para atender o que se recomenda na Resolução de Pesquisa em Ciências Humanas - CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. As entrevistas foram realizadas numa sala reservada nas Instituições de Ensino Superior que os docentes atuavam. Um pesquisador ficou responsável pela entrevista que teve a duração média de cinquenta minutos. Utilizou-se um aparelho de gravação de áudio e posteriormente a transcrição pelos pesquisadores. Após a entrevista utilizou-se o questionário sociodemográfico.

Análise de dados

Para a realização da análise de dados foi utilizado o método de análise de conteúdo por meio da técnica de categorização temática de Bardin (2009). Após a leitura integral dos relatos buscou-se identificar as unidades de análise, em seguida iniciou-se a categorização que foi pré-definida nas questões da entrevista, logo após ocorreu o processo de codificação buscando verificar as similaridades e diferenças nos relatos utilizando o princípio da saturação. Em seguida foram apresentadas as sínteses qualitativas com trechos integrais.

Resultados

Os resultados integram as seguintes categorias temáticas: disciplinas e planos de ensino; recursos didáticos e avaliação da aprendizagem; estágio e supervisão, formação e experiência profissional (Tabela 2).

Tabela 2. Categorias temáticas e aspectos centrais por IES.

<p>1. Planos de Ensino. 2. Recursos Didáticos e avaliação da aprendizagem.</p>	<p>3. Estágio e supervisão. 4. Formação e experiência profissional.</p>
<p>IES 1</p> <p>1. Construção coletiva entre os professores da área. 2. Livros Clássicos e artigos / Seminários, provas e trabalhos. 3. Supervisão em grupo / Caracterização da unidade e intervenção. 4. Percebe que o psicólogo tem o papel de agir em busca da transformação da sociedade. Experiência em projetos sociais com grupos (prostitutas, mães com filhos desnutridos, horta comunitária, reciclagem). Atuação com crianças institucionalizadas.</p>	<p>IES 2</p> <p>1. Discutidos nas reuniões acadêmicas. 2. Dinâmicas, metodologias ativas (PBL/TBL) / Provas. 3. Supervisão em grupo / Conhecimento teórico da área e da realidade social para elaborar a intervenção. O aluno conhece o campo (igrejas, FAS, asilo) e procura perceber a necessidade do público para atuação. 4. Trabalho com grupos em situação de vulnerabilidade social. Projetos sociais referentes a violência doméstica.</p>

IES 3	IES 4
<p>1. Elaborados para desenvolver as habilidades para atuação.</p> <p>2. Trabalhos em grupo, casos simulados. Prova e avaliação processual.</p> <p>3. Supervisão em grupo / Retoma conceitos e estimula a aplicação.</p> <p>4. Formação tem melhorado, mercado vasto e carência de profissionais para atuarem na área. Experiência profissional/prático com pessoas em situação de vulnerabilidade social.</p>	<p>1. Seguem a ementa apresentada pela instituição.</p> <p>2. Livros, textos, vídeos / Aula dialogada e vídeos. Prova/avaliação e seminários.</p> <p>3. Supervisão em grupo/ Estágio realizado nas áreas da assistência social e saúde.</p> <p>4. Percebem que o Projeto Político Pedagógico da IES enfatiza as políticas públicas. Experiência adquirida na vida profissional / Projetos sociais relacionados às migrações e violência doméstica. Atuação no CREAS.</p>

Planos de ensino

De acordo com o participante (E1/IES1), o plano de ensino visa atender os objetivos da disciplina: “*Então a gente tem o ementário do curso, o plano de ensino tenta estar de alguma forma vinculado às disciplinas antecedentes e subsequentes, que tem ou fundamentos ou continuidade*”. Em relação a disciplina de Psicologia Social e Comunitária, são apresentados conteúdos relacionados aos movimentos sociais, tais como, o feminismo, o movimento negro e a inserção do psicólogo nas comunidades:

por exemplo, pessoas em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua, crianças abrigadas em situação de adoção, idosos que estão institucionalizados, a própria decorrência do uso de substâncias psicoativas e a marginalização que os indivíduos sofrem e o próprio contexto de construção da dependência dentro da sociedade.

Na IES 1, E2 relatou a ênfase na Psicologia Social Latino-Americana:

por mais que nós tenhamos nomes que no Brasil foram importantes como Haroldo Rodrigues e a intervenção que a gente chama em meio a intervenção norte-americana, a gente já fundamenta muito mais uma condição da crítica a partir da crise da psicologia social da década de 1960-70 na América Latina e aí vem construindo essa história.

Isto mostra a coerência teórico – metodológica, pois ao explorar o contexto Latino-Americano os alunos estão se familiarizando com a perspectiva da PSC voltada para a realidade social.

Na IES 2, E1 informou que nas reuniões pedagógicas são discutidas questões relacionadas ao aluno e calendário acadêmico, assim, os professores realizam planejamentos para que sejam abordados os conteúdos que pretendem ministrar: “*a gente vai e faz um planejamento abordando os conteúdos, principalmente as metodologias ativas, então nós trabalhamos com a mudança do paradigma daquela coisa da educação bancária que o Freire define para a educação libertadora*”. E1 utiliza problematizações na sala de aula, pois procura inserir as metodologias ativas: aprendizagem baseada em equipes, aprendizagem baseada em problemas, dramatizações e dinâmicas.

Na IES 3, E1 relatou que na disciplina de Psicologia Comunitária e da Saúde, o plano de ensino é elaborado com o objetivo de desenvolver as habilidades para atuação na área. Este professor apresenta a

história e visão de homem para falar sobre a Psicologia Comunitária e conceitos de comunidade: “*Então eu vou trabalhar com método de investigação ação participante, levantamento de necessidades de comunidade, intervenção na comunidade. São textos da parte teórica da disciplina, mas já são textos que nos preparam para o trabalho de campo que seria a segunda parte da disciplina*”.

Na IES 4, E4 na disciplina de Psicologia Social apresenta os aspectos históricos da Psicologia Social e mostra as perspectivas americana, europeia e social crítica. Além disto, apresenta conceitos de identidade social, representação social, a importância da linguagem e do pensamento para a psicologia social, conceitos de alienação, e a diferenciação entre a psicologia social sociológica e psicologia social histórico crítica. Nesse sentido, é possível verificar que os planos de ensino integram aspectos teóricos, ontológicos e metodológicos, aspectos que representam a base para fundamentar a PSC.

Recursos didáticos e avaliação da aprendizagem

Em relação a seleção do material utilizado nas aulas, os professores afirmaram que utilizam os livros clássicos da área e artigos. E para fundamentar a intervenção utilizam artigos e relatos de experiência. Os professores utilizam os seminários, júri simulado, atividades em grupo (IES 1), dinâmicas e metodologias ativas (IES 2), aula expositiva e dialogada (IES 3,4), e por meio de vídeos (IES 2 e 3). Na IES 3, E2 utiliza jornais, fatos e situações reais para relacionar com a teoria: “*O material, eu procuro sempre trazer materiais atuais porque como é um tema que constantemente vai mudando, ... então eu estou sempre atualizando nesse sentido*”. Na IES 3, E1 ressaltou que na disciplina de Psicologia Social é realizado um trabalho com a análise de vídeos e filmes. No primeiro bimestre são trabalhados os conceitos e no segundo bimestre procuram aplicar o conceito em uma situação hipotética, na qual realizam uma análise do filme baseado nas diferentes abordagens teóricas em Psicologia social.

Na IES 3, E2 não utiliza o quadro da sala de aula e nem power point, prefere construir o conhecimento com os alunos. Utiliza o quadro apenas para fazer algumas anotações, pois as aulas acontecem de forma dialogada com reflexões para que os alunos relacionem com o conteúdo. Inicialmente procura mobilizar, problematizar e depois contextualizar o conteúdo, para em seguida ocorrer a elaboração de um projeto de intervenção: “*Também eu tenho feito aproximação de uma prática, então eles irem para a realidade, conhecerem o campo da Psicologia Social Comunitária, elaborarem um projeto de intervenção*”.

A avaliação da aprendizagem ocorre de maneira distinta nestas IES, pois verificou-se a utilização de provas e trabalhos (IES 1), o uso de provas, dinâmicas e metodologias ativas (IES 2), prova e avaliação processual (IES 3), e prova, seminários e metodologias ativas (IES 4). Na IES 1, E2 destacou o seguinte: “*Aqui na universidade a gente trabalha nos quatro bimestres com provas individuais. O professor tem liberdade, por exemplo, para ao invés de fazer uma prova individual fazer uma prova em dupla ou criar uma outra modalidade da própria condição de prova*”. Na IES 2, E2 no primeiro bimestre realiza uma avaliação teórica que corresponde a 6 pontos, e trabalhos/seminários com 4 pontos. Para o segundo bimestre, a composição é feita de seminário integrado e prova, e os trabalhos são realizados de forma individual e em grupo.

Na IES 3, os professores afirmaram que a avaliação da aprendizagem ocorre de maneira processual. De acordo com E1, no primeiro bimestre a avaliação tem um peso menor, pois é realizada somente a caracterização do local (peso 3) na disciplina Psicologia Comunitária e da Saúde. No segundo bimestre o peso é maior, pois o aluno realiza trabalho de campo, planeja a intervenção e executa (peso 7). E2 segue as regras da instituição que exige duas notas, então no primeiro bimestre é realizada uma prova e trabalho; e no segundo bimestre, destinado para a etapa de prática, os alunos são avaliados em todos os encontros de maneira processual. E3 não realiza prova, a avaliação é contínua e em cada aula apresenta uma questão problematizadora para discussão, dessa forma, consegue perceber o que o aluno está compreendendo.

Na IES 4, E2 informou que a coordenação deixou livre a avaliação da aprendizagem, E3 relatou que a avaliação ocorre por meio de seminários e atividades em sala de aula, e E4 descreveu que solicita duas atividades em sala para avaliação bimestral que mesclam questões objetivas e discursivas. A variedade

de recursos didáticos e de avaliação da aprendizagem indica o processo dinâmico de ensino, baseado em discussões e estratégias inovadoras, estas que possibilitam inserir o aluno no debate de temas para que seja possível a aquisição de conhecimentos.

Estágio e supervisão

No aspecto referente ao estágio e supervisão, os professores valorizam os conhecimentos teóricos da área e realizam a supervisão em grupo, indicam locais, mas os alunos têm autonomia para realizar o estágio em outros contextos. Na IES 1, E2 apresentou informações referentes a construção do relatório de estágio:

No estágio o aluno vai produzir um relatório. E nesses relatórios a gente vai trazendo exemplos, contextos e situações, outras realidades. Até em alguns momentos a gente consegue fazer com que o aluno faça uma experiência naquela realidade que ele faz estágio com uma outra realidade. Para que ele tenha a perspectiva de que todas as realidades não são iguais e que existem formas de atuação que vão qualificando o próprio papel do psicólogo.

E sobre as estratégias utilizadas no campo de estágio, os professores afirmaram que no primeiro momento os estudantes conhecem a instituição e a realidade local. Na IES 1, E1 informou que isto é realizado de forma individual, em dupla ou trio, o que depende da complexidade da atividade:

Então, por exemplo, eu tenho estágio em penitenciária, tenho estágio em alguns lugares que sozinho fica mais difícil. Com adolescentes em conflito com a lei, que orientar um trabalho com ele sozinho é muito difícil, porque interessante ter um suporte durante a administração da atividade. Já em outras comunidades de saúde, uma pessoa consegue. Então temos essa variação. Então partimos dessa caracterização dos levantamentos de necessidades, fazemos entrevista, análise documental, levantamos histórico, fazemos observação, e aí propomos um projeto de intervenção.

Na IES 1, E2 apresenta estudos de casos, filmes e documentários para que os alunos possam conhecer e desenvolver uma noção de como ocorre o processo de intervenção, pois destacou a importância de conhecer previamente o local:

Dai a gente diz assim, antes de ter o projeto, tem que conhecer a instituição e a realidade. Como é que vai fazer um projeto de um lugar que eu não conheço. Tanto que as instituições que a gente já trabalha há um tempo aqui na “IES”, ela já sabe que o aluno, ele só vai organizar o projeto de intervenção a partir do momento que ele conhecer a própria realidade, então a gente acompanha os alunos na instituição. Mostra alguns exemplos. A gente traz alunos que já fizeram estágios na área para que eles compartilhem da experiência de como que foi isso, o trabalho nessa realidade e como que isso repercutiu para eles em termos de formação. Então a gente procura sempre dar um contexto daí para que o aluno se sinta o mais adequado lá com os compromissos institucionais, a ética lá no espaço.

Na IES 2, os professores orientam os alunos para o conhecimento do campo com o objetivo de elaborar o plano de intervenção. Na IES 4, E2 mencionou que a perspectiva é que o estagiário aplique conceitos da Psicologia nos espaços institucionais. E2 informou que os estágios da Psicologia Social Comunitária têm sido realizados no décimo período, os quais são divididos em diferentes campos, por exemplo, no CAPS (atuam em duplas), no Centro Vida, no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS-AD), e na casa de apoio vinculada a um hospital. A proposta é que atuem com foco na economia solidária para fomentar a reinserção social pela via do trabalho para a geração de renda. Em um dos locais de estágio, na casa de apoio, ensinam a confecção de mini-jardins, que se trata da elaboração de vasos para serem vendidos posteriormente.

Nas estratégias utilizadas no estágio, o participante E1 da IES 1 busca inserir leituras sobre a Psicologia Social, Psicologia Social Comunitária, e posteriormente o aluno irá conhecer o contexto para construir o plano de intervenção:

Então, o que é que é a psicologia social, psicologia comunitária, e utiliza-se aquelas questões, conhecer a realidade no primeiro momento para que se possa então ter um diagnóstico para se fazer uma intervenção. Então, contextualizar primeiro, ver a demanda o que está acontecendo, o que é que o local permite que seja feito, ou pelo que não permite.

Em síntese, primeiro a teoria e posteriormente o conhecimento do campo para delimitar atividades que possam atender a necessidade local.

Na IES 3, E3 salientou que os estágios ocorrem no quinto, nono e décimo período:

A gente cobra muito os fundamentos teóricos do projeto. E no último período, o 10º, eles vão fazer intervenção. Agora a gente vai a campo também junto com eles, pelo menos umas quatro visitas a gente faz. Quando eles terminam o projeto, eles apresentam à comunidade.

Na IES 4, E3 comentou que o estágio é chamado de inter-áreas, pois os alunos buscam o campo de estágio em diferentes locais: área da saúde, comunidades terapêuticas, Organizações não-governamentais (ONGs), e lar de idosos.

Na IES 4, E5 procura direcionar os estágios na atenção primária à saúde (unidades básicas de saúde), atenção secundária da saúde na atuação no CAPS; e para a atenção terciária nos hospitais. Os alunos também escolhem outros locais de estágios. Neste aspecto de estágio e supervisão, é possível identificar nas IES o compromisso com as etapas metodológicas referentes à familiarização no campo e elaboração de plano de intervenção, congruentes com a proposta da PSC. A variedade de locais de estágio nas áreas da assistência social e saúde indica a flexibilidade das IES para que o aluno realize o estágio mediante seus interesses de atuação.

Formação e experiência profissional

E referente à formação em Psicologia Social Comunitária, os professores relataram o crescimento da área, a ampliação das práticas e os investimentos das IES para promover uma formação qualificada. Na IES 1, E2 percebe que a IES atua de forma positiva em relação a área da PSC, os professores procuram trabalhar para que o aluno tenha clareza de sua atuação:

É para entender o contexto social histórico que o indivíduo circula. E a partir daí tentar fazer um trabalho de forma sistemática adequada, em termos de transformação que o indivíduo venha a ter. E a gente percebendo que toda atuação é social. Na escola é social, no trabalho é social, na clínica é social ... levar em conta como característica que as demandas sociais, econômicas, culturais, forme os indivíduos e a perspectiva de que esses indivíduos podem se empoderar em grupo para que a cidadania seja exercida plenamente. E a gente em termos das disciplinas, propriamente dito, a gente procura sempre trazer o aluno para esse tipo de debate em que ele tenha uma compreensão de que o psicólogo tem o papel de agir na transformação da sociedade.

Na IES 2, E1 relatou que a área social é feita para a ação, uma visão social voltada para a comunidade. E2 percebe que a instituição está ampliando a visão da Psicologia Social Comunitária: ‘*Então a gente tem trabalhado bastante esse olhar aí. E as pessoas descobrem muitas possibilidades. A gente fala da questão de terceiro setor, de políticas públicas, todas as possibilidades de campo de atuação do psicólogo*’ . Na IES 3, E1 afirmou que a instituição está investindo nesta formação pelo fato de que esta prática ocorre no 9º e 10º períodos. Dessa forma, os alunos ampliam a atuação nos contextos coletivos por meio da saúde coletiva.

No aspecto referente à experiência na área da PSC, foi possível identificar que os professores apresentam um histórico de práticas em projetos sociais. Os professores da IES 1 desenvolveram atuação com prostitutas, projetos voltados para horta comunitária, reciclagem, e atuação com crianças institucionalizadas. Nas IES 2, os professores têm experiência em projetos com grupos em situação de vulnerabilidade social e de prevenção à violência doméstica. Na IES 3, os professores têm experiência nos contextos da escola e da comunidade. Na IES 4 apenas um professor apresentou relatos de experiência em projetos de economia solidária, oferta de emprego para migrantes, e na prevenção da violência doméstica. Os professores percebem o desenvolvimento da PSC e o interesse das IES no oferecimento das disciplinas e estágios. A experiência dos professores nos projetos sociais representa algo que viabiliza a supervisão dos estágios.

Discussão

No que se refere à disciplina de PSC, a pesquisa de Batista (2016) realizou um mapeamento bibliográfico em 119 instituições de ensino superior do Sul do Brasil (45 IES no estado do Rio Grande do Sul, 36 IES do estado de Santa Catarina, e 38 IES no estado do Paraná), no qual foram analisadas 113 matrizes curriculares (48 ementas e 38 referenciais bibliográficos). Identificou-se que 23 cursos ofertavam a disciplina de PSC, e deste total, em 20 IES a disciplina é obrigatória, e em 3 IES a disciplina é eletiva. Treze IES disponibilizavam a disciplina de forma teórica, 4 IES promovem a articulação teórico-prática e 6 IES não informaram a ênfase. A autora destacou que a disciplina de Psicologia Social Comunitária não é ofertada em todos os cursos de Psicologia, pois foram identificadas disciplinas similares no currículo, por exemplo, a Psicologia Comunitária.

De acordo com Batista (2016), a inserção da disciplina de PSC possibilita ampliar o conhecimento teórico, por outro lado, identificou-se que a disciplina de Psicologia Social é uma disciplina obrigatória em 59 IES do Sul do Brasil. O estudo de Santos (2017) apresentou resultados do mapeamento de 131 cursos de graduação de Psicologia da região nordeste do Brasil, e foi possível identificar a disciplina de PSC apenas em dois cursos. Na presente pesquisa os resultados apresentam congruência, pelo fato de que a disciplina de Psicologia Social foi identificada nas quatro IES, mas apenas uma IES oferece a disciplina de PSC. E por se tratar de uma área relativamente recente, é possível que a PSC gradualmente integre a matriz curricular dos cursos de Psicologia.

No estudo de Baima e Guzzo (2015) foram identificados 449 cursos de graduação em Psicologia no Brasil, e deste total foram analisados os cursos de graduação de Psicologia de 65 instituições de

ensino, de todas as regiões do Brasil, com o objetivo de verificar se a disciplina de psicologia comunitária constava na matriz curricular. Verificou-se que 25 cursos (34,46%) ofertavam a disciplina, e 3 IES (4,61%) apresentaram ênfase direta à psicologia comunitária. Ao analisar estes dados, é possível perceber que o enfoque comunitário não está presente em todas IES, mesmo diante da expansão das áreas de atuação do psicólogo por meio do compromisso social, assim, a ausência desta disciplina apresenta repercussões nos déficits da formação acadêmica, pelo fato de que o estudante não desenvolve uma noção do trabalho social em diferentes contextos. Por outro lado, nas quatro IES investigadas nesta pesquisa, existe o compromisso de uma formação que possibilita o encontro do estudante com a realidade local para o desenvolvimento de práticas transformadoras.

Em relação ao plano de ensino elaborado pelos docentes, a ementa representa o eixo norteador por meio da construção coletiva com os professores da área. No estudo de Baima e Guzzo (2015), verificou-se que os conteúdos das ementas são voltados para uma formação que favorece os aspectos metodológicos e teórico-epistemológicos em contraposição ao aspecto ontológico. De acordo com as autoras, a ausência deste terceiro elemento repercutiu numa formação voltada para uma prática descontextualizada, assim, se faz necessário uma prática que considere os contextos sociais para que a intervenção ocorra de maneira congruente com os pressupostos da área. Por outro lado, nas quatro IES pesquisadas identificou-se a presença de conteúdos referentes aos aspectos teóricos, metodológicos, epistemológicos e ontológicos, pelo fato de que os docentes têm o interesse de apresentar os fundamentos da área por meio de contextualizações históricas que incluem a visão de homem, os princípios metodológicos para a realização de práticas, e a definição da área e de conceitos centrais. Freitas (2015) recomenda a apropriação destes aspectos no processo de formação em PSC para que a prática ocorra por meio da participação e do compromisso do psicólogo com a comunidade.

Os professores entrevistados possuem experiência nas disciplinas, o que representa um ponto positivo para o desenvolvimento das aulas e delimitação de estratégias de ensino e aprendizagem. A experiência dos professores nas disciplinas representa um aspecto que contribui para o trabalho docente de ministrar os conteúdos articulados com a prática, o que permite desenvolver o interesse do estudante pela área. Azevêdo e Pardo (2014) objetivaram identificar a opinião de discentes de Psicologia sobre aspectos da formação e atuação em PSC, observou-se que em relação aos aspectos gerais da formação, dos 114 alunos entrevistados 55% (n=63) estavam satisfeitos, pois os estudantes avaliaram de maneira positiva a atuação dos professores. Neste sentido, Wisenfeld (2014) sugeriu a ampliação das práticas em psicologia social comunitária por meio da participação do estudante no compartilhamento de atividades na sala de aula e na presença em congressos e nas práticas comunitárias. Isto permite utilizar o conhecimento da PSC em diferentes locais para uma formação contextualizada.

No que se refere à seleção dos recursos didáticos utilizados em sala de aula, os docentes das quatro IES pesquisadas utilizam livros clássicos da área, artigos, vídeos, seminários e aulas dialogadas. A utilização de livros e artigos em sala reafirma o que revela o estudo de Batista (2016), considerando que das 99 referências utilizadas nas disciplinas de Psicologia Social Comunitária, 60 pertencem a bibliografias brasileiras, e 39 são internacionais. Entretanto, a autora destacou que destas 99 bibliografias, somente 8 correspondem a artigos científicos, sendo 91 advindas de livros. Na IES 3, foram apresentados os relatos da utilização de jornais, análise de vídeos, filmes e fatos atuais, o que representa uma proposta dinâmica que contribui para o envolvimento dos alunos na discussão de assuntos relacionados a PSC.

Verificou-se que os professores das quatro IES utilizam no processo de avaliação da aprendizagem as dinâmicas, os seminários, a prova tradicional, a avaliação processual e metodologias ativas. De acordo com a Resolução CNE/CES 5 (Ministério da Educação, 2004) que destaca as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia e direciona normas para o projeto pedagógico para a Formação de Professores de Psicologia, o artigo 18 afirma que “os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação” (Ministério da Educação, 2011, p. 6). Este aspecto permite ressaltar que as estratégias de avaliação utilizadas pelos professores correspondem ao

que se espera dos cursos de graduação de Psicologia. A avaliação da aprendizagem de maneira processual representa um recurso importante para utilização nos cursos de Psicologia, pelo fato de que permite identificar o desempenho do aluno ao longo da disciplina, e por outro lado, possibilita ao professor utilizar uma variedade de metodologias. As estratégias de avaliação utilizadas pelos professores das IES pesquisadas são consideradas dinâmicas pelo fato de que superam os modelos tradicionais, pois em duas IES as metodologias ativas de aprendizagem foram destacadas, e também as aulas dialogadas por meio de problematizações, o que auxilia o professor nas discussões e permite construir um ambiente que convida o aluno para compartilhar conhecimentos e desenvolver uma visão crítica.

No que se refere ao estágio em PSC, os professores apresentaram pontos semelhantes: realizam a supervisão em grupo, indicam locais e aceitam sugestões dos alunos, e valorizam a etapa de caracterização do local para a elaboração do projeto de intervenção. Montero e Giuliani (1999) consideram importante a familiarização com o ambiente comunitário, pois há necessidade de conhecimento do território antes da realização do trabalho comunitário para que ocorra o diálogo de forma horizontal. Neste sentido, é possível compreender que o estágio representa uma oportunidade para o aluno desenvolver práticas e relacionar os conhecimentos da PSC. Esta experiência permite auxiliar a aprendizagem significativa pela descoberta, ao considerar que a familiarização no campo convida o aluno para refletir sobre as possibilidades de práticas. Desta forma, as instituições de ensino superior que oferecem estágio na área da PSC contribuem para a formação do aluno numa perspectiva crítica de práticas psicosociais.

No estudo de Rechtman e Castelar (2011), os autores analisaram treze cursos de graduação de Psicologia em Salvador/Bahia no Brasil, e verificou-se que dez IES ofertavam disciplinas com a denominação psicologia e comunidade, e seis ofertavam a disciplina psicologia social I e II, mas somente dois cursos ofereciam estágios para o desenvolvimento de práticas na comunidade. Para os autores, a ausência de estágios nas outras IES não atende as recomendações das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, assim, existe a necessidade da formação voltada para a atuação em diferentes contextos por meio de práticas comprometidas com as demandas da sociedade. A ausência de estágios de Psicologia na área social descontextualiza o que se espera de uma formação teórico-prática, assim, recomenda-se que as IES articulem as disciplinas com conhecimentos teóricos para serem utilizados nas práticas. Nas quatro IES pesquisadas existe o compromisso de desenvolver o estágio por meio de metodologia para a caracterização do local e elaboração do plano de trabalho, o que contribui para a apropriação de conceitos e técnicas nas práticas sociais.

A formação para atuação em Psicologia Social Comunitária foi investigada e os docentes relataram os avanços e investimentos das IES em disciplinas e estágios. De acordo com Cruz, Freitas e Amoretti (2014), a área da Psicologia Social Comunitária avançou nos últimos tempos e se encontra em processo de desenvolvimento, sobretudo nas relações com as políticas públicas. Neste sentido, isto contribui para desenvolver reflexões críticas nos alunos sobre o cenário atual das políticas sociais com o objetivo de auxiliar a atuação comprometida com a sociedade.

Baima e Guzzo (2015) delimitaram cinco princípios que são fundamentais para que ocorra o fortalecimento da PSC buscando promover mudanças reais no contexto social das maiorias populares: 1. A construção de uma base teórica sólida que considere o indivíduo e o social; 2. Metodologias que contemplam a participação da comunidade; 3. O psicólogo e a perspectiva voltada para a transformação social; 4. A percepção da PSC como área interdisciplinar; 5. A práxis para promover a transformação social. Na presente pesquisa foi possível identificar que estes princípios estão sendo utilizados pelas IES e principalmente nas práticas de docentes, o que mostra comprometimento com a formação acadêmica, no que se refere às disciplinas e estágios. A partir disto, Freitas (2015) apresenta recomendações básicas para o desenvolvimento da PSC: o psicólogo e sua atuação de forma oposta a uma prática psicologizante e individual; o psicólogo e sua integração nas equipes de trabalho multiprofissional; e atuação do psicólogo buscando promover a investigação dos fenômenos sociais.

E sobre a formação e experiência em Psicologia Social Comunitária dos docentes, destacou-se a experiência de prática profissional, pois os mesmos desenvolveram projetos sociais e são supervisores de

estágios na área. Segundo Cruz, Freitas e Amoretti (2014), um dos desafios da área da Psicologia Social Comunitária é a articulação entre teoria e prática dos psicólogos que atuam em intervenções sociais. Neste sentido, mostra-se relevante no processo de formação a inserção de práticas que valorizem ações voltadas aos interesses da comunidade.

No processo de formação acadêmica e atuação profissional destaca-se a necessidade de relacionar teoria à prática. Pontes, Santos e Cassandre (2018) investigaram as propostas intervencionistas referentes à PSC, a partir de buscas de dados na plataforma Sucupira e sites oficiais (*Ebsco, ProQuest e Scielo*), o que foi possível identificar 400 pesquisas, mas somente 29 (7,25%) apresentavam propostas intervencionistas congruentes com a PSC. Desta forma, verifica-se a importância do docente em Psicologia de produzir conhecimentos que possibilitem a sustentação das disciplinas que são ministradas e das práticas de estágio, pois desta forma ocorrerá o crescimento da área da PSC e a formação qualificada para atuação profissional. Nas quatro IES pesquisadas identificou-se que as disciplinas ministradas pelos docentes representam as bases para a construção de práticas de intervenção, isto auxilia o estudante de psicologia para o desenvolvimento de projetos que valorizam as demandas sociais por meio do compromisso com a participação social.

A Tabela 3 apresenta os aspectos do ensino em PSC considerando o desenvolvimento atual e futuro. Percebe-se que há um avanço nas práticas didáticas dos docentes na construção das ementas e na maneira de transmitir os conhecimentos na sala de aula. Assim, futuramente ocorrerá a construção dos planos de ensino de maneira interdisciplinar, a articulação entre ensino, pesquisa, extensão por meio de metodologias dinâmicas e formas variadas de avaliação da aprendizagem.

Tabela 3. Aspectos do ensino em PSC

Desenvolvimento atual	Desenvolvimento futuro
Ementas e planos de ensino (construídos em parceria com professores da área)	Ementas e planos de ensino (construídos de maneira interdisciplinar)
Recursos didáticos (uso de uma variedade de recursos)	Recursos didáticos (audiovisuais e digitais)
Metodologias ativas (uso de discussões e solução de problemas em grupo na sala de aula)	Metodologias ativas (integrar tecnologias da comunicação nas atividades educativas)
Avaliação da aprendizagem (uso de uma variedade de estratégias)	Avaliação da aprendizagem (realizada de maneira processual)
Estágio (ocorre em diferentes espaços institucionais)	Estágio (integrar com as atividades de ensino, pesquisa e extensão)

Considerações finais

Ao analisar as práticas didáticas de docentes de Psicologia, verificou-se que as disciplinas ministradas auxiliam no processo de formação em PSC, os planos de ensino são baseados na ementa e existe uma variedade de recursos didáticos que são utilizados, o que representam aspectos positivos e congruentes com as recomendações das diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, este aspecto apresentou variações nas instituições de ensino, por outro lado foi possível perceber que os professores estão utilizando modelos tradicionais

e contemporâneos, por exemplo, provas bimestrais e avaliação processual. Um ponto em comum nos professores foi a dinâmica para o desenvolvimento de estágios, pois verificou-se a flexibilidade para a indicação dos locais e a utilização de metodologia adequada para o andamento dos estágios. Os professores têm experiência no desenvolvimento de projetos sociais e percebem o crescimento da área da PSC, isto repercutiu em práticas contextualizadas que auxiliam a atuação profissional.

Os objetivos desta pesquisa foram atingidos por considerar que a apresentação dos resultados possibilitou compreender o panorama da formação acadêmica para atuação profissional em PSC. A principal limitação relaciona-se ao fato de que apenas quatro instituições de ensino autorizaram a realização da pesquisa. Recomenda-se a utilização de pesquisas com docentes e estudantes de Psicologia para a exploração dos relatos referentes à formação acadêmica em PSC e a experiência nos estágios. Especificamente em relação aos estágios, se torna relevante identificar as práticas que estão sendo desenvolvidas e de que maneira, professores e alunos, avaliam o processo de construção das atividades, os resultados obtidos, a experiência de inserção no campo de práticas, e as repercussões para a atuação profissional.

Referências

- Azevêdo, A. V. S. (2009). A Psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. *Psicologia em foco*, 3(2), 64-72.
- Azevêdo, A. V. S. & Giesel, G.G. (2019). *Psicologia Social Comunitária: teoria e prática*. Juruá.
- Azevêdo, A. V. S. & Pardo, M. B. L. (2014). Formação e atuação em Psicologia Social Comunitária. *Psicologia em Pesquisa*, 8(2), 200-210.
- Baima, L. S. & Guzzo, R. S. L. (2015). Formação em Psicologia e Prática Comunitária: problematização da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia Política*, 15(32), 33-47.
- Batista, I. D. E. (2016). *O ensino da psicologia social comunitária nos cursos de graduação em psicologia nas instituições de educação superior do Sul do Brasil: concepções teóricas*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia] Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná.
- Campos, R. H. F. (2015). A psicologia social comunitária. In *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 32-29). Vozes.
- Cruz, L. R., Freitas, M. F. Q., & Amoretti, J. (2014). Breve História e Alguns Desafios Da Psicologia Social Comunitária. In J.bC. Sarriera, J. Castellá, & E.bT. Saforcada (Eds.), *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Breve História e Alguns Desafios da Psicologia Social Comunitária* (pp. 77-96). Sulina.
- Flick, U. & Netz, S. (2004). *Uma introdução a pesquisa qualitativa*. Brookman.
- Freitas, M. F. Q. (2014). A Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Ed.), *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 65-81). Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (2015). Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 32(3), 521-532.
- Gómez, A. D. (2008). Perspectivas teóricas en la formación del estudiante de psicología, desde el área de psicología social comunitaria en la Universidad de Manizales (Colombia). *Diversitas – Perspectivas en Psicología*, 4(2), 259-267.
- Gonçalves, M. A. & Portugal, F.T. (2012). Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (nsp.), 138-153.
- Ministério da Educação. (1996). *Lei nº 9394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília/DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- Ministério da Educação. (2004). *CNE/CES. Resolução 8 de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília/DF. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rce08_04.pdf

Ministério da Educação. (2011). CNE/CES Resolução 5. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 de março de 2011, Seção 1, p. 19. Brasília/DF. – Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192

Montenegro, M., Rodríguez, A., & Pujol, J. (2014). La Psicología Social Comunitaria ante los cambios en la sociedad contemporánea: De la reificación de lo común a la articulación de las diferencias. *Psicoperspectivas Individuo y Sociedad*, 13(2), 32-43.

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Editorial Paidós.

Montero, M., & Giuliani, F. (1999). La Docencia en la Psicología Social Comunitaria: Algunos Problemas. *Psykhe*, 8(1), 57-63.

Pontes, I., Santos, V., & Cassandre, M. (2018). As compreensões intervencionistas da Psicologia Social comunitária latino-americana a partir de uma revisão bibliográfica e bibliométrica. *Cadernos PROLAM/USP*, 16(31), 139-159.

Rechtman, R. & Castelar, M. (2011). A Formação em Psicologia Social Comunitária em Salvador – BA. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, 10(1), 3-16.

Rodríguez, A., Pérez, L., Prieto, M., & López, S. (2015). Caminos en la formación en Psicología Social Comunitaria: Procesos y rupturas. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 5(1), 259-277.

Santos, A. P. (2017). *Concepções Teóricas e Práticas da Psicologia Social Comunitária nos cursos de Psicologia nas instituições de ensino superior no nordeste do Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia], Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Paraná.

Svartman, B. P. & Galeão-Silva, L. G. G. (2016). Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331-349.

Wisenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en América Latina: Consolidación o crisis? *Psicoperspectivas Individuo y Sociedad*, 13(2), 6-18.

Zavaletta, C. C. (2012). Contribución de la Psicología Social Comunitaria a la formación integral de estudiantes de nivel medio superior. *Revista Mexicana de Orientación Educativa*, 9(23), 43-50.

Recebido em: 25/09/2019

Aprovado em: 06/02/2020

Do projeto político pedagógico às práticas cotidianas: Perspectiva psicosocial sobre violência na escola

Del proyecto político pedagógico a las prácticas cotidianas:
Perspectiva psicosocial sobre la violencia escolar

From the pedagogical political project to daily practices:
Psychosocial perspective on violence at school

Jacqueline Meireles *

jacmeireles@gmail.com

Ana Paula Gomes Moreira **

anapaulaa.moreira@gmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo ***

rslguzzo@gmail.com

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Educacional (UNIFIEO); Unesp - Rio Claro

<http://orcid.org/0000-0002-0570-0407>

** Docente do Departamento de Psicologia Social - Unesp Assis

<http://orcid.org/0000-0003-1665-6699>

*** Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na PUC-Campinas.

<http://orcid.org/0000-0002-7029-2913>

Resumo

A partir de uma compreensão psicosocial de violência, tal como postula a Psicologia da Libertação, o presente trabalho visa problematizar o hiato existente entre as propostas de ação que constituem o projeto político pedagógico no contexto das escolas públicas e a sua execução, no que se refere às situações de violência. Objetiva-se compreender como educadores de uma escola pública de ensino fundamental lidam com expressões de violência no cotidiano escolar; analisar o projeto político pedagógico da escola para identificar se existem e quais são as diretrizes relacionadas à questão da violência e, finalmente, comparar estas diretrizes com os registros de observação de psicólogas da escola, considerando suas complementaridades ou divergências.

Palavras-Chave: Psicologia da Libertação; Violência; Situação-limite; Projeto político pedagógico; Psicologia escolar.

Abstract

From a psychosocial understanding of violence, as proposed by Liberation Psychology, the present work aims to problematize the gap between the action proposals that constitute the political pedagogical project in the context of public schools and its execution, regarding situations of violence. The aim is to understand how educators from a public elementary school deal with expressions of violence in everyday school life; to analyze the political pedagogical project of the school to identify if they exist and what are the guidelines related to the issue of violence and, finally, to compare these guidelines with observation records of school psychologists, considering their complementarities or divergences.

Keywords: Liberation Psychology; Violence; Limit situation; Political pedagogical project; School psychology.

Resumen

A partir de una comprensión psicosocial de la violencia, como postula la Psicología de la Liberación, el presente trabajo tiene como objetivo problematizar el desfase entre las propuestas de acción que constituyen el proyecto político pedagógico en el contexto de las escuelas públicas y su ejecución, frente a situaciones de violencia. El objetivo es comprender cómo los educadores de una escuela primaria pública lidian con las expresiones de violencia en el cotidiano escolar; analizar el proyecto político pedagógico de la escuela para identificar si existen y cuáles son las pautas relacionadas con el tema de la violencia y, finalmente, comparar estas pautas con los registros de observación de los psicólogos escolares, considerando sus complementariedades o divergencias.

Palabras-clave: *Psicología de la liberación; Violencia; Situación límite; Proyecto político pedagógico; Psicología escolar.*

Introdução

Este trabalho é parte dos estudos organizados no âmbito de um projeto de extensão universitária denominado “Voo da Águia”. Desde 2000 ele é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas. Desde uma perspectiva singular, ao longo deste período, o “Voo da Águia” tem construído uma consistente proposta teórico-metodológica para atuação de psicólogos nas escolas do município (Costa, 2005).

A partir de uma perspectiva mais ampla estes esforços somam-se à conjuntura nacional empreendida pela área no sentido do debate e proposição de políticas públicas que, efetivamente, delimitem a inserção de psicólogos nas escolas básicas brasileiras. Esta conjuntura está refletida, nos trabalhos produzidos pelo GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP bem como em uma série de estudos produzidos pelos pesquisadores que, historicamente, dedicam-se a esta seara (Guzzo, 2014; Patto, 2015; Souza, Tanamachi, & Barbosa, 2016).

A compreensão sobre a participação dos psicólogos no interior das dinâmicas pedagógicas remonta ao contexto de delimitação da perspectiva crítica no interior da Psicologia. Esta perspectiva está sustentada pelos princípios da Psicologia Histórico-Cultural e suas especificidades teórico-metodológicas delimitadas pelo Materialismo Histórico-Dialético (Dafermos, 2018). A relação entre os processos de desenvolvimento e aprendizagem se estabelece desde os movimentos iniciais de organização da Psicologia Soviética ainda que seus determinantes tenham sido apropriados de maneiras distintas por iniciativas variadas ao redor do mundo (Bozhovich, 2009). Segundo Guzzo, Moreira e Mezzalira (2016), no Brasil estas apropriações aparecem, por vezes, distorcidas no que diz respeito aos seus pressupostos ontológicos o que resulta em fraturas metodológicas importantes para a delimitação da atuação do psicólogo escolar.

Nesse sentido, é recorrente observarmos uma lacuna no que diz respeito à compreensão do papel do psicólogo no interior das instituições escolares. Nossos esforços se vinculam ao lastro da Psicologia Histórico Cultural na direção daqueles que tem se dedicado a delimitar a relação entre Psicologia e Pedagogia Críticas. Acentuamos que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores acontece a partir de situações que a demandem e, portanto, a atividade pedagógica é determinante para que este desenvolvimento aconteça na direção de suas máximas possibilidades de organização (Martins, 2011).

O contexto que envolve esta dinâmica, no entanto, acontece, como sugeriu Vigotski, no bojo dos dramas¹ que caracterizam as situações sociais de desenvolvimento (Vigotski, 2000). As funções psíquicas superiores constituem-se a partir dos conteúdos culturais, simbólicos e políticos contidos nas relações sociais que são transmitidos para a singularidade para delimitar a dinâmica da personalidade. No interior das escolas públicas brasileiras, este drama do desenvolvimento envolve a presença de uma dinâmica de violência, percebida e reportada pelos atores do cenário escolar e que tem sido evidenciada nos trabalhos que produzimos (Meireles & Guzzo, 2019; Moreira & Guzzo, 2013). Estas evidências refletem uma intrincada trama cuja complexidade exige uma cuidadosa reflexão capaz de destituí-la de suas aparências individualizantes e idealizadas.

A compreensão desta dimensão política para o desenvolvimento do psiquismo é central para a concepção crítica que mencionamos e, nesse sentido, a análise desta conjuntura se enriquece significativamente quando recorremos a autores e formulações que, articulados ontologicamente aos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, potencializam nossa compreensão acerca das interconexões sociais e psicológicas. No interior do nosso Grupo de Pesquisa essa articulação agrega a perspectiva de Ignácio Martín-Baró disposta na Psicologia da Libertação. A organização teórico-metodológica construída por

1 A ideia de drama pertence à epistemologia da Psicologia Histórico-Cultural. Vigotski busca na analogia com o teatro a explicitação da dialética que circunscreve o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Para uma análise mais acurada a este respeito, ver Delari (2011).

Martín-Baró envolve uma delicada concepção sobre a gênese e os determinantes do fenômeno que chamamos de violência.

Para os propósitos deste trabalho, portanto, as relações entre escola, desenvolvimento e violência nos são, especialmente, caras. Sabemos, a partir dos robustos estudos desenvolvidos por Saviani (2008), que, no interior da escola brasileira, estas relações estão materializadas na organização dos projetos político pedagógicos (PPP) que formalizam a condução das ações empreendidas pelos profissionais da educação no cotidiano das escolas. Segundo Penteado e Guzzo (2010), a compreensão do que significa um PPP foi alterada a partir do movimento tecnicista, que desloca a lógica de produção industrial de mercadorias para a realidade da escola. Nesse sentido, não apenas o que diz respeito às disciplinas aprendidas, mas todo o sentido político da atividade educativa, bem como as formas de acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes são esvaziados na construção do PPP como uma mera formalidade.

Atualmente, esta questão torna-se ainda mais premente no contexto da Base Nacional Comum Curricular (Marsiglia, Pina, Machado, & Lima, 2017). As iniciativas de pesquisa há algum tempo exploram as possibilidades de construção democrática de projetos pedagógicos que refletem, efetivamente, os pressupostos críticos dos fundamentos materialistas constitutivos de uma educação libertadora (Sant'Ana & Guzzo, 2016).

As atuais políticas educacionais caminham, no entanto, para um sentido oposto: a partir da instituição do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Decreto n. 10.004, 2019), oferecendo grandes atrativos financeiros para as escolas que aderirem, caminhamos para uma militarização das práticas pedagógicas, com público alvo a ser disciplinado bastante definido: crianças e adolescentes das regiões mais socialmente vulneráveis. A presente pesquisa insere-se nesta conjuntura e pretende endossar a defesa de que problemas das escolas, como a questão da violência, podem e devem ser resolvidos por vias democráticas e não coercitivas como a construção e aplicação coletiva do projeto político pedagógico. Isso será realizado por meio do confronto das práticas cotidianas institucionalizadas pelas instituições educativas com as categorias desenvolvidas pelo psicólogo Ignácio Martin-Baró para compreensão da violência a partir da Psicologia da Libertação.

Este esforço coaduna com os fundamentos da chamada pesquisa-ação participação. Toma-se como princípio a necessidade de que, no contexto das práticas de intervenção em desenvolvimento humano, a pesquisa produza indícios capazes de fundamentar as intervenções ao mesmo tempo em que as intervenções possam ser avaliadas enquanto são desenvolvidas (Walter, 2009). Nessa conjuntura, este trabalho vincula-se à compreensão metodológica que parte da unidade extensão-pesquisa. A atividade de extensão é tomada, a um só tempo, como participação e intervenção nos dispositivos sociais que circundam a Universidade, bem como fonte que possibilita a realização de pesquisa cujo resultado será incorporado à própria comunidade. As atividades de extensão são registradas em diários de campo e constituem-se como valioso conteúdo de análise.

São nossos objetivos: compreender como professores e funcionários de uma escola pública de ensino fundamental lidam com as expressões de violência no cotidiano escolar; analisar o Projeto Político Pedagógico da escola para identificar se existem e quais são as diretrizes relacionadas à questão da violência e, finalmente, comparar estas diretrizes com os trechos de diários de campo escritos por psicólogos do projeto Voo da Águia, considerando suas complementaridades ou divergências. Para isso, partimos de uma breve discussão sobre a perspectiva psicosocial de violência, proposta por Martin-Baró (1990b, 1990a, 1990c) e de suas implicações sobre o desenvolvimento infantil, refletindo sobre o papel da Psicologia escolar na prevenção e enfrentamento desta problemática.

Violência: Contribuições da Psicologia da Libertação

A temática da violência tem sido amplamente estudada e elucidada por uma série de perspectivas psicológicas, com seus enfoques biologicistas, ambientalistas ou históricos (Jimerson, Hart, & Renshaw, 2011). A Psicologia Liberação propõe uma concepção sobre a violência dedicada a superar possíveis

dicotomias na direção de uma compreensão dialética de sua gênese e consequências (Martin-Baró, 1990a). Com a intenção de favorecer a compreensão desta conjuntura faremos uma breve recuperação da literatura dedicada à abordagem da violência e, em seguida, nos dedicaremos às formulações de Ignácio Martín-Baró.

Conforme explica Minayo (2005), a violência tem sido estudada segundo suas manifestações que podem ser domésticas ou institucionais. Para esta autora, a violência deve ser considerada, segundo a natureza dos atos violentos, a partir de quatro modalidades possíveis: física, psicológica, sexual e aquela que envolve qualquer tipo de abandono ou negligência. O abuso físico denota o uso da força para produzir danos ou injúrias ao outro, o abuso psicológico envolve agressões verbais ou gestuais, o abuso sexual refere-se à imposição de práticas sexuais por meio de aliciamento ou ameaças e, o abandono diz respeito à ausência, recusa ou deserção de cuidados necessários a alguém que precise.

Em contrapartida a esta visão, outros pontos de vista, pautados na literatura internacional, enfatizam as relações sociais em que as expressões de violência se constituem. Este ponto de vista está ancorado, principalmente, no modelo ecológico proposto por Bronfenbrenner (2006). Segundo este modelo, os ambientes familiares, social, econômico e cultural funcionam como um todo organizado, no qual os subsistemas se articulam de modo inter-relacionado. Dessa forma, elementos da vida cotidiana, como a dinâmica das relações familiares, as condições de emprego, moradia e acesso aos serviços de saúde e assistência, o abuso de drogas lícitas e ilícitas e o envolvimento com o tráfico atuariam na constituição e manifestação de atos de violência.

Posteriormente, esta compreensão pautou os trabalhos que investigaram as circunstâncias de violência em que se desenvolvem a maioria das crianças e adolescentes do Brasil. Estes trabalhos destacam os indicadores macroestruturais, investigam condições de vulnerabilidade social, discutem a proeminência de fatores de risco e proteção e descrevem os impactos possíveis para o processo de desenvolvimento que assim se desenrola (Guzzo & Machado, 2007; Moraes, Neiva-Silva, & Koller, 2010; Poletto & Koller, 2008; Yunes & Szymanski, 2001).

Outra modalidade de compreensão é oferecida pela chamada perspectiva crítica. A partir deste referencial, o trabalho de Azevedo (2009), por exemplo, explica a violência como um fenômeno historicamente constituído. Sob este ponto de vista, atos violentos estariam intimamente relacionados às características de organização de sociedades específicas. A Psicologia Histórico-Cultural também propõe que a violência seja considerada a partir de sua constituição histórica. No entanto, de acordo com Tanamachi (2007), o faz a partir da epistemologia histórico-dialética, ou seja, explicita as contradições que fundam a constituição dos fenômenos, a partir da sua materialidade que, a um só tempo, constitui e é constituída pelos sujeitos.

Finalmente, a Psicologia da Libertação formulada por Ignácio Martín-Baró como uma elaboração crítica construída especificamente no contexto da América Latina aborda, diretamente, a questão da violência para além de oferecer os princípios estruturantes para esta análise. Martin-Baró (1990a), parte da perspectiva psicosocial, que analisa a violência enquanto surge e se configura nas relações entre indivíduo e sociedade, visto que no âmbito destas relações constitutivas do ser humano, as forças sociais se materializam por meio dos indivíduos e grupos. No sentido de elucidar sua posição teórica, o autor aponta uma significativa confusão que se estabelece entre os conceitos de violência e agressão. Segundo ele, a agressão envolve a aplicação de uma força contra alguém com a intencionalidade de causar dano, enquanto a violência significa um estado ou situação que obrigue uma pessoa ou um grupo de pessoas a agirem contrariamente ao seu sentir ou parecer².

Martin-Baró (1990a) aponta ainda quatro dimensões que constituem a violência: (a) A estrutura formal do ato, isto é, a violência assumirá a estrutura de instrumento (meio pra alcançar um objetivo) ou de finalidade (a violência é realizada por si); (b) A equação pessoal, que se define pelos elementos do ato

2 Así, resulta posible hablar de violencia estructural o institucional, ya que las estructuras sociales pueden aplicar una fuerza que saque a las personas de su estado o situación, o que les obligue a actuar en contra de su sentir y parecer (Martín-Baró, 2003, p. 75).

que são explicáveis pelo caráter de seu executor; (c) O contexto possibilitador, que pode ser tanto um contexto amplo e social, como um contexto imediato, uma situação propícia e (d) O fundo ideológico, isto é, a perspectiva ideológica que se assume para caracterizar ou não algo como violência: se algo vai contra a ordem dominante, é considerado violência.

Dessa maneira, a Psicologia da Libertação organiza-se como uma construção teórica que surge a partir da inserção de Ignácio Martín-Baró na realidade da América Latina, e, portanto, aglutina elementos semelhantes àqueles que caracterizam a realidade brasileira. Por esta razão, anunciamos a Psicologia da Libertação como um fundamento a partir do qual refletimos sobre a temática da violência. A partir dela, pretendemos discutir a relação entre violência e escola, pois, apesar da considerável e já reconhecida literatura dedicada ao estudo desta relação, ainda é novidade considerá-la sob a ótica desta matriz teórica.

Como consequência desta opção, interessa-nos investigar quais são as possibilidades daí decorrentes para a compreensão do desenvolvimento das crianças no contexto das escolas públicas, cujas dimensões refletem as características da realidade brasileira. Portanto, o item seguinte será dedicado a uma reflexão do desenvolvimento infantil por meio de uma categoria elaborada no interior da Psicologia da Libertação: a situação-limite.

Desenvolvimento Infantil e situação-limite

Se o marco da Psicologia da Libertação amplia e problematiza a temática da violência ao nos oferecer a possibilidade de confrontá-la com as questões estruturais de ordem econômicas, sociais e políticas (Martin-Baró, 1990b, 1990c, 1997), ele também nos ensina a pensar sobre o quanto as relações instituídas por uma sociedade podem ser violentas ao se basearem em vínculos de opressão, submissão e exploração.

Assim, é no contexto desta elaboração que Martín-Baró sugere uma análise específica para a compreensão do impacto da violência no processo de desenvolvimento infantil, por meio da construção da categoria “situação-limite”. Esta categoria é desenvolvida a partir das ideias de Freire (2016), para quem as situações-limite seriam as dimensões objetivas presentes no cotidiano da criança. Estas dimensões devem ser compreendidas em sua historicidade, não podendo ser consideradas como barreiras intransponíveis. O autor destaca a visão de Vieira Pinto (1960), em que o limite não demarca o espaço onde terminam as possibilidades, mas, sim, a margem onde elas começam. Estabelece-se aqui, por meio do anúncio de fundamentos filosóficos comuns, a relação com a ideia de crise anunciada por Vigotski (1933/2006) ao explicitar as características de desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Ainda que a consideração detalhada desta relação não seja o escopo deste trabalho é preciso anunciar que ela tem sido objeto de estudo dos trabalhos que desenvolvemos (Moreira, 2015).

Da compreensão de crise assim organizada inaugura-se uma concepção essencialmente inovadora sobre as noções de patologia no interior da Psicologia. Isto significa dizer que, no contexto do desenvolvimento do psiquismo humano, nem todas as vivências críticas dizem respeito ao adoecimento ou à disfunção. Martin-Baró (1990a, 1990c) concebe os limites como processos imersos nas relações da criança com o mundo, e não como um fator externo que torna seu desenvolvimento fadado ao fracasso. A partir do referencial que toma as relações sociais como fonte do desenvolvimento, as situações-limite desvelam, por meio da identificação de eventos concretos, a possibilidade de mediação, superação e libertação. Aqui salientamos a concretude da lógica dialética que mobiliza esta compreensão. Não se deve associá-la a alguma forma de relativismo, mas, ao contrário, tomá-la como algo que garanta uma avaliação criteriosa das situações sociais de desenvolvimento. É preciso que saibamos quando a patologia se instaura e quando a crise é motor necessário de um desenvolvimento que segue um curso revolucionário (Vigotski, 1932/2006).

Ao propor a investigação da relação entre as expressões de violência e a escola, o presente trabalho expressa sua vinculação aos estudos de Moreira e Guzzo (2013, 2016) que apresentam evidências de que as ações na escola, quando balizadas pela identificação das situações-limite, são favorecedoras do desenvolvimento das crianças e adolescentes no cenário escolar. Esta proposição acentua as situações-limite

como momentos críticos que, expressos nas situações do cotidiano escolar, circunstanciam o processo de desenvolvimento dos sujeitos, constituindo-se como seus determinantes subsequentes.

Partindo deste argumento, postulamos que as expressões de violência no cotidiano da escola, sejam elas físicas, psicológicas ou institucionais, podem constituir-se como situações-limite para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nesta perspectiva, segundo Guzzo e Moreira (2012), a Psicologia da Libertação ilumina possibilidades de construção junto à Psicologia Escolar, chamando-a a inteirar-se da realidade da escola como palco da vida cotidiana de crianças e de suas famílias e advertindo-a contra o risco de construir diagnósticos apressados e prever tratamentos possivelmente equivocados.

A Psicologia da Libertação, por meio da categoria situação-limite desvela possibilidades ainda negligenciadas pela literatura psicológica acerca da presença de fenômenos de violência no espaço da escola. Por isso, o item seguinte pretende discutir a função da Psicologia na Educação. E, assim, esperamos explicitar as bases que justificam e anunciam o objetivo deste estudo: confrontar as ações de enfrentamento das situações de violência tomadas pelos professores da escola pública em que desenvolvemos o projeto de extensão com as diretrizes contidas no Projeto Político Pedagógico que orienta as ações pedagógicas na instituição.

Psicologia e Educação

Trouxemos no item anterior uma compreensão da violência e do desenvolvimento infantil a partir de uma perspectiva crítica da psicologia, que clama para que observemos mais detidamente as relações constitutivas que se estabelecem entre indivíduos e sociedade de modo a não nos deixarmos enganar por posições que pretendem fazer com que as pessoas se ajustem a situações explícita ou implicitamente violentas. Afinal, não se pode supor soluções individuais para questões estruturais (Martin-Baró, 1997).

Martin-Baró (1997) defende que a psicologia precisa assumir uma responsabilidade com as maiorias populares, contribuindo para a mudança das condições concretas de vida que as mantêm subordinadas à alienação e suprimem sua identidade histórica. No contexto da escola, isso significa que consigamos divisar com clareza urgente um modelo de atuação que decorra da interface entre Psicologia e Educação. A avaliação dos processos de desenvolvimento das crianças nas escolas pode e deve ser feita a partir dos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural (Guzzo, Moreira, & Mezzalira, 2011).

Nesta perspectiva, segundo Guzzo, Moreira e Mezzalira (2011), a psicologia escolar estaria intimamente relacionada à psicologia comunitária, pois emerge e atua na comunidade e busca compreender os fatores psicossociais presentes na construção das situações-limite. Desta forma, a intervenção da Psicologia escolar se expande e complexifica, na medida em que a criança na escola revela características da família, e a criança na família revela características da escola, e tanto escola quanto família revelam características de um país com determinada condição econômica, política, moral e cultural.

Método

As fontes de informação deste trabalho consistem no Projeto Político Pedagógico de uma escola de ensino fundamental localizada na Região Noroeste da cidade de Campinas-SP. A opção pela análise deste documento se fundamenta na compreensão de sua própria natureza. Segundo Aranda e Matias (2018), o projeto político pedagógico é um documento que tem sua origem na redemocratização do Brasil após o período de Ditadura Civil-Militar, a partir da Constituição de 1988 que institui a gestão democrática das instituições. A partir deste documento, cada comunidade escolar deveria definir sua concepção de homem, de escola e de sociedade e, assim, construir “a organização da escola, do trabalho docente e do ensino; a natureza das relações escolares; que conhecimento e que saberes ensinar; o caráter das práticas pedagógicas; as formas e meios de redimensionar a relação escola e sociedade” (Aranda & Matias, p.74). Desta forma, partimos do pressuposto que a questão da violência, que se constitui como um grande problema no cotidiano escolar, deve ser caracterizada no PPP, que também deve abordar os encaminhamentos e planos de enfrentamento estabelecidos pela comunidade escolar.

Também foram analisados 29 diários de campo produzidos por uma profissional de psicologia, por meio de sua inserção no projeto Voo da Águia. Moreira (2015) discute a escolha pela utilização de Diários de Campo como técnica de pesquisa, apontando sua potencialidade reveladora do olhar do psicólogo, que, neste caso, é parte integrante e se relaciona com as situações descritas. Ao trazer a perspectiva do sujeito/pesquisador, não desconsidera a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, mas busca registrá-la e interpretá-la na medida em que se revela nas relações estabelecidas no cotidiano compartilhado e coproduzido. Neste sentido, a própria construção dos diários já se institui como materialidade de autoria. Aqui importa dizer que subjetividade, tanto do pesquisador quanto dos sujeitos do cenário de pesquisa é dimensão constitutiva desta modalidade de pesquisa. A neutralidade é rechaçada como impossibilidade e considera-se o exercício refletido sobre a subjetividade que não se expressa como tendenciosa, mas se sustenta a partir dos princípios de rigor do método. Isto significa que o conteúdo do discurso cotidiano é transscrito e submetido à uma análise que inclui a subjetividade, mas a submete sempre a rigorosos critérios de interpretação (Schraube & Sørensen, 2013). Dos 29 diários analisados, 21 contém relatos que mencionam situações de violência. Ambas as fontes acumulam informações imediatas relacionadas aos objetivos anunciados por este trabalho. Pretendemos realizar um escrutínio entre as informações contidas no PPP que visam explicar e orientar as possíveis situações de violência com fragmentos da realidade que materializam a condução destas situações. Assim, delimita-se a execução de um estudo piloto que não pretende apresentar conclusões generalizadas, mas, ao contrário, espera nos convocar a todos para a necessária consideração da violência no contexto econômico e político que envolve o desenvolvimento das crianças e adolescentes no cenário da escola brasileira.

Este percurso metodológico delimita um esforço de proposição daquilo que poderíamos chamar de método de análise decorrente do Materialismo Histórico-Dialético. É um movimento que visa potencializar um percurso de confronto entre documentos que formalizam a prática dos profissionais nas escolas e a condução real destas práticas. É um passo inicial, de avaliação e escrutínio que, entendemos, deve anteceder ações posteriores de pesquisa capazes de engendrar o que Vigotski chamou de método genético (Vigotski, 1934/2001).

Nesse sentido, com relação ao PPP, as seguintes ações foram conduzidas: conduzimos uma leitura detalhada da sua totalidade, em seguida realizamos a extração de trechos que correspondiam às orientações de encaminhamento para situações de violência ou à sua prevenção. Os trechos foram categorizados conforme o título sob o qual apareciam no projeto político pedagógico. Finalmente, quando este processo estava concluído, realizamos a leitura detalhada dos diários de campo com o objetivo de extrair do seu conteúdo as situações cotidianas de violência que foram vivenciadas e devidamente registradas. O passo seguinte envolveu uma leitura comparativa entre o conteúdo extraído do PPP e dos diários de campo. Esta análise transversal é o cerne da pesquisa. Dela decorre um processo de organização de novas categorias estabelecidas a partir do confronto entre as duas fontes de informação. Isto é o que podemos chamar de resultado da análise, é um esforço de produção de categorias a partir dos fundamentos teóricos que nos sustentam. As categorias são, portanto, delimitadoras das sínteses. Ao explorarmos cada categoria alcançamos um conjunto de conhecimentos depurados da iniciativa de pesquisa-intervenção. É o que se pode extrair da práxis e o que se pode tomar como orientador de ações e pesquisas subsequentes.

Resultados e discussão

A partir da análise à qual nos referimos foram construídas sete categorias que anunciam as expressões de violência identificadas: (a) Relações de poder do crime na comunidade; (b) Dinâmicas de violência na família da criança; (c) Expressões de violência na relação professor-estudante; (d) Expressões de violência na relação estudante-professor; (e) Expressões de violência na relação entre estudantes.

Cada categoria será exposta e ilustrada com trechos de trechos de diários de campo, contendo a descrição das situações, bem como a ação dos educadores sobre elas, e o que há no projeto político pedagógico sobre essa questão. Foi construída também, uma categoria específica para análise mais apro-

fundada das compreensões e ações dos educadores. Ela constitui-se como a sexta categoria e foi assim nomeada: 6. Sentimentos e compreensões dos professores e equipe administrativo-pedagógica. Passamos a exposição e discussão de cada uma delas:

1. Relações de poder do crime na comunidade

Dados dos diários de campo. O crime organizado está presente no cotidiano escolar e estabelece uma delicada dinâmica de disputa de poder. A tensão que se estabelece entre trabalho, emprego e informalidade ultrapassa a compreensão que se estabelece a este respeito no interior da escola. Os dispositivos legais não podem ser utilizados porque eles não absorvem as dimensões da realidade. Aqui, destaca-se dimensões variadas de violência, desde a formação dos professores que não contempla a compreensão desta política até às condições de desenvolvimento das crianças que dependem do recurso financeiro proveniente do tráfico. Observemos:

A professora falou ainda sobre a dinâmica daquela comunidade, explicando que o pessoal da “boca” é quem toma conta da região. Ela diz que um dos portões da escola fica aberto o dia todo, inclusive à noite porque isso é uma exigência dos chefes da comunidade. Eles entram na escola para usar o pátio e a quadra. Ela disse que quando o portão é fechado eles entram, roubam e picham, mas quando fica aberto, eles protegem o espaço e cuidam dele. (DC02)

Dados do Projeto Político Pedagógico. Sobre a questão do crime organizado, o Projeto Político Pedagógico (PPP) não apresenta qualquer encaminhamento específico. Apesar de ser uma questão que afeta claramente o ambiente escolar, a questão é tratada como “política de boa vizinhança”, isto é, a comunidade escolar submete-se as exigências do tráfico que, por sua vez, preserva o espaço escolar. O que ultrapassa a esfera do espaço físico, contudo, não entra nesse “acordo” e não é assumido como uma responsabilidade da escola ou dos dispositivos de supervisão educacional. Não há uma discussão sobre a questão social do trabalho ou encaminhamento coletivo para os dispositivos de Assistência Social.

2. Dinâmicas de violência na família da criança

Dados dos diários de campo. Nos relatos sobre violência na escola, uma das questões predominantes é a família da criança. As relações violentas na escola se revelam, na compreensão dos educadores, como uma expressão do ambiente familiar em que a criança se desenvolve. Nota-se uma iniciativa de imputação de responsabilidade às famílias quando, na realidade, elas se organizam a partir de uma possibilidade de sobrevivência que se engendra nos limites da relação com a pobreza. L.C. é uma criança cujos pais trabalham no tráfico de drogas e que acumula um grande número de faltas na escola, apesar de sempre ser visto nas redondezas:

Segundo a secretária da escola que mora no bairro, a mãe de L.C. é traficante e a casa onde moram é ponto de venda de drogas, por isso, a mãe sai de casa com frequência deixando os filhos sozinhos. O pai, segundo palavras da secretária, é ‘um coitado’ que vive sem saber o fazer, submisso aos desmandos da mãe. (DC19)

Este trecho revela a sutileza desta relação que se estabelece na conjuntura do tráfico. É preciso que tenhamos clareza absoluta sobre os critérios que visam garantir a proteção das crianças nas circunstâncias.

cias de vulnerabilidade social (Dias & Guzzo, 2018). Mas, também é preciso que não nos afastemos das condições políticas que envolvem esta proteção. Imputar exclusivamente à família uma responsabilidade que é social não se configura como uma alternativa para esta problemática. Por isso, apontamos a necessidade de que a escola assuma a centralidade do processo de condução do desenvolvimento das crianças e adolescentes, que requer a compreensão de que isto significa a promoção do desenvolvimento das famílias. E, para que isso aconteça, é preciso que nos articulemos conjuntamente, porque, de outro modo, estaríamos, contraditoriamente, imputando também a responsabilidade exclusiva aos atores das escolas.

Foram encontrados também, relatos que envolviam questões de violência doméstica e negligência por parte dos cuidadores. Nos dois relatos a seguir, é possível observar as questões de negligência que chegam ao conhecimento da equipe escolar. Neste trecho, destaca-se uma conversa entre a diretora e a psicóloga:

Ela começou a falar sobre os ‘casos’ da semana com ênfase nos alunos do sexto ano, especialmente, M.R., cujo pai estivera na escola esta semana falando que iria ‘entregar’ o filho e queria saber quais eram os procedimentos para isso. A diretora notou meu espanto e então perguntei o que isso significava. Ela disse que quando os pais usam esta expressão eles estão se referindo a procurar o juiz da vara da infância e assinar um termo que o coloca na responsabilidade do juizado. (DC13)

Na fala da diretora, evidencia-se o fato de que casos como este já ocorreram mais de uma vez: “quando os pais usam esta expressão”. A situação de violência, assim como vimos acentuando, claramente atravessa as conjunturas sociais e atinge com extrema dureza as pessoas singularmente. Como discutir a possibilidade de que essa família negligencie seus filhos sem considerar que há muito vem sendo negligenciada pelo Estado?

Ainda neste âmbito da discussão, diversos são os casos em que a violência doméstica está presente no cotidiano da criança. Um exemplo se revela quando uma das funcionárias da escola conta à psicóloga:

Quando chegamos à escola, procurei L. e pedi que ela me contasse os detalhes do episódio de agressão. Ela disse que naquele dia, C. (professora de R.) havia segurado as crianças na sala por alguns minutos além do horário e quando R. se aproximou do portão, a mãe já a aguardava do lado de fora de um carro dirigido pelo irmão. Segundo ela, a mãe a chacoalhou com força dizendo que ela estava atrasada e a jogou no banco traseiro do carro golpeando a sua cabeça (DC08)

É possível identificar dificuldades expostas por professoras ao tentar lidar com situações de violência sofridas por seus estudantes no âmbito familiar. Neste trecho, duas professoras conversam com a psicóloga do projeto:

Quando entrei no corredor, D. e J. já me esperavam. Foi uma reunião agradável e produtiva, ... Elas reafirmaram minha sensação de que os encaminhamentos não estavam conseguindo atravessar o que dependia da gestão, as convocações não estavam sendo feitas, o Conselho Tutelar não era acionado quando necessário e as reuniões conjuntas não eram feitas. Elas me pediram para agilizar o que eu pudesse a partir da autonomia oferecida pela diretora, dizendo que elas fariam o mesmo e que assim tentássemos ter a presença de alguém da gestão para as reuniões que nós marcássemos. (DC20)

Dados do Projeto Político Pedagógico. “Amenizar a violência” encontra-se dentre os propósitos explicitados no corpo do PPP e, para tanto, o texto do documento faz uma pequena reflexão sobre como concebe a relação família/escola, e sua influência nas relações violentas que se estabelecem no ambiente escolar:

Há uma preocupação grande da escola no cuidado com os alunos, pois entendemos que educar e cuidar caminham juntos, pois no momento social que vivemos com a gritante crise familiar e de seu papel na educação dos filhos, muito do que deveria ser função da família acaba sendo repassado a escola. É claro que não é nossa obrigação transmitir valores familiares aos nossos alunos, mas temos que prepará-los para vida em sociedade como cidadãos cônscios de seus direitos e deveres. Assim devemos ser um “amigo” dos alunos, isto é, estarmos abertos a escutar os alunos em suas angústias para ajudá-los a saná-las e a serem mais resilientes, proativos, aumentando suas autoestimas e capacidade de absorver os conteúdos trabalhados. (PPP, p.76)

Neste trecho, a escola apresenta-se como responsável pelo cuidado dos estudantes, buscando, para isto, estabelecer uma relação de confiança e ouvi-los. No entanto, observamos no conteúdo do documento uma lacuna já retratada na literatura que explora o papel da educação, a função do professor e os dilemas que se estabelecem entre cuidar e educar. Certamente, as políticas de educação não têm sido capazes de explorar a complexidade deste conteúdo que acaba por antagonizar escolas e famílias quando não se pode admitir que restem dúvidas quanto à função dos professores, inclusive, com relação às famílias (Oliveira & Marinho-Araújo, 2010).

3. Expressões de violência na relação professor-estudante

Dados dos diários de campo. Muitas vezes, as relações violentas na escola ocorrem no interior da relação professor-estudante, conforme expressa a orientadora pedagógica:

O principal problema que eles enfrentam são as relações entre professores e alunos, especialmente do último ano. O “lidar de igual para igual” revela que, nestes casos, o professor já não se reconhece no papel de educador, como no relato a seguir: “... fiquei na portaria conversando com a funcionária L. Ela disse que com uma semana de trabalho já conquistou várias crianças. Disse que não concorda com a postura da maioria dos professores e funcionários que gritam com os alunos. (DC02)

O conteúdo sobre a relação entre professores e estudantes também aparece nas falas das famílias, como revela o trecho a seguir:

(M., mãe do aluno G.) reclamou do relacionamento entre C. (professora) e G., ela acha que às vezes a professora o discrimina quando faz com que ele se sente ao lado da mesa dela e disse que suspeita que ela o chame de burro, porque ele tem dito isso aos amigos e quando interpelado sobre as razões, desconversou. A mãe acha que ele protege a professora porque, apesar de tudo, eles têm um bom vínculo. (DC10)

Dados do Projeto Político Pedagógico. Para iniciar a discussão sobre a questão da violência, o PPP faz uma reflexão sobre a “Cultura de Paz”. Há uma pequena definição do que se comprehende por Cultura de Paz: “*Respeitar a vida e a diversidade, rejeitar a violência, ouvir o outro para compreendê-lo, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade, buscar equilíbrio nas relações de gênero e étnicas, fortalecer a democracia e os direitos humanos*” (PPP, p 83).

Aqui, mais uma vez, observamos a lacuna que se estabelece entre os fundamentos teóricos que deveriam sustentar a formalização de um PPP e a realidade de produção deste documento. Os pressupostos psicológicos e pedagógicos se perdem em uma intrincada mistura de resvala em argumentos pseudocientíficos e reducionistas.

4. Expressões de violência na relação estudante-professor

Dados dos diários de campo. No que concerne aos estudantes, foram identificadas situações em que agredem pessoas que trabalham da escola. Nesta situação, quem é agredida é a diretora da escola: “*J. contou-me ainda que na quinta-feira passada uma aluna do oitavo ano havia batido no rosto da diretora quando ela tentara impedir a garota de usar o celular na escola, conforme as regras elaboradas pelos professores*” (DC16).

Dados do Projeto Político Pedagógico. O PPP não discrimina encaminhamentos para agressões feitas contra estudantes, professores, funcionários ou gestores.

5. Expressões de violência na relação entre estudantes

Dados dos diários de campo. As expressões de violência entre estudantes são extremamente comuns nos diários de campo. Elas assumem diversas formas, seja verbal ou física. B., estudante do 8º ano, por exemplo, relata à psicóloga seu sofrimento:

Ela me disse que preferia nem comer na escola porque os alunos do 8º ano B a xingavam e colocavam apelidos como feia, horrorosa e Fiona. Ela disse que se sentia constrangida e que se afastava ... disse que era difícil porque quanto mais os colegas diziam que ela era feia, mais ela acreditava que ela era mesmo feia e que estava cada dia mais feia. (DC03)

A escola tem também que lidar com expressões de violência entre estudantes, nas quais a agressão física pode gerar sérias consequências à vítima:

A professora V. é a mais antiga da escola é já tem mais de 60 anos. Ela é aposentada pelo estado e trabalha agora no município. A.L. contou que J. entrara na sala com uma barra de ferro dizendo que bateria no K. A professora interveio, mas a confusão piorou. J., chuta, bate e xinga. Segundo as meninas na secretaria, V. ficou muito perturbada e abalada. Ela tremia muito e não conseguia se acalmar. (DC05)

As ocorrências de violência repercutem no sentimento de insegurança, não apenas para aqueles diretamente envolvidos na situação, mas em toda a comunidade escolar:

Vimos que o episódio do dia anterior havia mobilizado a escola toda. As meninas estavam agitadas, diziam que a escola estava horrível e que a diretora deveria tomar

alguma providência, ‘porque senão daqui há alguns anos o J. voltaria e mataria as pessoas, como fez aquele rapaz em Realengo’. (DC05)

É possível identificar na fala das estudantes, uma concepção de centralização do poder nas mãos da direção, uma vez que não encaram a resolução de problemas como responsabilidade de toda a comunidade escolar, mas unicamente da diretora.

Dados do Projeto Político Pedagógico: O PPP apresenta a seguinte reflexão sobre a violência e seus diversos determinantes:

Cada agressão que vemos entre qualquer um de nós que vive em uma Unidade Escolar deve ser conversada e pensada, ainda que não seja naquele dia de fúria em que nos vemos envolvidos, é necessário retomar no dia seguinte, quando os ânimos já se acalmaram. Estarmos atentos para os pequenos detalhes de agressão, onde alguém se magoa, (as pessoas têm grau de tolerância bem diferentes), e conversar sobre o assunto, em particular ou na sala, talvez seja um caminho. Penso que determinadas ocasiões são as únicas onde as crianças e adolescentes pensarão sobre determinados assuntos (brincadeiras de mau gosto, apelidos, brigas, ofensas, etc. (PPP, p. 82)

Neste fragmento notamos indícios produtivos no que diz respeito à construção de uma possível abordagem coletiva para o enfrentamento das marcas da violência entre os atores da escola. Mas, ainda não é possível notar práticas que efetivamente produzem modificação nas situações de violência.

6. Sentimentos e compreensões dos professores e funcionários

Dados dos diários de campo. As relações de violência na escola despertam inúmeros sentimentos nos professores. Tendo em vista o enfraquecimento das ações coletivas, diferentes são as perspectivas e ações sobre as situações de violência que identificam na escola. A psicóloga comenta sobre uma das professoras:

Ela é uma professora vivaz e disposta, investiga a vida de cada um de seus alunos e recorre a estratégias diversas para promover seu desenvolvimento. Ela não se contenta com o usual, faz pesquisas e procura profissionais de outros serviços para complementar seus recursos pedagógicos. (DC18)

Este trecho revela um esforço individual feito por uma professora no sentido de estabelecer a atuação que ela considera mais eficaz. Esta conjuntura revela uma ausência de organização metodológica coletiva que formalize a formação e intervenção das professoras sobre processos que são, intrinsecamente, pedagógicos.

A professora verbaliza que não acredita mais na educação, que não se aposentou ainda para não ter o seu salário reduzido pela metade, mas acentuou que não precisa dele, que sua vida está estabilizada e que ela gasta este dinheiro à toa. Mas, impressionantemente, ela disse que a razão deste caos é social, que nas nossas salas não vemos um único descendente de europeu. (DC10)

Infelizmente, concepções e comentários como os desta professora são frequentemente encontrados em nossas intervenções nas escolas. Sobre isso, Guzzo e Nogueira (2017) realizam uma importante reflexão, apontando a necessidade de se repensar a educação das relações étnico-raciais no Brasil, no sentido de desnaturalizar concepções construídas historicamente sobre a supremacia racial branca e a suposta inferioridade de povos não brancos. Temos uma Lei de 2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo (Lei n. 10.639/2003), e 15 anos depois ainda observamos este discurso, o que demonstra a necessidade de se avançar na consolidação desta lei e na construção de uma verdadeira democracia racial no Brasil.

Além disso, essa professora, assim como outros, apresenta sentimentos de fatalismo e desânimo em relação às mudanças, esperando sempre da direção uma espécie de punição para seus estudantes:

O clima da reunião confirmou hipóteses que eu já nutria. Os professores parecem muito cansados e descrentes com questões pontuais referentes à indisciplina e violência e esperam resoluções rápidas e também individuais, fazendo referência, sempre, aos ‘problemas da minha sala de aula’. É possível notar que alguns professores possuem opiniões preconcebidas e uma visão restrita do que seja a educação. A professora M.A., por exemplo, disse que não concorda em prejudicar sua sala de aula por conta de dois ou três alunos que a sociedade e o discurso politicamente correto dizem que são coitados, porque suas famílias são desestruturadas’. Ela disse que não se preocupa com eles e que a providência deve ser sempre puni-los e/ou retira-los da sala. Outros professores, como I. e C. parecem mais engajados, analisam a situação mais amplamente e consideram as questões macro, mas ainda esperam soluções punitivas e dizem que não podem prejudicar seus alunos que estão bem. I. chegou a sugerir que seus três alunos mais difíceis fossem suspensos para que ele tivesse oportunidade de se dedicar mais aos seus alunos que estão quase alfabetizados. ... Eles retomaram a discussão sobre as regras, mas ficou claro que o que eles tem chamado de regras na verdade é uma discussão sobre quais seriam as punições para quem descumprisse as regras estabelecidas pelos professores. (DC14)

Neste relato, é possível identificar uma série de concepções que dificultam o avanço da escola enquanto um espaço democrático e promotor do desenvolvimento. A própria orientadora pedagógica da escola compartilha de uma visão que focaliza as penalidades, frustrando-se com a direção, pois não avê punindo suficientemente os estudantes que infringem as regras:

A coordenadora pedagógica me falou longamente do seu desconforto, do desânimo com as coisas da escola e do seu descontentamento com as posturas da diretora. Ela e os professores esperam que ela coloque limites, suspendendo os alunos e não conversando com eles. ... A diretora, por sua vez, parece abatida e perdida, especialmente, depois do episódio com a aluna que a agrediu. Ela tenta defender uma direção democrática, mas que é confundida com falta de firmeza. (DC22)

Mais uma vez, comprehende-se o papel da gestão como a centralização do poder e responsável direta pelos problemas da escola, ao invés de uma construção coletiva de possibilidades de enfrentamento. Enquanto os princípios de gestão democrática são defendidas (Araújo, 2009; Chagas & Pedroza, 2013) e garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), a comunidade escolar sinaliza aspirar uma gestão autoritária.

Dados do Projeto Político Pedagógico. Alguns espaços são determinados para discussão das questões trazidas pelos professores no PPP, tais como a RPAI e o TDC. A RPAI consiste em “*reuniões periódicas e pontuais em que participam professores, funcionários e equipe gestora e onde são discutidos ... assuntos que exijam decisões coletivas sobre o trabalho pedagógico na unidade e outros assuntos pertinentes as questões do cotidiano*” (PPP, p. 42). O TDC é apresentado dentre as atividades desenvolvidas nos tempos pedagógicos, como um espaço de formação dos professores e socialização de experiências.

Todavia, não é possível notar uma organização mais efetiva no sentido do aproveitamento destes espaços para o estabelecimento e aplicação de critérios pedagógicos ou psicológicos para conduzir a dinâmica da violência no cotidiano escolar. Esta iniciativa inicial representa nosso esforço de estabelecer as principais características do cotidiano de uma escola no que diz respeito aos processos de enfrentamento da violência. Faremos algumas considerações a este respeito com a convicção de que é mais do que necessária a condução de estudos posteriores a este respeito.

Considerações finais

O confronto dos dados dos diários de campo com os do projeto político pedagógico da escola revelou uma série de contradições que permeia a vida cotidiana escolar. Evidencia-se que as relações de violência se sobressaem na escola, tanto quantitativamente, visto que esta questão foi identificada em 21 dentre 29 diários de campo lidos, quanto qualitativamente, pois é possível verificar quase todos os tipos de violência descritos por Minayo (2005).

Se por um lado é evidente que diferentes situações-limite vivenciadas pelas crianças e adolescentes se sobressaem na escola, por outro, parece não haver uma clareza entre o que é responsabilidade da escola e o que não é. Isto porque muitas questões são trazidas de fora para dentro (a questão do tráfico e da violência familiar são dois bons exemplos). No entanto, estas questões se relacionam com as atividades escolares, pois tanto prejudicam a convivência das crianças, quanto as relações sociais que se estabelecem na escola, visto que nelas há uma reprodução da violência estabelecida também em outros espaços.

Os resultados demonstraram que professores e orientadora pedagógica tenderam a compreender as situações de violência como causadas por características individuais, o que gera sentimentos de fatalismo e impotência diante desta realidade e as faz enxergar as punições como o encaminhamento apropriado. Isto revela uma espantosa ausência de compreensão sobre o papel da escola e a função do professor e dos atores escolares na construção de ações para o enfrentamento das situações-limite, que guardam a potencialidade do desenvolvimento saudável.

A Psicologia tradicional não parece oferecer, realmente, os fundamentos sobre o que significa o processo de desenvolvimento psíquico no bojo das relações pedagógicas. Uma breve análise da literatura nos faz, inclusive, notar uma tendência de que elaborações psicológicas, por um lado, se somem ao discurso que culpabiliza e, por outro, se afastam dos critérios da conjuntura teórica que afirmam defender (Guarda, Luz, Rodrigues, & Beltrame, 2017). A dimensão da crítica na Psicologia não pode referendar uma espécie de espontaneísmo no que diz respeito às suas noções de desenvolvimento. É preciso que se tenha clareza sobre o que e como se desenvolve aquilo que chamamos de psiquismo. É preciso que insistamos em evidenciar as conexões deste desenvolvimento com o conteúdo formal oferecido pelos professores. É preciso que nos dediquemos à atividade de ampliar o debate político no interior das escolas, estreitando as iniciativas junto aos dispositivos de Saúde e Assistência (Martins, 2011). Ao trazer para a escola estes conhecimentos e discutir com os atores escolares as possibilidades de ação que se desvelam a partir dos limites identificados cotidianamente, a psicologia pode trazer grandes contribuições, apontando caminhos para a realização das máximas potencialidades no desenvolvimento dos estudantes.

Nesse sentido, é que apontamos a importância da obra de Martín-Baró, especialmente, seu conteúdo dedicado à explicação e análise das expressões de violência, para os estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional. É preciso que a conjuntura da violência no cotidiano seja abordada

em suas dimensões estruturais universalizadas para que suas características cotidianas, no interior das escolas, seja abordada de maneira singular, mas nunca individualizante.

Concluímos neste trabalho, que diante das contradições que permeiam a escola pública, há dois caminhos a seguir: o primeiro é ignorar as relações sociais que constituem a criança, tratando a violência como um problema pontual e individual que deve ser tratado com punição e disciplina, como propõe o modelo das escolas Cívico-Militares; o segundo, consiste em exercitar a crítica no âmbito das contradições que se evidenciam e assumir a responsabilidade pela construção democrática de um projeto político pedagógico com princípios que orientem, efetivamente, as práticas cotidianas para a formação integral da criança. Sabemos que a segunda não é o caminho mais simples, e que assumir esta responsabilidade implica em um trabalho árduo e, necessariamente, coletivo.

Por isso, defendemos a integração da psicologia escolar nas equipes educativas. Acreditamos a Psicologia oferece os fundamentos necessários para que o professor compreenda os rumos do seu trabalho, e promova o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Esta complementaridade é crucial para que as dinâmicas das situações sociais de desenvolvimento não sejam apartadas do desenvolvimento psíquico efetivamente possível. As escolas, como espaços importantes de desenvolvimento das crianças e adolescentes precisam desenvolver ações coletivas institucionalizadas, programadas e avaliadas, para que os indicadores de violência sejam conhecidos e monitorados por todos agentes envolvidos nesse processo, desde gestores das políticas até as famílias e as próprias crianças, que têm o direito de viverem em um espaço saudável e seguro para crescerem e aprenderem o que necessitam para desenvolverem suas potencialidades.

Referências

- Aranda, Maria Alice M. & Matias, Wander (2018). “A introdução do projeto político pedagógico na política educacional brasileira”. In A. B. Lima & M. B. Silva (Orgs.), *Gestão Escolar Democrática: teorias e práticas* (pp. 71-94). Navegando Publicações.
- Araújo, A. C. (2009). A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. *Revista Retratos da Escola*, 3(4), 253–266. <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v3i4.116>
- Azevedo, M. A. (2009). Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In M. A. Azevedo & N. V. A. Guerra (Orgs.), *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 29-53). Cortez.
- Bozhovich, L. I. (2009). The Struggle for Concrete Psychology and the Integrated Study of Personality. *Journal of Russian & East European Psychology*, 47(4), 28-38.
- Bronfenbrenner, U. (2006). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner (Org.), *Handbook of Child Psychology – Theoretical Models of Human Development* (6^aed., pp. 793-828). John Wiley & Sons.
- Chagas, J. C. & Pedroza, R. L. S. (2013). Psicologia escolar e gestão democrática: atuação em escolas públicas de Educação Infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), 35-43. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100004>
- Costa, A. S. (2005). *Psicólogo na escola: Avaliação do projeto ‘Voô da Águia’* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP).
- Dafermos, M. (2018). *Rethinking Cultural-Historical Theory: A Dialectical Perspective to Vygotsky*. Springer.
- Delari, A. (2011). Sentidos do drama na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre a Arte e a Psicologia. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16(2), 181-197.
- Dias, C. N. & Guzzo, R. S. L. (2018). Escola e demais redes de proteção: aproximações (im) possíveis. *Pesquisa e práticas psicossociais*, 13(3), e1848. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3061
- Freire, P. (2016). *Pedagogia do Oprimido* (60^º ed.). Paz e Terra (Original publicado em 1974)
- Guarda, G. N., Luz, T. N., Rodrigues, T., & Beltrame, L. M. (2017). A roda de conversa como metodologia educativa: o diálogo e o brincar oportunizando o protagonismo infantil na sala de aula. In *Anais do XIV Congresso nacional de Educação* (pp. 12887-12899). Recuperado de https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26991_13947.pdf
- Guzzo, R. S. L. & Machado, E. M. (2007). Risco e proteção: busca por uma compreensão não linear desses constructos. In R. S. L. Guzzo (Org.), *Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco* (pp. 99-138). Alínea.

Guzzo, R. S. L. & Moreira, A. P. G. (2012). Psicologia da Libertação e Psicologia Escolar: Um encontro, o caminho e o compromisso com a realidade. In G. P. Marciales (Org.), *Psicología Educativa: trayectorias, convergencias y vórtices* (pp. 299-311). Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. C. (2011). Avaliação psicosocial: desafios para a prática profissional nos contextos educativos. *Avaliação Psicológica*, 10(2), 163–171. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000200007&lng=pt&tlang=pt

Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. C. (2016). Desafios para o cotidiano do psicólogo dentro da escola: a questão do método. In M.V. Dazzani & V. L. T. Souza (Orgs.), *Psicologia Escolar Crítica: Teoria e Prática nos Contextos Educacionais* (pp. 21-35). Alínea.

Guzzo, R. S. L. & Nogueira, S. G. (2017). Que educação das relações étnico-raciais queremos no século XXI? Uma leitura psicosocial e crítica da desumanização eurocêntrica e racista. *Revista da ABPN*, 9(22), 409–431. Recuperado de <http://www.abnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/375>

Jimerson, S. R., Hart, S. R., & Renshaw, T. L. (2011). Conceptual Foundations for Understanding Youth Engaged in Antisocial and Aggressive Behaviors. In S. Jimerson, A. Nickerson, M. J. Mayer, & M. J. Furlong (Orgs.), *Handbook of School Violence and School Safety: International Research and Practice* (2^a ed., pp. 3-14). Routledge.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, (1996, 23 de dezembro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. (2003). Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História – Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, (2003, 10 de janeiro). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Martin-Baró, I. (1990a). *Accion e ideología* (4^o ed.). UCA Editores.

Martin-Baró, I. (1990b). La violencia en Centroamerica: una vision psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7(28), 123-141. Recuperado de http://www.uca.edu.sv/colección-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-violencia-en-Centroam%C3%A9rica-una-visi%C3%B3n-psicosocial-RP1990-9-35-123_146.pdf

Martin-Baró, I. (Org.). (1990c). *Psicología Social de la guerra: Trauma y terapia*. UCA Editores.

Martin-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>

Martín-Baró, I. (2003). Las raíces estructurales de la violencia. In *Poder, Ideología y Violencia* (pp. 65-137). Trotta.

Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Tese de Livre Docência em Psicologia

da Educação apresentada ao departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista.

Meireles, J. & Guzzo, R. S. L. (2019). Violência substantivada: Perspectiva de estudantes de uma escola pública. *Psicologia & Sociedade*, 31, e214359. doi: 10.1590/1807-0310/2019v31214359

Minayo, M. C. S. (2005). Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. *Rev. Bras. Educ. Méd.*, 29(1), 55-63. doi: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v29.1-009>

Morais, N. A., Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2010). *Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua*. Casa do Psicólogo.

Moreira, A. P. G. (2015). *Situação-limite e potência de ação: atuação preventiva crítica em Psicologia Escolar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.

Moreira, A. P. G. & Guzzo, R. S. L. (2013). Situação-limite na educação infantil: Contradições e possibilidades de intervenção. *Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 188-199.

Oliveira, C. B. E. & Marinho-Araújo, C. M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia de Campinas*, 27(1), 99-108. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>.

Patto, M. H. S. (2015). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. *Intermeios*.

Penteado, T. C. Z. & Guzzo, R. S. L. (2010). Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 569--577. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300017>

Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405-416. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>

Sant'Ana, I. M. & Guzzo, R. S. L. (2016). Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 194- 204. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015aop004>

Schraube, Ernest & Sørensen, E. (2013). Exploring sociomaterial mediations of human subjectivity. *Subj ectivity: international journal of critical psychology*, 6(1), 1-11. <https://doi.org/10.1057/sub.2012.30>

Saviani, D. (2008). Escola e democracia. Autores Associados.

Souza, M. P. R., Tanamachi, E. R., & Barbosa, D. R. (2016). 15 anos do laboratório interinstitucional de estudos e pesquisas em psicologia escolar - LIEPPE: reflexões, contribuições e perspectivas da psicologia e educação 2001-2016. IPUSP. Recuperado de http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/LIEPPE/Livro15anosLIEPPEc.ISBN_-5mai17.pdf

Tanamachi, E. R. (2007). A psicologia no contexto do materialismo histórico dialético: elementos para compreender a psicologia histórico-cultural. In M. E. M. Meira & M. G. D. Facci (Orgs.), *Psicologia*

histórico-cultural – contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação (pp. 63-92). Casa do Psicólogo.

Vieira Pinto, A. (1960). *Consciência e realidade nacional*. Textos brasileiros de Filosofia.

Vigotski, L. S. (1929/2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21–44. doi: 10.1590/S0101-73302000000200002

Vigotski, L. S. (1932/2006). Problemas de la psicología infantil. In *Obras Escogidas*, Tomo IV. (pp. 249-386). Aprendizaje y Antonio Machado Libros.

Vigotski, L. S. (1933/2006). La crisis de los siete años. In *Obras Escogidas*, Tomo IV. (pp. 377-386). Aprendizaje y Antonio Machado Libros.

Vigotski, L. S. (1934/2001). El problema y el método de investigación. In *Obras Escogidas*, Tomo II. (pp. 15-27). Aprendizaje y Antonio Machado Libros.

Walter, M. (2009). Participatory Action Research. Social Research Methods. In A. Bryman (Ed.), *Social Research Methods* (pp. 151-158). The Falmer Press.

Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Org.), *Resiliência e Educação* (pp. 13-42). Cortez.

Recebido em: 19/10/2019

Aprovado em: 03/07/2020

Resistência dos/as jovens da periferia urbana de Garanhuns/PE às desigualdades sociais

Resistencia de jóvenes de la periferia urbana de Garanhuns/PE
a desigualdades sociales

Resistance of young people from the urban periphery of Garanhuns/PE
to social inequalities

Roseane Amorim da Silva *
roseaneamorims@gmail.com
Jaileila de Araújo Menezes **
jaileila.araujo@gmail.com

* Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST.

<https://orcid.org/0000-0002-1454-0417>

** Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

<https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

Resumo

No presente estudo, abordamos algumas situações de desigualdades de gênero, classe e raça, vivenciadas por jovens da periferia de Garanhuns/PE, e como esses/as jovens têm resistido a essas situações. A pesquisa foi realizada em uma escola da periferia do referido município. Participaram jovens de ambos os sexos, com idade entre 15 e 20 anos. A pesquisa foi realizada em três momentos. No primeiro, realizamos observação participante, no segundo, foram realizadas 5 oficinas com os/as jovens sobre diversos temas, e, no terceiro momento, fizemos 4 entrevistas semiestruturadas. Os resultados construídos foram analisados a partir da análise temática, considerando a interseccionalidade dos marcadores sociais referidos acima. As desigualdades de gênero constituídas pela raça e pela classe se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens, assim como o preconceito e a discriminação racial. Os/as jovens têm compreendido que as opressões são decorrentes de uma cultura patriarcal, sexista e colonial, a que eles/as têm buscado formas de resistência.

Palavras-chave: Resistência; Desigualdades sociais; Jovens; Periferia; Interseccionalidade.

Resumen

En el presente estudio, abordamos algunas situaciones de desigualdades de género, clase y raza, vividas por jóvenes de la periferia de Garanhuns/PE, y cómo estos jóvenes han resistido estas situaciones. La investigación se realizó en una escuela de la periferia de Garanhuns/PE. Participaron jóvenes de ambos sexos, con edades comprendidas entre los 15 y los 20 años. La investigación se llevó a cabo en tres momentos. En el primero realizamos observación participante, en el segundo se realizaron 5 talleres con los jóvenes

sobre diversos temas, y en el tercer momento realizamos 4 entrevistas semiestructuradas. Los resultados construidos fueron analizados a partir del análisis temático, considerando la interseccionalidad de los marcadores sociales mencionados anteriormente. Las desigualdades de género constituidas por raza y clase están fuertemente presentes en la vida de los jóvenes, así como los prejuicios y la discriminación racial. Los jóvenes han entendido que la opresión proviene de una cultura patriarcal, sexista y colonial, frente a la cual han buscado formas de resistencia.

Palabras clave: Resistencia; Desigualdades sociales; Joven; Periferia; Interseccionalidad.

Abstract

In the present study, we approach some situations of gender, class and race inequalities, experienced by young people from the outskirts of Garanhuns/PE, and how these young people have resisted these situations. The research was carried out in a school on the outskirts of that municipality. Young people of both sexes, aged between 15 and 20 years, participated. The research was carried out in three moments. In the first, we carried out participant observation, in the second, 5 workshops were held with young people on various topics, and, in the third moment, we carried out 4 semi-structured interviews. The constructed results were analyzed from the thematic analysis, considering the intersectionality of the social markers mentioned above. Gender inequalities constituted by race and class are strongly present in the lives of young people, as well as prejudice and racial discrimination. Young people have understood that oppression stems from a patriarchal, sexist and colonial culture, to which they have sought forms of resistance.

Keywords: Resistance; Social differences; Young; Periphery; Intersectionality

Introdução

Esse estudo faz parte da pesquisa que foi realizada para construção da tese de doutorado intitulada: “*Desigualdades e Resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE*”, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Na pesquisa um dos nossos objetivos foi conhecer como os/as jovens de diferentes territórios: quilombolas/rurais e periferia/urbanos, têm resistido às situações de desigualdades sociais vivenciadas. Aqui iremos abordar algumas questões referentes aos/as jovens urbanos/as da periferia de Garanhuns/PE.

Para entendermos resistência fizemos uso do pensamento de algumas autoras e autor, como Lugones (2014), Anzaldúa (1987), bell hooks (1994), e Scott (2011), entre outros/as, que nos levaram a pensar a resistência dos/as jovens que estudamos como ações que contribuem para uma “r-existência”, os atos de questionamento, de subversão das normas, o silêncio como proteção, a afirmação de uma identidade. Ações mínimas que nem sempre parecem ser significativas nas relações de poder, mas que visibilizam as opressões e desigualdades e, de alguma forma, mexem com os sistemas de opressão.

Lugones (2014, p. 940) ao falar sobre resistência, afirma que “pensa na resistência não como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa como criativamente opositiva”. É interessante pensarmos também resistência a partir deste olhar, pois nos ajuda a compreender as ações e a luta dos/as jovens que participaram do presente estudo: jovens da periferia urbana, que têm uma trajetória marcada por opressões e desigualdades, mas que também têm lutado por melhorias, e em alguns momentos percebemos que lutar é também buscar meios de proteção.

A resistência “é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão ↔ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno” (Lugones, 2014, p. 940).

Em um estudo com mulheres moradoras da favela Cidade de Deus, em Campo Grande, Marimon, Pimentel e Miguel (2017 conforme Silva, 2019) conheciam as histórias de resistência daquelas que, explicitam-se nas várias formas de movimentação, na luta pela sobrevivência, na busca por trabalho, na criação dos filhos e na reivindicação de moradia. Consideraram as questões de gênero, raça e classe social, na trajetória de luta e resistência das mulheres, e observaram que a maioria presente nas lutas é de negras e pobres, e muitas falaram do desejo de um futuro melhor para os filhos, por isso estão na luta, por direitos básicos, entre eles a moradia.

Os autores e a autora mencionada acima ressaltam o que compreendem por resistência, e consideram que é uma forma de opor-se às múltiplas formas de opressão e exige diálogo nos diversos setores, gênero, raça, etnia e nacionalidade, por idade e categorias profissionais, para que possa efetivamente tomar forma. A resistência das mulheres participantes da pesquisa na favela Cidade de Deus, por sua vez, se reflete no modo como elas enxergam a vida, como algo possível de mudança e melhorias.

As ideias tecidas por James Scott (2004) também nos ajudaram a refletir sobre as resistências construídas pelos/as jovens participantes da pesquisa. Para o referido autor resistir significa deslocamento, desvio, curvatura, por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. De modo que a resistência não significa fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes.

Um trabalho de Scott que foi muito importante para pensar sobre as resistências cotidianas, foi à pesquisa com os camponeiros pobres da Malásia. Entre as formas de resistência foram identificadas: corpo mole, dissimulação, falsa concordância, furto, ignorância fingida, difamação, incêndio, sabotagem (Scott, 2011). A aparente paz que circunda a dominação social, dada à ausência de desafios abertos, convive com a pressão permanente de gestos que revelam uma subversão das regras e das hierarquias constituídas. Em contraste com as formas canônicas de ação coletiva dos dominados, a resistência cotidiana ou incidental não requer coordenação interpessoal e, muitas vezes, representa uma forma imediata de obtenção de um benefício, seja pelo acesso a um bem material, seja pela evasão de uma obrigação. Evita-se qualquer tipo

de confrontação simbólica, não apenas porque os atos de resistência tendem a permanecer dissimulados, sem que seus autores sejam identificados, mas também, e sobretudo, porque eles não são acompanhados de um contradiscorso (Miguel, 2018).

Existem críticas à resistência cotidiana, vista como frágil, de uma fragilidade que expõe, em si mesma, a assimetria de recursos de poder engendrada pela própria dominação. Scott reconhece esse fato, embora argumente que dele não deriva a conclusão de que são ações irrelevantes. Além do efeito imediato na sobrevivência, no bem-estar dos que as praticam, elas podem ter efeitos cumulativos a longo ou curto prazo (Miguel, 2018).

As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados historicamente vêm alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais e práticas descoloniais (Maldonado-Torres, 2008). A descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais, por meio basicamente de estratégias de descolonização epistêmica. A resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência do que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos. A ideia de resistência descolonial como r-existência também foi abordada por Grosfoguel e Mignolo (2008, p. 34, trad. nossa) “quando dizemos ‘descolonialidade’ queremos dizer o terceiro termo do complexo modernidade/colonialidade/decolonialidade, queremos dizer de um tipo de atividade (pensamento, giro, escolha), de confronto com a retórica da modernidade e da lógica da colonialidade”.

Abdias do Nascimento criou o conceito de “quilombismo para se referir às lutas de resistência em circunstâncias em que o racismo e sexism construíram uma fronteira entre humanidade e infra-humanidade” (Bernardino-Costa, 2015, p. 154). O quilombismo resultou da exigência vital da população negra em resgatar sua liberdade e dignidade. Esse termo é também uma metáfora para se referir tanto aos quilombos stricto sensu como às organizações permitidas e toleradas na sociedade nacional, tais como: irmandades, confrarias, escolas de samba, terreiros, organizações políticas negras, entre outras (Bernardino-Costa, 2015).

Nestes espaços culturais e políticos, luta-se não apenas pela obtenção de pequenas reivindicações, mas pela possibilidade de construir um novo modelo civilizatório, que supere as distinções classistas, racistas e sexistas entre humanidade e infra-humanidade. Em outras palavras, no interior destes espaços político-culturais, tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores, denominado de reexistência. Estes movimentos são efetivamente movimentos decoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade, que não somente criou raças novas, mas as associou a determinadas posições e funções (Bernardino-Costa, 2015).

Assim estamos considerando como resistência as ações que contribuem para a r-existência, os atos de questionamento, de indignação, de busca por mudança, de subversão das normas e regras que oprimem e subalternizam os sujeitos, mas também a denúncia de formas de violência, discriminação e opressão, o silêncio, o afastamento de algumas situações que ocasionam risco a vida para se protegerem, a aceitação do corpo, do cabelo crespo, enrolado, a afirmação enquanto negro/a.

Importante também abordarmos como estamos compreendendo a noção de juventude e de periferia. Partimos do pressuposto de que não é possível atribuirmos uma única definição para os/as jovens, é importante construirmos um conhecimento contextualizado considerando o pluralismo que os/as constituem. Concordamos com Birman (2006) que estudar a categoria juventude é um campo complexo, pois pressupõe, no seu interior, uma multiplicidade de temas possíveis, que poderiam ser inscritos no seu âmbito. Mas, na impossibilidade de trabalhar com todos os temas, é preciso realizar recortes e delinear algumas problemáticas. Assim, nos interessou pensar sobre algumas especificidades relacionadas a intersecção de gênero, classe, raça/etnia, geração e sexualidade no que se refere à juventude urbana da periferia de Garanhuns/PE.

Compreendemos juventude e adolescência como momentos biográficos social e culturalmente delimitados, mas vividos de modo específico conforme o atravessamento dos sujeitos por marcadores de diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero, classe social, orientação sexual, entre outros aspectos que instituem diferenças, conformam identidades e instauram desigualdades – a partir de hierarquizações socialmente construídas. (Brabo, Silva, & Maciel, 2000). No presente estudo, os/as participantes foram

considerados sujeitos políticos constituídos a partir dos efeitos que os sistemas de opressão produzem nos/as mesmos/as. Em nossas reflexões, os/as posicionamos como jovens, visto ser esse o termo usado pelos/as próprios participantes. Os mesmos/as não fizeram referência à adolescência, seja nas oficinas ou nas entrevistas, colocavam-se como jovens, e, se assim se percebem, usar esse termo é um modo também de visibilizar as experiências que os/as constituem.

A designação dos/das jovens como moradores de territórios periféricos está em consonância com a discussão empreendida por Moreira (2016) sobre aspectos geográficos e sociais que identificam estes territórios. Enquanto o primeiro aspecto refere o que se localiza ao redor das centralidades, a dimensão social qualifica os lugares que não possuem os mesmos recursos que as demais regiões urbanas de uma cidade, o que chama atenção para uma distribuição territorial das desigualdades sociais.

Rosa (2009) chama atenção que a noção de uma periferia uniforme - ocupada por um grupo socialmente homogêneo, os pobres, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos - vem sendo sistematicamente contraposta, a começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”. Nas duas últimas décadas, houve um investimento público nas áreas periféricas, especialmente em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado por uma leve melhoria dos indicadores sociais dessas áreas. Tais investimentos, na atual conjuntura política de nosso país, estão severamente comprometidos, a exemplo da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal, a extinção do Ministério das Mulheres, bem como da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2017, entre outras mudanças que têm gerado consequências de diversas ordens.

Considerando a coexistência de distintas pobrezas urbanas em nosso país, passaremos agora a abordar o *modus operandi* de nossa pesquisa com jovens da periferia de Garanhuns.

Metodologia

A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo e ocorreu em uma escola localizada na periferia de Garanhuns. Em atenção ao princípio ético de sigilo, o nome da instituição não será divulgado. O município faz parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano, que dista cerca de 230 km da capital, Recife, e possui 138.642 habitantes, dados previstos pelo IBGE sobre a população em 2017. A cidade é datada do século XVII, sendo contemporânea às guerrilhas dos escravos fugidos para o Quilombo formando fazendas e sítios. Atualmente o município destaca-se também no setor cultural com a realização de grandes eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns - FIG, que atrai turistas de várias localidades do Brasil. O setor educacional também tem se expandido na região e atraído jovens e adultos de outras localidades que lá passam a residir para cursarem suas graduações.

Participaram da pesquisa jovens de ambos os性os na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, moradores/as da periferia na área urbana do município de Garanhuns/PE. A pesquisa aconteceu em três etapas, e usamos diferentes métodos para realizar cada uma dessas. Na primeira etapa realizamos observação participante na periferia urbana. Iniciamos nossas observações em uma escola de grande porte que recebe estudantes de diferentes localidades da região. Todos os dias de segunda a sexta, durante um período de três meses, íamos a escola e ficávamos observando e conversando com os/as profissionais e estudantes. Na maioria do tempo ficávamos próximos ao refeitório, lugar estratégico, pois dava para observar o pátio, o refeitório e as pessoas que transitavam por lá. Todas as observações e conversas realizadas foram registradas no diário de campo.

Na segunda etapa da pesquisa realizamos uma análise do diário de campo e a partir dessa construímos oficinas sobre diferentes assuntos que haviam sido abordados pelos/as jovens no primeiro momento da pesquisa: preconceito racial, homofobia e lesbofobia, usos de álcool, entre outros. Realizamos 5 oficinas na escola. As oficinas tinham em média duração de 2h e meia e foram videogravadas. Para realização das mesmas utilizamos diferentes recursos: fotografias dos bairros da cidade, músicas, histórias criadas a partir das observações realizadas na primeira etapa, algumas técnicas de trabalho grupal, e o teatro do oprimido, que possibilitou a construção de várias informações e reflexões junto aos/as jovens.

Na terceira etapa a partir de uma primeira análise das oficinas elencamos alguns assuntos que consideramos importante aprofundar nas entrevistas semiestruturadas para uma melhor compreensão das situações juvenis. Assim, realizamos 4 entrevistas com os/as jovens na periferia urbana, duas foram realizadas na escola, as outras em uma praça localizada no mesmo bairro. Participaram duas jovens estudantes que haviam participado da oficina e dois jovens que não haviam participado e não estudavam na escola, mas foram indicados por amigos/as que estudavam.

Como princípio organizador do material para análise das informações construídas nas três etapas, buscamos subsídios na análise de conteúdo temática. Nesse tipo de análise, o foco é o tema e suas possíveis relações, esse pode ser expresso em uma palavra, frase, resumo. O tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1979, p. 105). Após a organização do material, a análise foi direcionada às questões de desigualdades e resistência vivenciadas por jovens da periferia urbana. A construção de cada tópico analítico se deu a partir da interseccionalidade, sendo em cada tópico destacado o marcador de maior relevância para a articulação entre os demais. De acordo com as experiências juvenis e os contextos em que são vivenciadas, estabelecemos os seguintes tópicos de análise: jovens e o contexto de desigualdades sociais e resistência; situações de preconceito e discriminação racial.

Importante abordarmos aqui a interseccionalidade como perspectiva que nos baseamos para a construção de todo o estudo. Autoras como Crenshaw (2002), Lugones, (2014), Collins, (2015) fazem uso da interseccionalidade para afirmarem que os marcadores sociais raça/etnia, gênero, classe, território, geração e sexualidade produzem opressões e desigualdades de forma articulada, que geram efeitos nas vivências dos/as sujeitos.

Kyrillos (2020, p. 1) ressalta que a interseccionalidade pode ser entendida “como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea”. Com o uso dessa perspectiva teórico-metodológica os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem a uma mera adição de discriminações, mas sim, a complexidade do cruzamento de processos discriminatórios. Com o uso da interseccionalidade é possível observarmos também que os mesmos marcadores sociais que produzem desigualdades e opressões, podem levar a luta, a resistência aos sistemas de poder. (Queiroz, Cabecinhas, & Cerqueira, 2000).

Interseccionalidade é, portanto, “uma abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organizações sociais que moldam as experiências das mulheres [homens negros] negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019, p. 460). Embora tenhamos aberto parênteses na citação de Collins para nos referirmos aos homens negros, sabemos das diferenças de gênero que perpassam as experiências raciais desiguais entre eles e as mulheres negras.

Akotirene (2019, p. 95) chama atenção para o fato de que “articular raça, classe e gênero nem sempre revela preocupação com parcelas oprimidas, existem setores ágeis em tirar lucro político e simbólico das engrenagens identitárias”. E para que isso não aconteça ela lembra a crítica que Ângela Davis faz ao tom neoliberal da interseccionalidade concentrada no indivíduo e que acaba por retirar do Estado suas devidas responsabilidades. Com isso alerta para pensarmos a intersecção dos marcadores sociais em níveis micro e macro sociopolíticos.

As situações que abordamos abaixo estão relacionadas às reflexões dos/as jovens, juntos/as conosco, sobre as possibilidades de resistências às desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade vivenciadas pelos/as mesmos/as.

Resultados e discussão

Jovens da periferia urbana: situações de desigualdades e resistência

Os/as jovens que fizeram parte do presente estudo, a maioria negros/as, eram estudantes, alguns/mas haviam terminado o ensino médio, mas frequentavam a escola e alegavam que era melhor ir lá ver

os amigos do que ficar em casa, já que não estavam trabalhando e nem estudando. Com isso refletimos sobre o papel social da escola, pois na ausência de outros equipamentos de formação e/ou lazer na periferia, essa tem uma importante função de sociabilidade para os/as jovens.

Os/as jovens terminam o Ensino médio, mas poucos conseguem ingressar em uma Universidade, poucos conseguem um emprego. E o que resta para muitos? O que eles/as encontram nas ruas é a violência, o preconceito e a discriminação devido a cor da pele, a classe social, o lugar de moradia, por serem da periferia são vistos como ameaças em alguns lugares de circulação pública, principalmente no comércio. A interseccionalidade complexifica nossa leitura dessa situação de modo a considerarmos as marcas do racismo, do capitalismo e do heteropatriarcado. Assim, “Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos” (Akotirene, 2019, p. 43). Ver esses/as jovens frequentando a escola, mesmo após terminarem os estudos básicos formais, é algo importante que deveria ser potencializado com projetos para os egressos das instituições, ofertas de cursos de curta duração, de preparação para o Enem, entre outros.

Em uma das oficinas, trabalhamos com uma adaptação do teatro do oprimido em que os/as jovens construíram situações com base no que havia sido realizado na oficina anterior. Levamos a transcrição dessa oficina e eles/as em pequenos grupos, escolheram o que gostariam de encenar. Uma das cenas foi sobre um homem que sai para o bar com os amigos e recusa-se a levar a esposa que gostaria de ir junto. Construíram como desfechos possíveis: a esposa indo ao bar à procura do marido, e em um segundo momento, o homem ficando em casa com a esposa, mas não houve negociação possível para irem os dois juntos ao bar, pois “o bar tá cheio de homem, não é lugar de mulher direita”. O que nos chamou atenção também foi o modo agressivo como eles/as proferiam os diálogos e como isso parecia ser natural. A seguir apresentaremos um trecho da encenação:

Betina: *Vai onde, amor?*

Caleb: *Vou ali no bar* (falou de forma agressiva)

Betina: *Eu vou mais você.*

Caleb: *Não, fica aí, que não tem o que você ver lá.*

Betina: *Mas você não vai? Eu posso ir com você.* (falou de forma agressiva)

Caleb: *Pode não, pode ficar em casa, lugar de mulher é em casa. Tu vai fazer o quê no meio de um monte de macho? Eu vou tomar uma cervejinha, só uma cervejinha, senta aí que eu vou embora e mais tarde eu chego, não vai ter ninguém de mulher lá, só vai ter tu.* (falou de forma bem agressiva).

(5^a oficina realizada na área urbana)

Percebemos que tanto o que era falado, quanto à forma como era falado, não dizia apenas da criação de um personagem para encenação. Em um determinado momento, eu e a co-facilitadora, questionamos essa agressividade, ao que eles responderam que presenciam tais cenas com pessoas da família - mães, madrastas, vizinhos/as - e consideram os atos de violência como solução para os problemas.

Caleb: *Eu sempre vejo a vizinha lá de casa, porque lá próximo tem um bar; aí ele tem esse costume de ir pra lá, aí a mulher ia buscar ele, e era tanto cacete, ela dá nele e no instante resolve.*

Betina: *Minha mãe também fazia isso, porque minha mãe é muito ignorante, ela já chegava no bar brigando com meu pai.*

Caleb: *Minha madrasta também vai atrás do meu pai, e é briga lá no bar. A gente tem que dizer pra ele ir pra casa, porque se não, a coisa é feia.*
(5^a oficina realizada na área urbana)

Nos relatos acima, podemos observar que o contexto vivenciado por esses/as jovens tem implicações em seus processos de subjetivação, sendo comum entre ele/as a reprodução de posturas e atitudes agressivas. Destacamos, em vários momentos, o quanto às situações de agressão e violências de diversos tipos são naturalizadas e consideradas normais. Mas cabe refletirmos também sobre a postura dessas mulheres referidas nos discursos, o que é de fato violência e o que é uma reação daquele/a que sofre as consequências dos sistemas de opressão. As mulheres de modo geral e, sobretudo, as negras sempre sofreram as consequências violentas da sociedade patriarcal. As relações de gênero sempre foram desiguais, nas relações de trabalho, no acesso aos espaços públicos, nas práticas de lazer, no âmbito doméstico. E aqui estamos compreendendo que gênero é constituído por raça, sendo assim a reação “agressiva” dessas mulheres pobres e negras pode ser a forma que encontraram para se protegerem das diversas formas de subalternidade que as violências simbólicas e materiais lhes impõe. A interseccionalidade reconhece a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, o que expõe mulheres negras, mais que outros grupos, aos trânsitos dessas estruturas (Akotirene, 2019).

Viana (2019) a partir dos estudos de feministas decoloniais (Lugones, 2014; Colins, 2015) ressalta que a opressão de gênero preexistente na cultura do colonizador atinge principalmente a mulher branca, já que as mulheres de cor, pela condição de não brancas, sequer seriam consideradas humanas. Além disso, denunciam a lógica eurocêntrica presente no próprio feminismo “branco”, ao trabalhar com conceitos universalizantes que corresponderiam exclusivamente à mulher branca, heterossexual, classe média, tornando completamente invisíveis pautas sensíveis àquelas que fugissem a esse padrão.

Esses/as jovens participantes do presente estudo e suas famílias vivem toda a sorte de violência por parte de um sistema/Estado que está organizado para normatizar, classificar e homogeneizar as experiências. Esses/as, perante o sistema branco-ocidental (que se pressupõe hegemônico/ sem fronteiras/colonizador), são elimináveis. Sobre essas questões, Bento (2018) abordou o conceito de necrobiopoder que seria a relação entre biopoder – “fazer viver, deixar morrer” (Foucault, 1999, p. 285) e o necropoder – política de morte (Mbembe, 2011) para fazer referência a um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. E quem são esses corpos? Os/as negros/as, sobretudo os/as jovens negros/as que são deixados à própria sorte, e sofrem as consequências das desigualdades sociais impostas pelo Estado.

Situações de preconceito e discriminação racial

Em relação as situações de preconceito e discriminação racial, os/as jovens participantes das oficinas construíram a história de um jovem negro, que estava em busca de um emprego em uma loja famosa. O mesmo tinha um currículo qualificado, mas não conseguiu o emprego por ser negro. A loja deu preferência a uma jovem branca, mesmo esta não tendo as qualificações para o cargo. Essa história foi construída pelos/as participantes da oficina, mas eles/as não conseguiram criar um desfecho para finalizá-la, ficaram pensando e diziam que não sabiam o que poderiam fazer, como poderia terminar a história, alguns/mas falaram sobre denúncia e outros/as em uma solução bem precária, o jovem ir em busca de outro emprego, o que não resolve a situação da discriminação racial:

Apolo: *Pode denunciar o crime de racismo.*

Caleb: *É... tem que denunciar.*

Roseane: *Fora a denúncia como pode terminar essa história?*

Brenda: *Ele indo em frente procurar outro emprego.*

Agatha: *É, ele indo em outra loja que não é racista e conseguindo o emprego.*

(5^a oficina realizada na área urbana)

Por mais que alguns ainda tenham se referido à denúncia, nesse sentido de que não se pode calar diante de uma situação de discriminação racial, isto foi muito no sentido também de que eles/as não viam outra solução sobre o que poderia ser feito. A dificuldade em encontrar um desfecho para a história reflete o quanto complexas são as situações de racismo, inclusive para que o jovem da encenação realizasse a denúncia, porque, na prática, ninguém iria dizer diretamente que ele não seria contratado por ser negro. As discriminações acontecem através de ações sutis. Os/as próprios jovens consideraram ser uma questão complexa de ser resolvida. O racismo acontece há anos e muitas vezes de modo mascarado, a exemplo das “piadinhas”, conforme podemos ver no relato a seguir:

Benjamim: *Essas piadinhas que vai passando de pai pra filho, piadinha de negro, piadinha de índio. O índio é preguiçoso, essas piadinhas é que vai mantendo o preconceito e fazendo com que ele se mantenha de gerações, vão crescendo com ele por conta disso.*

Valentina: *Mas acontece muito isso, porque muitas vezes é a gente mesmo se fecha para as diferentes formas de preconceito. Às vezes, a gente pensa que o preconceito é quando você diz alguma coisa a outra pessoa, e ela é violentada fisicamente ou ela ficou chorando, mas, às vezes, você sofre preconceito e disfarça muito bem, e esse constrangimento é cada vez mais prejudicial ao jovem. Porque, na juventude, adolescência, a gente fica cada vez mais com confusão na cabeça, e a gente só fica assim cada vez mais assim vulnerável. Por isso que a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar.*

(2^a oficina realizada na área urbana)

Na fala de Benjamim podemos perceber as marcas do sistema colonial que reproduz os estigmas e preconceitos. Sobre essa questão das piadas, Kilomba (2019, p. 135) aborda que “piadas racistas têm a função sádica de provocar prazer a partir da dor infligida e da humilhação da/o ‘Outro/a’ racial, dando-lhe um senso de perda em relação ao sujeito branco”. Esse senso de perda reforça a superioridade branca e a ideia do lugar subordinado dos/as negros/as, por isso alguns dos/as estudantes como os/as que trouxeram os relatos acima, afirmaram que não concordam com essas piadas, que as pessoas têm de parar de realizá-las.

Corroborando com as ideias de Grada kilomba (2019), Moreira (2019, p. 84) ressalta que “o humor racista não é apenas um meio de divulgação de estigmas referentes a membros de minorias raciais. ...tem o propósito de afirmar a ideia de que os membros do grupo racial dominante são os únicos atores sociais merecedores de respeito”. Esse tipo de humor é chamado de racismo recreativo, conceito que designa “o desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos” (Moreira, 2019, p. 31). Podemos observar na reflexão de Moreira que o racismo compromete o status cultural e material, e para os/as jovens das classes menos favorecidas economicamente, onde se encontra a maioria da população negra, o racismo interseccionado com a classe pode contribuir para a reprodução do ciclo das desigualdades sociais.

Na escola observamos que essas piadas acontecem também em relação aos cabelos, sobretudo das jovens que têm os cabelos crespos, grossos, cacheados. Uma das alunas relatou que a primeira vez que foi a escola sem passar a chapinha nos cabelos sofreu muito com os risos e as piadas dos colegas, mas que

hoje usa o cabelo como ele é, natural, e não se importa com o que dizem, pois, mesmo tendo revidado as afrontas, as piadas não deixaram de acontecer.

Ao fazer referência aos grupos minoritários e denominá-los de subalternos, Spivak (2003) afirma que o subalterno não pode falar, pois, se o fizer, já não é. Quando a autora faz essa afirmação, compreendemos que a mesma utiliza a fala no sentido de que o processo de falar exige necessariamente um falante e um ouvinte, de modo dialógico. A ausência do ouvinte ocasiona o silenciamento. No relato sobre as piadas relacionadas ao cabelo, podemos observar que a jovem questiona, revida as ofensas recebidas, mas essas continuam acontecendo. E no discurso acima, a jovem Valentina diz: *"a gente não pode se calar diante das situações de preconceito, tem que falar, denunciar"*. Com isso, ficamos refletindo sobre quais as possibilidades que os/as jovens da periferia têm de serem ouvidos/as? Quem os/as escuta? Em quais lugares? Ao mesmo tempo em que consideramos que refletir sobre a importância de não se calar diante de situações de opressão e desigualdades é o caminho para criar formas de resistência. E alguns/mas jovens têm feito isso por meio da arte, da música, da literatura, pois em algumas situações, as opressões de raça, classe e gênero podem ser mobilizadoras para o estabelecimento de uma solidariedade política na busca por mudança.

Em um estudo realizado por Brunet (2012) com jovens moradores das vilas do bairro Cristal, no Rio Grande do Sul, destacou-se o importante papel da música na formação de identidade da juventude da periferia, um incentivo na busca de alternativas frente às desigualdades sociais que enfrentam. Muitos jovens criaram uma identidade musical e através dela encontraram um meio para falarem de seus problemas, dificuldades para serem ouvidos e ressignificaram a relação com a rua através da participação em projetos sociais que envolvem música. Os/as jovens de nosso estudo não estavam vinculados à grupos específicos de música - em ONGs e nas comunidades que vivem - mas fizeram referência a jovens amigos/as que compõem raps, funks e afirmaram gostar muito da linguagem musical. Alguns aprenderam a tocar instrumentos e informaram também escrever músicas, mas não divulgavam. Destacamos o papel da escrita musical como forma que encontraram para falar sobre suas inquietações e desejos. A valorização, a superação da hierarquização dos conhecimentos, das narrativas, dos saberes, de outras maneiras de entender e intercambiar histórias e culturas, até então negadas, estigmatizadas é uma das formas de resistência à dinâmica opressora do poder (Viana, 2019).

Spivak (2003) chamou de “consciência subalterna” o movimento da pessoa que sofre os efeitos das opressões e desigualdades, e está ciente desse processo. A mesma se refere ainda a uma construção coletiva da noção do lugar de subalterno e o desenvolvimento de respostas diante destas constatações. Posicionamentos como o da jovem no discurso acima, estamos chamando no presente estudo de consciência reflexiva. Fazemos uma analogia assim com as pesquisas feministas (Neves & Nogueira, 2005) que ressaltam que reflexividade é o/a movimento do/a pesquisador/a pensar sua implicação na construção do conhecimento, sua localização no mundo. Consideramos os/as jovens participantes do presente estudo como sujeitos políticos constituídos a partir dos sistemas de gênero, classe, raça, sexualidade, território e geração que produzem desigualdades nas biografias dos/as mesmos/as, mas também que podem os impulsionar a questionar, discordar, revoltar-se e criar formas de resistir às opressões ocasionadas por esses sistemas. A esse movimento dos/as jovens estamos entendendo como consciência reflexiva que os impulsiona a lutar. Mas cientes, e concordando com Freire (1982) que lutando também acontece à conscientização, a transformação.

Ressaltamos também a importância de uma prática educativa em relação a essas situações de preconceito e discriminação, a judicialização, a denúncia é importante, mas se existirem práticas que discutam essas questões junto aos/as jovens sobre o surgimento, as consequências do preconceito e a discriminação racial, as expressividades culturais de origem negra, a justiça poderá ser o último meio a ser procurado. Uma das jovens fez referência a uma intervenção de uma professora por via do discurso:

Aiane: Teve um negócio aqui com pessoal do terceiro ano, que eu não sei se vocês se lembram de uma professora que tem o cabelo black power, aí eu não lembro que foi

que ela fez, mas eu acho que ela ia usar uma sala daqui. A menina disse assim: É o cabelo de fumar. Ela escutou, olhou para menina e deu um discurso show na cara da menina. Ela descontruiu todinha a opinião da menina[sobre a ideia de cabelo ruim], também foi o único caso, por conta desse lacre que ela deu na menina.

(2^a oficina realizada na área urbana)

O cabelo tornou-se uma poderosa marca da servidão durante a escravidão, um símbolo de primitividade, desordem, inferioridade e não-civilização. Classificado como cabelo ruim, os/as negros/as eram/são pressionados/as a alisarem seus cabelos com produtos químicos, pentes quentes e chapinhas, o que é considerado uma forma de apagamento da negritude. Desse modo o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política que transmite a mensagem de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial (Kilomba, 2019). Compreendemos que a raça é constituída também por gênero, e é importante lembrar o quanto as mulheres negras são oprimidas em diversos setores e o cabelo é um deles, a pressão para que alisem e prendam seus cabelos é cruel. Mas, Gomes (2017) nos lembra sobre a tensão que existe entre a regulação-emancipação do corpo negro. Cada vez mais, os corpos negros têm se afirmado no espaço público sem cair na exotização e na folclorização. Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas e formas de vestir têm construído uma política da estética e da beleza negra.

Ainda sobre essa questão do cabelo natural como resistência, *bell hooks* (2005, p. 5) fala sobre seu posicionamento:

Existem momentos em que penso em alisar o meu cabelo só por capricho, aí me lembro que, mesmo que esse gesto pudesse ser simplesmente festivo para mim, uma expressão individual de desejo, eu sei que gesto semelhante traria outras implicações que fogem ao meu controle. A realidade é que o cabelo alisado está vinculado historicamente e atualmente a um sistema de dominação racial que é incutida nas pessoas negras, e especialmente nas mulheres negras de que não somos aceitas como somos porque não somos belas. Fazer esse gesto como uma expressão de liberdade e opção individual me faria cúmplice de uma política de dominação que nos fere. É fácil renunciar a essa liberdade. É mais importante que as mulheres façam resistência ao racismo e ao sexismo que se dissemina pelos meios de comunicação, e tratarem para que todo aspecto da nossa autorepresentação seja uma feroz resistência, uma celebração radical de nossa condição e nosso respeito por nós mesmas.

Importante observarmos a partir das reflexões de *bell hooks*, que se por um lado, deixar o cabelo natural, crespo, é um modo de aceitação e resistência a uma cultura eurocêntrica e machista, por outro, de alguma forma, continua a controlar as mulheres, pois a liberdade para usar o cabelo como quiser, crespo, cacheado, alisado é comprometida por esse mesmo sistema de poder que diz que cabelo crespo é ruim, é feio.

Assumir-se como uma mulher negra é uma atitude, sobretudo política, principalmente em uma sociedade em que o branqueamento ainda se coloca como um ideal, que ser branco constitui um privilégio, e a mestiçagem fragmenta a identidade étnico-racial na medida em que os mestiços tentam se aproximar mais de uma brancura inatingível do que de uma negritude que seja explicitamente assumida no seio das relações raciais do Brasil (Munanga, 2004). Podemos observar acima que tanto a estudante quanto a professora negra assumiram o cabelo crespo, assumiram a negritude e com todo potencial de autoafirmação racial podem lutar por alguns direitos que há anos foram negados aos/as negros/as. Aqui podemos falar sobre resistência decolonial, por meio da luta, do resgate e valorização da cultura dos grupos subalternizados pela lógica colonial (Viana, 2019).

Outra situação abordada foi à discriminação contra os/as jovens negros/as e homossexuais/lésbicas. Buscamos saber como isso pode ser enfrentado, o que eles/as têm feito:

Agnes: *É muito difícil porque deveria começar pela direção do colégio, e é o que não faz.*

Valentina: *A nossa parte a gente faz, quando a gente ver isso acontecendo aqui, a gente fala que aqui a gente não aceita, tenta conversar e explicar que determinado tipo de brincadeira não deve ser feita.*

Agatha: *Porque os professores, as autoridades são os que mais têm preconceito aqui, aí é difícil.*

Betina: *Ao invés de fazer palestra, de falar mais sobre isso, não. É preconceito.*

(3^a oficina realizada na área urbana)

Observamos acima que os/as jovens não concordam com as atitudes preconceituosas dos/as professores/as da escola e veem no diálogo, na realização de palestras, meios que podem contribuir para a mudança de comportamentos na escola de alunos/as que agem de forma preconceituosa e discriminatória. E algumas das estudantes têm tido essa prática de conversar e não aceitar essas situações, pois da mesma forma que, muitas vezes, o racismo se expressa através de “brincadeiras” que são dolorosas e deixam marcas de sofrimento em quem as recebe, na homofobia e lesbofobia acontece o mesmo.

Os/as jovens relataram também o caso de um estudante da escola, negro e homossexual, que cometeu suicídio na residência de um amigo no período em que estávamos realizando a pesquisa. Segundo os/as mesmos/as, ele não era aceito pela família e também sofria discriminação na escola, sobretudo por ser homossexual. Aqui podemos perceber a interseccionalidade dos marcadores sociais: raça e orientação sexual - em um país racista e heteropatriarcal - no contexto de uma cidade do interior nordestino produziram um sofrimento psíquico insuportável para o jovem vitimado por diversas violências. A interseccionalidade dos marcadores sociais, nesse sentido, elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam o ser vulnerável, e sugere a importância de investigarmos “contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais” (Akotirene, 2019, p. 59).

Os estudos decoloniais reforçam a importância da articulação de grupos identitários historicamente subalternizados, na busca de estratégias de resistência e na troca de experiências que favoreçam o desmonte de uma estrutura que é a responsável pela opressão de todos eles. Educação, proteção, inclusão e autonomia são diretrizes que podem garantir que negros/as, homossexuais, lésbicas e transexuais deixem de ser alvo de ataques e se transformem em cidadãos com direitos plenos.

Se todos sofrem as consequências da atual política nacional de descaso, os ainda mais prejudicados são aqueles que, além de se identificarem como parte do grupo [LGBT], encontram-se em situação de vulnerabilidade por outros fatores, como a pobreza, a origem racial, a falta de acesso à educação ou as necessidades especiais. (Schwarcz, 2019, p. 205).

Em entrevista, uma jovem negra relatou alguns problemas que permeiam o cotidiano da juventude periférica, tais como violência, pobreza, o desemprego, só para citar alguns. Quando questionada sobre qual (is) dificuldades impedem a realização de seus objetivos de vida, ela respondeu:

Valentina: *Eu acho que a falta de um trabalho certo é a maior dificuldade que eu tenho enfrentado.*

Roseane: *Ter um trabalho ajudaria você alcançar seus objetivos, é isso?*

Valentina: *Acho que sim.*

Roseane: *E o que você tem feito para isso?*

Valentina: *Estou estudando [silêncio], estudando e acreditando em mim.* (18 anos, jovem da periferia)

Outros/as jovens negros/as, também se referiram aos estudos como meio para terem uma melhor qualidade de vida, para conseguirem realizar alguns planos. Como podemos ver a seguir:

Roseane: *Diante dessas situações que você falou, essas dificuldades que você e outros/as jovens têm enfrentado, o que você acha que pode ser feito para melhorar essas situações?*
Amora: *Eu tô estudando, quero fazer uma faculdade para realizar meus objetivos. E acho que eu só vou conseguir se for assim.* (17 anos, jovem da periferia)

Os/as jovens vivem em contextos em que as situações de violência e desigualdades de diversas ordens se fazem presentes, e isto têm implicações nos modos de viver a juventude, mas alguns/mas têm considerado a escolarização um meio de lidar com essas dificuldades e de construírem seus projetos de vida. Não podemos esquecer que as instituições escolares são desiguais, o que pode atuar como fator de reprodução das desigualdades já existentes entre sujeitos de diferentes classes e raças/etnias. Mas a depender do contexto, a interseccionalidade pode não somente enfatizar uma dimensão negativa de opressão, como também ser utilizada para pensar a emancipação e a mobilização política (Brah, 2006). Assim é que consideramos que o processo de escolarização pode favorecer a ruptura das desigualdades sociais existentes, ao contribuir para uma mudança nas situações opressoras. Rose (2011) aborda que aquilo que subjetiva um humano não é o resultado daquilo que é, ou do que os transformaram, mas sim, o que os subjetivará será aquilo que eles são capazes de fazer, em vez do que eles são,

os seres humanos são capacitados na medida em que passam a se considerar de modos específicos: se entender, se expressar, atuar e julgar-se em função das maneiras pelas quais suas forças, energias, propriedades e ontologias são constituídas e modeladas ao serem conectadas, utilizadas, inscritas e atravessadas por várias composições. (p. 238).

É no cruzamento dessas forças, que os sujeitos vão se subjetivando e transformam-se, à medida que expandem suas conexões. Estamos entendendo subjetividade aqui como emergência histórica de processos, não determinados pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, urbanos, rurais, entre outros, que participam de sua constituição e de seu funcionamento. Não estamos considerando a causalidade entre esses processos, mas a noção de concomitância, de coprodução de uma singularidade (Ferreira-Neto, 2011). Assim, observamos a coprodução dos processos de gênero, classe, raça, e território no modo de enfrentamento das situações de desigualdades vivenciadas.

Considerações finais

As desigualdades de gênero constituídas pela raça e classe se fazem fortemente presente na vida dos/as jovens, mas algumas jovens têm compreendido que alguns comportamentos que são exigidos das mesmas, são decorrentes de uma cultura patriarcal e sexista com as quais elas não concordam e afirmam

que não se submetem a essa lógica. Ainda que sejam encontradas muitas mulheres que são vítimas dos efeitos do machismo e que encontram pouca solidariedade de outras, como soubemos das situações das que sofreram violência contra a mulher perpetradas por seus companheiros. Não podemos esquecer o que Lugones (2014) enfatiza sobre a importância de contestar as formas de dominação, para que assim sejam oportunizadas construções epistemológicas em que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivem múltiplas opressões, possam ter outras oportunidades de construir suas histórias.

Pensar na denúncia e na violência como meios para resolver situações de discriminação e de preconceito, assim como também a violência contra as mulheres foi algo comum entre os/as jovens, quando os/as mesmos/as também tinham dificuldade em falar sobre um meio para lidar com as problemáticas vivenciadas se referiam, sobretudo à judicialização. E por mais que estejamos entendendo a denúncia aqui como não se calar, como a busca por justiça, ficamos refletindo sobre as diversas situações em que eles/as não visualizaram outros meios como possibilidade. E quando observamos o contexto que muitos/as dos/as participantes desse estudo fazem parte, vimos que é marcado por situações de violência de diversas ordens, presentes em suas vivências.

Concordamos com Bernardino-Costa (2015, p. 160) que a luta política envolve também um “projeto decolonial de reexistência que supere a formação colonial e sua estrutura social em prol de um novo humanismo, no qual as diferenciações de gênero, raça e classe não atuem criando infra-humanidade”, mas possam ser vistas como riquezas para a constituição de uma sociedade pluricultural, que é a luta de alguns/mas jovens.

A luta, o enfrentamento às situações de discriminação racial, lembrou-nos que em entrevista a *BBC Brasil*, a escritora Conceição Evaristo (Carneiro, 2018, p. 2) destacou que: “na música, na poesia, na literatura, nas religiões afro-brasileiras, em sindicatos, em associações de moradores, as vozes dos negros sempre se pronunciaram”. Sabemos o quanto essas vozes são invisibilizadas. Mas, a autora ainda destaca: “por mais que uma voz hegemônica queira comandar, a água escapole entre os dedos. Você não segura. Não retém a força da água. Então o povo também encontra maneiras de se afirmar, de falar, de dizer”. A mesma autora em outro momento abordou:

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interditado em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil. (Evaristo, 2009, p. 18)

As palavras de Conceição Evaristo, assim como os discursos dos/as jovens que abordamos no presente estudo, remete-nos à resistência enquanto fronteira proposta pela Anzaldúa (1987), que diz de experiências que causam dor no processo de constituição dos sujeitos, mas que podem transformar as suas próprias existências e visão de mundo.

Com nossas reflexões queremos chamar atenção para o modo como os sistemas de opressão de gênero, classe, raça, sexualidade e território produzem efeitos no processo de subjetivação desses/as jovens e o quanto essas questões precisam ser melhor discutidas nas políticas para juventude, nos setores educacionais e da saúde, contribuindo para reparação histórica das desigualdades sociais em nosso país. Destacamos também a importante função das políticas públicas na área da cultura, que podem cumprir o papel de fomentar projetos para os/as jovens que fortaleçam a cultura local e se comprometam com a luta antirracista. No âmbito da psicologia política consideramos contribuir para o debate sobre a subjetivação política juvenil, em uma perspectiva interseccional e decolonial.

Referências

- Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. Feminismos Plurais (Coordenação Djamila Ribeiro).
- Anzaldúa, Gloria Evangelina (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinster/Aunt Lute Books.
- Bardin, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berenice, Bento (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, e185305. Recuperado de <file:///C:/Users/Roseane/Downloads/Necrobiopoder_Quem_pode_habitar_o_Estado-nacao.pdf>
- Bernardino-Costa, Joaze (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt&format=pdf>
- Birman, Joel (2006). Tatuando o desamparo. A juventude na atualidade. In M. Cardoso & Marta Rezende (Orgs.), *Adolescentes* (pp. 25-46). São Paulo: Editora Escuta. <http://www.janehaddad.com.br/arquivos/tatuando_o_desamparo.pdf>
- Brabo, Tânia S. A. Marcelino; Silva, Matheus Estevão F., & Maciel, Talita Santana (2020). Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 15, 1-21. e2013397, <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxeducativa>>
- Brah, Avtar (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>
- Brunet, Miguel Bonomá (2012). *Juventude e produção cultural: formas de resistência? A relação de políticas públicas de cultura com a produção cultural de jovens da periferia*. Monografia em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. <https://www.lume.ufrgs.br/bits-tream/handle/10183/67246/000872785.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Carneiro, Julia Dias (2018). É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/03/09/e-preciso-questionar-as-regras-que-me-fizeram-ser-reconhecida-apenas-aos-71-anos-diz-escritora.htm>>
- Collins, Patrícia Hill (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, 41, 1-20. <annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-soc-073014-112142>
- Collins, Patrícia Hill (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171-188. <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>

- Evaristo, Conceição (2009). Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, 13(25), 17-31. < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>
- Ferreira-Neto, João Leite (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. Belo Horizonte: FAPEMIG.
- Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Freire, Paulo (1982). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gomes, Nilma Lino (2017). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grosfoguel, Ramón & Mignolo, Walter (2008). Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, 9: 29-37. < <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a03.pdf>>
- bell hooks (1994). *Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge.
- bell hooks. (2005). Alisando o nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba*. < coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias Da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kyrrilos, Gabriela M. (2020). Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1), e56509. < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e56509.pdf>>
- Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320. < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>
- Maldonado-Torres, Nelson (2008). Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade e política. *Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, 287-324.
- Mbembe, Achille (2011). *Necropolítica*: seguido de sobre el governo privado indirecto. Santa Cruz de Tenerife: Melusina.
- Miguel, Luis Felipe (2018). *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo.
- Moreira, Adilson (2019). *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pôlen.
- Moreira, Jader A. Silva (2016). *Territórios e territorialidades na cidade: práticas jovens na/a partir da escola pública de periferia em Juiz de Fora/MG*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora. < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4092/1/jaderarieromdasilvamoreira.pdf>>
- Munanga, Kabengele (2004). *Redisputando a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

Neves, Sofia & Nogueira, Conceição (2005). Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Rev. Reflexão e Crítica* 18(3), 408-412. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000300015&script=sci_abstract&tlang=pt>

Queiroz, Camila C., Cabecinhas, Rosa, & Cerqueira, Carla (2020). Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. *Equatorial*, Natal, 7(12), 1-23.

<<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/17914/12607>>

Rosa, Thaís Troncon (2009). Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In 33º Encontro Anual da Anpocs, *Anais*, GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. <https://silo.tips/download/favelas-periferias-uma-reflexao-sobre-conceitos-e-dicotomias> < Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias>

Rose, Nikolas (2011). *Inventando nossos selves*. Rio de Janeiro: Vozes.

Schwarcz, Lilia Moritz (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Scott, James C. (2004). *Los Dominados e el Arte de la Resistência*: discursos ocultos. México.

Scott, James C. (2011). *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, 5, 217-243. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009>

Silva, R. A. (2019). *Desigualdades e Resistências entre os/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Spivak, Gayatri (2003). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Viana, Gabriela J. (2019) A importância da perspectiva decolonial no combate ao racismo. In, E. Fonseca Lima et al. (Orgs), *Ensaios sobre racismos. Pensamento de Fronteira* (pp. 135-143). São Paulo: Balão editorial.

Recebido em: 22/08/2019

Aprovado em: 30/05/2020

A busca do lugar no mundo, em um mundo sem lugar para os mais pobres

La búsqueda de un lugar en el mundo, en un mundo
sin lugar para los pobres

The search for a place in the world, in a world
without place for the poor

José Francisco Greco Martins *
jose.martins@online.uscs.edu.br

* Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Doutor em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor no curso de Psicologia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, nas disciplinas vinculadas à Psicologia Social.

<http://orcid.org/0000-0002-9691-4389>

Resumo

O presente artigo problematiza as práticas sociais no espaço social da favela Jardim Maria Virgínia (JMV), localizada no bairro do Campo Limpo, periferia da zona sul da cidade de São Paulo, em 1999 e em 2011/12. Em 1999, quando a favela enfrentava o momento do perigo do despejo, foi realizado registro fotográfico e os moradores foram entrevistados. Ao retornar à favela em 2011/12, buscamos verificar o que mudou ou se manteve constante nas práticas sociais experimentadas pelos moradores em 1999. Com uma abordagem ancorada na pesquisa qualitativa, procuramos desvelar a tessitura dos contrastes e continuidades entre os dois momentos, assim como abordar os contornos de um cotidiano instável, provisório e inacabado, revestido por violência, medo e silêncio, cuja síntese inscreveu-se na lógica da incompletude.

Palavras chave: Favela; Pertencimento; Direitos; Violência; Refugiado.

Resumen

Este artículo problematiza las prácticas sociales en el espacio social de la favela Jardim Maria Virginia (JM), ubicada en el barrio Campo Limpo, en la periferia afuera de la zona sur de la ciudad de São Paulo, en 1999 y 2011/12. En 1999, cuando la favela corría peligro de desalojo, se tomó un registro fotográfico y se entrevistó a los residentes. Al regresar a la favela en 2011/12, buscamos verificar qué cambió o permaneció constante en las prácticas sociales experimentadas por los residentes en 1999. Con un enfoque anclado en la investigación cualitativa, buscamos revelar el tejido de contrastes y continuidades entre los dos momentos, así como acercarse a los contornos de una cotidianidad inestable, pro-

visional e inacabada, revestida de violencia, miedo y silencio, cuya síntesis se inscribía en la lógica de la incompletud.

Palabras clave: *Favela; Pertenencia, Derechos, Violencia, Refugiados.*

Abstract

This article discusses the social practices in the social space of the Jardim Maria Virginia (JMV) favela, located in the Campo Limpo neighborhood, on the outskirts of the southern zone of the city of São Paulo, in 1999 and in 2011/12. In 1999, when the favela was facing the danger of eviction, a photographic record was taken and the residents were interviewed. Upon returning to the favela in 2011/12, we sought to verify what changed or remained constant in the social practices experienced by residents in 1999. With an approach anchored in qualitative research, we sought to reveal the fabric of contrasts and continuities between the two moments, as well as approach the contours of an unstable, provisional and unfinished daily life, coated by violence, fear and silence, whose synthesis was inscribed in the logic of incompleteness.

Keywords: *Favela; Belonging; Rights; Violence; Refugee.*

Introdução

Terça feira 16 de março de 1999. Jardim Maria Virgínia acorda em polvorosa. “Os homens estão aí para o despejo”. Policiais para todo lado, muita gente em desespero, corre-corre para lá e para cá. Os engenheiros da prefeitura começaram a medir. São três metros do rio para lá e para cá. Rapidamente as marretas, manipuladas pelos homens de uniforme na cor abóbora da prefeitura, começaram a demolir. Primeiro uma casa semidestruída. As paredes vão caindo. A cada marretada uma parte. Parte por parte tudo vai se esfacelando. Só sobraram os escombros. Tijolos caídos e amontoados vão deixando o rastro da destruição, em um cenário de guerra.

Localizada no bairro do Campo Limpo, periferia da zona sul na cidade de São Paulo, a favela Jardim Maria Virgínia (JMV) é o cenário deste artigo. O tempo social que delimitou nossa abordagem constitui-se em dois momentos específicos e distintos: 1999 e 2011. O primeiro momento da pesquisa ocorreu em 1999 durante o processo de despejo da favela JMV, pois percebemos que os direitos dos moradores eram desprezados e que essa execução apresentava um conjunto de contrastes e contradições sociais que mereciam uma explitação no contexto social. Em meados de março de 1999, durante esse processo de despejo, entrevistamos lideranças e moradores, elaboramos um diário de campo e um registro fotográfico com 110 imagens do processo de despejo.

Em que pese o clima tenso e o medo que revestia a favela nos idos de 1999, sobretudo em decorrência da iminência do despejo, era possível transitar sem restrições pelos mais variados espaços da favela JMV. Ao conversar com os moradores não era raro ser convidado para tomar um café ou um copo de água no interior de suas moradias. Ao darem seus depoimentos e relatos sobre o que ocorria, os moradores não criavam resistência e não se intimidavam frente ao gravador que registrava suas falas.

O segundo momento da pesquisa ocorreu em 2011 quando retornamos à favela JMV e, munido das fotografias do despejo de 1999, entrevistamos os moradores que viveram a experiência do despejo da favela em 1999 e ainda lá residiam em 2011. Procuramos identificar, descrever e interpretar como se organizava o modo de vida dos moradores da favela Jardim Maria Virgínia em 2011, ou seja: como eles estabeleciam os nexos dos princípios de sociabilidade, os laços e os vínculos sociais, bem como as regras e costumes que constituíam o convívio neste espaço social.

O contexto social da favela JMV, em 2011, apresentava sinais de mudanças. Se em 1999 circulávamos livremente nos diferentes espaços da favela JMV, em 2011 pairava um clima de insegurança. A favela fora tomada pelo tráfico de drogas e havia uma considerável desconfiança com relação ao pesquisador que surgia no seu contexto. A resistência dos moradores a concederem entrevistas gravadas só foi parcialmente superada após um longo período de trabalho de campo.

Considerando as relações entre 1999 e 2011, foi possível perceber que a moradia era um dos pontos centrais que unia os dois momentos. A questão da moradia foi o ponto de partida para interpretar o contexto social por onde se constituíam as práticas sociais, que conferiam certa ordem à vida dos moradores da favela JMV.

Em 1999 o espaço social da favela JMV experimentava o momento de perigo do despejo. Sua dinâmica social era pautada pela necessidade de manutenção da moradia diante de um processo de despejo truculento e revestido por desinformações que geravam insegurança, medo e receio nos moradores com relação à perda da moradia. Este momento de perigo contribuiu para a organização, mobilização e resistência dos moradores em defesa das suas moradias.

A questão do momento do perigo está relacionada com a concepção de história elaborada por Walter Benjamin (1987, 2005), em que se privilegia resgatar nos fragmentos, nas ruínas, aquilo que ficou soterrado sob os escombros da história dos vencedores. Benjamin (1987, p. 225) aponta a necessidade de ler, ver, interpretar e explicar a história a “contrapelo”, a fim de buscar nas suas ruínas as possibilidades

abertas por meio da “história dos vencidos”. É aí que os fragmentos passam a ter uma importância mais significativa na investigação das relações sociais.

Assim, Benjamim (1987, 2005, 2006) privilegiava os resíduos, os farrapos e, em geral, aquilo que ficou esquecido, perdido e não lembrado na história progressiva e linear, a “história dos vencedores”. Benjamin (2006, p. 503) propunha a montagem dos “elementos minúsculos” do próprio acontecimento histórico. Para ele, usar a técnica da montagem, ao que tudo indica, constituía a forma com que o historiador crítico organizava suas escolhas e interpretações dos acontecimentos históricos.

É nesse sentido que o despejo da favela Jardim Maria Virgínia (JMV), em 1999, representou um “momento de perigo” para aqueles que lá moravam. O despejo não passou de um resíduo, em geral esquecido, um silêncio na história recente do bairro do Campo Limpo, um resíduo que deixou em ruína uma parcela das moradias.

As barricadas da favela JMV significaram, em sua singularidade, um fragmento de resistência aos domínios da ordem estabelecida. Em geral, a história oficial não privilegia esses momentos de resistência, mesmo enquanto um fragmento, um momento, um instante na história daqueles que não pertencem à classe dominante. O despejo constitui-se em um fragmento da história, remetido ao esquecimento. Seu contexto é, portanto, uma situação de perigo, e dessa situação de perigo pode surgir e emergir o esquecido e silenciado.

Este artigo, portanto, buscou identificar como eram e como ficaram as práticas sociais no espaço da favela JMV em 1999 e em 2011, considerando o momento de perigo do despejo da favela em 1999, como ficou o perigo em 2011, segundo o contexto do encolhimento dos direitos e exercício da cidadania, estruturados a partir dos pressupostos desenvolvidos por Oliveira (2007), Paoli (2007) na chave do “desmanche” da política. Importa destacar que os nomes dos entrevistados citados foram alterados para preservar as particularidades de sua identidade.

O processo de despejo da favela Jardim Maria Virgínia em 1999

Em meados do início de 1999, a favela Jardim Maria Virgínia (JMV) foi surpreendida por uma equipe da Prefeitura indo de casa em casa avisando aos moradores sobre o despejo. A notícia correu como um rastilho de pólvora. Moradores alertaram os demais para não assinarem qualquer papel que a equipe de engenheiros e assistentes sociais da prefeitura viesse a entregar.

Os motivos do despejo não foram informados com precisão e clareza pelos agentes da Prefeitura. Sem saber os reais motivos, os boatos começaram a surgir. O despejo era em decorrência da construção de um hipermercado Carrefour no terreno que era da empresa química chamada Poliquímica que saíra do local não havia muito tempo; do processo de canalização do córrego; da passagem de uma avenida no local; da construção do metrô no Campo Limpo. Além de não saberem ao certo qual era o motivo, em geral, os moradores não eram informados sobre indenização ou mesmo sobre um local para eles se instalarem.

Durante as visitas dos profissionais da Prefeitura, as casas foram marcadas com a letra “S” em vermelho. Isso era um motivo de apreensão dos moradores, que reagiam apagando a marca assim que possível. O “S” significava que a casa seria destruída, e era interpretado por parte dos moradores como algo que conspirava para acabar com as poucas conquistas que os moradores tiveram ao longo dos vários anos em que moravam na favela. Este contexto de desinformação e arbitrariedade também foi encontrado por Alves e Telles (2006) no processo de remoção de moradias no Jardim São Carlos, periferia da zona leste na cidade de São Paulo.

Agora eles não mandam um papel, eles não chegam na casa e olha, sua casa vai sair porque, por causa disso, disso era isso que eu queria, uma explicação. Sua casa vai sair por isso, isso e isso falando exatamente o que que vai acontecer, e explicando, mas não: eles vinham colocando “S” que vocês vão ter que sair da casa. (Sueli)¹

1 As narrativas apresentadas neste tópico foram realizadas pelos moradores da Favela JMV em 1999. As entrevistas foram realizadas no interior da moradia. Para manter preservada a identidade dos entrevistados seus nomes foram trocados.

Com o passar do tempo, descobriu-se que se tratava e uma ordem judicial para despejo da favela pelo fato de ela estar situada em uma área de risco, em decorrência do córrego que corta a favela. O juiz responsável pela decisão do despejo ordenou que a Prefeitura fornecesse uma moradia para aqueles que ficassem desalojados. Uma das alternativas apresentadas pela Prefeitura foi a colocação de barracas de lona no campo de futebol para abrigar os moradores, abrindo a esperança de que a área do campo fosse loteada e distribuída posteriormente para eles. Via de regra, os moradores entrevistados demonstraram resistência em migrar para o campo, pois as condições da habitação não eram apropriadas devido ao calor excessivo, à inexistência de saneamento básico e local adequado para se cozinar.

Diziam que era área de risco. Que iam tirar as pessoas que era área de risco. Tudo bem que a beira do rio pode ser área de risco, mas tirando da beira do rio acho que não é mais área de risco, mas eles queriam tirar a todos. Tirar da área de risco, para jogar no meio da rua que é mais área de risco ainda. Eles queriam colocar as pessoas de baixo de uma barraca sem banheiro, sem proteção nenhuma, [na favela] ruim ou não, mas você tem uma porta e uma janela para te proteger. (Sônia)

O despejo em 1999 representou um momento de perigo que desestabilizou a vida dos moradores, cuja rotina ficou prejudicada. A ameaça de perder a moradia colocou a vida dos moradores em estado de suspensão e, de certo modo, expressou um momento de liminaridade, e em linha com o que Rizek (2012) qualificou como uma zona de indeterminação com relação ao direito à moradia. O medo passou a ser uma rotina em suas vidas, o constante estado de apreensão contribuía para a insegurança, o que se agravava com os boatos decorrentes da ausência de informações precisas por parte dos agentes da prefeitura, que tratavam os moradores com descaso.

A letra “S” em tamanho grande com a cor vermelha representava outro fator que aterrorizava a vida dos moradores. De certa forma, o “S” era um “selo” de distinção das casas dos moradores indesejáveis ao bairro, principalmente daqueles que moravam nos arredores da favela JMV. Esse sinal de distinção estigmatizava ainda mais o pobre favelado. O “S” simbolizava, em síntese, a segregação dos indesejáveis ao bairro, que deveriam “S” sair, serem banidos.

Neste contexto de liminaridade, indiferenciação, insegurança, apreensão e medo, os moradores constituíram uma comissão para organizar o processo de mobilização e resistência ao despejo.

Ações de organização, mobilização e resistência ao despejo da favela JMV

Não havia – até o momento da iminência do despejo em 1999 – uma associação de moradores na favela JMV. Foi no momento do perigo que se formou uma comissão de moradores, sob a liderança de Dona Nenê.

Não, nós não tinha, nós nunca tivemos esse problema aqui na favela. Nós somos amigos tudo... somos vizinhos tudo... mas nós nunca tivemos isso. Nós não temos, como eu falei para o senhor, uma associação aqui, nós não temos nada. Então é cada um na sua casa, seu vizinho, bom dia, boa tarde, todo mundo, mas na hora do perigo nós vamos se reunir e vamos correr atrás, vamos ser forte. Nós não somos fortes, mas vamos ser, nós vamos lutar. (Dona Nenê)²

² As narrativas apresentadas neste tópico foram realizadas pelos moradores da Favela JMV em 1999. As entrevistas foram realizadas no interior da moradia. Para manter preservada a identidade dos entrevistados seus nomes foram trocados.

A comissão foi assim: “gente vamos lutar pelas nossas casas... nós conhecemos o Padre José, nós vamos procurar autoridade, nós vamos procurar o Vicente nós vamos procurar outras pessoas, nós vamos ligar...” e se manifestamos. Outras pessoas foram para o Ratinho, a Record, a Globo, tudo de carro. Fizemos uma vaquinha de um real dentro da favela, para por gasolina nos carros que o pessoal emprestava. Tudo nós fizemos... é nós somos assim... (Dona Nenê)

Os moradores da favela procuraram descobrir o que realmente estava acontecendo uma vez que as informações fornecidas pelos agentes da Prefeitura eram dúbias e imprecisas. Tentou-se fazer uma reunião da comissão de moradores com o juiz responsável pelo caso, mas ele só atendeu ao Senador Eduardo Suplicy. Nessa reunião, esclareceu-se que o motivo do despejo era o fato de a favela localizar-se em área de risco.

Tudo bem. Aí o desembargador foi lá marcou uma audiência com o juiz, nós fomos lá com o juiz, o senador entrou, nós ficamos do lado de fora. O senador teve um debate com o juiz, no máximo uns quarenta minutos, mas a decisão era que o processo estava assinado como área de risco. Não teve acordo. Então nós viemos embora. (Dona Nenê)

A comissão não desistiu de falar com o juiz responsável pelo caso, e foi junto com vereador Vicente Cândido ao Ministério Público. O objetivo era fazer cumprir a determinação de acomodação dos moradores em outro espaço, de modo que eles não ficassem sem onde morar.

Buscou-se então, o Ministério Público, visando explicar as condições em que se encontravam os moradores da favela JMV e demonstrar que a favela inteira não estava em área de risco. O juiz decidiu enviar um assessor para fazer um levantamento mais detalhado da favela.

Os moradores também realizaram uma pressão sobre a Prefeitura. Foram organizadas várias passeatas em direção à Regional do Campo Limpo, realizadas várias reuniões dos representantes da comissão com os dirigentes da Regional, incluindo mais de uma incursão à sede da Prefeitura para falar com o Prefeito Celso Pitta.

Foram várias tentativas para despejar a favela JMV – Polícia Militar com tropa de choque, cães e os tratores esperando para entrar e derrubar a favela. Nesses momentos de tensão, os moradores não abandonaram suas casas com receio de que elas fossem ocupadas por outras pessoas, e mal dormiam com medo de serem acordadas com as paredes caindo. Nos momentos mais tensos, de perigo, barricadas foram erguidas nas principais vias de acesso à favela. Eram colocados pneus, móveis velhos, madeiras e tudo o mais que poderia ser queimado para impedir a circulação dos automóveis, a entrada dos tratores e policiais.

Aí nós começamos a reagir. Fizemos barricadas nas ruas, fizemos barricada, mas ninguém acreditava que ia sair essa favela. Aí quando começou nós começamos a reagir; fomos na Prefeitura, e o pessoal não falava nada, falava que tava processado, porque tinha que pagar dez milhão por dia. A Prefeitura falava que não ia pagar essas multas. Tinha que os morador sair fora. Nós brigando por moradia, falava que não tinha moradia, falava que não ia dar nada para ninguém que aqui é área da Prefeitura. (Alexandre)

A indefinição com relação às moradias que seriam efetivamente despejadas, o não fornecimento de alternativa à moradia, a ausência de indenização aos moradores e a arbitrariedade com que eles foram

tratados por parte dos engenheiros e assistentes sociais da Prefeitura, exacerbou o estado de humilhação, aliado ao sofrimento que acompanhava os moradores da favela submetidos, no período do despejo, a um clima que lembrava o cenário de uma guerra.

Em decorrência do processo de organização e mobilização dos moradores e das autoridades que aderiram à causa, o juiz proferiu nova ordem judicial, agora para remover três metros de cada uma das margens do córrego.

Então o que aconteceu, esfriou o causo... teve o intervalo para o carnaval, porque o ofício que veio para aqui era para tirar a favela em peso. Então depois que passou o carnaval, veio outro ofício do juiz, para tirar só a beira do rio, aí fizemos o cadastramento do pessoal da beira do rio, eu com o pessoal da Prefeitura. (Dona Nenê)

Os moradores das casas afetadas, algo em torno de 150 famílias, não ofereceram resistência ao despejo da área. Muitos ajudaram na demolição das paredes e lajes. Não foi utilizado trator. Os funcionários da Prefeitura – com marretas, picaretas, pás e enxadas – foram removendo o que havia no raio de três metros de cada uma das margens do córrego. Durante o processo de destruição das construções, os moradores procuraram recuperar parte do material utilizado, visando – quem sabe – reutilizá-los em construções futuras.

A remoção dos três metros de cada margem do córrego afetou a parte de baixo da favela e a parte do campo. A parte de cima da favela não foi destruída – ou seja, a parte mais pobre, com moradias em condições mais precárias, não foi removida.

No decorrer das ações de organização, mobilização e resistência ao despejo da favela JMV, chamou atenção o fato de os moradores não possuírem uma associação ou qualquer outra forma de organização coletiva para defender seus interesses. Como relatado por Dona Nenê, havia um respeito entre os moradores e não foi preciso até então uma forma de organização de natureza coletiva. A formação da comissão de moradores ocorreu em função do momento de perigo representado pelo despejo.

Como os moradores não tinham o hábito de organizarem-se coletivamente, eles não se sentiam fortes. “*Na hora do perigo nós vamos se reunir e vamos correr atrás, vamos ser fortes. Nós não somos fortes, mas vamos ser, nós vamos lutar*” (Dona Nenê). Foi recorrente, na narrativa dos moradores, o fato de que eles só teriam força se fossem respaldados por autoridades, pessoas de prestígio, poder e influência, como foi o caso do padre, do desembargador, do senador, do deputado federal e do vereador que defenderam e apoiaram o movimento de resistência dos moradores ao despejo. Existia uma ideia de que, sem essas autoridades, os moradores não teriam força de negociação e organização para enfrentar o processo de despejo. Percebeu-se, portanto, a presença da cultura da dádiva, do favor e da tutela (Paoli, 2007; Rizek, 2012).

A ação dos moradores para tornar público o que ocorria na favela JMV, por meio dos mais variados registros na imprensa, com destaque para a cobertura televisiva, visava fazer com que seu “drama” ocupasse um espaço na televisão para que eles passassem a fazer parte do mundo, ter uma existência social e deixassem de ser os anônimos que vivem na periferia. Assim, a chave para que se sentissem fortes e em condições de defender suas moradias, foi a busca do apoio das autoridades, a publicização dos conflitos e dos horrores que tomaram conta da vida das pessoas, a organização, mobilização e resistência ao despejo.

O cenário de guerra que se instalou na favela, a partir desse período, permite destacar o quadro angustiante da humilhação recorrente na vida dos moradores. A ação truculenta dos policiais com posturas ofensivas, os cães, a tropa de choque e o medo que se abatia sobre todos ficava mais agravado, pois os moradores não tinham o documento de posse do terreno.

Como apontado por José Moura Gonçalves Filho (1998, p. 53) “a humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes”, sendo que o cerne da desigualdade de classes para os mais pobres reside no intenso processo de exploração social, e na imensa dificuldade da efetivação do acesso aos direitos, à medida em que seus processos de fala, mobilização e

organização coletiva são invisibilizados. Os não pobres preferem não ouvir e ignorar as reivindicações sociais daqueles que são vistos e taxados como desprezíveis ou repugnantes, ou seja: os pobres. No caso da favela JMV, os moradores lutavam para defender seu espaço e serem vistos pela sociedade como cidadãos trabalhadores que buscavam o direito à moradia. Como descrito por Caldeira (2000), os espaços liminares das favelas favorecem a estigmatização, a criação de rótulos pejorativos, assim como o surgimento das marcas de distinção e das barreiras físicas e simbólicas que aprofundam a segregação e a desigualdade de classes, reforçando, desta forma, a humilhação dos mais pobres em geral e dos moradores da favela JMV em particular.

Práticas sociais na favela JMV em 2011

Passados doze anos do processo de despejo retornamos à favela JMV para entender como estavam práticas sociais em seu cotidiano. Para tanto, realizamos em 2011 entrevistas junto aos moradores. As entrevistas esbarraram nas resistências dos moradores a falarem para um estranho. A primeira entrevista gravada no interior da casa de um dos moradores, só veio a ocorrer após três meses de presença sistemática no campo. Reiteramos que os nomes dos entrevistados foram trocados para preservar a sua identidade.

No contexto do cenário experimentado em 2011 havia um critério para selecionar os entrevistados: era preciso que eles estivessem, necessariamente, morando na favela JMV no momento do despejo em 1999. Aqueles que atendiam ao critério de escolha e se dispuseram a conceder sua entrevista gravada foram entrevistados. Assim, as narrativas e os nomes citados a seguir dizem respeito às entrevistas ocorridas em 2011.

Em que pese os processos de melhorias na qualidade de vida da população favelada na cidade de São Paulo, constatados nos estudos levados a efeito por Saraiva e Marques (2011), para Vera o convívio social na favela JMV piorou em 2011 porque o número de traficantes e usuários de drogas aumentou muito no decorrer dos anos 2000. Ela diz que um vizinho colocou um portão de ferro com cadeado, que ficava fechado à noite para evitar o consumo de droga na porta dos moradores próximos. A casa de Vera ficava, praticamente, no final de uma das vielas. Embora a favela continuasse para além da sua casa, naquela via, a casa de Vera significava o fim de linha, assim o portão acaba protegendo, além da sua, mais duas casas.

Ela sentia-se incomodada, pois para onde fosse, deparava-se com usuário de drogas pelos cantos. Considerando os pressupostos elaborados por Caldeira (2000, p. 90), o portão de ferro acabava simbolizando uma barreira física, e representava uma das estratégias de sobrevivência diante da incapacidade de o Estado oferecer segurança aos moradores da favela JMV.

Agora [2011] está uma coisa horrível, nesse bairro que nós mora porque eu vou te falar uma coisa, está um invadimento nessa favela, aqui um cheira... sabe... uns drogados, ali aquele portão ali, por quê? Porque eles vinham se drogar aqui, nessa viela aí, quando a gente passava era cheio, cheio, cheio. É mulher, é homem, é moleque, é moleca, tudo cheirando num frasco velho, é lança perfume, e fumam daquelas drogas, quando eu passo eu não aguento aquele cheiro. Eu vou ali e digo assim: "vão fumar para lá, aqui não". A gente botou o portão porque não quer que ninguém entre aqui. Eles queriam brigar com a gente e tal, eu digo: "não tem nada de briga não, podem ir para lá porque..." É todo mundo passando, passando e tudo cheirando e fumando, você fala eles não ligam não. (Vera)

O filho mais novo de Vera havia sido preso, em 2011, por motivo de envolvimento com o tráfico de drogas. Vera narrou a saga para descobrir o local onde seu filho encontrava-se preso, a dificuldade de conseguir o dinheiro para pagar o ônibus, uma vez que seu marido estava desempregado. Ao descobrir o local em que seu filho se encontrava, Vera descreveu a cena da revista íntima:

Aí entrei ela falou: “tudo bem Vera?”, eu disse: “tudo bem”. Aí ela falou assim: “não tem problema nenhum?” falei: “não”. A outra tirou... eu vi, aí eu olhei assim para ela olhou para mim, foi rapidinho, oxente! Aí eu fui tirei a minha... a minha... direitinho e tal, e agora minhas pernas tudo dura, ela falou assim: “tá bom Vera, tá bom Vera”. Eu só dei uma abaixadinha ela viu que eu era certa: “tá bom Vera, tudo bem”. Me abraçou me beijou e falou: “vai com Deus Vera”, eu disse: “amém.” (Vera)

A cena descrita por Vera demonstrou os constrangimentos sofridos por mulheres no momento da revista íntima para entrarem nos locais onde seus entes encontram-se detidos. Foi difícil para Vera falar e descrever, pois a cena é apresentada nas entrelinhas, naquilo que fica subtendido nas reticências.

O filho de Juliana também encontrava-se preso não fazia muito tempo, em 2011. Ele havia se envolvido com tráfico de drogas. Juliana estava inconformada e procurava em si os motivos que, porventura, teriam levado seu filho para este mundo.

Eu tive um... uma coisa muita triste que aconteceu comigo há um mês e meio atrás, ainda estou tentando assimilar, tentando entender, onde eu falhei como mãe [ela continua chorando e falando aos soluços], é muito triste, eu não gosto nem de falar porque... é horrível... meu filho do meio se envolveu com essa gente e ele foi preso. Para mim tá doendo mais do que se fosse um tapa na cara... [ela respira fundo]. (Juliana)

[continuando a chorar] *Ainda tá doendo muito. Eu tento... os outros [filhos] precisam de mim, eu preciso continuar preciso ser forte por mim e por eles, está tão doído. Sábado eu vou visitá-lo. Tem a visita dele no sábado. (Juliana)*

Com os filhos presos, Vera e Juliana continuaram passando, em 2011, pelos constrangimentos da revista íntima, assim como buscavam os recursos para custear o advogado na defesa dos filhos. Para pagar o advogado, Juliana começou a fazer bicos em eventos, conforme era convocada. O orçamento apertado da família ficava mais complicado com as despesas extras não previstas.

Foi muito comum deparar-se com inúmeros relatos a respeito da quantidade de jovens envolvidos com o comércio de drogas ilícitas e de produtos ilegais. Também foram recorrentes as histórias dos jovens presos e daqueles que morreram de forma trágica. Foi o que aconteceu com o filho de Dalva, ainda em meados de 1999. Passado o trauma da perda do filho e do marido e com o fim do processo de despejo em 1999, alguns meses depois, outro filho de Dalva morreu. Só que agora o motivo era de outra natureza, ele foi assassinado pelo narcotráfico – ele falou o que não devia, em momento inapropriado, para pessoa inadequada.

Passados doze anos do processo de despejo, Dalva observou que as condições de vida na favela, em 2011, ainda continuavam tensas em função da insegurança reinante. Se, antigamente, ela podia dormir de porta aberta, hoje, se alguém da favela falasse para não abrir seu portão até tal hora, ela tinha que respeitar e obedecer, porque os narcotraficantes tomaram conta da favela, e ela não sabia a quem recorrer, pois não confiava na polícia.

Em 2011, a favela estava ocupada por tal diversidade de pessoas que não era possível distinguir aquelas realmente confiáveis. Os laços de confiança foram diluídos e encontravam-se esgarçados em 2011. A questão da confiança neste caso está diretamente relacionada com o estabelecimento dos laços de solidariedade e coesão social, que foram fragilizados com a violência presente na ação dos agentes do narcotráfico e do aparelho de repressão do Estado: a polícia. As narrativas dos moradores entrevistados demonstram um estado de insegurança e desconfiança:

Eu conseguia dormir de porta aberta, porque hoje aqui o senhor não consegue mais. Hoje o senhor não consegue, não consegue hoje, porque hoje é muito ladrão, é muito matador, é muito pé de pato, então o senhor tem que ficar ali no meio deles. É fechar os olhos e fazer que não está vendo nada daquilo, porque se o senhor ver e bater com a língua, o senhor já era, o senhor já era. O senhor pode cavar a sua cova e mandar os seus amigo... Então tempos atrás dava tempo da gente ser do jeito que a gente era, mas não tinha esse enchimento de gente que agora está tendo, porque aqui agora está cheio, para o modo de ver, tem muita gente, muita gente. Tempos atrás nossa senhora! Uma vez ou outra, uns vizinhos que a gente via e tudo, dormia de porta aberta. A gente podia fazer uma festinha, uma coisa ali que não tinha nada. Não tinha nada a gente ficava tranquila sossegada. Só que hoje não, hoje [2011] eu não sei de quem é que tem que ter medo, porque a gente hoje vive mais preso do que eles. Porque hoje são os bandidos que tomam conta, são os matadores, eles que tomam conta, se eles falar eu não quero que faça isso aí a gente tem que respeitar. Se eles falarem: "hoje você não vai... não é para você abrir esse portão aqui dona Dalva, porque eu não quero", e se a gente sabe que ele é da pesada, aí vai ter que respeitar, esperar a hora que eles pediram para gente abrir a porta. Por que a gente tem isso? Porque hoje a gente hoje não sabe para quem a gente socorre quando acontece uma coisa. Que o senhor está correndo para o lado da polícia, está pensando que aquela polícia é uma boa polícia, que sabe respeitar a farda dele, tu está correndo para um bandido. O senhor acaba de falar uma coisa, aqui quando o senhor vai ver chega aquele lugar o bandido já está sabendo o que o senhor falou. Então hoje a gente vive um meio que a gente não sabe se a gente corre para polícia, ou se a gente corre para os bandidos, para o pé de pato, a gente não sabe, a gente está no meio deles, agora o senhor vai saber qual é o bom? A polícia boa que tem? (Dalva)

Em estreita relação com as descobertas de Feltran (2011, 2011a, 2011b, 2011c), Telles (2007, 2010, 2011) e Ferreira (2006), sobre as diferentes dimensões da violência, legalidade e ilegalidade na periferia da cidade de São Paulo, a favela JMV foi tomada pelo intenso fluxo do tráfico e consumo de drogas no seu interior. Os princípios de solidariedade e da confiança foram corroídos; o desemprego era constante; jovens envolvidos com universo do mundo do crime ou presos; mães submetendo-se ao constrangimento da revista íntima. Tudo isso traduzia um cenário, cujo registro das práticas sociais, era revestido por laços sociais frágeis, ténues e instáveis, os quais, de certa forma, tornavam o convívio social inseguro, incerto e revestido pelo improviso.

Instabilidade na moradia, instabilidade na vida

As paredes erguidas foram derrubadas com marretadas pelos funcionários da Prefeitura. Dalva retirou os blocos que ficaram inteiros e depois o pessoal da Prefeitura colocou o entulho no caminhão.

Aí ei peguei, quebraram tudo, peguei uns blocozinho que estava meio inteiro, encostei, e aí eu olhei para minha filha e falei: "é filha, as vezes a gente faz tanto esforço para botar em cima do que é dos outro, óia aí o que aconteceu". ... E aí eu voltei só sacudi com a cabeça e falei: "isso aí vai ficar na minha mente, que o que é dos outros não é da gente". Então eu não tenho nada eu estou aqui passando os minutos, uma hora, até a hora que eles quiserem, porque na hora que eles não quiser e falar: "dona Dalva a gente vai passar uma rodagem [uma avenida], vai passar qualquer coisa aqui, a

senhora tem que desocupar, eu vou ter que desocupar, porque não é meu é deles, eles é que manda, é eles que manda!” (Dalva)³

A ausência da propriedade do terreno aumentava a insegurança com relação às melhorias e ampliações na casa onde Dalva vivia, pois possíveis benfeitorias não seriam indenizadas, caso ocorresse um novo processo de despejo – processo que já destruíra parte das casas que margeavam o córrego, em 1999. Além da falta de indenização, Dalva observou que o fantasma do despejo ainda existia em 2011, pois o processo que se encontrava em alguma gaveta poderia, a qualquer hora, ser desengavetado e deixar inúmeras famílias desabrigadas.

Agora quando a gente não tem a razão, a gente tem que obedecer as ordens seja de quem for, se a gente está errada, a gente tem que obedecer, abaixar a cabecinha e obedecer, agora que dói o coração dói, que dói, dói, saber que a pessoa lutou tanto para fazer aquilo ali, chegar na hora ser destruído, e não ser recompensado de nada, pelo menos chegasse assim e falasse ó: te trouxe isso aqui é tanto, a gente até ia sentir e falar: “não ele recompensou alguma coisa”, só que eles não recompensaram nada, até hoje, até hoje eles não recompensaram nada. ...você pensa que esse processo foi jogado fora? Mas não está, deve estar numa gaveta que qualquer hora, aquele processo vai sair daquela gaveta e vai mexer com aquilo, e reaparece, e a gente vai dizer o que para eles? Que a gente está errada? Não a gente tem que... é como eu estou sabendo que um dia, uma hora a gente vai ter que sair daqui. (Dalva)

Sem saber se outro processo de despejo poderia vir a ocorrer, os moradores tendiam a ficar inseguros e, em geral, faziam o suficiente para morar com certa segurança e conforto com o mínimo investimento. Ser proprietária do terreno sobre o qual se construiu a casa era a fórmula encontrada por Juliana para resolver o problema da insegurança decorrente de o terreno pertencer à Prefeitura, ou seja, seria um passaporte para a dignidade. Sob a ameaça da perda da moradia, ela e sua família viviam sempre no improviso e na liminaridade.

Até hoje a gente tem vontade de bater uma lajezinha ali para fazer um quartinho para minha filha, já não quero gastar, porque vai que a prefeitura uma hora resolve tirar a gente. Isso não está difícil de acontecer, pode chegar uma hora e tentar desocupar de uma vez. Meu medo é chegar e derrubar tudo como já fez em outro lugar, em outras favelas. Tinha uma moça que trabalhava comigo lá no prédio, ela trabalhava para empresa Pires, ela olhando na televisão as máquinas derrubando o barraquinho dela, com tudo dela, não é fácil. (Juliana)

A instabilidade na moradia repercutia na instabilidade na vida, uma vez que o contexto de insegurança com relação à propriedade do terreno, contribuiu para um estado de suspensão quanto ao direito à moradia e conduziu os moradores à liminaridade referente à condição de vida na cidade, principalmente em relação à inclusão e exclusão, ao pertencimento, ou não, à própria cidade em que residiam. Há uma incompletude dada pela ausência da propriedade da moradia que acompanhava e assombrava os moradores

3 As narrativas apresentadas neste tópico foram realizadas junto aos moradores da Favela JMV em 2011.

da favela JMV, tornando sua permanência, no espaço social da favela, sempre provisória – o improviso parecia ser algo permanente em suas vidas. A vida no improviso estava presente na própria construção sempre inacabada da moradia, no emprego sempre com caráter provisório e precário.

Estado de exceção e a lógica da incompletude na vida nua

Pertencer a uma determinada comunidade, um partido político, uma associação de bairro, um sindicato, uma religião ou às demais instituições sociais tem a capacidade de proporcionar uma identidade e pertencimento social, em função do fato de tais instituições reunirem os sujeitos e proporcionarem o contato com a alteridade, o outro, o diferente, que abre a possibilidade da ação, do exercício da fala e do debate em relação aos temas de interesse de cada instituição.

Na perspectiva de Hannah Arendt (1989, p. 308), o pertencimento está relacionado com o nascimento em um determinado Estado-nação. O nascimento vincula o indivíduo a um Estado-nação, o que implica a possibilidade de acesso à cidadania e aos direitos. A cidadania e os direitos decorrentes do nascimento suscitaram a crítica de Agamben (2010) à Arendt (1989), pois para Agamben um fato natural, o nascimento, proporcionou o vínculo de cidadania, e os direitos a ela relacionados.

Em que pesem as críticas de Agamben (2010), o que importou para os interesses do presente estudo foi a situação limite, apresentada por Arendt (1989), do apátrida e do refugiado, pois a eles foram negados tanto o pertencimento, quanto os direitos. Assim, ao se estar fora do Estado-nação, no qual se nasceu, os direitos praticamente desapareceram, ou ficaram suspensos. Para Arendt (1989, p. 300) “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refugo da terra”.

A condição de vida do apátrida e do refugiado apresentado por Arendt (1989) contribui para uma reflexão sobre a condição de vida experimentada pelos moradores da favela JMV, principalmente no cenário observado em 2011. Os moradores da favela JMV no contexto da sociedade brasileira eram considerados cidadãos que gozavam das mesmas prerrogativas universais contidas na Constituição. Assim, não são portanto, apátridas ou refugiados, pois eles fazem parte, eles pertencem pelo nascimento ao Estado-nação brasileiro. Aqueles que moravam na favela JMV tinham os direitos constitucionais garantidos, porém ao observarem-se as práticas sociais particulares do cotidiano experimentado na favela, sobretudo em 2011, pode-se perceber uma aderência, guardadas as devidas proporções, àquilo que ocorre com o refugiado.

Será que os habitantes da favela JMV eram os atuais “refugos da terra” e os “indesejáveis”, conforme denominado de Arendt (1989, pp. 300-302)? Os moradores da favela JMV têm a mesma nacionalidade que os demais moradores do Brasil, porém viviam como “refugiados”, pois eram tratados como “indesejáveis” pelos demais, pelo Estado, e também eram vistos de certo modo como “refugos da terra”, pois seus direitos eram desrespeitados seja por parte dos agentes do tráfico, ou por parte dos agentes de repressão do Estado, a polícia.

Os moradores da favela JMV não eram apátridas, mas poderiam ser considerados “refugiados” em seu próprio país, pois os direitos ficavam suspensos e os sujeitos assujeitados pelo medo, a violência e o silêncio em relação àqueles que se instalavam de modo provisório, precário e instável no poder. Enquanto “refugiados” em seu próprio país, a política, como pensado por Arendt (1987, p. 210), acabava por deixar de ser realizada, dado que a ação e a fala, o discurso e o debate foram substituídos, no espaço da moradia na favela JMV, por um silêncio, que levava as pessoas a se esconderem – elas não apareciam no cenário da moradia.

A questão da moradia relaciona-se com o pertencimento como parte integrante do vínculo social. Aquele que vivia a moradia do “não lugar”, pode ser um “refugiado” e um “estrangeiro” em sua própria terra, cuja cidadania foi fraturada em seu próprio país. Os moradores da favela JMV parecem viver o estado de liminaridade em um contexto liminar, um estado em que os direitos, além de não se realizarem, eram subtraídos, arrancados e encontravam-se em suspensão (Arendt, 1989, p. 329).

Ter uma casa, pertencer a um espaço pode indicar o ponto de partida para a própria noção de pertencimento, daí o motivo de as pessoas recusarem-se a sair do seu lugar, do seu bairro que lhes pro-

porciona identificar-se como pertencente a uma comunidade – um espaço que lhe permitia construir os nexos da sua identidade e do lugar que ela ocupa no próprio mundo. Como a propriedade da moradia está em constante estado de suspensão, isto significa um impasse, um dilema e uma ambiguidade em relação a poder sentir-se mesmo um morador do lugar.

A questão do encontro do lugar no mundo em Arendt (1989, p. 327), ao que tudo indica, parece ser algo central, pois foi na favela JMV que as pessoas criaram seus vínculos e os seus laços de sociabilidade com o bairro e a vizinhança, principalmente no contexto de 1999. Em que pese os conflitos cotidianos relativos ao convívio, as pessoas, ao serem ameaçadas de perder o lugar, onde moravam sentiram-se desamparadas, e diante da possibilidade de ficar sem um lugar no mundo, os moradores da favela JMV organizaram-se como puderam para defender sua moradia em 1999.

No entanto, em 2011, no que tange às questões da moradia e do pertencimento, os moradores da favela JMV viviam algo análogo àquilo que Arendt (1989) definiu como a condição dos “refugiados”, principalmente no que se referia à questão da suspensão dos direitos e a sobrevivência sob o estigma dos “indesejáveis” e “refugo da terra”. Ao que tudo indica, as práticas sociais no contexto da favela JMV implicavam a busca do lugar no mundo em um mundo, ao que parecia, sem lugar para os pobres. O pertencimento era sempre fraturado e fragilizado o que transformava a favela JMV, nas palavras de Agamben (2010, p. 119), em uma “zona de indeterminação”.

A reflexão de Agamben (2004, 2010) a respeito do “estado de exceção” está diretamente relacionada com a questão da inclusão e pertencimento. O “estado de exceção” corresponde ao processo de indeterminação das regras a partir das quais ocorre uma inclusão sem o perfeito pertencimento. Ao tratar da questão do pertencimento e da inclusão, apoiando-se na teoria dos conjuntos, Agamben (2010, pp. 30-31) observa o estado de suspensão dos direitos, quando tanto a inclusão quanto o pertencimento são, ao mesmo tempo, parciais, incompletos e contribuem para a indistinção de um e outro.

O estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, torna-se agora uma nova e estável disposição espacial, na qual habita aquela vida nua que, em proporção crescente, não pode mais ser inscrita no ordenamento. O deslocamento crescente entre o nascimento (a vida nua) e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo, e aquilo que chamamos de *campo* é seu resíduo. A um ordenamento sem localização (o estado de exceção, no qual a lei é suspensa) corresponde agora uma localização sem ordenamento (o campo como espaço permanente de exceção).
... O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones d'attente* de nossos aeroportos bem como em *certas periferias de nossas cidades*. (Agamben, p. 171, grifo nosso)

Ainda com relação ao pertencimento, a inclusão e o acesso aos direitos, o espaço social da favela JMV, no decorrer da década de 2000, transformou-se naquilo que Agamben (2010) definiu como uma “zona-limite” (p. 155) e um “campo” (p. 171), cujos direitos encontravam-se em estado de suspensão. Do contexto de violência, medo e silêncio, bem como da fragilidade da posse da moradia e do pertencimento, depreende-se o contexto do que Agamben (2010) qualifica como “estado de exceção”, a partir do qual instituiu-se a opacidade e a indeterminação entre o pertencimento e a inclusão no espaço liminar da favela JMV.

Aquilo que não pode ser em nenhum caso incluído vem a ser incluído na forma da exceção. No esquema de Badiou ela introduz uma quarta figura, um limiar de indiferença

entre excrescência (representação sem apresentação) e singularidade (apresentação sem representação), algo como uma paradoxal inclusão do pertencimento mesmo. Ela é aquilo que não pode ser incluído no todo ao qual pertence e não pode pertencer ao conjunto no qual está desde sempre incluído. O que emerge nessa figura-limite é a crise radical de toda possibilidade de distinguir com clareza entre pertencimento e inclusão, entre o que está fora e o que está dentro, entre exceção e a norma. (Agamben, 2010, p. 31)

A questão da indistinção entre pertencimento e inclusão é essencial na medida em que ambos, no interior dos limites da favela JMV, são revestidos por práticas sociais pautadas pela incerteza e insegurança, violência, medo e silêncio, que, por sua vez, contribuem para o constante estado de suspensão dos direitos típico do “estado de exceção”. A precariedade, a instabilidade, a vulnerabilidade e o imediatismo das ações daqueles que se encontram no comando do tráfico de drogas, os agentes do tráfico, na definição do permitido e do proibido, acabam contribuindo para a suspensão da confiança e a fragilização dos laços de solidariedade entre os moradores da favela JMV.

Considerações finais

No decorrer do desenvolvimento do presente artigo foi possível demonstrar como eram e como ficaram as práticas sociais no espaço da favela JMV em 1999 e 2011. Os conteúdos apresentados nos tópicos precedentes indicaram os contornos do contexto social em que as práticas sociais se estabeleceram nos dois períodos estudados, bem como as nuances comparativas entre um e outro período foram apontadas no decorrer do texto. Assim sendo, destacamos os pontos centrais com ênfase no período mais recente de 2011, o qual representa um ponto de inflexão no contexto e nas práticas sociais na favela JMV, principalmente no que se refere à lógica da incompletude.

A violência em 2011 tinha um contorno diferente em relação a 1999, devido à acentuação da questão do comércio e consumo de drogas na favela JMV, e a negligência/conivência da polícia. O cotidiano da favela JMV, dessa forma, foi tomado pelas práticas do grupo que dominava o narcotráfico na área. Eles controlavam o fluxo das pessoas e buscavam intimidar aqueles que vinham de fora, os “estranhos” que não eram usuários de droga e entravam no espaço que a eles pertencia. Os moradores conviviam cotidianamente com os usuários pelos cantos e becos da favela, bem como com os vendedores que se espalhavam por diferentes pontos.

A lei do silêncio imperava, e o clima hostil era vivido de forma relativamente “normal” pelos moradores – eles tinham medo de falar, de dar entrevistas gravadas, pois acreditavam que tudo o que fosse falado poderia ser usado contra ele ou seus familiares. O clima tenso, ao que tudo indicava, era um indício de que o chefe do tráfico e seus trabalhadores viviam em constante estado de apreensão na tarefa de manter o seu ponto de venda livre de empecilhos e problemas que pudessem chamar a atenção dos órgãos de repressão do Estado.

O excesso de controle, a vigilância constante dos fluxos de pessoas no interior da favela, a tensão existente entre grupos rivais de outros chefes que ocupavam espaços não muito distantes, acabavam por gerar um clima onde os laços de confiança deterioravam-se, e a preferência geral era não saber, não ouvir, não ver, não falar.

Se antes, em 1999, era possível distinguir melhor quem era quem no espaço social da favela JMV, em 2011, isso era mais difícil, pois havia uma grande dúvida em relação aos papéis sociais exercidos. Porém, algo era certo: se corresse pela favela uma ordem de não sair de casa a partir de uma dada hora, a ordem era rigorosamente cumprida. Kowarick (2009, p. 94) observa a desconfiança e o medo como “elementos estruturantes dos modos de vida daqueles que vivem o contexto da vulnerabilidade”.

Entre 1999 e 2011, houve um aumento da sensação de insegurança na favela em função do respectivo aumento da violência, do clima hostil e da desconfiança reinante entre os moradores. O poder

dos agentes do narcotráfico era grande e suas ligações com a polícia era percebida. Como estratégia de sobrevivência, nesse contexto adverso, era necessário não saber, não ver, não ouvir e não falar.

Violência, medo e silêncio traduziam o modo com que se organizavam as práticas sociais no cotidiano da favela JMV, em 2011, por mais que as pessoas entrevistadas se esforçassem em demonstrar uma convivência pacífica e relativamente natural com o clima hostil que invadiu o contexto social da favela JMV.

Ao olhar para o cotidiano enfrentado pelos moradores da favela JMV, em 2011, identificou-se um espaço social, que se aproximou da experiência de um “refugiado”, principalmente no que se referia à impossibilidade da ação política, do exercício da fala e do debate, o que contribuía, por sua vez, para esgarçar e afrouxar os laços de solidariedade e pertencimento à própria comunidade da qual se fazia parte. A situação dos moradores do JMV era análoga à do “refugiado” também quando se considera a perda da dignidade humana – principalmente, no que se refere à violência, medo, silêncio e à questão da arbitrariedade com que são tratados pelo chefe do tráfico, seus trabalhadores e o aparelho de repressão do Estado.

As condições objetivas da vida acabaram por colocar os moradores da favela JMV em uma condição de “não cidadão”, como se eles tivessem, naquele espaço, seus direitos suspensos, tal qual o “refugiado”. Por que “refugiados” em sua própria terra, em seu próprio país? Porque os moradores da favela JMV eram considerados, na perspectiva de Arendt (1989, p. 302), o “refugo da terra” e os “indesejáveis”, pois a eles restavam as moradias mais precárias, em lugar de risco à própria vida, cuja posse não existia; a eles cabiam os trabalhos mais precarizados, sem os direitos trabalhistas e previdenciários, com baixa remuneração e localizados, em geral, longe do lugar onde moravam; a eles restava um sistema educacional insatisfatório, aliado a um sistema de saúde rudimentar e moroso; aqueles que conseguiram aposentadoria na maioria recebiam o salário mínimo; a eles cabia um cotidiano regido pelos princípios da violência inibidora da fala e do exercício da ação no sentido da defesa dos seus direitos, pois suas práticas sociais eram estruturadas pelo silêncio, o não aparecer, o esconder-se e a própria invisibilidade no contexto colonizado pela desconfiança e os baixos padrões de solidariedade.

A ação política implica aparecer no mundo, apresentar-se ao mundo, fazer-se ver. Era exatamente isto que parecia estar sendo negado no cotidiano da favela JMV em 2011, pois, diante da violência e do medo, as pessoas deixavam de saber, ver, ouvir, falar e aparecer no espaço público de debate. Além disso, as pessoas, em seu silêncio, acabavam transformando-se em invisíveis aos olhos dos demais. A ação, por mais precária e instável que ela fosse, era negada e vista como algo ameaçador à ordem estabelecida. O silêncio e a falta de ação implicavam uma estratégia de sobrevivência, um código de conduta, uma forma de manter-se vivo diante da violência, arbitrariedades e circunstâncias adversas que o cotidiano da favela JMV imprimia na vida daqueles que lá habitavam.

As práticas sociais, em 1999 e em 2011, na favela JMV, foram pautadas pela lógica da incompletude, caracterizada por um cotidiano revestido pelo instável, provisório e inacabado. Essa lógica se fazia presente com relação à moradia. A inexistência do título de posse dos terrenos, sobre os quais as casas foram construídas, tornava provisória a permanência na moradia, pois a qualquer momento poderia haver outro processo de despejo. O caráter instável e provisório da moradia contribuía para seu estado inacabado, pois havia sempre algo a fazer, o que, por sua vez, alimentava o processo do construir-destruir-reconstruir. A lógica da incompletude também se fazia presente na inserção precária no mundo do trabalho e das diferentes formas de emprego e renda, em geral vinculados às franjas da formalidade e dos, praticamente inexistentes, direitos a ela relacionados,

As contingências da instabilidade, do provisório, do inacabado, da violência, do medo, da fragilidade dos laços sociais que estruturavam a lógica da incompletude na favela JMV, em 2011, levaram os moradores à prática do silêncio e do próprio esquecimento para fazer frente às adversidades e tocar a vida em direção à sobrevivência sempre precária. O silêncio fazia parte da tessitura das práticas sociais na favela JMV. O esgarçamento da sociabilidade, o “desmanche” da política, o “estado de exceção”, a redução e suspensão dos direitos, a vida como “refugiado” em um “campo” – que gerava uma indeterminação entre o pertencer e o inserir-se –, a “zona limite” da favela JMV, resultaram no exercício do próprio

silêncio como resposta ao estado de arbitrariedade. Este amplo e complexo contexto de estigmatização, criminalização e humilhação, favorecia aos moradores da favela JMV serem considerados como “refugo da terra”, os “indesejáveis”, pois eram “refugiados”, que experimentavam a naturalização da injustiça social e a desumanidade contida na lógica da incompletude que colonizava seu cotidiano.

Como ficou o momento de perigo e o despertar diante da lógica da incompletude? O momento de perigo em 1999 despertou os moradores para a ação. Eles se mobilizaram, organizaram passeatas, bloquearam as ruas com barricadas, procuraram visibilidade nos meios de comunicação de massa, convocaram o auxílio das autoridades, do padre, realizaram atos públicos em defesa da moradia e resistiram para que a favela não fosse despejada. Em síntese, defenderam-se como puderam e resistiram a todos aqueles que os julgavam desprezíveis e repugnantes. Neste momento de despertar diante do perigo, em 1999, eles encontraram a possibilidade de defender seus direitos, o direito a ter direito, a ter um endereço fixo e um comprovante de residência, ou seja: a defesa do seu lugar no mundo, a defesa de ser e atuar no mundo. Agora em 2011 os moradores da favela JMV encontravam-se em silêncio para sobreviver em um ambiente hostil, cujo perigo significa uma ameaça à própria existência. Neste sentido, o perigo transformador que gera o despertar, cedeu lugar ao medo que silencia e estimula a prática social do não saber, não ver, não ouvir, não falar, em síntese uma prática social da própria invisibilidade para sobreviver. A indignação estava controlada pela violência, o medo de certa forma sufoca a insurgência. A precariedade, a instabilidade e a lógica da incompletude inibiam a possibilidade de organização, mobilização e a própria ação na defesa dos direitos. Aos indesejáveis e refugiados em seu próprio país, a possibilidade de inclusão social e acesso à riqueza socialmente produzida, encontram-se limitadas ao mais puro estado de luta pela sobrevivência precarizada: uma vida nua matável impunemente.

Referências

- Agamben, Giorgio (2010). *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua (2^a ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio (2004). *Estado de exceção* (2^a ed.) São Paulo: Boitempo.
- Alves, Eliane & Telles, Vera S. (2006). Território em Disputa: a produção do espaço em ato. In V. Telles & R. Cabanes (Orgs.), *Nas tramas da cidade*: trajetórias urbanas e seus territórios (pp. 327-374). São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Arendt, Hannah (1987). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2010). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Benjamin, Walter (1987). Sobre o conceito da História. In *Magia e Técnica, Arte e Política*: ensaios sobre literatura e história da cultura (3^a ed., pp. 222-323). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, Walter (2005). Sobre o conceito de história. In M. Löwy (Org.), *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”* (pp. 33-146). São Paulo: Boitempo.
- Benjamin, Walter (2006). *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/UFMG.
- Caldeira, Tereza P. R. (2000). *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp.
- Feltran, Gabriel S. (2011). *Fronteiras de Tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp.
- Feltran, Gabriel S. (2011a). Transições sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In L. Kowarick & E. Marques (Orgs.), *São Paulo*: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política) (pp. 123-144). São Paulo: Ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole.
- Feltran, Gabriel S. (2011b). Debates no “mundo do crime”, repertórios da justiça nas periferias de São Paulo. In R. Cabanes, C. Rizek, & V. Telles (Orgs.), *Saídas de emergência*: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo (pp. 215-233). São Paulo: Boitempo.
- Ferreira, Maria I. C. (2006). *Violência na Solidariedade*: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Gonçalves, José Moura (1998). Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP* (São Paulo), 9(2), 11-67.

Kowarick, Lúcio (2009). *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.* São Paulo: Editora 34.

Oliveira, Francisco. (2007). Das invenções à indeterminação. In F. Oliveira & C. Rizek (Orgs.), *A era da indeterminação* (pp. 15-45). São Paulo: Boitempo.

Paoli, Maria C. P. (2007). O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In F. Oliveira & C. Rizek (Orgs.), *A era da indeterminação* (pp. 221-256). São Paulo: Boitempo.

Rizek, Cibele S. (2012). Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), 41-49.

Saraiva, Camila & Marques, Eduardo (2011). Favelas e periferias nos anos 2000. In L. Kowarick & E. Marques (Orgs.), *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)* (pp. 105-130). São Paulo: Ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole.

Telles, Vera S. (2007). Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In F. Oliveira & C. Rizek (Orgs.), *A era da indeterminação* (pp. 195-218). São Paulo: Boitempo.

Telles, Vera S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.* Belo Horizonte: Argvmentvn.

Telles, Vera S. (2011). Ilegalismo populares e relações de poder nas tramas da cidade. In R. Cabanes, c. Rizek, & v. Telles (Orgs.), *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* (pp. 155-169). São Paulo: Boitempo.

Recebido em: 29/08/2019

Aprovado em: 26/02/2020

Inumeráveis e pandemia: A memória como resistência à quantificação da vida

Los innumerables y la pandemia:
La memoria como resistencia a la cuantificación de la vida

Innumberable and the pandemic:
Memory as resistance to life quantification

Gerusa Morgana Bloss *

gebloss@gmail.com

Lucas de Oliveira Alves **

lukass.oliveira@hotmail.com

* Psicóloga. Psicanalista. Doutoranda em Psicologia Social e Cultura - PPGP/UFSC. Bolsista Capes.
<http://orcid.org/0000-0002-3238-8965>

** Psicólogo. Psicanalista. Mestrando em Psicología Social e Cultura - PPGP/UFSC. Bolsista Capes.
<http://orcid.org/0000-0002-7226-9960>

Resumo

Esse artigo visa discutir alguns aspectos da gestão política da pandemia causada pelo coronavírus, bem como analisar projetos memorialísticos que se contrapõem ao discurso de quantificação da vida engendrado por esferas do poder. Partimos dos conceitos de biopolítica e tanatopolítica, respectivamente em Foucault e Agamben, para refletirmos sobre a lógica de manejo da vida e da morte que se desdobra e se agudiza durante a pandemia no Brasil. No que tange à memória, resgatamos e articulamos o pensamento de Freud e Benjamin como modo de pensar uma memória que seja individual e coletiva, articulada ao luto e à possibilidade de narrar o tempo em que vivemos. Destacamos obras de Ai Weiwei e o projeto Inumeráveis no Brasil, buscando refletir sobre como essas obras memorialísticas podem resistir a uma política de apagamento do valor singular da vida.

Palavras-chave: Biopolítica; Luto; Memória; Pandemia; Tanatopolítica.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir algunos aspectos de la gestión política de la pandemia causada por el coronavirus, así como analizar proyectos de memoria que se oponen al discurso de cuantificación de la vida engendrado por las esferas de poder. Partimos de los conceptos de biopolítica y tanatopolítica, respectivamente en Foucault y Agamben, para reflexionar sobre la lógica de gestión de la vida y la muerte que se despliega y se agrava durante la pandemia en Brasil. En cuanto a la memoria, rescatamos y articulamos el pensamiento de Freud y Benjamin como una forma de

pensar una memoria que es individual y colectiva, articulada con el luto y la posibilidad de narrar el tiempo que vivimos. Destacamos las obras de Ai Weiwei y el proyecto Inumeráveis en Brasil, buscando reflexionar sobre cómo estas obras memorialísticas pueden resistir una política de borrado del valor singular de la vida.

Palabras clave: Biopolítica; Luto; Memoria; Pandemia; Tanatopolítica.

Abstract

This article aims to discuss some aspects of the political management of the pandemic caused by the coronavirus, as well as to analyze memorial projects that oppose the discourse of quantification of life engendered by spheres of power. We started from the concepts of biopolitics and thanatopolitics, respectively in Foucault and Agamben, to reflect on the logic of managing life and death that unfolds and worsens during the pandemic in Brazil. Regarding memory, we rescued and articulated the thoughts of Freud and Benjamin as a way of thinking about a memory that is individual and collective, articulated to grief and the possibility of narrating the time in which we live. We highlight works by Ai Weiwei and the project Inumeráveis in Brazil, seeking to reflect on how these memorialistic works can resist a policy of erasing the singular value of life.

Keywords: Biopolitics; Grief; Memory; Pandemic; Thanatopolitics.

Introdução

Vivemos um momento histórico que nos convida a refletir sobre a vida, a morte e suas relações com agenciamentos políticos. Nesse cenário de pandemia do coronavírus¹, nos direcionamos a pensar o laço social e os efeitos que as narrativas promovem ao nos depararmos com a finitude. No presente artigo, propomos uma discussão que abrange as esferas da política e da memória, onde destacamos expressões artísticas que buscam fazer frente e denunciar o horror que vivemos quando as vidas de entes queridos e de diversos brasileiros são tomadas simplesmente como números em expressões estatísticas.

Temos como objetivo enfatizar a importância da nomeação para uma politização articulada à memória. Nesse movimento, destacamos as obras de Ai Weiwei e a produção coletiva “Inumeráveis” (2020). As obras são enlaçadas pela constituição de uma narrativa histórica que envolve as esferas da ética e da política. Contrapomos essas produções aos discursos que se dirigem aos mortos como números e aproximam o cenário atual a um quadro genocida - cenário onde o argumento “a economia não pode parar” - é usado para justificar a barbárie de um governo que se aliou ao vírus e à morte.

“A economia não pode parar”, as vidas podem? Quando obrigados a escolher entre o emprego e a vida, somos subjugados a uma lógica que tira o valor da humanidade, que é virtualmente apreendida sob a forma de um número. Dessa forma, números tanto no âmbito da economia quanto em uma contabilização dos corpos adquirem conotações ambíguas e encobrem os perigos a que estamos submetidos: o vírus e o autoritarismo. Esse argumento falacioso e mortífero produz uma espécie de camada que impede que muitos percebam o óbvio: as vidas importam e importam independentemente de vínculos imediatos e reconhecíveis (família, amigos, grupo identitário), posto que vivemos em uma dinâmica de interdependência, vinculados por afetos, desejos e memórias que nos constituem individualmente e coletivamente. Freud (1889/1996) destaca que nossa condição primordial é a do desamparo. É pelo desamparo que nos unimos ao outro e construímos modos possíveis e heterogêneos de viver em sociedade. O desamparo se apresenta, portanto, como condição política essencial, potência para resistências, levantes e modos outros de viver com o outro, abrangendo as esferas da sobrevivência e da convivência (Butler, 2019; Safatle, 2018).

O método do artigo consiste na análise e discussão, articulando autores da filosofia e da psicanálise, de políticas que se desdobram no contexto da pandemia, mas não se restringem a ela, bem como em modos de resistência a alguns de seus efeitos a partir da memória. Refletimos sobre as narrativas de produtividade e quantificação da vida emanadas de esferas do poder, resgatando o conceito de biopolítica de Michel Foucault, articulado à noção de tanatopolítica como desenvolvida por Giorgio Agamben. Esses conceitos nos auxiliam a refletir sobre os discursos que ecoam no Brasil durante a pandemia, engendrando atos de insensibilidade e violência frente à dor daqueles que enlutam suas perdas. Após, desenvolvemos reflexões acerca do luto e da memória a partir da leitura psicanalítica de Sigmund Freud, bem como da leitura filosófica de Walter Benjamin, autores que articulamos por meio da obra do teórico Georges Didi-Huberman. Somam-se à discussão algumas contribuições de Judith Butler e de teóricos brasileiros como Vladimir Safatle, Edson Sousa e Maria Rita Kehl.

As obras de arte que destacamos são tanto desencadeadoras das discussões sobre a memória articulada à resistência política quanto um recorte de abrangência de nossas leituras; essas se enlaçam a outras e apontam para novos encadeamentos. Apresentamos as mesmas na discussão do artigo também como exemplos do que pode ser feito de diferente em meio ao caos e à ameaça de esfacelamento da singularidade da vida: tratam-se de vestígios de memórias, lampejos de esperança, manejiras de ensejar um luto coletivo. Na discussão, partimos da obra “Reto” de Ai Weiwei, produção monumental de origem chinesa, exposta em 2018 no Brasil e em diversas cidades do planeta desde 2012 (Dantas, 2018). A obra, articulada a outros gestos do artista, bem como de seus colaboradores pelo mundo, é paradigmática ao

1 O coronavírus se desenvolveu na China e se alastrou pelo mundo, com velocidade de contágio e letalidade elevadíssima - causando a pandemia que vivenciamos em 2020.

revelar o valor do luto e da memória como tática de guerrilha, forma de resistir a uma política autoritária que quantifica vidas e mortes.

Estamos em meio a uma tarefa complexa: vivemos a pandemia que aterroriza o mundo e em meio a ela buscamos questionar o movimento de uma história difícil de ser assimilada. Essa tarefa nos interroga acerca de um posicionamento ético que permite relançar questões e fazer valer, frente a políticas burocráticas e autoritárias de controle da vida e da morte, o valor da memória, da singularidade e da vida. Ao nos referirmos à vida estamos incluindo a dos mortos, às marcas que caracterizam cada experiência como “inumerável” e memorável. Desse modo, seguindo o mesmo trajeto do vírus que hoje nos assola, partimos das obras de Ai Weiwei, fruto de suas experiências estéticas e políticas na China, para analisar e discutir criações memorialísticas que emergem hoje no Brasil, apostando no valor analogamente contagiente, coletivo e transcontinental da arte, bem como em seus efeitos de criação de memórias compartilhadas; memórias que nos vinculam a despeito das fronteiras e nos apontam caminhos possíveis para modos de vida que se pautem em nossa irrevogável condição de sujeitos desamparados (Safatle, 2018), precários e interdependentes (Butler, 2019).

Biopolítica e Tanatopolítica: quantificação da vida e da morte

Foucault (1979/2019), em suas incursões arqueológicas e genealógicas, analisa o modo como o controle e a distribuição dos saberes, alinhados às políticas de Estado, tornam-se indispensáveis a partir dos séculos XVIII e XIX para a estruturação e regulação da sociedade capitalista. Estes saberes, articulados às redes de poder, circulam e são controlados de maneira dominante, mas não exclusiva, por diferentes aparelhos (universidade, exército, meios de comunicação, instâncias jurídicas), tornando-se objeto de difusão e consumo. O saber como insígnia do poder é ora autorizado, ora proscrito, ora restrito, ora disseminado, ensejando diferentes formas e amplitudes para o poder que se exerce sobre si e sobre o outro em macro e microcosmos de vigilância e dominação.

Foucault (1970/2014, 1979/2019) aponta, na vinculação do discurso científico aos aparelhos políticos e econômicos, uma tentativa de estabelecer a universalidade do saber, certa homogeneização das relações com o corpo e com a verdade. O discurso “científico-capitalista” passa a atuar sobre os corpos, classificando-os como doentes ou saudáveis, produtivos ou improdutivos. Na esfera populacional, estes corpos são manejados como números, dados estatísticos imprescindíveis às análises econômicas e políticas por meio de questionamentos periodicamente reformulados: quantas e quais vidas são necessárias para o governo e suas engrenagens econômicas?

De acordo com Foucault (1979/2019, p. 144): “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo.” Essa ideia expressa a concepção de biopolítica, expondo como o controle social - ordenação tanto dos corpos individuais quanto do corpo político - passa invariavelmente pela perscrutação do corpo em seu estatuto biológico. Não por acaso, a medicina emergiu como ciência hegemônica no século XIX, servindo às políticas públicas sanitárias e epidemiológicas. O corpo torna-se uma realidade biopolítica, peça chave para a economia, e a ciência uma indispensável estratégia para a investigação e o manejo (médico, jurídico, educacional) dos corpos e da população. Ao discorrer sobre a transição das monarquias com seu poder soberano para as formas de governo burguesas, o filósofo afirma:

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (Foucault, 1979/2019, pp. 425-426)

É nessa transição que a biopolítica toma forma como exercício hegemônico de poder, instaurando discursos e instituições de diversas ordens para normatizar formas de vida, autorizar ou coibir discursos e ações, controlar doenças e epidemias. A população passa a ser autorizada a demandar e criticar práticas do Estado sem, contudo, deixar de ser objeto de seu controle, objetificada e instrumentalizada para os interesses do governo. A biopolítica, nesse sentido, direta ou indiretamente, seja pelo investimento na qualidade de vida da população ou, ao contrário, por descaso, negligência e práticas de extermínio como as guerras - tanto as declaradas ao estrangeiro quanto a grupos internos do Estado - delibera sobre a vida e a morte.

Agamben (2002, 2008), na linha de Foucault, comenta que a fórmula pré-moderna ou, ainda, pré-capitalista, instrumentalizada pelo poder soberano, era a de fazer morrer ou deixar viver (tanatopolítica). Já a fórmula moderna, na lógica do biopoder, pode ser expressa pelo deixar morrer e fazer viver (biopolítica). O século XX e a experiência dos Estados totalitários (fascistas e nazistas) fazem as duas fórmulas coexistirem por meio de ideologias racistas, desdobradas em ações políticas de exclusão e genocídio. Os estados de exceção produziram cadáveres em escala industrial, ao mesmo tempo em que procuraram melhorar a vida de determinados grupos. A aplicação simultânea das duas fórmulas, ao invés de desaparecer com o fim dos totalitarismos, tornou-se cada vez mais próximo da regra, moldando as formas atuais de exercício de poder. Agamben usa como exemplo as experiências paroxísticas dos regimes fascistas europeus, pois a escalada de mortes nos campos de concentração e nos campos de batalha, associada a políticas de melhoria para alguns grupos (no caso da Alemanha nazista, os “verdadeiros arianos”) evidenciaram a conjunção das duas fórmulas na modernidade. Contudo, a conjunção bio-tanatopolítica foi e continua sendo igualmente aplicada em regimes não-totalitários como democracias liberais, onde o investimento na qualidade de vida de uma parcela da população convive com práticas de extermínio de alguns grupos vulnerabilizados, minoritários, etc.

Dessa forma, aproximando da realidade que vivemos com a atual pandemia, podemos observar como os aparelhos de poder contemporâneos atuam na melhoria da qualidade de vida da população e, concomitantemente, sustentam um neoliberalismo desenfreado, ocasionando indiretamente doenças e pandemias², gerando morte em escala global. Nessa dinâmica, o cálculo da vida e da morte que os agentes políticos detentores do poder efetuam, fica mascarado pela ideia falaciosa de um indivíduo autogestor de si, independente de seu coletivo, inteiramente responsável por sua saúde (corporal, financeira) e, em última instância, por sua vida. O caráter explicitamente biopolítico, como investimentos em saneamento, saúde e educação é exposto sem, contudo, revelar a lógica capitalista que o impulsiona, sobretudo quando essa lógica visa precarizar a vida de algumas parcelas da população em nome da economia e daqueles que veladamente a controlam. A biopolítica e a tanatopolítica se coadunam ao discurso do mercado e suas oscilações, operando sobre valores e, de modo similarmente calculista e burocrático, sobre os corpos dos vivos e dos mortos.

Segundo Foucault (1979/2019), o indivíduo é um efeito do poder. Não se trata, portanto, de pensar o indivíduo como o outro do poder, passivo em relação a seus efeitos, mas pensá-lo como seu efeito primeiro. O indivíduo, essa ideia de um “eu imperativo” prescindindo do outro, é essencial para o exercício e manutenção das expressões neoliberais de mercado, onde o papel do Estado se torna o de um facilitador dos interesses do mercado financeiro. A afirmação da individualidade, como destacam autores como Butler (2019), Safatle (2018) e o próprio Foucault, por outra abordagem, age de maneira despoliticizadora, fazendo as pessoas acreditarem na sua total independência em relação ao outro e defenderm uma política econômica baseada no mercado financeiro de valores, onde as vidas tornam-se abstrações do mesmo modo que investimentos e ações da bolsa.

2 Aqui estabelecemos uma relação entre a exploração do meio ambiente desmesurada, invariavelmente endossada pelo capitalismo neoliberal, e o surgimento de novas doenças. Historicamente, é movida pela expansão dos interesses capitalistas (utilização de mão de obra barata, extração de recursos, expansão industrial) que nos deparamos com micro e macro-organismos patógenos promotores de doenças humanas e, a depender das condições, de epidemias e pandemias.

Birman (2009) e Sousa (2011) demarcam a diferença entre individual e singular, afirmando que singular é característica do sujeito com história, memória, constituído pelo outro e pela dimensão da narrativa e da experiência. O indivíduo, por seu turno, é aquele que, na esteira do pensamento moderno – e seus pressupostos científico-capitalistas que deram corpo às formas de governo bio e tanatopolíticas atuais – equivale a uma dimensão totalizante, fechada, com características e formas expressas em uma identidade, buscando prescindir do outro.

São nas malhas mesmas do poder, instrumentalizadas pelas políticas de vida e morte, que as possibilidades de resistência e enfrentamento surgem em lutas perpétuas e multiformes (Foucault, 1981/2003). “As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido: é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós.” (p. 208). Esses ruídos e clarões, resistências aos efeitos nefastos do poder, compõem aquilo que o autor denominou de estética da existência (Marques & Prado, 2018), engendramentos das possibilidades de ver e sentir associadas a uma ética do cuidado de si e do outro. Podemos aproximar essa discussão do caráter singular como contraposição ao individual visto que sublinha uma ética que não prescinde do outro, mas o afirma como constituinte do que somos e podemos ser nas tessituras e hiâncias do poder.

Como maneira de nos contrapormos à política que equipara vidas a números, apostamos em uma reflexão ética acerca da singularidade do sujeito; sujeito constituído e enlaçado ao outro por meio da transmissão da experiência e da memória coletiva. Vejamos a seguir, a partir de uma interlocução com Freud e Walter Benjamin, as relações entre a singularidade, o coletivo e a memória, de modo a pensarmos em maneiras de fomentar estéticas da existência no tempo em que vivemos, interrogando, resistindo e buscando transformar a gestão bio e tanatopolítica que se desdobra na atual crise pandêmica causada pelo coronavírus no Brasil.

Memória, Singularidade e Narrativa

Buscamos apresentar algumas considerações acerca da dimensão da memória a partir da leitura de Freud e de Benjamin como forma de abrangermos as considerações que as experiências que vivenciamos e as obras que analisamos suscitam.

A questão da memória perpassa a psicanálise desde seus primórdios. Vinculada a aspectos inconscientes e pré-conscientes, pode ser compreendida, e é especialmente descrita no início da obra freudiana a partir dos traços mnêmicos que se inscrevem no psiquismo (Freud, 1900/1996). Isso marca as representações que se apresentam para cada sujeito.

A memória não tem um caráter linear, uma vez que o inconsciente é atemporal (Freud, 1915/1992). Assim, há uma maleabilidade que acentua o quanto as memórias podem se reconfigurar para cada sujeito. A censura, as resistências, as diversas experiências que são vividas fazem com que ora possamos lembrar de determinados eventos, ora os esqueçamos, ora irrompam em nossa consciência, e por vezes os reinventamos e os ressignificamos.

Ao trabalhar sobre as “lembraças encobridoras” (1899/1996) Freud destaca o caráter ficcional que nos enlaça à memória e descreve os mecanismos psíquicos pelos quais uma lembrança se aproxima da outra e a modifica, de forma que o que se inscreve e é contado adquire outro contorno. Trata-se dos mecanismos de deslocamento que permitem que uma lembrança – sob a qual a censura atua, seja substituída por outra, de menor intensidade e mais assimilável no pré-consciente.

Desde as indicações acerca da histeria em que Freud refere que as histéricas o enganam, o que é destacado é o caráter ficcional da constituição do evento traumático. Ou seja, para que determinado evento adquira caráter de trauma, não necessariamente ele precisa ter sido vivido na realidade factual – ele pode ter sido experenciado na fantasia e adquirido essa densidade. A memória, atravessada pela fantasia, traz à tona eventos construídos ficcionalmente, fazendo desta uma instância que cria em uma conjunção entre a realidade vivida e a maneira como esta é processada psiquicamente, envolvendo apagamentos, deformações e sobreposições. Nesse sentido, cabe destacar que os objetos internos (realidade psíquica)

são menos incognoscíveis do que o mundo externo (Freud, 1915/1992) constituindo-se como um enigma sob os quais o sujeito busca constituir a própria experiência, relançando-o a partir das narrativas e reposicionando sentidos e desejos.

Ao transitar por algumas considerações psicanalíticas sobre a memória, podemos assinalar a imbricada relação com os outros e, assim, perceber como as histórias singulares, somadas e articuladas, compõem uma memória coletiva na qual são asseguradas as condições da experiência. Assim, podemos ressaltar que a experiência não é algo que está garantido pelo fato de vivencermos determinados eventos, trata-se de uma implicação que permite que quem viva os fatos tenha condições de narrar, de constituir um dizer e uma articulação singular com a história.

Walter Benjamin, em seu texto “*Experiência e pobreza*” (1933/1987) destaca alguns aspectos que nos ajudam a situar a discussão sobre a memória. O autor trabalha sobre a experiência da perda e a perda da experiência. A experiência da perda se relaciona às situações traumáticas de nomeá-las e elaborá-las por meio do luto, ao que demanda um trabalho para que seja integrado à narrativa e adquira um sentido. A perda da experiência tem relação com a dificuldade de experenciarmos de fato as situações, integrando-as à nossa história. Quanto a esse aspecto, o autor escreve: “qual o valor de toda nossa herança cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (Benjamin, 1933/1987, p. 115). É isso que a faceta tanatopolítica do governo engendra: o apagamento da memória. Sem a memória estamos fadados a uma repetição sintomática, fruto dessa experiência pobre que impossibilita a narrativa e, consequentemente, o laço que poderia ser constituído a partir dela. Em “*Teses sobre o conceito de história*”, Benjamin situa que:

O cronista que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderápropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. (Benjamin, 1940/2007, p. 223)

Dessa forma, há um compromisso ao tecermos narrativas que reiteram o valor de cada pessoa no âmbito coletivo. Freud e Benjamin apresentam teorizações que se aproximam. A partir da leitura de Freud, destacamos o enlace da memória singular com a coletiva, uma vez que somos seres sociais por excelência. Com Benjamin, acentuamos a perspectiva da história para trazer as experiências à tona. Ambos os autores nos aproximam de nosso compromisso ético de questionar como podemos tecer narrativas que permitam abranger diferentes experiências de vida, a memória dos falecidos, e transmitir à nossa geração e às próximas uma postura de cuidado e de solidariedade. Todas as vidas – e cada uma delas - das que estiveram aqui e das que já não estão, das que se manterão e buscarão se questionar acerca de seu papel em um mundo que já não é mais o mesmo porque nunca pôde sustentar ser o que era – todas as vidas importam.

É por esse motivo que apostamos em uma forma de experenciar esse evento histórico em uma postura crítica, que enlaça os corpos singulares e coletivos, que acentua o valor da memória – para que não se repita. Já estamos diante de uma repetição de uma postura autoritária que, se por um lado, busca nos paralisar, por outro, evidencia a urgência de levantes.

Mais do que números: luto, memória e política

A violência contra aqueles que já não estão exatamente vivos, ou seja, estão vivendo em um estado de suspensão entre a vida e a morte, deixa uma marca que não é uma marca. Não haverá nenhum ato público de luto (disse Creonte em Antígona). (Butler, 2019, p. 57)

Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos?

Se o passado não tem nada a dizer ao presente, a história pode permanecer adormecida, sem incomodar, nos guarda-roupas onde o sistema guarda seus velhos disfarces.

O sistema esvazia nossa memória, ou enche a nossa memória de lixo, e assim nos ensina a repetir a história em vez de fazê-la. As tragédias se repetem como farsas, anunciaava a célebre profecia. Mas entre nós, é pior: as tragédias se repetem como tragédias. (Galeano, 2002)

No ano de 2008, um terremoto atingiu a localidade de Sichuan, na China, destruindo escolas e matando milhares de crianças. O governo chinês se eximiu da responsabilidade por essas mortes, alegando que a causa estava estritamente ligada ao terremoto, não tendo relações com a má qualidade das construções. O fato é que diversos edifícios da região não sofreram danos daquela magnitude, levando algumas pessoas a criticarem e exigirem satisfações do Estado. Na esteira dessas críticas, o artista contemporâneo Ai Weiwei lança mão de um projeto monumental. Ele contrata um coletivo para ir até as escolas, retirar as barras de ferro retorcidas e distorcê-las em um galpão. Esse gesto deu origem à obra “Reto” (*Straight*), onde centenas de barras de ferro acumuladas convocam o público a investigar uma história trágica que, de modo análogo aos eventos que vivemos hoje na pandemia, associam eventos naturais a posturas de governos autoritários que, por descaso e omissão, potencializam os efeitos da tragédia e rasuram as marcas e reverberações da memória. Como forma de abafar o caso, o governo chinês deu pouca atenção às vidas perdidas no evento, levando o artista Ai Weiwei a investigar os nomes das crianças mortas na escola e divulgá-las em mídias digitais. Com o auxílio de voluntários, os nomes e datas de nascimento de 5196 estudantes foram coletados, fomentando um memorial com efeitos de luto coletivo e de resistência política (Dantas, 2018).

Judith Butler (2019) relembra o que Freud comenta em *Luto e Melancolia* (1917) acerca da perda e do luto. Quando perdemos alguém, não sabemos exatamente o que perdemos daquela pessoa. Um enigma se instaura a partir da morte do outro, sinalizando que algo em nós foi transformado. O que perdemos do e no outro? O que se modificou em nós com a partida daquele que nos constituía - constituía nossa rede de relações? Essas questões demonstram que o luto, associado ao exercício de memória indispensável à sua elaboração, nos defronta com a incontornável presença do outro em nós. “Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer. De certa maneira, acho que perdi ‘você’ apenas para descobrir que ‘eu’ desapareci também” (p. 42).

Essa afirmação da autora se articula à diferença entre o individual e o singular; diferenciação que nos permite opor o trabalho da memória, campo do sujeito constituído pelo outro, à concepção mercadológica e estanque do indivíduo, reino do eu com fronteiras bem definidas, impermeável ao outro. Se por um lado, projetos políticos alinhados ao controle numérico dos corpos exercem um efeito de dessensibilização à morte e ao luto, o trabalho de visibilidade das vidas, como o engendrado por Ai Weiwei, nos permite experienciar o que se altera em nosso entorno e em nós mesmos com a perda do outro, evidenciando nossa interdependência no laço social. Ai Weiwei faz um levantamento de nomes e histórias interrompidas, gesto político e ético que podemos aproximar a um levante, contraposição ao descaso do governo chinês. “O luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética” (Butler, 2019, p. 43). O luto coletivo ensejado pelo artista levanta os efeitos de uma memória presente, capaz de interrogar diferentes tempos e revolucionar formas de se relacionar na pôlis.

O laço social brasileiro em tempos de pandemia tornou-se emblemático no mundo pelo descaso e pela incitação à violência simbólica e real do Estado e de setores do empresariado que o apoiam. Declarações do presidente da república como o “E daí?” “Eu não sou coveiro.” ou “É só uma gripezinha.” (G1, 2020a), em consonância a falas de empresários como o dono da rede de restaurantes Madero: “Uns 5, 7 mil vão morrer, mas a economia não pode parar.” (Spautz, 2020) ou da ex-secretária da cultura Regina

Duarte, que em entrevista ao canal CNN (CNN, 2020), falou que não queria transformar sua secretaria em um obituário, evocando memórias saudosistas do período da ditadura civil militar brasileira - algo que o próprio presidente faz com frequência - trazem à tona uma rede discursiva que prioriza a produtividade a qualquer custo, negando ou distorcendo evidências científicas e impelindo pessoas à morte em nome de uma matemática mórbida e da saúde do mercado.

Para Foucault (1979/2019), bem como para Agamben (2002) e Butler (2019) em suas leituras foucaultianas, o poder soberano não desapareceu com a transição dos regimes absolutistas para as sociedades disciplinares amparados por aparelhos jurídicos e governamentais. Os governos democráticos mantiveram os valores e aparatos da soberania, agindo de maneira extra-jurídica e extra-democrática sempre que isso se mostrou necessário para os interesses do Estado. Butler (2019) analisa a permanência da soberania em casos como os dos prisioneiros de Guantánamo, local onde as leis são suspensas em nome da segurança da nação norte-americana. Na história, temos exemplos explícitos da suspensão do estado de direito nos regimes nazifascistas e nas ditaduras latino-americanas, onde a ameaça comunista, étnica ou religiosa serviu de pretexto para exterminar inimigos e/ou implantar modelos neoliberais na economia. Outrossim, é possível observar como o poder soberano e sua lógica tanatopolítica continua agindo mesmo nos períodos democráticos e, inclusive, em nome da democracia. O Brasil é um exemplo desse modelo, pois nossa democracia permanece autorizando tacitamente o genocídio de populações mais vulneráveis: a juventude negra nas favelas e periferias, povos indígenas e, em períodos agudos como o que vivemos, grupos mais vulneráveis ao vírus como idosos, grupos pauperizados (majoritariamente composto por negros) e estratos da classe média impelidas ao trabalho somam-se a estes.

O panorama, como bem definiu Agamben (2002, 2008), evidencia o estado de exceção como regra, enlaçamento de uma política de morte do Estado à política de manutenção da vida econômica. Quando setores do governo, do empresariado e da mídia exortam à população ao trabalho sob o argumento de manutenção de empregos, ou quando o discurso difundido por um chefe de Estado incita aglomerações na pandemia, sistematicamente nega qualquer prestação de homenagem aos mortos e tenta esconder dados sobre os casos de contágio e letalidade³, temos uma demonstração obscena da tanatopolítica. Quadro que invariavelmente nos remete ao paroxismo do nosso estado de exceção: a ditadura civil militar (1964-1985), regime que matava e escondia corpos, primando pelo apagamento da memória e pela indiferença ao luto.

Como forma de resistência à política de morte sistemática do Estado brasileiro, especialmente agudizada no governo Bolsonaro, destacamos a obra “Inumeráveis”, cuja poética do gesto aproximamos das obras supracitadas de Ai Weiwei pela sua dimensão articuladora da memória, do luto e da política. Esse memorial é uma obra do artista Edson Pavoni em colaboração com Rogério Oliveira, Rogério Zé, Alana Rizzo, Guilherme Bullejos, Gabriela Veiga, Giovana Madalosso, Rayane Urani, Jonathan Querubina e os jornalistas e voluntários que continuamente adicionam histórias a este memorial. A obra é apresentada da seguinte maneira:

Como em todas as pandemias, pessoas tornaram-se números. Estatísticas são necessárias.
Mas palavras também. Se nem todas as vítimas tiveram a chance de ter um velório ou

³ Bolsonaro pede que o Ministério da Saúde não divulgue o número diário de vítimas e de novos casos. O site em que constava o número de óbitos foi tirado do ar e, ao voltar a funcionar, apresentava outros números, como se houvessem falecido menos pessoas (G1, 2020b).

de se despedir de seus entes queridos, queremos que tenham ao menos a chance de terem a sua história contada. De ganharem identidade e alma para seguir vivendo para sempre na nossa memória. (Inumeráveis, 2020)

De forma sensível e poética, os falecidos são apresentados nesse memorial: “Adelita Ribeiro da Silva, 37 anos. Uma heroína que perdeu a vida para salvar vidas;” “Agostinho Rodrigues Samias, 84 anos. Guardião da língua do seu povo, tinha o sonho de fazer um dicionário indígena Kokama;” “Francisco Rafael Agostinho Araujo, 36 anos. Carregava dentro de si a força de um grande defensor dos direitos humanos;” “José Mauri Freire, 51 anos. Ele expressava o seu amor nos pequenos gestos;” “Margarida Rosa de Sousa, 80 anos. Margarida Rosa: uma mulher de nome e alma florida;” “Jacqueline Hernandes, 49 anos. “Vamos comer o que tivermos vontade porque não sabemos o dia de amanhã. Miséria comigo jamais!”, brincava ela” (Inumeráveis, 2020).

Esses são alguns dos homenageados. Ao clicarmos sobre os seus nomes, podemos conhecer um pouco mais da história de cada um. Podemos nos aproximar de diferentes olhares e descrições a respeito de suas vidas, podemos nos enlaçar com suas histórias, podemos nos emocionar e chorar pelas vítimas, vítimas que têm nomes, que deixaram marcas na sociedade, nos seus entes queridos e amigos.

Ao longo de suas articulações clínicas e teóricas, Freud abre caminho para que possamos trilhar aspectos do inconsciente (Freud, 1915/1992). Como seres sociais por excelência, isso não se dá sem o outro. Inicialmente com nossos pais e/ou cuidadores, vamos sendo marcados por memórias e experiências que nos situam na relação com os outros, deixam marcas no nosso psiquismo. Essas memórias contém a singularidade de quem as experencia, na medida em que são também ficcionadas (Freud, 1899/1996). Ao entrarmos em contato com a obra “Inumeráveis”, temos a oportunidade de fazer viver em nossas memórias afetos e efeitos de sujeitos que deixaram suas marcas e um legado para a sociedade. Manter esse legado presente concede a oportunidade de assimilá-lo a nossas narrativas. Dessa forma podemos, enfim, resgatar suas memórias, na tentativa de elaboração de um luto coletivo e necessário. Com a psicanálise, percebemos que não há como esquivarmos do que vivemos, não é possível, sem efeitos catastróficos, negar os acontecimentos que, no contexto atual da pandemia, seria negar a morte de várias pessoas com as quais nos enlaçamos direta ou indiretamente.

Em junho de 2020, é realizado pela ONG Rio de Paz em Copacabana um ato relacionado aos mortos vítimas da Covid 19 (Globoplay, 2020). Na praia são feitos buracos simbolizando covas que, juntamente às cruzes que são colocadas diante de cada uma, constituem uma homenagem aos falecidos e uma forma de denúncia do descaso que vivenciamos politicamente. Somam-se a essa cena dois acontecimentos que podemos relacionar à discussão que estamos realizando: (a) um homem derruba as cruzes e diz que a questão do vírus é uma invenção comunista; (b) outro homem recoloca as cruzes no lugar – trata-se de um homem cujo filho morreu devido ao coronavírus.

Se de um lado, há uma postura que se vincula a uma negação do que está acontecendo, por outro há um familiar enlutado que não se conforma com a invisibilidade dos mortos e clama por simbolizar as perdas. De acordo com Maria Rita Kehl, o luto pelo qual estamos passando levará muito tempo para ser realizado, e se constitui como um trauma (BBC, 2020). Muitos dos familiares não conseguem se despedir de seus entes queridos devido às restrições. Isso deixa uma ferida aberta cuja reverberação no *a posteriori* desconhecemos. Um trabalho de enlutamento dessas vidas se faz premente para que possamos elaborar individualmente e coletivamente os eventos que testemunhamos. Nesse sentido, memoriais possibilitam a circulação da palavra e o rompimento com o silenciamento endossado pela política negacionista do governo.

Somada a essa política negacionista em relação às mortes e a dor causada pela pandemia, há por parte do governo claras tentativas de instar memórias positivas acerca da ditadura, onde a negação do luto daqueles que perderam pessoas para esse regime se faz similarmente presente nos discursos. É notório o dizer de Bolsonaro acerca dos desaparecidos políticos da ditadura: “Quem gosta de osso é cachorro.” (Fórum, 2019). Safatle (2018) comenta que nunca houve uma verdadeira democracia no Brasil, pois a ditadura sempre esteve latente (Notícias da UFSC, 2018). A lei da anistia permitiu que ficasse impunes

muitos dos que estavam a frente de torturas e assassinatos daquele período. A filósofa Jeanne Marie Gagnebin, em uma entrevista, nos lembra que até a “redemocratização” era comemorada no dia 31 de março o dia da “revolução” que instaurou o regime (Youtube, 2009). Hoje esse feriado não existe, mas é possível perceber que não é ingenuidade permitir que alguns eventos históricos tenham relevância, sejam discutidos e outros não – e mais, não é sem consequência que algumas situações são negadas e insistem em se repetir na nossa história. O que gostaríamos que reverberasse na história? Um marco que caracterizou a opressão, como essa data? Um olhar sensível para as vítimas da opressão, que nos lembre de que as vidas importam?

Isso se articula ao que estamos trabalhando no sentido de que há um movimento ético e político a ser sustentado no Brasil, país que tem um escasso trabalho de memória, sobretudo quando pensamos na memória dos historicamente vitimados pelas diferentes políticas de morte aqui instauradas. Como apontado pelo psicanalista Edson Sousa (2020) em seu artigo “Por uma estética do atrito – a função utópica de um memorial” há poucos memoriais no Brasil. Apontar a necessidade dos memoriais é tomar posição no sentido de que há histórias – de pessoas, de eventos históricos, que precisam ser revisitadas e sob as quais é possível tecer novas narrativas, reposicionar sentidos e fazer algo com o que ficou. Segundo o autor:

A pergunta que se impõe é, portanto: que imagem é capaz de nos deter, de cavar um espaço de memória e escuta nos comprometendo com a função do testemunho? É esta a função de um memorial, uma espécie de ruído de fundo perturbador que injeta desordem na ordem e progresso. Memorial como um ato de amor a verdade e a história, palavra que faltou no lema da bandeira brasileira, já que a inspiração positivista de Augusto Comte propunha literalmente: O Amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim. (Sousa, 2020, p. 41)

Consoante a essas considerações, trazemos à tona a discussão sobre imagem dialética desenvolvida por Walter Benjamin e retomada por Didi-Huberman. A imagem dialética seria aquela que convoca a um movimento crítico de sentidos e, encadeada a outras e ao discurso, nos convida a algo a mais.

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura. (Benjamin, 1940/2007, p. 505)

Assim, a imagem dialética seria aquela que condensa aspectos históricos. Trata-se de uma imagem que possui uma densidade capaz de movimentar novas significações, ao mesmo tempo em que contempla a variedade de aspectos e de tempos heterogêneos, aparece fulgorantemente como um lampejo que reposiciona sentidos, contém a possibilidade de reconfigurar o momento ao mesmo tempo em que o apresenta.

Didi-Huberman (1998), ao tramar o conceito de imagem crítica relacionando-o com o de imagem dialética, acentua o valor do olhar para a imagem. Acentua com isso a postura ativa do observador que se permite interpelar pela obra e produzir novas relações entre imagens e discursos a partir de sua perspectiva.

A estética de gestos artísticos e políticos traz em seu bojo palavras e imagens capazes de promover uma ampliação do universo simbólico, abrindo sentidos, possibilidades de outras significações e percepções. As barras de ferro de “Reto”, por exemplo, têm o poder de narrar acontecimentos com

diferentes nuances e vicissitudes em sua matéria bruta, sendo simultaneamente um memorial, uma obra crítica à política do estado chinês e fruto de uma produção coletiva, envolvendo diferentes protagonistas que atuaram na coleta e distorção das barras. A obra “Inumeráveis” se constitui em uma constelação de poesias que tomam a dimensão de imagem à medida que nos permitimos nos enlaçar com as narrativas realizadas. A atualidade da obra nos lança a uma espécie de vertigem que clama por um posicionamento ético e político diante do cenário que experenciamos.

No esteio dessas discussões, remetemos a obras de arte realizadas no período da ditadura militar, onde o corpo se apresenta como possibilidade de memória e resistência às políticas autoritárias. Destacamos artistas como Arthur Barrio e suas obras “Troupas Ensanguentadas” e “4 DIAS 4 NOITES”, Hélio Oiticica com a obra “Parangolé” e Cildo Mireles com a obra “Tiradentes: totem-monumento ao preso político”. Essas obras, assim como as obras de Ai Weiwei e o projeto “Inumeráveis” remetem ao corpo ou o trazem diretamente para evidenciar seu aspecto singular e memorialístico que, enlaçado ao social, se constitui, reconfigura o entorno e é insubstituível na medida em que cada uma das vidas contém sensibilidades únicas que convidam a deciframentos e novos enlaces. Assim, o valor de cada um numa história constituída por vários, deixa rastros e registros que podem ser revisitados, bem como promover um fazer político sobre o nosso contexto (Alves, Bloss, & Marsillac, 2020; Marsillac, 2018).

Didi-Huberman (2017), na obra *Cascas*, articula sua experiência ao visitar o campo de concentração Auschwitz-Birkenau com aspectos mais amplos da cultura e acentua o valor dos vestígios e dos fragmentos na constituição de uma memória coletiva. Assim, nos leva a importantes reflexões sobre a barbárie e a cultura, sobre as narrativas possíveis de serem articuladas a partir da singularidade de quem se propõe a transitar por memórias e enlaçá-las aos contextos anacrônicos da história: do momento dos acontecimentos que marcaram o lugar e os fatos às vivências em um momento posterior – reconfigurando sentidos e atualizando-os. Nesse sentido, há uma consonância com formulações freudianas acerca da elaboração possível na análise e na cultura: a repetição, as marcas da história clamam por serem revisitadas para que não se repitam (Freud, 1914/1996).

Benjamin (1940/2007) refere que “Escrever a história significa dar às datas a sua fisionomia” (p. 506). Diante de uma política de morte e de apagamento da memória, o levantamento de nomes e singularidades se descortina como movimento contrário ao que está sendo feito (que poderia ser resumido como “ofertar números em detrimento da fisionomia”). Dar às datas e às vidas tratadas como números a sua fisionomia implica residir e resistir nas narrativas que nos constituem e nos entrelaçam politicamente.

Considerações finais

Governos com contornos mais ou menos autoritários e de diferentes vertentes ideológicas valem-se de dispositivos biopolíticos e tanatopolíticos como mecanismos de poder e controle da população. Nesse sentido, buscamos destacar obras de territórios e contextos diversos como forma de pensar maneiras de resistência a essas políticas que não têm propriamente uma delimitação territorial, mas pautam-se em discursos e práxis em comum: o da quantificação de vidas e mortes e a objetificação de corpos e populações como instrumento de produção ou de descarte.

Os gestos artísticos e políticos de Ai Weiwei ocorrem em embate com a política autoritária do governo chinês, onde a censura e a violência contra a vida e a memória se fazem presentes. Interessante observarmos que assim como no contexto do terremoto que originou as obras de Ai Weiwei destacadas no início da pandemia do coronavírus, o presidente chinês Xi Jinping sabia da gravidade da situação em Wuhan, epicentro mundial do contágio, mas demorou duas semanas para anunciar a epidemia (El País, 2020); gesto de omissão repetido na China e também no Brasil, onde de maneira recorrente e escandalosa, o governo Bolsonaro nega a gravidade da pandemia e dificulta as medidas de prevenção a nível nacional. É notório, também, como essa postura negacionista se coaduna à negação ou distorção de políticas autoritárias de nosso passado e presente: nossa ditadura manifesta e latente (Safatle, 2018), instaurando um modo tanatopolítico de governar - “fazer morrer e deixar viver” (Agamben, 2008) – obsceno e direto.

As artes que destacamos são algumas das inúmeras que nos apontam o valor do luto e da memória como forma de afirmar a singularidade (Sousa, 2020) e nossa condição de desamparados (Safatle, 2018), precários e interdependentes (Butler, 2019). A memória evocada por obras memorialísticas é plástica e não-linear (Freud, 1899/1996, 1914/1996), atravessa e reinventa diferentes tempos e espaços, ensejando novas imagens e narrativas (Benjamin, 1933/1987, 1940/2007). Todos os autores sublinham a necessidade do outro para a constituição do que somos a partir de nossas experiências e histórias, convocando uma ética do cuidado (Foucault, 1981/2003), da solidariedade e da elaboração pela memória.

As obras que nos propusemos a analisar convergem para um movimento de fazer da vida e da memória, poesia. Isso significa, nos pequenos e grandes gestos, perceber a humanidade em si e no outro, perceber as vulnerabilidades de si e do outro e, nesse gesto, tramar uma história conjunta. Em meio ao inenarrável das experiências de inumeráveis, cabe um trabalho sobre a memória que permita que elas continuem vivas em nossa história, uma vez que a sociedade é composta por diversas vozes que fazem laço. As histórias compartilhadas, que reverberam nas narrativas que nos constituem, são o solo da nossa experiência. Dessa forma, tornar viva a memória é um dos meios a partir dos quais procuramos atuar no sentido de uma sociedade mais justa e digna, relançando essa questão para que ecoe junto aos outros.

Nesse momento de afastamento do convívio físico, resistências e embates biológicos e políticos, somos convidados a reflexões sobre a vida e a morte. Que vida estávamos levando? Quais mortes nos deixam indiferentes e quais nos afetam? Quais memórias apagamos e quais suscitamos? As lógicas do produtivismo exacerbado, do capital regendo relações e de um perverso cálculo político sobre quem vive e quem morre, podem emergir nesse contexto como pontos a serem problematizadas, ensejando e redirecionando sensibilidades e leituras de nossas relações afetivas e políticas. O que acontecerá se nos dermos conta de que o que nos mantém em pé, nos faz tecer novos horizontes está mais próximo das criações artísticas e de seu compartilhamento do que da acumulação de capital e da afirmação da individualidade? Questões que deixamos em aberto para que as discussões desse artigo mantenham-se ressonando e fomentando reflexões sobre o tempo em que vivemos.

Referências

- Alves, L. O., Bloss, G. M., & Marsillac, A. L. M. (2020). Considerações sobre a memória, a narrativa e a aura na experiência“4 dias, 4 noites” de Artur Barrio. In A. V. Zanella (Org.), *Arte e Cidade, Memória e Experiência*(pp. 149-172). Teresina: EDUFPI. Recuperado de <https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_ARTE_CIDADE_E_MEMORIA_-_ADRIANA_320200610144324.pdf>
- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (1^a ed.). Belo Horizonte: UFMG.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)* (1^a ed.). São Paulo: Boitempo.
- BBC. (2020, 08 junho). *Coronavírus: Falta de empatia de Bolsonaro com mortes por covid-19 parece psicopatia, diz psicanalista Maria Rita Kehl*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52943574>
- Benjamin, W. (1987). Experiência e pobreza. In *Magia e técnica, arte e política* (3^a ed., pp. 276-279). São Paulo: Editora brasiliense. (Original publicado em 1933)
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1940)
- Birman, J. (2009). *Cadernos do mal: agressividade, violência e crueldade* (1^a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. São Paulo: Autêntica.
- CNN. (2020, 07 maio). *Regina Duarte minimiza ditadura e interrompe entrevista à CNN*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/07/regina-duarte-minimiza-ditadura-e-interrompe-entrevista-a-cnn-veja-integra>
- Dantas, M. (2018). *Raiz Weiwei*. São Paulo: UBU.
- Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- Didi-Huberman, G. (2017). *Cascas* (1^a ed.). São Paulo: Editora 34.
- El País. (2020, 16 fev.). *Xi Jinping sabia da gravidade do coronavírus em Wuhan duas semanas antes de reconhecer a epidemia*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-16/xi-jinping-sabia-da-gravidade-do-coronavirus-em-wuhan-duas-semanas-antes-de-reconhecer-a-epidemia.html>
- Fórum. (2019, 22 abr.). *Bolsonaro extingue grupo que identificava ossadas de desaparecidos políticos*. Recuperado de <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-extingue-grupo-que-identificava-ossadas-de-desaparecidos-politicos/>
- Foucault, M. (2003). Poder e saber. In M. B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber* (pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1981).
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso* (24^a ed.). São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1970)

Foucault, M. (2019). *Microfísica do poder* (10^a ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra. (Original publicado em 1979)

Freud, S. (1992). Lo inconciente. In *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 24, pp. 161-214). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1915)

Freud, S. (1996). Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. I, pp. 335-396). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1886-1889)

Freud, S. (1996). Lembranças encobridoras. In J. Salomão (Ed.) & M. Salomão (Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. 3, pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1899).

Freud, S. (1996). A interpretação de sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 4-5). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900)

Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 189-203). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)

G1. (2020a, 30 abr.). *Veja frases de Bolsonaro durante a pandemia do novo coronavírus*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/30/veja-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus.ghhtml>

G1. (2020b, 6 jun.). *Bolsonaro confirma mudanças em divulgação de boletim diário com números do coronavírus*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/bolsonaro-confirma-mudanca-em-divulgacao-de-boletim-do-coronavirus-a-partir-das-22h.ghhtml>

Galeano, E. (2002). Celebração de bodas da razão com o coração. In *O livro dos abraços* (9^a ed.). Porto Alegre: L&PM. (Original publicado em 1991)

Globoplay. (2020, 11 jun.). *Homenagem às vítimas da Covid-19 em Copacabana é alvo de vandalismo*. Recuperado de <https://globoplay.globo.com/v/8620720/>

Inumeráveis. (2020). *Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil*. Recuperado de <https://inumeraveis.com.br/>

Marques, A. C. S. & Prado, M. A. M. (2018). *Diálogo e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière* (1^a ed.). Curitiba: Appris.

Marsillac, A. L. M. (2018). *Aberturas utópicas: arte, política e psicanálise*. Curitiba: Appris.

Notícias da UFSC. (2018, 16 mar.). *Vladimir Safatle na UFSC: ‘A ditadura militar no Brasil nunca terminou, nunca foi vencida’*. Recuperado de <https://noticias.ufsc.br/2018/03/vladimir-safatle-na-ufsc-a-ditadura-militar-no-brasil-nunca-terminou-nunca-foi-vencida/>

Safatle, V. (2018). *O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2^a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Sousa, E. L. A. (2011). “Por Uma Cultura da Utopia”, *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 12. ISSN 1645-958X.

Sousa, E. L. A. (2020). Por uma estética do atrito – a função utópica de um memorial. *Revista Comunicação e Linguagem* (Lisboa), 52, 37-48. Recuperado de <https://bit.ly/2XrLQvc>

Spautz, D. (2020, 24 mar.). “Brasil não pode parar por 5 ou 7 mil que vão morrer”, diz dono da Madero. *Nsctotal*. Recuperado de <https://www.nsctotal.com.br/columnistas/dagmara-spautz/brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-que-vao-morrer-diz-dono-do-madero>

Youtube. (2009). *Na Íntegra - Jeanne Marie Gagnebin – Memória*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=b_v0-t2vnWY&list=PLxI8Can9yAHeAYRpkkC1vLmNRlsswNcPj&index=35&t=0s

Recebido em: 22/06/2020

Aprovado em: 27/04/2021

Entre vírus e humanos: A responsabilidade como resposta diante do SARS-CoV-2

Entre virus y humanos:
La responsabilidad como respuesta al SARS-CoV-2

Between viruses and humans:
Responsibility as a response in the face SARS-CoV-2

Caio Henrique de Mendonça Chaves Incrocci *
caio_incrocci@hotmail.com
Adriano Beiras **
adrianobe@gmail.com
Maria Juracy Filgueiras Toneli ***
juracy.toneli@gmail.com

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0222-3390>

** Professor Adjunto do Departamento de Psicología e do Programa de Pós-Graduação em Psicología da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>

*** Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicología da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9311-5020>

Resumo

Neste artigo busca-se compreender como se dá a apreensão de determinadas características fisiológicas dos vírus por ficções criadas por humanos, a fim de explorar como é distribuída a responsabilidade pelos números de casos e óbitos por doenças virais na pandemia de SARS-CoV-2. Esta reflexão se dá sob uma ótica não humana e feminista e toma como delineamento metodológico a noção de SF de Donna Haraway, pelas quais é possível situar a relação entre humanos e vírus em determinados contextos globais e nacionais, considerando seus formatos e efeitos. Os debates partem da noção de antropoceno, articulado também por Ailton Krenak, explorando como os vírus são convocados às narrativas que justificam casos e mortes por doenças virais. Por fim, argumenta-se que as ficções criadas sobre estas criaturas compõe as narrativas autoindulgentes do antropoceno, que viabilizam desresponsabilizações.

Palavras-chave: SARS-CoV-2; Antropoceno; Responsabilidade; Pandemia; HIV.

Resumen

Este artículo busca comprender cómo ciertas características fisiológicas de los virus son aprehendidas por ficciones creadas por humanos, con el fin de explorar cómo se distribuye la responsabilidad por el número de casos y muertes por enfermedades virales en la pandemia del SARS-CoV-2. Esta reflexión se desarrolla a partir de una perspectiva no humana y feminista y toma como esquema metodológico la noción de String Figures (SF) de Donna Haraway, a través de las cuales es posible situar la relación entre humanos y vi-

rus en determinados contextos globales y nacionales, considerando sus formatos y efectos. Los debates parten de la noción de Antropoceno, también articulada por Ailton Krenak, explorando cómo los virus son convocados a las narrativas que justifican casos y muertes por enfermedades virales. Finalmente, se argumenta que las ficciones creadas sobre estas criaturas componen las narrativas autoindulgentes del Antropoceno, que posibilitan los descargos de responsabilidad.

Palabras-clave: *SARS-CoV-2; Antropoceno; Responsabilidad; Pandemia; VIH.*

Abstract

This article seeks to understand how certain physiological characteristics of viruses are apprehended by fictions created by humans, in order to explore how the responsibility for the numbers of cases and deaths from viral diseases in the SARS-CoV-2 pandemic is distributed. This reflection takes place from a non-human and feminist perspective and takes as methodological outline the notion of String Figures by Donna Haraway, through which it is possible to situate the relationship between humans and viruses in certain global and national contexts, considering their formats and effects. The debates start from the notion of Anthropocene, also articulated by Ailton Krenak, exploring how viruses are summoned to the narratives that justify cases and deaths from viral diseases. Finally, it is argued that the fictions created about these creatures compose the self-indulgent narratives of the Anthropocene, which enable disclaimers.

Keywords: *SARS-CoV-2; Anthropocene; Responsibility; Pandemic; HIV.*

Introdução

O problema a ser tratado neste artigo é de pensar como os vírus são convocados a compartilhar a responsabilidade pelos casos e mortes por doenças virais. Logo, buscamos explorar as condições de criação de uma natureza para os vírus, a partir das narrativas teleológicas que racionalizam e essencializam sua agência no mundo, pelas quais são justificadas operações de extermínio decorrentes de encontros mortais entre humanos e vírus, simbolizados pela doença.

Para tanto, tomaremos o conceito de antropoceno, como é abordado por Donna Haraway, articulada aos pensamentos de Ailton Krenak e Eduardo Viveiros de Castro, enquanto chave analítica para pensar a responsabilidade nos eventos decorrentes da pandemia de SARS-CoV-2 no ano de 2020. As análises que se desdobram partem de eventos noticiados na mídia brasileira, neste período, os quais serão explorados sob três perspectivas. A saber: em uma perspectiva global, compreendendo a inserção dos vírus em desastres naturais, a fim de delinear a noção de antropoceno enquanto uma chave para pensar a responsabilidade; em um segundo momento, pensar a convocação dos vírus pelas metáforas militares, propostas por Sontag (2007), tal como alguns de seus efeitos no contexto brasileiro; e, por último, a partir de uma leitura da gestão da pandemia no Brasil, em seu primeiro semestre, a fim de pensar como se deu a apreensão dos vírus e a distribuição da responsabilidade pelo governo federal.

Enfatizamos que, embora seja essencial pensar na distribuição diferencial dos números de casos e mortes de Covid-19, considerando as interseccionalidades e os marcadores sociais da diferença, este não é feito o foco desse texto, de forma que não pretendemos adentrar com profundidades estes debates, por hora. Destarte, os debates que serão apresentados têm por objetivo de compreender a inserção dos vírus nos contextos mencionados acima, os quais serão pensados principalmente a partir dos números totais de mortes e casos de Covid-19, ou ainda do número de mortes de profissionais de saúde.

Entretanto, diante da compreensão da impossibilidade de pensar os efeitos desta pandemia sem considerar estes atravessadores, tal como de outras epidemias virais que serão recuperadas, os debates e articulações teóricas propostas para pensar a questão da responsabilidade buscam dialogar com autores que pensam a partir de alguns grupos mais vulnerabilizados nestes contextos.

O método proposto para este artigo se origina na teoria de Donna Haraway (2016), e será inspirado pelo conceito de SF (*String Figures*¹). Estas que podem ser definidas como padrões de interação situados no tempo e espaço, nos quais atores humanos, animais, tecnológicos, microscópicos, dentre outros, combinam-se em múltiplos nós (plural de nó) constituindo a si próprios e produzindo efeitos. Trata-se de modelo que possibilita compreender como estas criaturas se combinam sob determinadas condições, de forma a viabilizar ou inviabilizar a vida. Modelo no qual a relação se faz unidade mínima de análise (Haraway, 2016).

Assim, ao alocar a relação em primeiro plano, as SF se propõem como deslocamento de uma perspectiva que busca purificar a agência dos seres que se combinam para situá-la em determinado contexto e contingência, pensando em termos dos efeitos decorrentes desta combinação (Haraway, 2016).

Em termos procedimentais, as SF orientam um processo simultâneo de rastreamento e *storytelling*. Rastreamento por implicar em um processo de rastrear histórias, fatos e ficções científicas, herdadas pelas criaturas que se tocam, as quais possibilitam compreender como agentes humanos e não humanos se articulam no presente e produzem efeitos materiais e recontá-los (Haraway, 2016). E, *storytelling*, ou narração de histórias, pois diz respeito a um processo de recontar estas histórias, ou ficções, a fim de explicitar uma modesta, mas radical, reconfiguração da realidade, de modo que se torne mais vivível para as partes que se encontram (Haraway, 2016).

Para a autora, por meio destas narrativas contadas por humanos, convocamos agentes não-humanos para nossas ideologias, orientando formas de existência no mundo (Haraway, 2004). Assim, as ficções delineiam como os mais variados participantes nas SF se constituem como sujeitos e objetos nos encontros com as demais, modulando os critérios sob os quais se dá essa relação.

1 Figuras de barbante – tradução livre.

Logo, diante desse modelo, é possível compreender algumas das nuances pelas quais determinadas espécies, no encontro conosco, são recrutadas para nossas complexas dinâmicas sociais, tornando-se, ou tornando-nos, mais ou menos matáveis.

Assim, diante desta breve apresentação do método, salientamos que o objetivo aqui proposto parte do esforço de explorar como os vírus são convocados por diferentes narrativas criadas por nós (humanos), as quais estabelecem os termos desta relação, para compreender alguns nós (plural de nós) deste emaranhado. Trata-se de buscar compreender como emergem histórias sobre o SARS-CoV-2, em comparação a outros vírus, no contexto da pandemia. São narrativas que se valem da apreensão parcial da sua existência de forma a validar determinadas práticas políticas e sociais.

Tomando as contribuições de Norma Santos, Maria Teresa Vilela Romanos e Marcia Wigg (2015), vírus, enquanto patógenos, são considerados aqui como criaturas compostas de um código genético cobertos por uma capa de proteína, cuja replicação só é viabilizada a partir do contato destes com hospedeiros vivos que apresentem estrutura genética e fisiológica compatíveis, em relação parasitária. E, neste texto, importa considerar como são convocados como agentes que compõem nós (plural de nós), de modo que algumas de suas características conhecidas sejam apreendidas por determinadas narrativas humanas, dando forma a esta relação.

Cabe destacar que não será realizada uma análise exaustiva dos eventos nacionais da pandemia do novo coronavírus, mas, sim, uma busca por explorar alguns cenários, contos, histórias e ficções sobre os vírus e alguns dos efeitos decorrentes deste processo em semelhanças e diferenças com outros contextos e outros vírus. Apreender seus atores, suas agências, suas causas e efeitos.

2. Delimitando o antropoceno

No final do ano de 2019, foi noticiado o surgimento de um novo vírus, descoberto na cidade de Wuhan, na China. Ainda não era possível prever que este se espalharia rapidamente pelo restante do mundo, chegando ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020 (SanarMed, 2020). Pouco tempo depois, mais precisamente em 11 de março deste mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde declarou o mundo sob estado de pandemia (UNA-SUS, 2020), condição que se caracteriza por um número elevado de pessoas infectadas por uma mesma doença, distribuídas pelo território geográfico mundial.

Embora, nos primeiros meses da epidemia, já tivéssemos perspectivas de vacinas que possibilitassem uma resposta em nível biomédico a sua ação, ainda não tínhamos prospecto de uma alternativa farmacológica que controlasse sua replicação em nível mundial em curto prazo. Assim, o vírus continuou matando.

Entretanto, o que se pretende argumentar é que estes casos e mortes são eventos situados e contextualizados e, portanto, não podem ser pensados a partir da agência individual de um ou outro agente, sejam os humanos, as vacinas ou os vírus. O que está em jogo é precisamente a relação. Logo, para começar a explorar este processo, recuperamos alguns dos debates acerca das mudanças climáticas que foram evidenciados no período da pandemia de SARS-CoV-2, com o objetivo de delimitar um contexto mais amplo onde estes emaranhados se dão.

A relação entre humanos e vírus não é evento recente, tal como a articulação destes atores com desastres ambientais. Segundo Scott (2020), 31% dos surtos virais que acometeram a população humana mundial, entre os anos de 1980 e 2013, são decorrentes dos processos de devastação de determinados ambientes por humanos, assim como 65% das doenças que surgiram neste ínterim têm origem em zoonoses.

Pensando a partir da ligação entre o surgimento de novos vírus com a destruição de biomas naturais, John Scott (2020) argumenta que as conexões que ligam estes fenômenos são múltiplas. Para o autor, a retirada de animais de diversas espécies de seus habitats naturais, tendo como causa principal o desmatamento, aumenta seu contato direto com humanos e, neste processo, é facilitada a transmissão de doenças destas espécies para nós.

Considerando as modificações genéticas que acontecem também nos vírus durante a infecção, como apontado por Ho et al. (2020), Avery (2020) explica que, ainda que um tipo de vírus não seja programado

geneticamente para infectar determinada espécie de criaturas, o contato frequente entre estes pode causar transformações genéticas que permitam aos patógenos se ligarem às células de um novo hospedeiro. Possibilita, dessa forma, que as doenças “pulem” entre seres de espécies diferentes.

Esse processo tem sido utilizado para explicar a transmissão dos vírus da Ebola e Zika para os humanos (Avery, 2020), e a transmissão do vírus de imunodeficiência de chimpanzés para humanos, originando o HIV (Bertolotto, 2020). Estudos iniciais, também, apresentam indícios de que o vírus da Covid-19 componha este grupo de agentes etiológicos originados em animais não-humanos (Avery, 2020).

No que diz respeito aos impactos ambientais decorrentes do aquecimento global, em matéria recente publicada pelo portal *Uol* (2017) que recupera pesquisas acerca do impacto do aquecimento global nas calotas polares, indica-se que as mudanças climáticas – as quais se acredita terem relação com as emissões de carbono, juntamente com a exploração de camadas de gelo até então intocadas, conhecidas como *permafrost*, por meio de processos de mineração e extração de petróleo – têm contribuído para o ressurgimento de patógenos adormecidos, como vírus e bactérias ainda desconhecidos. São agentes que podem apresentar afinidade com o genoma humano a ponto de originar novas doenças, contra as quais não há tecnologias suficientes que permitam criar respostas medicamentosas eficazes a tempo para evitar a mortalidade (*Uol*, 2017), como pode ser percebido no caso do SARS-CoV-2.

Bertolotto (2020) lança mão deste panorama das correlações entre vírus, humanos e desastres naturais, para argumentar que a combinação dos efeitos dos desflorestamentos, juntamente com o derretimento das camadas de *permafrost*, situados num esquema internacional pautado pela globalização, opera de forma a viabilizar pandemias como a do SARS-CoV-2.

Pensando em articulações entre ecologia e política, os efeitos da pandemia têm mostrado emaranhados interessantes. Como exemplo, tem-se que é possível evidenciar a redução emissões de carbono, as quais, até o dia 15 de maio deste ano, teriam diminuído cerca de 5,7% em relação ao ano anterior (EcoDebate, 2020). Por outro lado, durante a pandemia, os alertas de desmatamento da floresta amazônica, no Brasil, aumentaram em 63% em relação ao mesmo mês no ano anterior, 2019 (Thomaz, 2020). Ainda no contexto brasileiro, em reunião ministerial, cuja gravação foi divulgada em 22 de maio deste ano (Lira, 2020), o ministro do meio-ambiente Ricardo Salles sugere que a atenção midiática dada à pandemia deveria ser utilizada de modo que fossem aprovadas reformas infralegais, sem despertar a atenção da população. Aponta-se, desta forma, intersecções entre ecologia, política e pandemia que geram efeitos ainda mais complicados.

Diante desse cenário, tal como destaca Bertolotto (2020), a emergência do SARS-CoV-2, em escala pandêmica, alavancou discussões que já estavam em curso, as quais buscam evidenciar efeitos complexos decorrentes da relação entre seres humanos e o planeta Terra. Em entrevista recente publicada pelo portal da Editora n-1, Eduardo Viveiros de Castro (2020) comenta acerca da administração do vírus do Covid-19 no contexto brasileiro, diante uma leitura da era geológica compreendida como antropoceno:

o desmatamento, o aumento das trocas transcontinentais, a circulação de homens no globo, a disseminação de monoculturas (vegetais e animais), a intensificação das relações entre a espécie humana e as outras espécies, sobretudo selvagens, cujo *habitat* é invadido pelos humanos... tudo isso cria, com efeito, novas gerações de pandemia. (Viveiros de Castro, 2020, pp. 7-8)

Ainda segundo o autor, os sérios agravos ambientais que alavancaram a pandemia, associados às graves condições econômicas e políticas no Brasil, têm possibilitado um genocídio intencional de algumas populações, dentre estas as populações indígenas, contra as quais os vírus têm sido utilizados como ferramentas de limpeza étnica pelo próprio Estado do qual dependem (Viveiros de Castro, 2020).

Como exemplo desta situação, no dia 11 de agosto de 2020, a organização humanitária Médicos Sem Fronteiras – MSF, foi impedida de atuar em comunidades indígenas no estado do Mato Grosso

do Sul, pelo órgão vinculado ao Ministério da Saúde a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI (*Carta Capital*, 2020a). Segundo a reportagem da *Carta Capital*, publicada em 21 de agosto do mesmo ano, mais de cinco mil pessoas ficaram sem atendimento na região, em situação de pandemia, devido às ações do governo.

Diante destas discussões, é possível compreender um cenário global, no qual os vírus, dispostos em pandemia, se inserem na relação já estabelecida entre seres humanos e a natureza, emergindo como mais um dos efeitos do processo de exaustão dos recursos naturais, como apontado por Viveiros de Castro (2020). As mais de um milhão de mortes² por Covid-19 podem ser facilmente associadas a um fim do mundo causado pelo vírus, como aquele descrito na série de filmes de ficção científica *Resident Evil*, produzido pela Sony Pictures, no qual é retratada uma Terra arrasada, completamente sem vida.

Todavia, as consequências multifacetadas da pandemia de SARS-CoV-2, observadas até então e descritas acima, implicam, todavia, em ao menos duas leituras: uma de que, caso o fim do planeta Terra esteja ocorrendo, não está acontecendo da maneira que estamos acostumados a representar; e, outra que, ainda que os vírus causem estas mortes, não são os únicos responsáveis por elas.

A partir destes dois pontos, não se pretende argumentar que os vírus não matam e nem que não seja imprescindível nos atentar para a destruição dos biomas naturais, causada pelos seres humanos. Trata-se de compreender os efeitos das narrativas contadas sobre nós (humanos) sobre os vírus e as mortes por doença viral.

Para compreender um pouco melhor como este debate é proposto, recuperamos algumas discussões acerca do antropoceno, realizadas por Haraway (2016), no qual a autora lança mão deste conceito para pensar a relação entre humanos, natureza e as noções de fim de mundo. Cunhado por Eugene Stoermer no ano de 1980 a fim de evidenciar um período geológico marcado pelas transformações dos humanos na natureza, o conceito de “antropoceno” foi popularizado no campo científico a partir da década de 2000, estendendo-se nos estudos pós-humanistas e nas ciências sociais como demarcação de um período geológico, uma ferramenta teórica e um modelo para contar a história da espécie humana (Chiodi, 2017; Haraway, 2016). O antropoceno tem sido recuperado, sob diferentes perspectivas, para pensar os efeitos ecológicos da agência humana na terra os quais abrangem, por exemplo, as emissões de carbono, o desmatamento e o aquecimento solar.

Haraway (2016), entretanto, posiciona-se contrária à utilização do conceito de antropoceno. Para tanto, a autora elenca alguns motivos que sustentam a sua perspectiva, dentre os quais sintetizamos os três mais relevantes para a continuidade da discussão: (a) por compreender que a noção de antropoceno desconsidera as relações entre os seres humanos e outras espécies terrestres nos impactos geológicos no planeta; (b) que, para que fosse compreendido como uma era geológica, o início do antropoceno deveria remontar ao início do capitalismo, de forma a ser chamado, portanto, de ‘capitaloceno’; (c) por entender que não são todos aqueles que pertencem à espécie humana que podem ser responsabilizados por impactos geológicos de tal porte, ignorando atravessamentos como classe social, raça e gênero, ou mesmo a agência de atores não-humanos nesse processo (Chiodi, 2017).

Diante destes argumentos, Haraway (2016) conclui que o antropoceno evoca a existência de um único mundo, homogêneo, não marcado por diferenças sociais – ou seja, não situado – o qual desconsidera as relações por meio das quais é constituído e se encontra vias de acabar. Questionar a utilização deste conceito, todavia, não implica em desconsiderar as transformações humanas na terra, tal como seus efeitos desastrosos que incorrem em tantas mortes. Haraway defende que o antropoceno e o capitaloceno são evocados não como uma era geológica, mas como fronteiras, as quais demarcam as urgências “de contínuas extinções, genocídios, miséria e extermínios multiespecíficos” (Haraway, 2016, p. 54 – tradução livre).

Pensar o antropoceno implica, portanto, em considerar a urgência destes mundos em vias de acabar, denotando a pressa para encontrar mundos alternativos, a fim de torná-lo o mais curto possível

2 Dado segundo disponibilizado na plataforma do *Google*. Recuperado de <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F02j71&gl=BR&cid=BR%3Apt-419>

(Haraway, 2016). Tal processo não pode ser pensado sem considerarmos uma determinada produção de diferenças, sustentadas nas dicotômicas relações que emergem nesse cenário, que dividem quem são os responsáveis pelas ações que repercutem nestas urgências, como apontado por Viveiros de Castro (2020), e quais espécies e atores sofrem as consequências.

Paralelamente às noções apresentadas por Haraway (2016) e pensando a relação entre a espécie humana e a Terra, Krenak (2019) lança mão do antropoceno para explorar os efeitos decorrentes de determinada noção de humanidade. Para o autor, esta era geológica é pautada por um aparato que condiciona a pensar somente ‘um’ tipo de humanidade possível, a qual é produzida e sustentada por narrativas e práticas de desresponsabilização para/com o planeta. É uma ideia segundo a qual “a única possibilidade para que comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida” (Krenak, 2019, p. 23). Deste modo, essa humanidade, descrita por Krenak, medeia suas relações com a Terra pela mercadoria, desagregando-nos da natureza da qual dependemos para continuar existindo de fato.

Neste tempo nomeado antropoceno, portanto, é fabricado um tipo de humanidade, na qual só cabem os “humanos muito humanos” (Krenak, 2019, p. 35), delimitando marcos que estabelecem dualidades baseadas nas diferenças que os distanciem dos quase-humanos. Estes últimos são alocados e se alocam fora do esquema de controle do planeta, submetidos a todo tipo de extermínio, pela fome, genocídio, pobreza e, inclusive, pelas epidemias.

Em outra ocasião, Haraway (1999) traz a natureza como resultado de uma produção discursiva pela qual se operam efeitos materiais. Para a autora, com frequência, as narrativas modernas evocam noções de natureza de forma a essencializar dicotomias e oposições no âmbito social, pelas quais se produz diferença (Haraway, 1999). É justamente na criação de uma humanidade, que se produz ontologicamente oposta à natureza, que são justificadas a morte e o extermínio daquilo que é tornado natural e, portanto, oposição, como os desflorestamentos e genocídios de populações indígenas. Neste processo, opera justamente a desresponsabilização por estas mortes.

Retornando à noção de antropoceno sob a condição de uma fronteira, como destaca Haraway (2016), esta implica em delimitar um conjunto de discursos e práticas cuja operação se dá simultaneamente em duas vias: hierarquiza as criaturas terrestres (dentre estas os humanos), essencializando suas diferenças, a fim de estabelecer quais vivem ou morrem na Terra; e generaliza a agência humana, ocultando a produção de diferenças entre estes humanos e os demais atores (humanos e não humanos), de sorte a dificultar o rastreamento das responsabilidades por estas mortes. A ficção de um apocalipse universal, possível e agendado – para o dia 31/12/2020, segundo o Relógio do Clima (Climate Clock) – compõe um rol de histórias pelas quais são borradas as linhas de responsabilidade que ligam aqueles humanos aos impactos ambientais de tamanha magnitude e, dos quais, dificilmente são feitos alvos imediatos das consequências destas ações.

Diante deste dilema, em termos de encontrar respostas alternativas aos mundos que se findam no antropoceno, Haraway (2016) questiona:

Como podemos pensar em tempos de urgências sem os mitos de apocalipse auto-indulgentes e auto-realizadores, quando cada fibra do nosso corpo está entrelaçada, e até cumplice nas redes de processo que devem ser engajadas e repadronizadas de algum modo? (Haraway, 2016, p. 35 – tradução livre)

A autora aponta a necessidade de práticas que produzam *response-hability*, em um jogo com a língua inglesa, unindo “responsabilidade” e “habilidade de resposta” (Haraway, 2016). Tal conceito diz respeito às práticas pensantes que ponham em evidência as relações entre os mais variados atores emaranhados em determinado contexto, para, desta forma, rastrear as responsabilidades de cada um daqueles que se constituem nelas, viabilizando a produção de respostas (Haraway, 2016).

Pensando diante da pandemia de SARS-CoV-2, este esforço diz respeito a um exercício de rastreamento para compreender a quem pode ser atribuída a responsabilidade pelos casos e mortes por Covid-19, para, desta forma, saber a quem ou o quê direcionar nossa resposta. Trata-se de compreender por quais narrativas convocamos as demais espécies para nossas ideologias, nossas representações, orientando formas de existência no mundo. Frente ao contexto da emergência do SARS-CoV-2 e a partir do questionamento elaborado por Haraway (2016), propomos pensar: como os vírus, configurados nas pandemias e epidemias, são convocados pelas narrativas mortais e autoindulgentes características do antropoceno?

3. As metáforas bélicas

Para nos lançarmos nesta direção, portanto, acreditamos ser necessário compreender como se deu a apropriação dos vírus pelas narrativas políticas nos anos mais recentes à apreensão de sua existência. Começamos por recuperar as metáforas militares de Sontag (2007), a qual apresenta leituras da trajetória recente de humanos e vírus a partir da produção de diferenças. A autora enfatiza o protagonismo dessas metáforas militares, ou bélicas, nas campanhas de saúde pública circuladas, principalmente, a partir do início do século XX. Nessas metáforas, aquilo que, de algum modo, põe em risco a integridade do corpo – e, portanto, da vida – no âmbito da saúde, passa a assumir um caráter de invasor, ameaça que agride e ataca a vida, recorrendo a uma semiótica de campo de guerra.

Essas noções surgem já no século XVII, nos escritos do poeta inglês John Donne, o qual compara o corpo a uma fortaleza, ou algo a ser defendido. Donne define, nesse processo, a doença como aquilo que ameaça a integridade desse corpo-fortaleza, comparando-a a um “inimigo invasor, numa “imagem que abrange a catástrofe” (Sontag, 2007, p. 49). Entretanto, essas noções não adquiriram credibilidade até o século seguinte.

Somente a partir dos avanços científicos disponíveis em meados do século XIX, principalmente com o advento do microscópio e das descobertas de Rudolf Virchow, fundador da patologia celular, é que foi possível deslocar o “outro invasor” da doença para os microrganismos que as causavam, que, por sua vez, deveriam ser “combatidos”. Segundo Sontag (2007), o vocabulário da medicina tornou-se mais agressivo e as metáforas militares se voltaram aos próprios microrganismos, dentre eles os vírus, passando a compor o vocabulário das campanhas públicas de saúde, principalmente aquelas contra a sífilis, durante a Primeira Guerra Mundial, e a tuberculose, no pós-guerra. Mais recentemente, estas metáforas foram utilizadas em campanhas direcionadas ao HIV, nas quais o invasor a ser detido era o próprio vírus, um ser alienígena que ameaça a vida (Sontag, 2007).

Popularizada ao longo do século XX, a metáfora bélica apresentada por Sontag (2007) se estende no imaginário social, repercutindo em discursos que se valem de jargões militares direcionados aos vírus que são utilizados até hoje, novembro de 2020, de forma que seja possível compreender alguns de seus efeitos materiais, carnais. A fala do diretor-geral atual da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, em conferência acerca das políticas internacionais acerca de Covid-19, em 11 de fevereiro de 2020, explicita o uso dessa metáfora diante dos eventos da pandemia de Covid-19:

Eu era ministro das Relações Exteriores e discutia o terrorismo e assim por diante, mas um vírus pode ter consequências mais poderosas do que qualquer ação terrorista, e isso é verdade. Se o mundo não quiser acordar e considerar esse vírus inimigo como inimigo público número um, acho que não aprenderemos nossas lições. É o inimigo número um do mundo e de toda a humanidade e é por isso que temos que fazer tudo para investir em sistemas de saúde, investir em preparação, e é por isso que eu sempre digo: é isso que me acorda à noite e deve acordar todos nós. [O vírus] é o pior inimigo que você pode imaginar. Pode causar estragos políticos, econômicos e sociais. (World Health Organization, citado por Segata, 2020, p. 296)

Segata (2020), diante de uma análise deste esquema a partir da noção de biossegurança, argumenta que a fala do diretor-geral da OMS ilustra a forma pela qual as orientações no âmbito da saúde são organizadas a partir de preceitos militares, os quais não apenas se refletem um esquema de política internacional, mas também são direcionados aos próprios vírus.

Voltando ao contexto nacional, na capa do jornal *Estado de Minas*, publicada em 09 de agosto de 2020, é apresentada a manchete “A guerra que o Brasil perdeu”, referindo-se às 100.477 mortes por Covid-19 contadas até a data de sua publicação, e fazendo uma alusão à guerra que o Brasil, como nação, tem travado contra o SARS-CoV-2. É visível aqui a metáfora da guerra no contexto da pandemia. Em outro exemplo, na entrevista concedida à *Carta Capital* (2020) no dia 27 de junho de 2020, o ex-ministro da saúde brasileiro, Luiz Henrique Mandetta, comenta a transferência da administração da pasta para militares, os quais passaram a recomendar a utilização do fármaco hidroxicloroquina para tratamento de Covid-19, mesmo sem eficácia comprovada no tratamento da doença. Diante desses casos, Mandetta afirma que “médicos não sabem fazer guerra e generais não sabem fazer saúde” (*Carta Capital*, 2020).

No texto, sua crítica em relação à mudança no protocolo sobre a utilização deste medicamento que, segundo ele, foi orientada por uma lógica militar, denuncia os efeitos adversos de uma gestão bélica da saúde em plano material, ou seja, que repercutem nos números de mortalidade pela doença. Segundo matérias do portal *Uol* (Machado, 2020) e do site da CUT (2020), ambas publicadas no dia 17 de setembro de 2020, os números de mortes por Covid-19 no Brasil, aumentaram em cerca de nove vezes desde Eduardo Pazzuelo ascendeu ao cargo como ministro interino da saúde, em maio deste mesmo ano.

Mesmo que não intencionalmente, ao explicitar que “médicos não sabem fazer guerra”, Mandetta enfatiza uma relação à qual também tem produzido mortes num esquema belicista. Para exemplificar esta relação recuperamos a capa da revista *Veja* de 25 de março de 2020, com a manchete “Heróis de guerra”, a qual se refere aos profissionais de saúde na ‘linha de frente’ no ‘combate’ ao novo coronavírus (*Veja*, 2020).

Dentre esses profissionais, entretanto, alguns apresentaram recusa à comparação com “heróis” frente aos efeitos decorrentes desta noção como destacado na matéria publicada pelo portal *Uol*, no dia 28 de abril de 2020 (Carvalho, 2020). Segundo a reportagem, a renúncia à alcunha de “heróis”, oferecida nos meios de comunicação, justifica-se por desconsiderar os limites humanos – enquanto espécies – desses profissionais de saúde. Invisibiliza, também, a vulnerabilidade ao contágio a que são submetidos e a discriminação sofrida em decorrência do medo de outras pessoas de se contagiarem. Desta forma, são dificultadas ações que promovam estratégias para diminuir a vulnerabilidade deste público ao vírus.

Efetivamente, profissionais de saúde não são heróis, no sentido metafórico do termo. Segundo o relatório oficial do Ministério da Saúde, divulgado por meio da matéria no sítio da *Jovem Pan* (2020), no total 305 técnicos, 195 médicos e 169 enfermeiros faleceram no Brasil devido complicações por Covid-19 no período que compreende o início da pandemia, em 11 de março de 2020, até a data de publicação da matéria, em 06 de agosto do mesmo ano. Para além dos óbitos, ainda foram orientadas medidas de castigo contra os médicos que não seguissem a lógica evidenciada por Mandetta, dispensando aqueles que não prescrevessem o fármaco hidroxicloroquina para pacientes, ainda que sem eficácia comprovada (Lemos, 2020).

Ainda que a fala do ex-ministro não faça menção às metáforas bélicas direcionadas aos vírus, são explicitados alguns dos efeitos decorrentes de sua incorporação quando aplicadas num âmbito político. Dizem respeito a combinações mortais entre humanos e vírus.

Antes de prosseguir com as discussões, cabe salientar que o esforço empregado por Sontag (2007), ao pensar as metáforas militares, difere do modelo teórico das SF, propostas por Haraway (2016). Por um lado, Sontag (2007) propõe uma desmetaforização radical das doenças, de modo com que não sejam atribuídos atributos morais a estas, para que, assim, possam ser tomadas enquanto fenômenos mundanos. Enquanto, para esta última, as SF implicam, necessariamente, em um modelo de narração de histórias contadas sobre as espécies, em vias de pensar encontros mais vivíveis.

Para além, enquanto Sontag (2007) se propõe a pensar as doenças, Haraway (2003) aponta estar mais interessada em pensar as relações interespécificas, do que a história social das doenças em seus estudos. Questão esta que implica diretamente em pensar os próprios vírus nas SF. Por outro lado, é

possível compreender que ambas tratam de pensar em termos de efeitos decorrentes dos modos de nos relacionarmos com as demais espécies, ainda que sejam patógenos, a fim de propor maneiras menos mortais, ou sofridas de se existir com estas criaturas, seja na saúde ou na doença.

Desta forma, tomando a teoria de Haraway (2016) enquanto fio condutor para estas reflexões, é necessário realizar dois apontamentos: ainda que as autoras apresentem divergências no que diz respeito às suas proposições e argumentos, as relações bélicas propostas por Sontag (2007) são recuperadas, aqui, enquanto mais uma narrativa pelas quais os humanos convocam os vírus de modo a compor relações mais ou menos mortais; desse modo, entendemos também que o esforço de se desmetaforizar as doenças e, por conseguinte, os patógenos, compõe parte do esforço de pensar outras relações que sejam mais vivíveis, por assim dizer.

Logo, diante destas reflexões, é possível compreender as metáforas bélicas enquanto um exemplo de histórias que dão forma à relação entre humanos e vírus, as quais são herdadas e orientam a viabilidade de sobrevivência destas pessoas situadas nestes contextos.

Pensando a partir da distribuição da responsabilidade, diante deste cenário, é possível compreender as metáforas bélicas como mais uma ficção do antropoceno. Ao passo que emerge a associação dos vírus à da noção de inimigo, ou até assassino, são ocultadas as condições nas quais sua replicação é favorecida por dinâmicas criadas pelos humanos.

Assim, tal como no uso metafórico do signo de heróis, dados aos e às profissionais de saúde, é possível compreender um processo no qual são justificadas as mortes, que não podem ser unicamente lidas pela ação parasitária dos vírus. Em outras palavras, ainda que o SARS-CoV-2 mate, torna-se insuficiente a explicação de que seja o responsável único por estas mortes.

É necessário sublinhar, entretanto, que a metáfora da guerra, explorada até então, e a noção de fim de mundo, mencionada anteriormente, orientam leituras distintas no que diz respeito à responsabilidade. Se, de um lado, a noção de fim de mundo, invocada pela noção de antropoceno, implica na urgência de se pensar fins de mundo que estão chegando para alguns, dos quais a causa se mostra difusa; de outro, a guerra implica na identificação explícita de um inimigo, ainda que fictício, o qual deve ser eliminado.

Entretanto, novamente tomando a responsabilidade como chave de leitura, em ambos os casos, são borradadas as relações contingentes que orientam quem ou o que deve ser responsabilizado por estas ocorrências. Em outras palavras, o que tentamos identificar é que tanto no cenário apocalíptico, quanto no bélico, as mortes são ocultadas sob uma única causa para estas mores, o vírus.

4. Rastreando responsabilidades

Se os vírus não se fazem os únicos responsáveis por estas mortes, como fica o problema da responsabilidade? Se, diante destas argumentações, é possível compreender que a associação destes com determinados segmentos da população não passa de uma ideia criada, quem a cria e quem deve ser responsabilizado? Ou quem a opera no âmbito político? Ou quem produz informação com base neste conhecimento? Ou quem repete para os amigos e família? Ou quem só ignora, por que não é problema seu?

Retornando à Haraway (2016), pensar diante das SF implica, necessariamente, compreender a responsabilidade dos atores envolvidos nestes emaranhados, para, desta maneira, criar respostas reais e possíveis aos mitos do antropoceno. Pensar que o vírus seja o único culpado pela pandemia, ou mesmo resumir este processo a noções generalistas como o capitalismo, o liberalismo, os governos, ou o sistema torna-se pouco produtivo. É necessário indicar a quem cabe a responsabilidade. Por outro lado, são tantos os responsáveis possíveis, que os indicar, um por um, seria impossível em apenas um artigo.

Assim, o que gostaríamos de explorar brevemente é como tem operado a desresponsabilização, aliada à distribuição da responsabilidade, no caso da pandemia de SARS-CoV-2, pelas quais se sustenta essa relação descrita nestes moldes. Trata-se de ilustrar um panorama nacional de como tem se produzido as narrativas de responsabilização e desresponsabilização pelos casos de Covid-19, diante de alguns debates e eventos decorrentes no ano de 2020.

Nos dois primeiros meses após a declaração de estado da pandemia pela OMS, março e abril de 2020, foi possível verificar certa tensão entre as esferas federal, estaduais e municipais no que diz respeito à gestão do vírus no Brasil. Ao passo que o então presidente da república evitava tomar atitudes enérgicas no enfrentamento da pandemia, prefeitos e governadores viram-se na necessidade de apelar ao Supremo Tribunal Federal – STF, em vias de viabilizar medidas mais eficientes de gestão da pandemia localmente (Brígido, 2020; *Estado de Minas*, 2020)

Esta tensão se estendeu até junho do mesmo ano quando, diante do agravamento da pandemia em território brasileiro, prefeituras e estados voltam a cobrar do governo federal o reajuste do orçamento previsto para o manejo da pandemia. Diante da decisão do STF, mencionada pouco acima, Jair Bolsonaro faz um *tweet*, no qual escreve que a responsabilidade é dos governos estaduais e municipais (Mota, 2020).

Simultaneamente, estabeleceram-se conflitos acerca das recomendações de medicamentos comprovadamente ineficazes no tratamento da Covid-19, realizadas pelo presidente, como mencionado anteriormente. Esta tensão causou a saída de dois Ministros da Saúde em um intervalo menor de um mês, Luiz Henrique Mandetta em 16 de abril de 2020 (Shalders, 2020) e Nelson Teich, em 15 de maio (Andrade, 2020).

As polêmicas envolvendo a hidroxicloroquina persistiram na esfera federal ainda com o então ministro da saúde Eduardo Pazuello. Este que, em meados de agosto, comentou acerca da falta de demanda do fármaco hidroxicloroquina por parte dos profissionais de saúde (*Correio do Povo*, 2020). Ao longo do mês de junho foram realizadas compras substanciais dos insumos para a distribuição do medicamento, chegando ter em estoque aproximadamente 1,8 milhão de comprimidos, número 18 vezes maior do que os anos anteriores (Portinari, 2020).

Ainda no que diz respeito ao uso de medicamentos ineficazes para tratamento de Covid-19, Jair Bolsonaro, em coletivo de imprensa no dia 19 de outubro de 2020, defendeu o uso do vermífugo nitazoxanida, popularmente conhecido como “Anitta”. Nesta ocasião, é utilizado um gráfico retirado de um banco de imagens, para sustentar a defesa de seu uso para tratamento de Covid-19 (*TV Democracia*, 2020).

E, como último evento a ser destacado nesta sessão:

No mesmo dia em que os maiores hospitais do país divulgaram uma pesquisa provando que a cloroquina não serve para Covid-19 e ainda pode ter efeito adverso no coração e no fígado, Bolsonaro saiu correndo atrás das emas do Palácio da Alvorada com uma caixa do remédio na mão. (Kotscho, 2020, p. s/p)

Somente neste breve período citado até então, que se estende de 27 de março a 18 de agosto de 2020, foram contabilizados 5.221.429 novos casos de Covid-19 no Brasil³.

Para compreender como a responsabilidade é distribuída nestes casos, tornamos brevemente a Segata (2020). Diante dos debates estabelecidos no campo da biossegurança, o autor debate a questão de como os governos se preparam para orientar medidas de segurança contra determinada ameaça, e, desta forma, constituem práticas de desresponsabilização para com os efeitos decorrentes deste cenário, no caso, a pandemia (Segata, 2020). Explica que a preparação é construída com base em informações imprecisas acerca daquilo do qual buscam se defender, estas que consistem em “evidências em construção, rumores em investigação e intensa comunicação incompleta” (Segata, 2020, p. 292).

Este processo se configura como uma política da incompletude que orienta a produção de grande quantidade de medidas de enfrentamento, ao passo que se apresenta como justificativa caso os efeitos decorrentes destas medidas repercutam em insucessos (Segata, 2020). Nas palavras do autor:

3 Os dados apresentados foram retirados do site: <https://news.google.com/covid19/map>.

O que se nota, assim, é que as tecnologias de preparação não implicam, necessariamente, estarmos informados e materialmente prontos para não sofrermos os efeitos de uma crise sanitária. Antes, elas formam um emaranhado de elementos negociáveis que podem fundamentar tomadas de decisão mais ou menos precárias, empregadas para o governo da vida. (Segata, 2020, p. 295)

O que se percebe, também, neste processo, é a frequência com que informações não científicas, metafóricas e distópicas são utilizadas para sustentar estas políticas de preparação (Segata, 2020). A cloriquina, a Anitta, a Ema, o gráfico falso, compõem, simultaneamente os papéis de agentes e focos discursivos que configuram este panorama, os quais, associados à imagem do vírus, tomado como inimigo último pelo diretor geral da OMS, como visto acima, são convocados a compartilhar a responsabilidade por estes números.

Como argumenta Butturi (2020), comparando a apropriação do medicamento nos cenários políticos da *aids* e da Covid-19, a perspectiva biomédica assume centralidade nos discursos e práticas políticas voltados ao vírus, configurando-se como mais um campo de disputa de verdades no e pelo qual o discurso científico e a crença assumem o mesmo patamar.

Logo, temos de um lado os discursos que comprovam a ineficácia do medicamento, e, do outro, a defesa de sua utilização pelas instâncias governamentais (Butturi, 2020). Diante desta ambiguidade, e sem organização política efetiva daqueles afetados pelo SARS-CoV-2, como houve no caso de HIV, em que foram reivindicados os direitos da população, é operada uma política de morte sobre estes corpos (Butturi, 2020).

Segata (2020) também menciona o manejo destes medicamentos como parte desta política da incompletude. Não apenas os vírus são responsabilizados por estas mortes, mas o sucesso de sua ação em diferentes corpos, levando à sua morte por doença viral, passa a ser justificada pelo próprio remédio. Em outras palavras, ainda que os vírus não sejam os protagonistas nestes discursos apontados acima, a maneira com que se narra sua ação parasitária justifica a criação de uma resposta, uma contramedida, uma reação imunológica (Haraway, 1999), igualmente produzida no campo discursivo.

A cloroquina, ou a “Anitta”, surgem nesse horizonte também como atores neste emaranhado de humanos e vírus como mais um mito do antropoceno. Ao mesmo tempo em que não impedem as mortes por Covid-19, são administradas como se sua eficácia fosse comprovada. Caso o insucesso ocorra, culpa-se a falta de informação (Segata, 2020), de sorte que, tal como ocorre com o SARS-CoV-2, a cloroquina não pode ser culpada por estas mortes.

Retornando a Haraway (2016), ao debater o antropoceno, esta atenta para a ineeficácia de depender exclusivamente de soluções tecnocráticas, as quais surgem como soluções milagrosas que pouco contribuem para a construção de soluções eficazes (Chiodi, 2017). Neste caso, os fármacos que compõem o infame “*kit covid*”, a cloroquina e a Anitta, as quais, repetindo, não apenas são comprovadamente ineeficazes no tratamento de Covid-19, mas, ao serem apresentadas como soluções viáveis, admitem que medidas efetivas continuem não sendo tomadas.

Cabe salientar que a culpabilização das próprias pessoas que se vêem infectadas por determinados vírus, também compõe este cenário de desresponsabilizações e responsabilizações. Este fenômeno não é recente e tem sido observado como estratégia política desde a emergência do HIV (Pelúcio & Miskolci, 2009). Analisando o contexto do surgimento da epidemia da *aids*, Pelúcio e Miskolci descrevem a configuração da SIDAdanização, que implica também em uma responsabilização individual dos sujeitos infectados pela contração e manejo do vírus em seus corpos, em vias de que estes sujeitos possam ser lidos enquanto cidadãos, ou seja, normalizados.

Segundo os autores, também diante da noção de risco, foi possível orientar estratégias de medidas de prevenção ao vírus no âmbito comportamental empregadas pelos estados e presente nas políticas públicas, uma vez que o vírus do HIV foi rapidamente associado à sexualidade, produzindo uma noção de risco voltada para as práticas sexuais (Pelúcio & Miskolci, 2009). Neste processo, surgem discursos

pelos quais os sujeitos são feitos agentes de suas condutas sexuais, de modo que o controle da epidemia deixa o âmbito social e externo, para ser de domínio interno dos sujeitos e grupos associados ao risco (Pelúcio & Miskolci, 2009).

Processo semelhante pode ser observado no caso da pandemia de SARS-CoV-2 (Butturi, 2020; Junqueira & Prado, 2020; Segata, 2020). A responsabilização individual pelo manejo do vírus, ou mesmo do remédio, assume papel central nos discursos oficiais. Cabe ao indivíduo a responsabilidade pela compra e correta utilização de máscara e álcool em gel, pela manutenção do distanciamento social, por conhecer os sintomas (dentre suas múltiplas possibilidades) da Covid-19 e, consequentemente, por procurar o atendimento médico na hora certa, nem antes nem depois do necessário.

É precisamente neste jogo em que se borram as linhas de interação pelas quais se pode rastrear os verdadeiros responsáveis por esta situação, viabilizando, assim, a continuidade destas mortes. A distribuição da responsabilidade, aliada a uma constante desresponsabilização do governo federal pelas mortes efetivadas pelos vírus, pode ser compreendida, no campo discursivo, como processos que maculam estas combinações entre humanos e vírus, em uma extensa rede de atores que se emaranham e cujos efeitos repercutem nos números esdrúxulos apresentados até então.

Salientamos ainda que, embora este contexto se apresente em uma perspectiva diferente daquela pensada nas metáforas bélicas, tomando a relação com os vírus como foco, os atores aqui apresentados são dispostos de maneira semelhante. Ainda que, no que diz respeito aos eventos recuperados, os vírus assumam um papel secundário, há uma produção constante acerca destas criaturas, de forma a convocá-las para determinados modelos de relação.

Seja pela descrição constante, ainda que errônea, acerca de sua estrutura fisiológica, que seria inativada pelo consumo de substâncias aleatórias, seja na transferência da responsabilidade pela sua ação a diferentes esferas da gestão pública, como se sua ação fosse orientada por demarcações político-geográficas. Destarte, tanto na sessão anterior, quanto nesta, há uma operação similar de construção de uma noção de vírus. Assim sendo, o esforço empregado neste texto diz respeito justamente em explorar como opera a relação nos emaranhados das SF.

5. O que cabe aos vírus

Retornando ao vírus, não cabem narrativas inocentes pelas quais se opera a desresponsabilização pelas mortes, como nos alerta Haraway (1999, 2016). O vírus mata. No entanto, a maneira pela qual se morre de uma doença viral e quem morre no contato com ele são questões que estão além de seu alcance. Até onde se sabe, os vírus não discriminam intencionalmente os humanos infectados por eles (Oliveira, 2020). Logo,

ainda que haja uma mecânica biológica mais ou menos padronizável e conhecimentos e técnicas para o seu manejo, situações locais de injustiça e de vulnerabilidade social e as próprias experiências de saúde e doença ou aquelas de risco e cuidado tensionam e limitam essa universalidade. (Segata, 2020, p. 288)

A partir da reflexão que propomos aqui, não pretendemos sugerir que os vírus sejam uma construção humana utilizada para agenciar mortes. Eles existem por conta própria desde antes de nós (Santos et al., 2015), e, provavelmente, continuarão existindo depois de nossa passagem pela Terra. Como afirma Haraway (1999), as demais criaturas terrestres não podem ser lidas como um delírio metafísico muito menos um conto ficcional.

Na linha de raciocínio apresentada pela autora (1999, 2008), trata-se de sobressaltar como sua existência passa um processo de racionalização e objetificação, pelo qual é possível criar uma ideia de essência associada aos vírus, uma teleologia, a qual passa a mediar semiótica e materialmente a relação

entre nós (humanos + vírus), atuando como produtora destes corpos. Repetindo, para a autora, não há criatura ou objeto que preexista às suas relações, de modo que existam como tais anteriormente a ela, constituindo a si mesmos no mundo, num processo individual e autopoético (Haraway, 1999, 2008, 2016).

No aparato de produção corporal, descrito por Haraway (1995, 1999), os corpos e os objetos, como produtos de um conhecimento científico, configuram-se como um nó semiótico-material, cujas fronteiras

se materializam na interação social entre humanos e não humanos, incluindo máquinas e outros instrumentos que medeiam trocas em interfaces cruciais e que funcionam como delegados das funções e propósitos de outros atores. (Haraway, 1999, p. 124 – tradução livre)

Ainda que os vírus existam sem nós (humanos), busca-se compreender como sua existência é cooptada e transformada na relação conosco, convocada para nossas ideologias, de forma que os efeitos resultantes deste encontro não podem ser reduzidos exclusivamente à sua ação parasitária. Neste aparato, os discursos, científicos e não científicos compõem este emaranhado produzindo estes organismos e objetos.

Diante destas reflexões, é possível compreender que o conhecimento produzido acerca dos vírus no campo da biologia se alia às narrativas criadas sobre eles, emergindo como mais um ator na relação entre humanos e vírus. De um lado, a qualidade parasitária, e eventualmente assassina, destas criaturas é ressaltada e fixada à sua representação, de outro, a disseminação de informações falsas sobre suas propriedades genéticas orientam formas ineficazes de tratamento. Logo, estes processos se combinam dando forma a estes nós (simultaneamente: humanos + vírus, plural de nó) nas SF.

Segundo Haraway (1999), ainda que os vírus surjam como fantasias fantasmagóricas, não o são. Entretanto, ao serem configurados pelas metáforas e ficções que o fabricam simbolicamente, viabiliza-se ocultar as condições de sua própria fabricação. São fundadas, neste processo, narrativas que retiram a constituição e ação dos vírus do âmbito relacional, por meio de teleologias que essencializam sua função, pela qual se opera a desresponsabilização pelos números de casos e óbitos.

Assim, no emaranhado que comprehende humanos e vírus, surge uma miríade de atores que são conjurados em vias de dividir a responsabilidade por estas mortes causadas pelos vírus – os medicamentos e os infectados, por exemplo. Por outro lado, “A própria busca febril por determinar uma gênese para a doença nos revela muito sobre as fantasias e os medos de uma cosmologia cultural própria do Ocidente” (Pelúcio & Miskolci, 2009, p. 132). O que, em outros termos, implica em evidenciar os processos pelos quais criamos uma natureza aos vírus.

6. Considerações finais

O esforço empregado ao longo deste artigo, portanto, trata justamente de explorar algumas das nuances dos encontros entre humanos e vírus em determinados contextos de forma a viabilizar ou não algumas vidas. A noção de antropoceno surge neste interstício como uma ferramenta teórica utilizada para explicitar articulações entre estes atores pelos quais se distribui a responsabilidade, em processos simultâneos de responsabilização, desresponsabilização e compartilhamento destas responsabilidades.

Assim, apresentamos um panorama parcial de interações em emaranhados que juntam humanos, vírus, relações internacionais, ecologia etc., as quais orientam modos e possibilidades de vida diante de cenários efetivamente virais. Buscamos apontar, por meio deles, como os jogos políticos levam em consideração estes atores a fim de determinar determinadas estratégias de gestão de epidemias e pandemias.

A fabricação de determinadas naturezas para os vírus, operam em ao menos três vertentes: justificando uma gestão imprecisa deste patógeno sustentadas pelas políticas de incompletude; pela noção de inimigos que permite a desresponsabilização dos atores humanos que, de fato, são os responsáveis

pelo agenciamento de determinados fins de mundo; e justificando extermínios de alguns humanos pela responsabilização individual de seu manejo.

Logo, retomando a noção de antropoceno, segundo Haraway (2016) e Krenak (2019), como debatido no início deste texto, faz-se pungente enfatizar que estas ficções produzidas sobre estas criaturas, surgem como narrativas autoindulgentes características antropoceno. Cabe ressaltar, portanto, que resumir a relação entre humanos e vírus à própria promessa de morte, configura-se como o verdadeiro próprio problema ao qual a necessidade de resposta se faz urgente. Para que, desta forma, possamos buscar outras possibilidades de relação com os vírus que não parta de determinados preceitos morais, estes que sustentam determinada noção de vírus utilizada para aplicar genocídios.

Diante destas reflexões, salientamos ainda que este é um primeiro esforço para compreender outras relações possíveis entre humanos e vírus que sejam construídas a partir de possibilidades onde a vida se faça possível, mesmo na infecção. Os limites encontrados diante deste texto implicam também em possibilidade de análises futuras diante desse modelo proposto. Como destacado no texto, um dos desafios é a própria necessidade de apreender relações entre humanos e vírus considerando interseccionalidades, tais como sexualidade, gênero e raça.

Referências

- Andrade, F. (2020). *Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro*. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>
- Avery, S. (2020). *Evolution of Pandemic Coronavirus Outlines Path*. Recuperado de <https://corporate.dukehealth.org/news/evolution-pandemic-coronavirus-outlines-path-animals-humans?h=nl>
- Bertolotto, R. (2020). *Habitat Doentio*: Do desmatamento ao comércio de animais silvestres, crise climática contribui para o surgimento de pandemias .Recuperado de <https://www.uol.com.br/eco/reportagens-especiais/coronavirus-e-biodiversidade-como-crise-climatica-contribui-para-o-surgimento-de-pandemias/#end-card>
- Brígido, C. (2020). *STF decide que governadores e prefeitos podem decretar isolamento na pandemia*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-decide-que-governadores-prefeitos-podem-decretar-isolamento-na-pandemia-24373750>
- Butturi, A. (2020). Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil: sobre a aids e a Covid-10. *Linguasagem*, 35(1), 98-118.
- Carta Capital*. (2020). “Médicos não sabem fazer guerra e generais não sabem fazer saúde”, diz Mandetta. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/saude/medicos-nao-sabem-fazer-guerra-e-generais-nao-sabem-fazer-saude-diz-mandetta/?fbclid=IwAR2QuD3tWyOR1ubjruaJHtu0IJZujbXLnm8KL8%20nmfAE2yMersNkMxePv0do>
- Carta Capital*. (2020a). Governo impede ajuda de Médicos Sem Fronteiras a indígenas com Covid-19. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-impede-ajuda-de-medicos-sem-fronteiras-a-indigenas-com-covid-19/>
- Carvalho, D. (2020). *Psicólogo: Status de herói gera pressão, e agentes da saúde pedem cuidados*. Recuperado de <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/04/28/para-pesquisador-status-de-super-heroi-prejudica-profissionais-de-saude.htm>
- Chiodi, V. (2017). *Fazendo nós: fazer-com no Antropoceno*. Recuperado de <http://climacom.mudancas-climaticas.net.br/?p=7288>
- Correio do Povo*. (2020). Pazuello: não conseguimos atender nem 50% da demanda de hidroxicloroquina. Recuperado de <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/pazuello-n%C3%A3o-conseguimos-atender-nem-50-da-demanda-de-hidroxicloroquina-1.464690>
- Central Única dos Trabalhadores - CUT. (2020). Pazuello assume após 4 meses como interino e aumento de 9 vezes no número de mortes. Recuperado de <https://www.cut.org.br/noticias/pazuello-assume-apos-4-meses-como-interino-e-aumento-de-9-vezes-no-numero-de-mor-014e>
- EcoDebate*. (2020). Os efeitos que já podemos ver da pandemia sobre o meio-ambiente. Recuperado de <https://www.ecodebate.com.br/2020/05/15/os-efeitos-que-ja-podemos-ver-da-pandemia-sobre-o-meio-ambiente/>

Estado de Minas. (2020). Prefeitos ameaçam ir à Justiça responsabilizar Bolsonaro por fim de isolamento. Recuperado de https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/27/interna_politica,1133083/prefeitos-ameacam-ir-a-justica-responsabilizar-bolsonaro-por-fim-de-is.shtml

Haraway, D. J. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.

Haraway, D. J. (1999). Las promesas de los monstruos: Una política regeneradora para otros inapropiados/bles. *Política y Sociedad*, 30, 121-163.

Haraway, D. J. (2003). *The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness*. Prickly Paradigm Press.

Haraway, D. J. (2004). *The Haraway Reader*. Routledge.

Haraway, D. J. (2008). *When species meet*. University of Minnesota Press.

Haraway, D. J. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Durham and Duke University Press.

Ho, J. S. Y., Angel, M., Ma, Y., Sloan, E., Wang, G., Martinez-Romero, C., Alenquer, M. et al. (2020). Hybrid Gene Origination Creates Human-Virus Chimeric Proteins during Infection. *Cell*, 181, 1502-1517.

Jovem Pan. (2020). Covid-19 avança entre profissionais de saúde e presidiários. Recuperado de <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-mancha/covid-19-avanca-profissionais-saude-presidiarios.html>

Junqueira, R. D. & Prado, M. A. (2020). *A gestão ético-política da pandemia de Covid-19 no Brasil: “grupo de risco” e normalização da catástrofe*. Recuperado de <https://campanha.org.br/analises/rogerio-diniz-junqueira/gestao-etico-politica-dapandemia-de-covid-19-no-brasil-grupo-de-risco-e-normalizacao-da-catastrof/>

Kotscho, R. (2020). Isso é normal? Até as emas fogem da cloroquina de Bolsonaro. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/07/24/isso-e-normal-ate-as-emas-fogem-da-cloroquina-de-bolsonaro.htm>

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Schwarcz.

Lemos, V. (2020). ‘*Nos dispensaram por não prescrever cloroquina contra a covid-19*’: médicos acusam operadora de saúde. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53715127>

Lira, L. (2020). Para Salles, governo deveria aproveitar atenção da imprensa no coronavírus para ir “passando a boiada” no Ministério do Meio Ambiente. Recuperado de <https://bit.ly/3taHXMV>

Lorenzini, D. (2020). *Biopolítica nos Tempos do Coronavírus*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/598029-biopolitica-nos-tempos-do-coronavirus-artigo-de-daniele-lorenzini?fbclid=IwAR1I8HekLk-oHb88zHKCWQqW10H7L26UbWA2-oCmPHANKbGav5Noe-WS2w>

Machado, A. (2020). *Mortes por Covid cresceram 9 vezes no período da gestão interina de Pazuello*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/09/17/mortes-por-covid-cresceram-9-vezes-no-periodo-da-gestao-interina-de-pazuello.htm>

Mota, C. V. (2020). ‘Cobre seu governador’: qual a responsabilidade do governo federal no combate à pandemia? Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53244465>

Oliveira, L. H. (2020). *Maioria assintomática? Não! Um balanço do que sabemos sobre o Sars-CoV-2*. Recuperado de https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/lucia-helena/2020/09/24/maioria-assintomatica-nao-um-balanco-do-que-sabemos-sobre-o-sars-cov-2.htm?fbclid=IwAR0WkiBDjLV6kBHTQCSB-fI2p39QycDEamiwJzPfuAm9_o2TtawncagIGyzk

Pelúcio, L. & Miskolci, R. (2009). A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 1, 125-157.

Portinari, N. (2020). *Exército brasileiro tem estoque de cloroquina para 18 anos*. Recuperado de <https://extra.globo.com/noticias/brasil/exercito-brasileiro-tem-estoque-de-cloroquina-para-18-anos-rv1-1-24500378.html>

SanarMed. (2020). *Linha do tempo do Coronavírus no Brasil*. Recuperado de <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>

Santos, N. S., Romanos, M. T., & Wigg, M. D. (2015). *Virologia Humana* (3^a ed.). Guanabara Koogan.

Scott, J. (2020). How biodiversity loss is hurting our ability to combat pandemics. Recuperado de <https://www.weforum.org/agenda/2020/03/biodiversity-loss-is-hurting-our-ability-to-prepare-for-pandemics/>

Segata, J. (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horiz. Antropol.*, 57, 275-313.

Shalders, A. (2020). *Coronavírus: Mandetta se mantém no cargo, mas tensão com Bolsonaro chega a ápice após duas semanas*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52195087>

Sontag, S. (2007). *Doença como metáfora/ AIDS e suas metáforas*. Companhia de Bolso.

TV Democracia. (2020). *Governo Bolsonaro usa gráfico de banco de imagens para dizer que vermífugo é eficaz contra a covid*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=amFKrZO7vmc&ab_channel=TVDemocracia

Thomaz, D. (2020). Como o desmatamento se alastrou na Amazônia durante escalada de pandemia de coronavírus. Recuperado de [https://epoca.globo.com/sociedade/como-desmatamento-se-alastra-na-amazonia-durante-escalada-de-pandemia-de-coronavirus-24441196#:~:text=Marcado%20pela%20escalada%20do%20coronav%C3%A3o,mesmo%20m%C3%AAs%20do%20ano%20passado.&text=%22Isso%20%5Bo%20aumento%](https://epoca.globo.com/sociedade/como-desmatamento-se-alastra-na-amazonia-durante-escalada-de-pandemia-de-coronavirus-24441196#:~:text=Marcado%20pela%20escalada%20do%20coronav%C3%A3o,mesmo%20m%C3%AAs%20do%20ano%20passado.&text=%22Isso%20%5Bo%20aumento%22)

UNA-SUS. (2020). Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. Recuperado de <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

Uol. (2017). Como o derretimento de geleiras está levando ao ressurgimento de doenças ‘adormecidas’. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2017/05/15/como-o-derretimento-de-geleiras-esta-levando-ao-ressurgimento-de-doencas-adormecidas.htm>

Veja. (2020). Heróis de Guerra. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2679/>

Viveiros de Castro, E. (2020). *O que está acontecendo no Brasil é um genocídio.* Recuperado de <https://n-1edicoes.org/070>

World Health Organization - WHO. (2020). *Coronavirus press conference 11 February, 2020.* Recuperado de https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-full-press-conference-11feb2020-final.pdf?sfvrsn=e2019136_2

Recebido em: 13/11/2020
Aprovado em: 06/10/2021

Psicologia e ciência: Protagonismo negro e indígena na Covid-19

**Psicología y ciencia:
Protagonismo negro e indígena en el Covid-19**

**Psychology and science:
Black and indigenous protagonism in Covid-19**

Regina Marques de Souza Oliveira *
regina@ufrb.edu.br

Resumo

Os modos de compreender a ciência na contemporaneidade esbarram nas formas de engajamento social. O classicismo científico abstém-se de realizar a interpretação histórica da realidade, reduzindo a reflexão e banalizando o fundamental. Ao mesmo tempo, negros e indígenas, grupos historicamente desprezados, assumem protagonismos importantes e elevam suas vozes não somente na sociedade em geral, mas também nos ambientes acadêmicos. Porém, estes redutos são coniventes com a exclusão e invisibilidade dos corpos científicos negros e indígenas. Na pandemia, circunstância letal para a humanidade, observações da psicologia enquanto disciplina científica interdisciplinar ao campo da saúde são importantes para reavaliar o modelo de engajamento político que desejamos em situações de tragédias e genocídios de certos grupos humanos que compõe a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ciência; Psicología; Saúde; Populações negro-indígenas.

Resumen

Las formas de entender la ciencia en la contemporaneidad chocan con las formas de compromiso social. El classicismo científico se abstiene de realizar la interpretación histórica de la realidad, reduciendo la reflexión y banalizando lo fundamental. Al mismo tiempo, negros e indígenas, grupos históricamente despreciados, asumen roles importantes y alzan su voz no solo en la sociedad en general, sino también en los ambientes académicos. Sin embargo, estos bastiones están en connivencia con la exclusión e invisibilidad de los cuerpos científicos negros e indígenas. En la pandemia, circunstancia letal para la humanidad, las observaciones desde la psicología como disciplina científica interdisciplinaria en el campo de la salud

* Estágio pós-doutoral em Saúde Mental da População Negra e Diáspora Africana pelo Instituto dos Mundos Africanos em Paris da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (IMAF/EHESS – Paris). Mestre e Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP. Psicanalista. Supervisora Clínica e Professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Ciências da Saúde e no Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB/Jequié/BA. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas/BA, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3720-0922>

son importantes para reevaluar el modelo de compromiso político que queremos en situaciones de tragedias y genocidios de determinados grupos humanos que componen la sociedad brasileña.

Palabras clave: Ciencia; Psicología; Salud; Poblaciones negras-indígenas.

Abstract

The ways of understanding science in contemporary times collide with forms of social engagement. Scientific classicism refrains from carrying out the historical interpretation of reality, reducing reflection and trivializing the fundamental. At the same time, blacks and indigenous peoples, historically despised groups, assume important roles and raise their voices not only in society in general, but also in academic environments. However, these strongholds are conniving with the exclusion and invisibility of black and indigenous scientific bodies. In the pandemic, a lethal circumstance for humanity, observations of psychology as an interdisciplinary scientific discipline in the field of health are important to reassess the model of political engagement that we want in situations of tragedies and genocides of certain human groups that make up Brazilian society.

Keywords: Science; Psychology; Health; Black-indigenous populations.

Introdução

No nordeste brasileiro decisões na contra mão da população negra e indígena nos obrigam a rever comportamentos institucionalizados que ferem a possibilidade de emancipação humana a partir do edifício tecnológico e epistemológico da ciência.

Este texto visa chamar a atenção para fatos graves que vem acontecendo por parte da academia científica em reiterar o apagamento das populações negras e indígenas. Esperamos que faça eco aos pesquisadores que foram invisibilizados, mas também alcance o papel real de fazer ciência. Uma ciência diversa que defende os corpos negros e indígenas que estão sendo mortos nas cidades e florestas pela covid 19. E favoreçam a ampliação de suas vozes, quando elas se colocam próximas de nós que “fazemos e construímos a ciência”.

Neste artigo procuraremos abordar as razões de um cientificismo que se organiza em circunstâncias de extrema vulnerabilidade humana, na qual a interpretação histórica deveria ser a direção mestra dos fazeres da tecnociência. No entanto, conforme discussões que apresentaremos, esta direção acaba por ser obliterada, a partir de movimentos que reproduzem, em plena pandemia, um classicismo científico que originou as estruturas de pesquisas no estado nacional.

Analisaremos alguns fatos corriqueiros no processo de articulação científica de centros de produção de pesquisa no nordeste brasileiro, considerando duas indicativas tecno-científicas de lideranças militantes e intelectuais negra e indígena. Consideraremos estes episódios “corriqueiros”, como fatos históricos a serem observados no constructo da lógica da consideração da ciência e o seu papel neste tempo e neste mundo – lugar, tempo e espaço e avaliaremos, a partir da lógica da construção e vinculação científica no Brasil pelas vias da história da psicologia e as suas relações, formas de engendramentos históricos e sociais, com as populações brasileiras negra e indígena. Obviamente, faremos esta análise a partir de passagens díspares e não sequenciais na conduta da ciência psicológica no Brasil.

Este tratamento nos possibilita refletir o espelho em que se miram as ciências, de modo geral, no Brasil e na contemporaneidade; alertando, no entanto, que no caso da psicologia, saídas importantes de emancipação das redes de cooptação convencional e clássica da reprodução dos paradigmas ocidentais – ou eurocêntricos – da ciência, se inscrevem a partir de lideranças militantes e intelectuais importantes. Ensejando novos paradigmas para o processo de construção epistemológica de uma ciência brasileira que se importe com suas bases mais genuínas em termos históricos, temporais e territoriais. No caso, uma ciência para as Américas e para os brasileiros, no tempo histórico que nos emerge na contemporaneidade.

Os agravos em saúde na covid 19 nos obriga observar este olhar, na perspectiva histórica, psicológica e política, no qual se direcionam os fazeres científicos e as escolhas daqueles que produzem ou reproduzem as geométricas do poder tecno-científico.

Fatos “corriqueiros”: a ciência na contramão das populações negras e indígenas

Consideramos que a partir de fatos históricos é possível perceber as formas de vinculações sociais que as instituições inscrevem no seu fazer cotidiano.

No nordeste brasileiro, o escravismo é uma marca presente. Principalmente no interior dos territórios, que segregados da população central do Estado Nacional, sempre está às voltas com necessidades de toda ordem. A invisibilidade das populações negras e indígenas são notórias inclusive nos ambientes acadêmicos de produção científica e tecnológica recentemente instalados em regiões interioranas do Brasil, no processo de interiorização das universidades públicas brasileiras.

Acertadamente, investir em equipamentos científicos nestes territórios é medida importante, salutar e geradora de desenvolvimento local, regional e nacional.

A ciência, espera-se, transforma seu entorno, e as universidades, igualmente, devem possuir as condições reflexivas de tomadas de decisão que favoreçam reflexões profundas com criatividade e originalidade para o efetivo alcance do conhecimento para a sociedade. Isto porque a ciência é também uma instituição, e como tal, deve agir em prol do desenvolvimento social coletivo.

No entanto seu edifício é complexo, e seus interesses também. Pautado pelos poderes de grupos que nem sempre alinharam-se com as demandas sociais de modo mais comprometido e efetivo. Assim já nos dizia Sartre: os homens casam-se com o seu tempo, e portanto não devem trai-lo (Sartre, 1994).

Nestes tempos de pandemia, esta verdade deve ser emblemática na relação do fazer científico e a busca de melhores arranjos em saúde para a população mundial. Principalmente as mais sofridas como negros, quilombolas e indígenas, no caso dos maiores índices de mortes pela covid 19.

Milton Santos, contemporâneo a Sartre também nos apresenta as tensões e conflitos que as universidades – institutos de ciência – costumam organizar. Revelando que a vontade de poder e tecnicismo acaba muitas vezes por suprimir o entendimento abrangente da realidade. Segundo ele, um grave obstáculo a consideração sensível da realidade é a presença na universidade de uma gestão técnica e racionalizada, que reproduz uma visão mercantil, avassaladora e pragmática a qual revela-se como o melhor passaporte para os postos de comando (Santos, 1998, p. 25). Este caráter impregnante na ciência, revela sua perversão no tocante as tomadas de decisões que convergem para o atendimento às populações negras indígenas e quilombolas na covid 19, conforme observamos alguns fatos cotidianos do fazer institucional científico nas universidades brasileiras.

“Em nome do cientificismo, comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento abrangente da realidade são impostos e premiados, em uma universidade de resultados” (Santos, 1998, p. 26). Nega-se a história de populações negras, indígenas e quilombolas, as quais são ainda tratadas como apêndice do conhecimento científico, figurando ora como sujeitos a serem investigados, ora como agentes políticos aos quais a “ciência” precisa atender e subalternizados à lógica de uma empiria de laboratório que escamoteia as ações e protagonismos científicos e de conhecimentos que estes povos, ao longo de suas vivências no cotidiano de seu território secularmente vulnerabilizado e por vezes dele destituído, aprendeu a criar meios tecnológicos de realizar o enfrentamento do mundo.

Muitos protagonistas negros, indígenas e quilombolas estiveram lutando antes da constituição de 1988 por direitos, por cidadania, por respeitabilidade ao seu território e a propriedade legítima dele. Também nas ciências estas populações a partir deste século tem realizado no interior da academia científica estudos que favorecem diretamente suas populações, alargando as possibilidades técnico científicas a partir de epistemologias negras, quilombolas e indígenas. Novos paradigmas no processo de construção da ciência, são emblematisados por protagonistas negros, indígenas e quilombolas, que alteram as relações no interior dos centros e institutos de pesquisa brasileiros.

É o caso de universidades e centros de ensino em saúde na região do nordeste brasileiro a partir da interiorização das universidades públicas federais. O acesso e permanência destes protagonistas a partir de políticas de ações afirmativas contribuem largamente para o processo de desenvolvimento científico a partir de novos paradigmas, realizados por negros, indígenas e quilombolas que assume postura de militância intelectual, rompendo com modelos eurocêntricos de “neutralidade científica”, engajando-se em uma ciência que promova o acesso as técnicas de cuidados em saúde para estas populações.

Neste artigo observamos como a lógica científica que nega a existência de corpos negros e indígenas no interior da universidade brasileira, se alia a uma historicidade do passado colonial e escravista do Brasil, reiterando e produzindo negativas a esta população, no covid 19 tem demonstrado arranjos tecnológicos expressivos no combate à doença e protagonizado escritos científicos que difundidos com velocidade em redes comunitárias de apoio direto ao acolhimento destes povos e seus martírios, genocídios – no caso de negros e quilombolas – e extermínio – no caso dos indígenas, são impedidos, justamente por isso, pela velocidade da difusão da informação por meios técnicos comunicacionais de caráter não científico, são impedidos de serem reconhecidos como conhecimentos sofisticadamente científicos em livros, revistas e periódicos notadamente do campo da saúde em universidades do nordeste brasileiro.

Fatos como estes aconteceram em uma universidade do interior do estado da Bahia. Por ocasião da edição de um *e-book* sobre saúde e a covid 19¹.

1 Esta notícia nos é acessível através de contato com a rede que organizou parte da chamada dos pesquisadores no campo da saúde e da psicologia para que oferecessem artigo sobre a covid 19 e as implicações no campo da saúde e saúde mental.

Em que pese a viabilidade da ação emergencial diante da pandemia, publicações científicas, periódicos, enfim, dois textos de cientistas do campo da saúde, reconhecidos nos ambientes em que atuam – e para além dos espaços específicos em que atuam - como protagonistas da ciência, foram rejeitados pela comissão científica do *e-book Covid 19* em um centro de ciências da saúde no nordeste brasileiro.

Entre tantos textos que poderiam ser avaliados como não viáveis para publicação, salientou-se nos pareceres que eram textos relevantes, considerando sobretudo o cenário atual vivenciado, entretanto, para sua publicação eram rejeitados pois haviam sido publicados. A rejeição ocorreu pela simples constatação da publicação em outro veículo, não atentando-se para o fato de que foram textos publicados posteriormente ao envio ao *e-book*, o qual não mencionava a necessidade de recepção de textos inéditos em seu edital chamada para publicação.

Os textos haviam sido publicados em *sites* de apoio a comunidade negra e quilombola, associação de anemia falciforme e explicava para estas populações formas práticas de como organizar a vida do portador de anemia falciforme e sua família aos cuidados frente a covid 19. Como evitar agravantes e promover o cuidado em saúde destas pessoas. Um *site* específico para portadores de anemia falciforme escrito por uma militante intelectual engajada, que promoveu, inclusive a aprovação de legislação em saúde que torna obrigatório no ano de 1997 no município de São Paulo, que o teste do pezinho investigue também logo ao nascer o portador da anemia falciforme ou do traço falciforme para fins de tratamento precoce, entre outras doenças e agravos que podem ser imediatamente tratados para melhores condições de vida e saúde². Esta legislação e movimento social que emblematizou a luta de lideranças negras, mulheres negras, no combate à doença se tornara mais adiante no Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) instituído pela Portaria nº 822, de 6 de junho de 2001, do Ministério da Saúde³. Um dos protocolos mais importantes de prevenção, atenção e promoção à saúde no Estado Brasileiro.

A crítica social se inscreve aos modos de pensar e organizar a ciência e a sua difusão científica como um privilégio de poucos, e nos redutos inacessíveis as classes populares, que desenvolvem conhecimentos e saberes que a “ciência” reconhece apenas a partir de sua morosidade instrumental frente a interpretação social e histórica da realidade.

A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também acrescentou novos itens à história... A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São na verdade,加速ões superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge. (Santos, 1998, p. 30)

Sim, o presente nos foge, no caso da covid 19, quando a interpretação histórica da ciência erra na consideração dos passos que as comunidades negras e indígenas tem avançado na produção e difusão de seus conhecimentos arduamente organizados e transmitidos para os seus: aqueles que deveras sofrem com a banalização da ciência, burguesa, mercantil, colonizada, que serve a propósitos específicos. Engajada no modismo da soberba do poder analítico frente as misérias que assolam o mundo e na precariedade com que servem aos preteridos desde sempre: sim, a ciência é dispare, exclusivista, vaidosa e comprometida em geral com os ‘mais’ iguais; ou seja, aqueles que lhes financiam. E, nesta lógica mercadológica e capitalista, reduto de classes, porque haveria de ser diferente? Afinal, há muito, ela foi assim. Para não dizer que sempre foi.

Neste protagonismo distinto dos fazeres de uma ciência protocolar das academias ditas científicas, encontram-se *pari passo*, o protagonismo negro-indígena e quilombola. Adentrando um pouco mais nas dimensões específicas do fato “corriqueiro” das decisões de comissões científicas e publicações científicas sobre covid 19, notamos a presença negra feminina da doutora em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste (UFMS) Berenice Kikuchi. Em sua trajetória ela protagonizou ações que resultaram na organização social das pessoas com anemia falciforme e a primeira legislação a incluir a anemia

2 Teste do pezinho é aprovado. *Folha de São Paulo* (Cotidiano, 19/09/1997).

3 Ministério da Saúde. (2016). Triagem neonatal biológica: manual técnico – Secretaria de Atenção à saúde. Brasília, DF.

falciforme no Sistema Único de Saúde. A Lei n. 12.352/97 da cidade de São Paulo tornou-se referência para a formulação de políticas públicas em vários municípios e estados da federação. Contribuindo para a implementação pelo Ministério da Saúde do Programa Nacional de Triagem Neonatal por meio da portaria GM n. 822/2001 com inclusão do diagnóstico presuntivo da anemia falciforme. Conhecido popularmente como “teste do pezinho” possibilita que recém-nascidos, na primeira semana de vida sejam diagnosticados com acesso garantido a serviços especializados e ao suporte as famílias oferecidas pelas associações de anemia falciforme. E este avanço técnico científico deve-se a lideranças sociais e movimento de mulheres negras pela saúde, como foi e é o caso da Dra. Berenice. Ela é a responsável direta da aprovação desta legislação de vanguarda no estado brasileiro, que revoluciona também o Brasil no contexto do mundo. Berenice Kikuchi com sua ação veloz, como no protagonismo e diligência com que escreveu o texto para o *e-book* e o difundiu em suas redes de populações negras com anemia falciforme, se coloca a frente das necessidades de nossos tempos na emergência da covid 19, favorecendo a abertura de acesso a desenvolvimentos ímpares no campo da saúde humana, para populações preteridas socialmente.

O mesmo fato aconteceu com texto também recusado, “corriqueiramente” com artigo que versava sobre a etnia indígena Xukuru-Kariri e suas práticas de cuidados em saúde e saúde mental no enfrentamento da covid 19. O texto, de autoria de uma liderança indígena juntamente com um cientista do campo psicológico (professor doutor) de uma universidade do nordeste brasileiro, foi preterido, como informamos inicialmente. O pretexto de recusa versava também sobre a não originalidade do trabalho.

De fato, o trabalho havia sido publicado não na íntegra, mas como um desdobramento da pesquisa enviada ao *e-book Covid 19*, de um centro de ciências da saúde no nordeste brasileiro. Ele foi publicado no jornal da agência francesa *Le monde Diplomatique* e a finalidade, para os autores – liderança indígena vinculada a APOIME (Articulação dos Povos e Organização Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e professor de universidade pública nordestina, favorecem a abertura de acesso a desenvolvimentos ímpares no campo da saúde humana, para populações secularmente preteridas socialmente.

No protagonismo negro e indígena, a produção de conhecimentos para a cura destas populações é trilhada no caminho de uma ciência de qualidade, que é veloz e está instada no diálogo com as bases populacionais, com os movimentos sociais e se engaja organicamente no combate de desigualdades através da ciência e sua rápida difusão para salvaguarda de extrema vulnerabilidade em que estas populações se encontram tragicamente.

O entendimento largo do mundo, conforme o que aprendemos de Santos (1994), nos faz compreender que as vozes das lideranças indígenas e negras não poderiam deixar de serem incluídos ao *e-book* técnico científico de um centro de ciências da saúde do nordeste brasileiro. Além da chamada edital ao *e-book Covid 19* não exigir textos plenamente originais ambos os textos são valiosíssimos para a dimensão técnica científica e para as lutas dos movimentos e lideranças sociais étnicas no cenário brasileiro e do mundo: indígenas e negros. Seriam sem dúvida, originais para o público científico e de pesquisadores e comunidades negras e indígenas do Brasil e de contextos leitores da língua portuguesa.

A ciência e o profundo entendimento do mundo, necessita ser capaz de realizar a precisa interpretação da história. A fim de que seja capaz de solidarizar-se com os sofrimentos e a busca de soluções para as populações humanas e historicamente desprezadas no contexto do Brasil e do mundo.

É preciso que a ciência seja capaz de perceber a história, libertar-se de paradoxos que preterem os fatos que evidenciam as sociedades mundiais e orientar seu espírito na observação do tempo e do espaço partir de conceitos que possibilitem conexão com nossa época e os fatos históricos conceituais que lhe são prioritariamente pertinentes, como se demonstra hoje, conforme dados sobre a prevalência das mortes de negros, indígenas e quilombolas e adoecimentos pela covid 19 no Brasil.

Esse tempo de paradoxos altera a percepção da História e desorienta os espíritos, abrindo terreno para o reino da metáfora de que hoje se valem os discursos recentes sobre o tempo e o espaço. Falta, certamente, agora, aceitar o desafio conceitual. A aceleração

contemporânea tem de ser vista como um momento coerente da História. Para entendê-la, é necessário e urgente reconstruir, no espírito, os elementos que formam a nossa época e a distinguem de outras. (Santos, 1998, p. 31)

O protagonismo veloz de lideranças negras e indígenas no diálogo com a academia e no interior dela produzem movimentos conceituais que cumprem com a ética política de seus tempos. A percepção da historicidade da covid 19 e seus agravos observam a temporalidade e espacialidade do território humano vital destes povos. Portanto, a difusão de técnicas de combate em veículos não científicos é de profunda capacidade conectiva e interseccional com estes tempos, com nossa época. Fixando-nos na coerência do espírito engajado no amadurecimento de uma ciência que atende as necessidades e emergências deste tempo e das populações martirizadas neste enquadre temporal.

A ciência conta sua história (na psicologia)

A ciência no Brasil possui vinculação histórico social com bases europeias. Assim como a educação colonial e pós colonial referendava-se a partir de princípios eurocêntricos, o fazer científico também estava assentado neste mesmo paradigma geográfico, cultural e tecnológico.

No referente a psicologia, o que se passou no território brasileiro foi justamente o interesse pelos jesuítas de exercerem domínio sobre a população aqui presente: os indígenas. Este interesse visava conhecer, compreender e desenvolver uma psicologia que fosse útil para os interesses da colônia portuguesa e as doutrinas religiosas católicas.

As primeiras notícias sobre psicologia preocupavam-se com técnicas de persuasão de “selvagens”, adaptação ao ambiente, diferenças raciais, aculturação, controle político e aplicação do conhecimento psicológico à prática médica (Antunes, 2015 p. 18).

Os jesuítas, Companhia de Jesus, foram de expressiva influência na fundação da psicologia no Brasil e promoveram forte relação entre a psicologia incipiente no Brasil e a metrópole portuguesa.

A articulação entre o pensamento psicológico produzido no Brasil e os interesses metropolitanos destaca-se em muitos dos conteúdos das obras estudadas ... a preocupação com os índios, sobretudo no que diz respeito ao trabalho e à aculturação. ... o controle ou “cura” das emoções que, ... sugere a busca de soluções para problemas enfrentados pela colônia. (Antunes, 2015, p. 21)

Observa-se que as necessidades da empresa colonial necessitava difundir uma educação que promovesse a ordem moral. Os indígenas deveriam servir aos interesses de um domínio do território brasileiro. O papel da educação difundida pelos jesuítas e a catequização católica serviram de apoio forte e efetivo para a tentativa de extermínio e genocídio premeditado dos povos indígenas. Sendo estes os proprietários do território brasileiro, e possuindo suas próprias concepções de mundo e sociedade, era preciso organizar um sistema de intervenção política e social que atingisse principalmente as dimensões subjetivas da população aqui existente. O vínculo com a territorialidade tanto para os povos de origem africana como para os povos indígenas remete a condição sagrada de pertencimento a condição de pertencimento ao planeta Terra, a “Mãe Terra”. A terra é divindade, provedora da vida e de todas coisas vivas e não vivas no planeta.

A relação capitalista e monetária da terra enquanto mercadoria – propriedade – é representativa das culturas não negras, não indígenas. A terra enquanto posse para fins capitais e econômicos serve apenas como mercadoria. E esta condição de organização social é segregacionista, fragmentária da relação do ser humano com a natureza, meio ambiente. É reducionista e é típica, emblemática por excelência, da

cultura branca e europeia que funda o mundo ocidental, greco romano. Visão de mundo que pretere o valor comunitário e prioriza o individualismo e o poder centralizador no qual o humano é destituído da esfera ambiental - natureza, meio ambiente – para ocupar exclusivamente o lugar de gerenciador dos interesses dos objetos – mundo natureza – que compõem o planeta.

Em contrapartida, para indígenas e negros, a terra é corpo extensivo de suas existências. Não há vida sem a relação íntima de pertencimento à terra – ao planeta Terra, à ‘Mãe Terra’. É pela *Mãe Terra* que todos se inclinam para reverenciar a vida. Para o plantio, para a colheita, para a pesca, a caça, o desenvolvimento de instrumentos para a vida – as folhas, os remédios, os banhos, e as energias de integração entre ser humano e natureza em uma integração e conexão unívoca.

Esta ciência e tecnologia inscrita nas civilizações negras e indígenas a partir de uma cosmovisão de mundo presente na vida dos povos da diáspora africana, populações quilombolas, povos de terreiros, povos das florestas, comunidades indígenas e ribeirinhas, fazem parte da vida cotidiana de muitos brasileiros, especialmente no norte e nordeste deste país. Esta ciência sobre a vida e a relação íntima de pertencimento à terra é cultura e etnicidade que não escapam as condições de existência das pessoas originárias de todo território Brasil, assim como de toda as Américas. Estas ciências e protagonismos estão inscritos em nossos corpos, na nossa língua, nos nossos hábitos de vida. Também apresentam-se no protagonismo científico a partir de suas criações epistêmicas originárias, e na contemporaneidade fazem eco e interconectam com estudos apenas agora incipientes na academia científica clássica no estado nacional e internacional.

Na historicidade das Américas e do Brasil, os indígenas foram os primeiros a serem violados e suas epistemologias e conhecimentos foram negados. Os corpos físicos e *corpus psíquicos* – epistêmicos – foram massacrados, violentados e escravizados pela hegemonia do colonizador branco europeu.

Na mesma direção foi o projeto colonialista em relação aos africanos vindos sob extrema brutalidade, selvageria e opressão por parte do branco europeu para o território brasileiro. A escravização negra foi pericia calculada, que na catequização dos indígenas, através do apoio jesuíta, favoreceu o desenvolvimento de violências físicas e psíquicas a partir das formulações científicas inaugurais da psicologia. O projeto escravista africano com dificuldade prosperou porque o africano, mesmo resistente a violência escravista, desconhecia a territorialidade geográfica brasileira em todos os sentidos.

Neste aspecto, a fertilidade do projeto escravista, para produção das riquezas capitalistas da metrópole portuguesa foram exitosos. Isto se deu porque o domínio da terra, como mercadoria, propriedade – posse – sempre foi o objetivo primordial do branco europeu com o uso irrestrito da força para o massacre, genocídio e ocupação do território ameríndio ao qual o africano seria violentamente forçado, pela mão do branco agressor, a adaptar-se.

Em termos técnico científicos, a academia das ciências médicas vai inaugurar o debate no Brasil sobre a etnicidade do negro brasileiro.

A partir de 1900, com o médico Raimundo Nina Rodrigues, iniciam-se os estudos sobre o negro no Brasil. Posteriormente teremos Arthur Ramos, Franz Boas e Gilberto Freyre que marcam o contexto dos estudos sobre o negro a partir de perspectiva racializada pautada na inferioridade do negro africano e do escravizado no Brasil como uma “raça” sub-humana, transmutando-se – os estudos – a partir de uma consideração cultural que procurava valorizar as circunstâncias da diferença do africano e do branco brasileiro. Com Gilberto Freyre e o apogeu dos movimentos modernistas no Brasil, decorrentes da ‘Semana de 22’, a ideia de valorização do caboclo, do indígena e do mestiço favorecem a receptividade de um entendimento harmonioso entre os diferentes povos que constituem a estrutura social brasileira (Consorte, 1991, Oliveira, 2018).

São os escritos de Freyre, sobretudo no livro *Casa Grande e Senzala*, que o ‘mito da democracia racial’ será difundido em todo contexto do território brasileiro e será a vitrine importante de consideração das formas de sociabilidades entre negros, indígenas e brancos, mas principalmente entre negros e brancos.

Somente em 1950, com o projeto Unesco, a partir do interesse em investigar os conflitos existentes em sociedades formalmente segregadas como os Estados Unidos e a África do Sul e buscar soluções

de paz para a sociedade mundial que esta vitrine brasileira – ‘o mito da democracia racial’ – será investigado por pesquisadores financiados por esta agência. Pesquisadores importantes nas ciências sociais surgirão neste período, contestando as ideias de Freyre. Escolas sociológicas do sudeste – *Escola de São Paulo* – e do nordeste – Escola da Bahia, serão as correntes de estudos mais destacadas nos resultados do projeto. A conclusão de modo geral é que enquanto paulistas consideram que as diferenças raciais e sociais (renda, classe, economia) entre negros e brancos são existentes e afirmam a presença do racismo nas relações sociais, a escola baiana de sociologia – os pesquisadores financiados pela Unesco – concluem que as diferenças existem, porém elas se dão no nível da divisão de classes, ou seja, os problemas da desigualdade entre negros e brancos no Brasil é decorrente de fatores econômicos, e não propriamente do racismo. Entre paulistas e baianos a concordância é de que a democracia racial no Brasil é um mito (Guimarães, 2005, Oliveira, 2018).

Estamos considerando, que para a ciência psicológica compreender os estudos sobre o negro no Brasil em termos sociológicos é fundamental. Antunes (2015), nos apresenta as relações sociais que emergem da origem da psicologia no contexto brasileiro. No mesmo sentido ela esboça as formas como a ciência psicológica, a partir dos estudos da Liga de Higiene Mental e instituições correlatas estabeleceram uma interpretação racista da sociedade brasileira favorecendo a defesa do embranquecimento da raça brasileira na busca da pureza racial (Antunes, 2015, p. 50)

Embora Juliano Moreira, médico negro e baiano, conteste as ideias de inferioridade intelectual do negro enquanto “raça degenerada” de Nina Rodrigues, e será expressão importante no processo de desenvolvimento de uma saúde mental que acolha a pessoa em sofrimento mental a partir, inclusive de políticas públicas de assistência à saúde mental no Brasil⁴ (Oda & Dalgallarondo, 2000, p.179) e portanto da psicologia e psiquiatria – esta principalmente – o projeto de uma ciência da saúde mental e da psicologia que conteste a lógica excluente nunca se efetivou.

Para a psicologia, interessante destacar a presença dos estudos pioneiros de Virginia Leone Bicudo, que escreveu o primeiro estudo sobre relações raciais no Brasil *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (1945/2010). Virgínia foi uma mulher negra, psicanalista bem sucedida e engajada na sociedade paulista. A única mulher, e ainda mulher negra, dentro das discussões do projeto Unesco. Seus textos, sua pesquisa, foi retirada da segunda edição publicada pela Unesco, e a partir disto, os nomes dos homens, e todos brancos, mantiveram-se intocados pela legitimidade dos tempos da ciência sociológica e psicológica brasileira (Gomes, 2013). Considerando que Virginia Leone, era também, além de socióloga, uma eminente psicanalista brasileira na sociedade paulista, sendo a primeira pessoa a possuir trânsito e reconhecimento internacional no âmbito da psicanálise no Brasil. Ela foi a primeira a realizar análise didática nos moldes da Associação Internacional de Psicanálise fundada por Freud em Nuremberg. Viajou pela Europa, realizou estudos em Londres, após ser violentamente atacada por seus colegas – médicos psicanalistas – como charlatã. Seu retorno ao Brasil, no entanto, a despeito das intrigas que viveu, foi triunfal.

Este aspecto destacamos como alguns aspectos de políticas comunitárias de populações negro indígenas e o apagamento e invisibilidade de protagonistas da ciência que em corpos negros e indígenas, na psicologia e nas ciências de modo geral, são descartados como dignos de representarem, em pensamento, o projeto científico brasileiro; que parte necessariamente de uma identidade política hegemonicamente colonialista e escravista.

Se jesuítas e nobres da coroa portuguesa manipulam as condições de vida e pensamento de indígenas brasileiros e posteriormente, o projeto genocida se reproduz com o contingente negro violentamente

4 Juliano Moreira foi um homem negro super engajado politicamente na transformação de seu tempo. Talvez por ser filho de uma negra, empregada doméstica, ele teve sensibilidade para protagonizar ações revolucionárias no contexto da psiquiatria brasileira, retirando grades dos hospitais psiquiátricos e abolindo o uso de camisas de força. Preocupou-se inclusive com a formação técnica de enfermeiros, que na época não era atividade específica para o cuidado com as pessoas adoentadas. Instalou a clínica médica nos hospitais, assim como os laboratórios clínicos, capazes de atender as demandas de adoecimento das populações com doenças diferentes das psiquiátricas. No entanto a estatura de seus escritos – traduzidos em diferentes países em que esteve presente – são pouco difundidos por estudiosos da saúde no Brasil.

escravizado pelos brancos europeus, o mesmo projeto parece se inscrever nos modos e formulações da ciência como um todo nos dias atuais. Pois a lógica de produção tecno-científica desconsidera as políticas comunitárias, as epistemologias produzidas nos espaços de espontaneidade da vida em sociedade e em emergente sintonia com as necessidades das pessoas.

A ciência, branca como se pretendia⁵ - e em certo sentido ainda se pretende, procura engajar-se com mãos e corpos semelhantes aos seus: sem proximidade efusiva das comunidades, ainda que referencie que seu projeto é em prol do desenvolvimento das sociedades humanas.

Assim entendemos que ocorreu com Virgínia Leone Bicudo, mulher negra, psicanalista e cientista brasileira. Assim como com Juliano Moreira, negro, nordestino da Bahia, médico, pai da psiquiatria brasileira. Porém, esta lógica instrumental da ciência, perpassa as condições mesmas do fazer ciência no Brasil e nas sociedades mundiais. No apagamento dos saberes e conhecimentos de povos indígenas e negros.

O processo de construção científica, na presença da covid-19 é emblemático nestas inscrições. Pois os movimentos sociais de participação comunitária tem sido efervescentes. No entanto, a ciência formal, ainda parece abstrair a potencialidade destes enredos

Se por um lado temos na ciência um caráter conservador que nega a articulação social e participação engajada dos sujeitos sociais no fazer científico, a exemplo do que se passou com Virgínia no seu modo engajado de produzir ciência e psicanálise – sociologia e psicologia; há redutos que promovem a valorização deste engajamento, e buscam fortalecer a lógica de uma ciência fundada na relação íntima entre indivíduo e sociedade, política e ciência psicológica.

Desconsiderando o percurso minucioso da ciência psicológica daremos um salto nos desenvolvimentos epistêmicos para observar processos de desenvolvimento técnico científico que favorecem o engajamento social.

A partir deste salto epistemológico no processo de produção da ciência psicológica e as questões afetas a população negra e indígena, vale destacar a presença de intelectuais militantes como Silvia Lane, Salvador Sandoval e Leônicio Camino.

Cada um a seu modo e de lugares teóricos diferentes atuaram de modo a consolidar diferentes formas de pensar e fazer Psicologia Política, formando, de certa maneira, distintas “escolas” de pensamento e prática psicopolítica. (Silva, 2012, p. 417)

Em termos gerais a militância intelectual não foi, nos avanços da ciência psicológica, um problema a ser abstraído. Ao contrário. A partir de Silvia Lane, *Escola de São Paulo*, a militância e a produção intelectual para uma ciência engajada com os processos de tomada de consciência e transformação da realidade social se inscreveu de modo solidário e engajado.

A partir da produção intelectual militante de Silvia Lane se construiu no Brasil uma Psicologia comprometida social e politicamente, inclusive tendo efeitos sob determinadas correntes clínicas de corte marxista. Ela foi uma presença marcante nas Psicologias Social e comunitária brasileiras. Tendo produzido importantes trabalhos que versavam o tema dos processos de conscientização política, ela também influenciou a psicologia política a partir de uma leitura psicossocial da realidade ... A insistência de Silvia em

5 Estamos nos referindo aos enquadres científicos no campo sociológico e histórico nos estudos sobre etnias e raças inaugurados no Brasil em 1900 por Raimundo Nina Rodrigues. Embora no contexto mundial no I Congresso Internacional das Raças, João Batista de Lacerda, médico representante do Brasil e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, viajou para Londres a fim de dizer que em breve nossa sociedade seria totalmente mestiça a partir de políticas de branqueamento que alteraria a constituição racial brasileira (Maio, Marcos C. (2006). *Raça, ciência e sociedade*, p. 09)

construir uma *práxis* que realmente se preocupava com um ‘fazer psi’ que rompia com a ideia de neutralidade e que assumia a centralidade do exercício cidadão expresso no compromisso social. (Silva, 2012, p. 418)

Nas circunstâncias que vivemos hoje, esse engajamento social e político – ir de mãos dadas com a ciência e com o povo, necessita ser retomado. Muitas são as frustrações que temos observado e vivido com as demandas humanas e fragilidades gerais diante da tragédia que a covid 19 promove nas comunidades negras, indígenas e quilombolas.

Políticas comunitárias negro indígenas

Na atual conjuntura da covid 19 observamos que os índices de mortes em populações quilombolas é de mais de 60%.

Um estudo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, revela que os estados do Amazonas, Para e Amapá, Rondônia e Maranhão respondem hoje por 63% das mortes causadas pela covid 19 entre populações mocambeiras e quilombolas de todo Brasil. (*Diário do Centro do Mundo – DCM*, 14 junho de 2020)

No mesmo sentido, comunidades negras em favelas paulistas e do Rio de Janeiro tem enfrentado com grande iniciativa positiva o combate ao *Sars-Cov-2*. Em Paraisópolis, tem-se destacado a ação comunitária de redes de apoio aos moradores da favela. Vaquinhas *online*, redes de abastecimento e cestas básicas, controle da doença em familiares a partir de monitoramento constante fazem com que o território da periferia nesta favela tenha uma política de Estado eficiente no controle da propagação do vírus.

As políticas comunitárias tem demonstrando grande poder de organização social, apresentando a capacidade da população negra e periférica de empreender conhecimentos importantes em saúde e educação em saúde para manter-se vivo diante do contexto emergencial e letal da pandemia.

o caso de Paraisópolis torna clara a eficácia de um modelo que combina “iniciativas de atenção básica à saúde, ações voltadas para garantir a segurança alimentar e outras despesas essenciais, com ampla testagem e busca ativa de novos casos e controle dos familiares” e que “poderia ser replicado, como uma política de Estado, em outros territórios vulneráveis” para conter o coronavírus. O líder comunitário de Paraisópolis critica a omissão do Estado com relação às periferias. Segundo ele, mesmo o auxílio emergencial criado pelo governo federal é falho – muitas pessoas da comunidade ainda estariam com o pedido em análise, sem receber nenhuma parcela. *“Infelizmente o Estado, quem está no poder, não falou nada sobre políticas públicas para as favelas. Só citavam o comércio, os empresários. Vimos que estávamos à mercê e resolvemos fazer com nossas próprias mãos. ... o governador nem sequer deixou a gente chegar perto da porta, ele não quis nos receber. É um descaso”*, disse Amorim, liderança comunitária da favela Paraisópolis. (*Jornal Nexo*, 01/07/2020)

Observa-se que políticas comunitárias são fundamentais para o controle e o combate da covid 19, pois trata-se de infecção letal em territórios de precárias condições sanitárias como são as favelas

brasileiras. As lideranças negras e indígenas urgem de ações e direcionamentos que possam favorecer suas estratégias de vida e sobrevivência, pois habitam em territórios de vulnerabilidade, territórios culturalmente distintos dos centros urbanos das metrópoles globais. Com habitações salubres e condições de saneamento básico, água potável e alimentação.

Esta lógica de organização central dos territórios – periferia e centro – é distintivo da segregação racial presente nos espaços das cidades brasileiras, principalmente da capital paulista – como é o caso onde se encontra a favela de Paraisópolis e a maioria das capitais das cidades brasileiras. A segregação racial é a ordem da constituição da organização urbanística das cidades brasileiras em suas capitais. Fica evidenciado que nos locais de maior concentração de renda, equipamentos públicos básicos de saúde, educação, lazer, trabalho, saneamento e linhas de transportes, estão localizados nos perímetros urbanos mais próximos do centro das capitais brasileiras e também no contexto de cidades metrópoles internacionais (Oliveira, 2016).

Neste sentido, as políticas comunitárias organizadas pelas populações negras e indígenas são importantes aportes de considerações científicas. Importante notar que elas fundam-se em sua lógica organizacional, em patamares e paradigmas tecno- científicos a fim de produzir conhecimentos que os emancipem de “seu lugar” de desvantagem social. Na interpretação do tempo e da história as populações negra e indígenas combatem e resistem a lógica da barbárie, do desprezo e do descaso, a partir de instrumentos que disseminam saber em prol de sua comunidade, em prol de seus filhos. De modo articulado, veloz e prioritário.

Ações de autocuidado, práticas rituais, usos de chás, banhos com ervas com plantas locais, cuidados com a terra, plantação, agricultura e roçado, bem como atenção especial com mulheres grávidas, bebês, crianças e idosos a partir de medidas profiláticas através de cartilhas explicativas de acesso fácil são medidas simples e importantes de políticas comunitárias que favorecem ações positivas de resistência e combate a covid 19.

Estas foram ações de políticas comunitárias difundidas por lideranças indígenas da etnia das etnias Xukuru-Kariri e Kariri-Xoco de Alagoas, bem como da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo.

A difusão veloz destas informações em meios jornalísticos e informativos não científicos favoreceram de imediato a organização da saúde de populações negras e indígenas no contexto local e regional o contexto da covid 19.

A articulação destas populações negras e indígenas ganhou notoriedade científica, pois adentram aos espaços de produção formal da academia brasileira a partir de profissionais do campo social e da saúde para a resistência e enfrentamentos necessários para sua sobrevivência. É importante observar que para estas populações não há incoerência entre as emergências da vida e da historicidade atual de nosso tempo, e o processo técnico científico e suas formas de difusão. No entanto, a interpretação do mundo, conforme a lógica emergente da vida, principalmente em contextos de guerras e pandemias, como é o caso em que estas populações vivem constantemente ao longo de vários séculos, não é semelhante a lógica tecno- científica que temos observado em contextos locais do nordeste brasileiro.

A lógica instrumental da ciência: uma identidade política

A razão possui uma lógica que pode ser instrumental ou interesseira. Além de poder ser argumentativa. Habermas, vai nos posicionar na condição de pensar a ciência enquanto instrumento promotor da lógica argumentativa, que é o diálogo. O diálogo é emancipador e pode promover argumentos capazes de alterar concepções previamente definidas quando o exercício da linguagem e da palavra são inexistentes (Oliveira, 2018)

A razão interesseira, ou razão instrumental, pode estar a serviço do *status quo*, favorecendo as artimanhas do capitalismo, produzindo uma ciência ou tecnociência interessada no exercício do poder e da dominação, ceifando os redutos de espontaneidade da vida, da emancipação e autonomia de pensamento dos sujeitos humanos.

Neste sentido ocorre a colonização do mundo da vida, que é, nas ideias de J. Habermas (2014), a impossibilidade do devir humano, do protagonismo do sujeito na interpretação da história, de transformar sua vida

e do entorno, sendo incapaz de favorecer sua liberdade de pensamento e escolhas conforme as possibilidades históricas que lhe acenam. É o encarceramento da vida e suas possibilidades de devir e utopias (Oliveira, 2021)⁶.

Neste sentido, podemos pensar que a condição da ciência é em tese, favorecer a descolonização do mundo da vida, promovendo ações emancipatórias, contribuindo com a luta pela igualdade favor da vida e da liberdade humana. Assim como os protagonistas negros e indígenas resistem no Brasil há mais de 500 anos, e esta resistência, a exemplo de Tanawy, Tenório e Berenice Kikuchi, tem evoluído para além de seus territórios comuns, adentrando os espaços acadêmicos formais com pesquisas científicas que retratam suas necessidades e conhecimentos.

No entanto, ela em geral pode estar corrompida – a ciência – na medida em que privilegia as ideias de grupos centrais de poder, a partir dos interesses políticos de hegemonias específicas que desprezam as necessidades de uma coletividade e favorece grupos em geral privilegiados que fortalecem o acúmulo do capital e não distributivo com a exploração física e o genocídio e extermínio de populações negras e indígenas na historicidade do mundo moderno e contemporâneo.

Em termos gerais o que temos observado nas políticas sociais globais no que tange a pandemia da covid 19 a identidade política da ciência parece ser e estar atrelada a uma lógica instrumental.

Após o lema “fique em casa” nas sociedades globais, tem-se o lema “se puder, fique em casa”, com a crescente promoção dos meios de retorno a uma economia de mercado e consumo em dissonância com a letalidade da covid -19.

O protagonismo científico não tem sido capaz de produzir um chamado eficaz para a contenção da preocupação econômica, talvez porque no fundo, a ciência, de certo modo, também sempre agiu conivente com os interesses daqueles que possuem o mercado de capitais financeiros, conforme em algum sentido podemos afirmar, ao menos no caso da psicologia em seus primórdios no Brasil.

O que a psicologia tem a ver com isso?

A ciência, enquanto identidade pode ser processo de transformação. Na ciência, se a entendermos enquanto processo em construção, podemos considerar que um longo caminho a percorrer existe, para que saia da lógica instrumental de sua identidade modelo fomentada pelo capitalismo mercantil – no processo de colonização portuguesa e escravismo no Brasil e no mundo. É possível sua transmutação, sua metamorfose, capaz de alterar a ordem da vida, descolonizando-a, a fim de gerar fontes produtoras de esperança, redutos de espontaneidade argumentativa, dialógica, capaz de aceder a emancipação dos sujeitos humanos e o processo científico de interpretação da história e de seu tempo.

Isto depende do compromisso ético político dos fazeres científicos. Suas vinculações e motivações epistemológicas, seus interesses e compromissos com a população brasileira. As metodologias e conhecimentos que embasam as relações com a historicidade, a contemporaneidade e a territorialidade local, regional, nacional e internacional.

Sob tal aspecto discutir ciência hoje e a letalidade da pandemia covid 19 implica em compreender e desenvolver “metodologias de pesquisas em bases materialistas históricas, concebendo o homem como um ser produzido historicamente, e portanto essencialmente social” (Lane, 2001, p. 09).

No mundo hoje, mais do que nunca, por iminência da morte pela covid 19, é preciso desvelar a identidade política e psíquica (?) da psicologia; pois a questão da identidade é crucial para esta ciência e parece-nos para todas as ciências. Pois ela possibilita observar as ligações e relações dos indivíduos com seus grupos sociais, com seus interesses e as maneiras como se conduzem e direcionam suas ações e comportamentos sociais, individuais e institucionais.

No fazer e processo de produção científica isto é fundamental, e a lógica indivíduo e sociedade, indivíduo, grupo e interesses, são sempre nodais. Nestas circunstâncias, os processos que reproduzem a

6 Oliveira, Regina Marques Souza (2021, no prelo). *Psicanálise infantil e relações étnico raciais: saúde mental da população negra*. Appris.

lógica da mesmice, da barbárie e do massacre aos povos indígenas e negros são coniventes com as amarras do poder colonizador do século XV e vigente na contemporaneidade do século XXI. Este ciclo precisa ser rompido. A coragem de tecer um modelo epistemológico científico que rompa com o tradicionalismo da lógica do poder é o grande e inerente desafio que compete a todos nós assolados pela letalidade do vírus *Sars-cov-02*.

É preciso coragem de quebrar o modelo tradicional, repleto de demonstrações de erudição ... priorizando o verdadeiro saber que vem da análise da realidade. Coragem de subordinar a teoria ao real, de fazê-lo emergir da ação de pesquisar, sem desconhecer o saber já elaborado ... como um belo exemplo do que vem a ser a *práxis* como ciência (Lane, 2001, p. 11)

É possível que consigamos na pandemia da covid 19 superar as dicotomias que nos encerram na dificuldade de valorizar a vida daqueles que são historicamente preteridos, mesmo quando atingem as condições formais de estarem próximos aos iguais patamares exigidos pela disciplina metodológica da ciência clássica e tradicional.

A interpretação da história, a coragem de submeter a teoria ao real, à análise da realidade, como disse Lane (2001) sobre o caráter político das pesquisas sobre identidade de Antônio da Costa Ciampa, são lições importantes para o processo ético da ciência psicológica e das ciências interdisciplinares no campo da saúde. Neste sentido, pensar, ser e agir nos requisitos da pandemia da covid 19, é retomar o caráter ético político dos modos de conceber ciência no Brasil e nos territórios esgarçados da América Latina, principalmente no referente ao campo psicológico.

Conclusão: a ancestralidade resiste a necropolítica

Silvia Lane é nossa ancestral na ciência psicológica brasileira e para a América Latina. Antônio da Costa Ciampa também, assim como Salvador Sandoval e Leônicio Camino.

Na historicidade negra indígena e quilombola, a ancestralidade é central na ordem da vida comunitária. É ela que emana a força da transformação e das mudanças, liga o passado ao futuro, a partir das tomadas de decisões no presente e a lucidez profunda para a assertividade diante dos conflitos e tensões que assolam os caminhos da humanidade.

Neste sentido romper com a necropolítica no universo da ciência, é também promover a visibilidade dos corpos negros, indígenas e quilombolas, que na covid 19 são os mais atingidos e vulnerabilizados diante da doença e da morte.

Romper com a necropolítica é o exercício pleno, constante e sem descanso – sem pausa e sem repouso - como nos disse Neusa Santos Souza (1982) – também nossa ancestral da psicologia e psiquiatria negra – que as populações negras, indígenas e quilombolas atravessam, sucumbem e permanecem pelo percurso de suas vidas inteiras e de seus descendentes, incluindo aqueles que ainda estão por vir. Porque virão, sim, como a despeito de toda crença na morte eterna, no extermínio definitivo, este desejo - branco e eurocêntrico, liberal capitalista e norte americano – não se realiza, nunca plenamente.

A plenitude se dá pela vitalidade da presença. Ainda que desgastada, negros, quilombolas e indígenas permanecem. Nas sociedades segregadas de norte a sul nos confins de todos os mundos. A marcha negra, indígena e quilombola emerge. Estamos bem levantados. E não poderia ser diferente. Sim estamos marchando, vivos eativamente.

Assim como a ciência psicológica. Seus ancestrais ainda estão vivos, a sorrir, nos corredores de nossas universidades. Sim, a sorrir, como nos diz o poeta: “eu pretendo levar a vida” (Cartola), ou *deixe a vida me levar* (Cais & Meriti, 2018), cantada por Zeca Pagodinho, como os nossos ancestrais.

O grão que se cultiva na terra, ele morre, renasce e produz também a bela árvore, o fruto que é a vida. Isto é a celebração em toda parte (na África) as núpcias da semente e da vida. Em torno desta celebração, deste ritual sagrado da semente que nasce na terra e se torna árvore, e produz bons frutos deu-se a invenção da palavra, da linguagem, dos objetos e das técnicas, cerimônias e rituais, obras de arte, o surgimento das instituições sociais e políticas. O grão – a semente – produz a vida em um desenvolvimento frágil e hostil ao seio do qual a humanidade virá encontrar trabalho e repouso, e vai igualmente proteger a vida. ... Para os africanos a natureza é uma força em si, e nada pode se desenvolver em desacordo com ela. A transformação e a regeneração participam de um conjunto cosmológico cuja função era consolidar cada vez mais o campo das relações entre os humanos e os outros seres vivos com os quais dividimos o mundo (Mbembe, 2015, p. 259)

O sol nascerá, a vida permanece. A maturidade da ciência, e da ciência psicológica transformadora se desenha. Estamos agora, mais conscientes das marchas que nos transformaram enquanto ciência psicológica a favor da transformação da realidade. Como Silvia, Como Baró, como Dobles e como Monteiro.

Apesar de mais conscientes, as lutas da psicologia para uma práxis libertadora ainda precisam ser feitas neste século XXI diante das atrocidades cada vez mais alarmantes nos territórios do mundo. E os legados desta psicologia devem inscrever-se nos espaços acadêmicos que dialogam com os setores sociais, produzindo a crítica a produção do conhecimento de modo engajado e revolucionário como os pioneiros da psicologia política brasileira e da América Latina considerando as escritas epistêmicas e oralidades dos povos negros, da diáspora e indígenas das Américas, rompendo com a apatia conivente com os crimes cometidos contra as diferentes civilizações humanas, invisibilizadas, oprimidas, injustiçadas socialmente. Conforme Silva (2012, p. 418),

A insistência de Silvia em construir uma práxis que realmente se preocupava com um ‘fazer psi’ que rompia com a ideia de neutralidade e que assumia a centralidade do exercício cidadão expresso no compromisso social, foi a base de uma Psicologia Política comprometida com a realidade e que trilhava a perspectiva libertadora inaugurada por Ignácio Martín-Baró (1985, 1991). Daí nasce uma psicologia social politicamente engajada. Este fazer de Silvia encontrava ressonância em fazeres de outros psicólogos sociais, polítólogos e sociólogos latinoamericanos. A escola de Silvia Lane faz coro não só com o pensamento de Ignácio Martín-Baró (El Salvador), mas também com as proposições de Ignácio Dobles (Costa Rica) e Maritza Montero (Venezuela).

Como povos indígenas e negros das Américas, também sabemos, como nossos ancestrais, que podemos lembrar do valor da semente cultivada na terra. Como a Doutora em Medicina, Saúde e Desenvolvimento Berenice Kikuchi, mulher e liderança negra pela saúde na doença falciforme e responsável pelo protagonismo feminino nas legislações que possibilitaram a implementação do exame do pezinho e triagem neonatal no território brasileiro e os indígenas das etnias Xukuru-Kariri e Kariri-Xoco de Alagoas, protagonizados pelos escritos de Tanawy de Souza Tenório e quilombolas do Brasil inteiro e do mundo, pois a razão de suas ciências são pautadas na ancestralidade que defende a natureza. Estes conhecimentos – ciência – foram relegados em publicações científicas porque, como indígenas e negros, priorizaram o sentido da vida e emergência imediata de seus semelhantes viventes. Pela emergência letal da covid 19 divulgaram seus escritos para suas comunidades serem salvaguardadas da tragédia em simultâneo a submissão à lógica da ciência exclusivista e segregacionista. Seus textos, preteridos, representam tam-

bém a ciência, mesmo que tenham sido impedidos de figurar em *e-book* técnico científico que ensejou de imediato a organização de seus escritos. Fazendo coro ao clamor de uma irmã da diáspora, que de longe, em ajuda lhe pedia. Apesar da entrada na festa ter sido apartada, a diáspora negra e os povos indígenas continuam em seus princípios.

As formas de conceder os passaportes de legitimidade epistemológica precisam avançar no entendimento científico e a celebração da vida. Nos ensinamentos de uma ciência negra e indígenas a não alienação do sagrado nos emana na forma da semente e no devir que ela singulariza em sua morte para a transmutação da vida.

Compreender este mistério, que os povos indígenas e africanos muito bem experienciam, garante a manutenção da vida e do planeta. Este é o desafio das ciências para o século XXI: aprender com as tradições científicas negras e indígenas, na fidelidade ética e étnica que, sem hesitação, privilegiam a vida.

Desta vez, mais uma vez, não foi possível. Estamos indignados. O silêncio, que é também uma forma de desprezo, bloqueou novamente fronteiras. Mas é sempre possível e permitido, para indígenas e povos pretos, olhar pra traz, refazer o caminho...e ensinar e aprender ainda mais, com o cultivo eterno do grão na terra. Por isso marchamos todos os dias. E se morremos, sabemos que o grão, ainda que morto, germina: “*tem que morrer pra germinar*” (Gilberto Gil). Por isso somos humanos africanos, negros e indígenas. Cabe à ciência, toda ela, (ainda quase inteiramente branca em suas decisões e desacertos) ter a humildade para tentar aprender – com povos pretos e indígenas - sobre as necessidades do caráter epistemológico nestes tempos de morte e de guerras. Seja hoje, na covid 19, seja para além dela. Em caso de resistirem. Nós resistiremos, como os grãos...Pois nossos corpos, em túmulos, foram hoje, na pandemia da covid 19, todo o interior das terras. Isto não é e não será em vão.

Referências:

- Antunes, Mitsuko A. Makino (2015). *A psicologia no Brasil*. Leitura histórica sobre sua constituição. EDUC.
- Bicudo, Virgínia Leone (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Editora Sociologia e Política.
- Cais, Eri & Meriti, Sergio (Composit.). 2018. Deixa a vida me levar. In *De Santo Amaro A Xerém* [Álbum, CD]. Som livre.
- Consorte. J. Gomes (1991). A questão do negro: velhos e novos desafios. *Perspectiva*, 5 (1), 85-92.
- Diário do Centro do Mundo. O essencial – *Quilombolas são mais de 60% dos mortos por Covid 19 em cinco estados brasileiros*. 14/06/2020. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/quilombolas-sao-mais-de-60-dos-mortos-por-covid-19-em-cinco-estados-brasileiros/>
- Guimarães, Antônio S. A. (2005). *Racismo e Antirracismo no Brasil*. Editora 34.
- Gomes, J. D. (2013). *Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945/1955)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, SP.
- Habermas, Jürgen (2014). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Unesp.
- Jornal Nexo. (2020, 1 de julho). Por que Paraisópolis se destaca no combate ao coronavírus. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/01/Por-que-Paraisopolis>
- Lane, Silvia (2001). Prefácio. *A Estória do Severino e a história da Severina – um ensaio de psicologia social* (pp. 9-11). Brasiliense.
- Maio, M. C. (2006). *Raça, Ciência e Sociedade*. Fiocruz.
- Mbembe, Achille (2015). *Critique de la raison nègre*. La découverte.
- Oda, Ana Maria G. R. & Dalgallarondo, Paulo (2000). Memoria – Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(4), 178-179.
- Oliveira, Reinaldo J. (2016). *Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo*. Alameda Casa Editorial.
- Oliveira, Regina Marques Souza. (2018). Frantz Fanon, psicologia e psicanálise: epistemologias da violência. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 10(24), 40-66. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/573>
- Santos, Milton (1998). *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec.
- Sartre, J. P. (1994). *Em defesa dos intelectuais*. Ática.

Silva, Alessandro Soares (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 409-426. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>

Souza, Neusa Santos (1982). *Tornar-se negro*. Graal.

Recebido em: 30/09/2020
Aprovado em: 30/08/2021

Mobilização política em tempos de pandemia: A atuação do MST em foco

Movilización política en tiempos de pandemia:
El desempeño del MST en foco

Political mobilization in pandemic times:
The MST's performance in focus

Rafael Silva dos Santos *
rrafaelssilva.santos@gmail.com
Cássio Calyton Martins Andrade **
cassioclayton@gmail.com
Deyse Cristina Valença Guedes ***
deyseguedesss@gmail.com
Mateus Felipe Otaviano Pedro ****
teuspedro@hotmail.com
Jáder Ferreira Leite *****
jaderfleite@gmail.com

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<https://orcid.org/0000-0001-9771-4488>

** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<https://orcid.org/0000-0003-3772-5315>

*** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<http://orcid.org/0000-0002-0135-8165>

**** Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<https://orcid.org/0000-0002-4834-1395>

***** Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<http://orcid.org/0000-0002-6045-531X>

Resumo

O presente trabalho objetivou investigar as ações de mobilização política do MST no cenário da pandemia, a partir de seus meios de comunicação virtual, buscando destacar a finalidade e os atores a quem essas ações estão voltadas. O campo exploratório de produção de dados para a presente pesquisa tratou das principais mídias sociais utilizadas pelo MST: Youtube, Instagram, Twitter e o seu site próprio. Do processo de análise temática dos dados emergiram quatro categorias: ações de promoção e prevenção em saúde; ações de solidariedade; ações artísticas e culturais; e ações de enfrentamento e articulação política. Materializam-se os acúmulos praxiológicos do movimento nas novas estratégias de luta, como a unidade da classe trabalhadora para defesa de suas vidas, incorporando elementos simbólicos e identitários das lutas populares, contestação ao cenário de crise política atual, construção de saídas equânimes ancoradas na agroecologia, na perspectiva da solidariedade e de princípios e valores do socialismo.

Palavras-chave: Psicologia e movimentos sociais; MST; Pandemia Covid-19; Mídias sociais; Mobilização política.

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo investigar las acciones de movilización política del MST en el escenario de la pandemia, a partir de sus medios virtuales, buscando resaltar la finalidad y los actores

a los que se dirigen estas acciones. El campo exploratorio de producción de datos para la presente investigación abordó los principales medios social utilizados por el MST: Youtube, Instagram, Twitter y su propio sitio web. Del análisis temático de los datos surgieron cuatro categorías: acciones de promoción de la salud y prevención; acciones de solidaridad; acciones artísticas y culturales; y acciones de confrontación y articulación política. Los cúmulos praxiológicos del movimiento se materializan en las nuevas estrategias de lucha, como la unidad de la clase obrera para defender su vida, incorporando elementos simbólicos e identitarios de las luchas populares, contestación del actual escenario político de crisis, construcción de soluciones equitativas ancladas en agroecología, desde la perspectiva de la solidaridad y los principios y valores socialistas.

Palabras clave: *Psicología y movimientos sociales; MST; Pandemia de Covid-19; Redes sociales; Movilización política.*

Abstract

The present work aimed to investigate the MST's political mobilization actions in the scenario of the pandemic, from its virtual media, seeking to highlight the purpose and actors to whom these actions are aimed. The exploratory field of data production for the present research dealt with the main social media used by the MST: Youtube, Instagram, Twitter and its own website. Four categories emerged from the thematic analysis process of the data: health promotion and prevention actions; solidarity actions; artistic and cultural actions; and actions of confrontation and political articulation. The movement's praxiological accumulations are materialized in the new strategies of struggle, such as the unity of the working class to defend their lives, incorporating symbolic and identity elements of popular struggles, contestation of the current political crisis scenario, construction of equitable solutions anchored in agroecology, from the perspective of solidarity and socialist principles and values.

Keywords: *Psychology and social movements; MST; Covid-19 pandemic; Social media; Political mobilization.*

Introdução

Desde que foi decretada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Covid-19 (WHO, 2020), doença provocada pelo novo coronavírus, vem sendo relacionada em seus efeitos não exclusivamente como promotora de uma crise sanitária global, mas também pelo impacto no conjunto das relações interpessoais, das instituições sociais, políticas e nos mercados (Santos, 2020). Ignacio Ramonet (2020) nos lembra que por meio dessa política neoliberal diversos países efetuaram cortes nos investimentos em setores como a saúde pública, setor esse que justamente está sendo a retaguarda principal de acolhimento das pessoas acometidas pela Covid-19.

No Brasil, a disseminação do novo coronavírus tem se dado num contexto em que o país atravessa uma profunda crise política e econômica que segue, desde o golpe perpetrado em 2016 contra a presidente Dilma Rousseff, se acentuando por meio da radicalização de medidas de cunho neoliberal adotadas pelos governos posteriores, tais como as reformas trabalhista e previdenciária - que produziram desmonte significativo nos direitos e nas relações trabalhistas -, esvaziamento de políticas de defesa do meio ambiente e de políticas de saúde e educação (a exemplo da Emenda Constitucional n. 95/2016, ao restringir os investimentos em saúde e educação a partir de um teto de gastos, por um prazo mínimo de 20 anos), ataques sucessivos aos direitos humanos, à instituições democráticas e criminalização dos movimentos sociais (Gizzi & Mendonça, 2020).

Assim, os efeitos da crise sanitária somados à crise política e econômica tem desfralhado um grande contingente populacional com enormes dificuldades diante da necessidade de isolamento social, seja pelas precárias condições de habitação, de saneamento, de acesso à água potável, de renda para sobreviver em meio à pandemia, de uma população com altos índices de doenças crônicas e vivendo em um cenário de alta densidade demográfica, sobretudo nas periferias das grandes cidades (Barreto et al., 2020).

Se no meio urbano já se configura, como descrito acima, uma série de impedimentos para um efetivo enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, aos contextos rurais se somam outras adversidades, também historicamente constituídas e reveladoras de graves dilemas para suas populações. Um estudo de avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) resumiu da seguinte forma algumas disparidades entre o campo e a cidade em nosso país:

a renda domiciliar per capita média da população urbana é quase três vezes maior do que a da população rural, R\$ 882,6 e R\$ 312,7 respectivamente. Quanto à escolaridade da população adulta, 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o fundamental completo, ante 26,5% da população rural. Na esperança de vida ao nascer, a população urbana vive em média 3 anos a mais do que a população rural, 74,5 anos a 71,5 anos. (PNUD, IPEA, FJP, 2017, p. 18)

Boa parte dessa desigualdade pode ser relacionada à persistente concentração fundiária e ao processo de modernização da agricultura no país dado sob a égide do capital financeiro (Wanderley, 2014), bloqueando o acesso à terra a muitos agricultores e agricultoras familiares, já que o modelo adotado priorizou as grandes propriedades, o monocultivo e o uso de um padrão tecnológico de produção que culminou na expulsão ou pauperização de um grande contingente de trabalhadores do campo.

Para Luís Fernando Guedes Pinto et al. (2020), associam-se a essa concentração processos de grilagem de terras públicas (fraude de títulos de terra), conflitos de ordem socioambientais, sobretudo pela presença de invasores a fim de explorar minérios e madeiras em áreas de preservação ambiental ou em reservas indígenas e territórios de comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos e extrativistas. Não à toa, garimpeiros e madeireiros têm sido apontados como principais ameaças de contaminação do novo coronavírus para populações indígenas (CIMI, 2020).

Por seu turno, na esteira de efetivação da agenda neoliberal no país, o governo atual tem acentuado esses dilemas, adotando medidas que atingem diretamente reservas ambientais, territórios indígenas, ecossistemas a fim de tornar esses territórios espaços de exploração para setores do agronegócio (Pompeia, 2020). Com isso, tem sido evidente a escolha política pelo modelo produtivo da agricultura industrial em detrimento da agricultura familiar, segmento este que tem visto redução importante dos investimentos em políticas, programas e planos voltados para o seu desenvolvimento, daí enfrentarem os agricultores familiares a ausência de intervenção mais efetiva do governo federal para minimizar os efeitos da pandemia, já que com ela tiveram impactos em sua produção, diminuição considerável da comercialização de seus produtos em feiras livres, instituições públicas como escolas e restaurantes populares (Rocha, 2020).

Não obstante esse cenário de avanço da ofensiva neoliberal sobre o campo, processos de resistência e de organização popular têm emergido no intuito de denunciar os efeitos danosos de tal ofensiva e de promover, por meio de alguns movimentos sociais, estratégias de enfrentamento com vistas à efetivação de modos de relação com a terra que convivam com a diversidade socioambiental, se organizem por meio de base familiar, promovam transição agroecológica, fomentem sistemas de alimentação sustentáveis (Altieri & Nicholls, 2020).

Com isso, esses movimentos podem contribuir na diminuição dos impactos que o modelo disseminado de agricultura industrial tem provocado nos ecossistemas, gerando importantes desequilíbrios ambientais e, com eles, o avanço de agentes patógenos. Como lembram Miguem A. Altieri e Clara Inés Nicholls (2020, p. 2) a respeito desse modelo de agricultura de larga escala: “Debido a su homogeneidad genética y por tanto baja diversidad ecológica, son muy vulnerables a las infestaciones de malezas, invasiones de insectos, epidemias de enfermedades y, recientemente, al cambio climático”.

Dentre esses movimentos sociais, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, desde o processo de abertura democrática do país, tem buscado inserir na agenda do Estado, o tema da reforma agrária e a necessidade de sua realização.

O MST e seu processo de luta

Ao longo de seu processo de consolidação enquanto importante ator político, o MST foi reunindo aspectos que o situam como um destacado movimento social, tais como a produção de uma identidade coletiva, um posicionamento que situa aliados, adversários, base e lideranças, estratégias de comunicação com seus integrantes e estabelecimento de um projeto de sociedade a partir de suas demandas (Gohn, 2014).

O MST construiu modos bastante variados de mobilização política, que vão desde a ocupação de terras improdutivas para constituição de assentamentos rurais, negociações com parlamentares e outras autoridades públicas, realização de marchas, atos políticos, com vistas a avançar em sua luta por um projeto de reforma agrária de base popular (MST, 2014). Investiu num arrojado processo de formação política de sua militância, garantindo a produção de uma unidade de luta entre seus integrantes e a solidariedade de aliados de demais setores da sociedade (Leite & Dimenstein, 2010).

O MST ainda se destaca por sua atuação relativa às formas de comunicação com sua militância, base social e a sociedade, bem como tem diversificado tais formas por meio do uso de novas tecnologias de informação e comunicação, ocupando e criando conteúdo para mídias sociais, como seu *site*, redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. A finalidade, por meio dessa política de comunicação é, segundo Alexandre Barbosa (2017, p. 140), “incentivar os militantes e os demais trabalhadores rurais a prosseguir na luta por reforma agrária e pela construção de uma nova sociedade e que agora precisa continuar nesse processo de elevação da capacidade crítica”.

A incorporação dessas estratégias indica, como assinalam Lopes e Veloso (2017), o grau de capacidade que esses atores têm em acompanhar as dinâmicas sociais, especialmente em suas mudanças tecnológicas e seus impactos nas sociabilidades. No Brasil, a partir de protestos ocorridos, principalmente em junho de 2013, deflagrados por movimentos e coletivos inicialmente contra o aumento das passagens de transporte público em algumas capitais brasileiras, organizados e convocados substancialmente por

meio de redes sociais, o uso dessas ferramentas ganhou interesse por parte tanto de intelectuais quanto dos próprios movimentos sociais que viram nelas potentes aliados em suas agendas de luta, além de promoverem o fortalecimento do ciberativismo no país (Nunes, 2019).

No atual contexto em que o isolamento social é direcionado como uma das mais efetivas estratégias para se evitar a disseminação do novo coronavírus, a utilização dessas tecnologias tem alcançado dominância no conjunto de nossas práticas de interação social. Assim, é a partir desses termos que direcionamos algumas questões para o presente trabalho: é possível vislumbrar processos de resistência política no campo em tempos de pandemia? Como promover ações de mobilização política de trabalhadoras/es rurais justamente num momento em que se advoga pelo distanciamento social?

Desse modo, tomamos por objetivo investigar as ações de mobilização política do MST no cenário da pandemia, a partir de seus meios de comunicação virtual, buscando destacar a finalidade e os atores a quem essas ações estão voltadas.

Procedimentos metodológicos

O campo exploratório de produção de dados para a presente pesquisa tratou das principais mídias sociais utilizadas pelo MST: *Youtube* (<https://www.youtube.com/user/videosmst>), *Instagram* (<https://www.instagram.com/movimentosemterra/>), *Twitter* (https://twitter.com/MST_Oficial) e o *site* do MST (www.mst.org.br).

Definimos como linha temporal para a seleção dos dados a data de 13 de março de 2020 (posterior ao anúncio da pandemia da Covid-19 pela OMS) e finalizamos em 14 de maio por entendermos já dispor de uma quantidade razoável de material. Como critério de inclusão observado nas mídias sociais, seguimos duas linhas: fazer alusão à pandemia e referenciar estratégias de mobilização política/social em face dela.

Os conteúdos selecionados foram inseridos em um quadro, com o registro das seguintes informações: mídia social, descrição, finalidade, abrangência, público destinado e atores envolvidos na ação. Como as mídias têm características específicas em relação aos conteúdos veiculados (vídeos, fotografias e texto escrito), procedemos a inserção dos conteúdos no quadro considerando tais especificidades, gerando um resumo escrito da ação que pudesse subsidiar a nossa análise.

O processo de organização do material para análise deu-se a partir da Análise de Conteúdo Temática (Minayo, 2010), tendo sido possível elencar quatro principais categorias temáticas relativas às ações de mobilização do MST no contexto da pandemia: (a) ações de promoção e prevenção em saúde, (b) ações de solidariedade, (c) ações artísticas e culturais e (d) ações de enfrentamento e articulação política, apresentadas e discutidas a seguir.

Resultados e discussões

A apresentação e discussão dos resultados estão organizados em dois momentos: primeiramente uma breve explanação sobre as mídias sociais utilizadas pelo MST e posteriormente a apresentação das categorias alusivas às ações de mobilização empregadas pelo movimento.

O MST e as mídias sociais

A construção da comunicação virtual do MST tem como fim promover disputa frente à mídia hegemônica brasileira, buscando produzir suas próprias narrativas direcionadas tanto aos próprios integrantes do movimento quanto à população em geral, e criar pontes junto a outros grupos de mídias existentes. Desta forma, as mídias sociais aqui tratadas configuram um modo distinto de comunicação, mudando o panorama televisual já instituído que apresenta, em seus conteúdos enviesados, ideias parciais sobre a luta e as atividades do movimento, reforçando o estereótipo de criminalização de suas lutas. Frente a isso,

o MST defende não só o direito de falar por si, mas a participação popular na construção e socialização de meios de comunicação, conforme expresso em seu site:

O povo tem o direito de organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa. E o Estado deve garantir os recursos para que exerça esse direito. É preciso democratizar os meios de comunicação, começando por acabar com o monopólio privado dos meios. (...) A comunicação não é mercadoria. Ela é um serviço público em benefício do povo, como determina a Constituição brasileira (MST, 2020, s. p.)

Adentrando as mídias aqui analisadas, apresentamos brevemente questões ligadas à natureza da informação em cada uma delas. O *Twitter* possui um perfil de comunicação breve e rápida, seus usuários conseguem ter acesso e comentar diversos acontecimentos quase que instantaneamente, criando debates individuais e coletivos através da interatividade.

O *Youtube*, em contraponto, é uma mídia de indexação de vídeos que possibilita deixar registrado programas completos, transmitir vídeos ao vivo e promover contato direto com seus/suas usuários/as. O canal do MST, ativo desde 2010, demonstra o objetivo de informar à sociedade das ações do movimento, seus princípios ideológicos e, sobretudo, o cotidiano de seus/suas militantes nos diversos contextos da luta por Reforma Agrária.

O site se organiza como um conjunto de páginas *web* que estruturam e compõe informações sobre o movimento. Traz conteúdos que dizem tanto de diretrizes gerais relativamente constantes à organização - tal qual seu funcionamento, bandeiras e origem-, quanto ligados à atuação presente, por meio de notícias, escritos informativos e divulgações publicadas diariamente.

O *Instagram* é um tipo de software que permite o compartilhamento instantâneo de imagens. Com esse mecanismo o MST divulga principalmente fotografias e pequenos vídeos, por vezes acompanhados de textos explicativos, de denúncia e/ou convocatórios, como meios de propagação de suas ações e ideias.

Constatou-se que as atividades nessas plataformas se tornaram ainda mais pungentes no intervalo investigado, em tempos de crise sanitária e política. Houve um aumento no número de postagens no *Youtube* - de oito vídeos publicados em fevereiro deste ano para trinta no mês de abril -, *Instagram* e no *Site* - 94 notícias em maio, frente às 63 postadas durante fevereiro. Na Tabela 1 ilustramos os conteúdos publicados que abarcam aos critérios de inclusão e intervalo de tempo estabelecidos, agrupando-os de acordo com a mídia investigada e as categorias temáticas propostas.

Tabela 1 - Quantitativo de publicações por mídia social

Categorias	Mídias Sociais				
	<i>Instagram</i>	<i>Site</i>	<i>Twitter</i>	<i>Youtube</i>	Total
Ações de Articulação e Enfrentamento Político	124	56	186	23	389
Ações Artísticas e Culturais	60	6	7	29	102
Ações de Promoção e Prevenção à Saúde	29	21	24	7	81
Ações de Solidariedade	101	54	104	3	262
Total	314	137	321	62	834

Ações de mobilização no cenário da pandemia

Ações de prevenção e promoção em saúde

Trazemos nesse ponto um conceito de saúde ampliado, integrativo e que dialoga com os contextos socioculturais, passando a ser vinculado, desde a VII Conferência Nacional de Saúde, ao direito de cidadania como resultante da somatória de determinantes sociais como educação, renda, alimentação, liberdade, entre outros (Germani, 2020). A partir dessa perspectiva, são reconhecidas algumas ações protagonizadas pelo MST que, dentre suas instâncias representativas e coordenações, está o setor de saúde com o objetivo de enfrentar o modelo biomédico e o agronegócio, além de buscar experiências em saúde como resultado da melhoria das condições de vida, do acesso à terra e enfatizando a importância do saneamento, da moradia, do incentivo à produção agrícola, do direito à alimentação saudável e do acesso aos serviços de saúde (Rückert & Aranha, 2018).

Dessa maneira, nomeamos a categoria de Promoção e Prevenção à Saúde baseada nas oitenta e uma postagens nas mídias sociais produzidos com o cunho de informar, especialmente a população acampada e assentada sobre o coronavírus: orientações sobre prevenção; alimentação saudável e o papel da agricultura no combate ao vírus; cuidados com o isolamento; gravidade da doença nos diversos contextos e sobre as medidas que o MST está empregando através de seus/suas militantes para a produção e distribuição de alimentos e equipamentos de proteção individual (EPI).

Algumas dessas recomendações se encontram, por exemplo, no canal do *Youtube* do MST, em um vídeo intitulado “Médico do MST formado em Cuba dá dicas sobre como enfrentarmos o Covid-19” (Movimento Sem Terra, 2020). Nele, o médico Josiano Macedo convoca a militância e moradores das áreas de reforma agrária a se mobilizarem no enfrentamento da pandemia, contextualiza o grave cenário político do país, a necessidade de articulação da militância e a importância de seguir recomendações das autoridades sanitárias, bem como o uso de recursos medicinais alternativos para o combate dos efeitos dos sintomas causados pela Covid-19.

O conteúdo dessas postagens são referenciados pelas recomendações da OMS, com um cunho político definido em defesa da vida da classe trabalhadora (campo e cidade) através da ancoragem na agroecologia, nos saberes populares e tradicionais (fitoterápicos), da produção de alimentos saudáveis (isolamento produtivo) para fortalecimento da imunidade e da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se, portanto, de uma postura de confronto ao posicionamento do presidente Bolsonaro que desdenhou de dados concretos sobre a gravidade do novo Coronavírus ao se referir a este como “*gripezinha*” e “*resfriadinho*” e ao insistir em seus discursos que a economia não pode parar, mesmo que uma parte da população acabe morrendo. Além disso, ironiza as ações e estratégias adotadas pelos estados e municípios que orientam cidadãos e cidadãs a permanecerem em suas casas, sempre que possível (Silva et al., 2020).

Diante dessas ações de negligência e de descaso com a saúde e vida da população, o MST se contrapõe ao cenário descrito e assume a luta pela saúde através da produção agroecológica, da luta pela democratização da terra, da garantia de alimentação saudável para a população e da manutenção do SUS (Germani, 2020).

Desta forma, são levantadas em escritos informativos e nas publicações do movimento a importância da agroecologia e da ruptura à lógica industrial na produção de alimentos saudáveis que, por um lado influem na capacidade de resistência do organismo a adoecimentos, e por outro, diante de princípios que dizem do cuidado com o solo e modo de plantio, dificultam o surgimento de vírus e bactérias que podem ocasionar pandemias como a atualmente vivenciada (Altieri & Nicholls, 2020).

As postagens relacionadas à saúde ganham conotações que vão desde a prevenção até o combate direto ao Coronavírus, através de ações efetivas que orientam a população sobre serviços de saúde disponíveis para o tratamento da Covid-19. Relacionados à prevenção, são apresentados vídeos, fotos e conteúdos textuais com orientações sobre priorizar a alimentação saudável e divulgar o papel da agricultura camponesa no combate à pandemia; alertas sobre os dados numéricos de pessoas afetadas como forma de estímulo ao isolamento; informações sobre a importância do cuidado individual para o fortalecimento do cuidado coletivo; e orientações sobre criação e utilização de recursos caseiros, como sabão e máscaras artesanais direcionados ao autocuidado e à realização de doações a comunidades e dispositivos de saúde.

Além das estratégias de prevenção, algumas ações de combate também aparecem nas postagens, como por exemplo o encaminhamento de pessoas doentes para hospitais, distribuição e produção de alimentos saudáveis e EPI's para outros assentamentos ou para parte da população em vulnerabilidade social; além das orientações dadas pelos médicos/as do próprio MST que não só realizam os atendimentos, como também denunciam os cortes das verbas da saúde e a preocupação com o colapso do sistema, e ainda convocam a militância a cuidar da saúde, a defender o SUS e a lutar contra o governo Bolsonaro.

Ações de solidariedade

Com os efeitos provocados pela pandemia, sobretudo junto às populações mais vulnerabilizadas, como já discutido neste trabalho, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos diversos têm buscado formas variadas de suporte a tais populações, especialmente por meios de ações solidárias em todo o planeta (Banerjee, 2020).

Não tem passado diferente com o MST que vem adotando como um de seus principais expoentes as ações de solidariedade, destacadas em quase todos os estados brasileiros e países como Haiti e Zâmbia, alvo de ações de brigadas internacionais do movimento. Nesse sentido, seus integrantes, por meio de reportagens, notícias e divulgações publicadas em suas redes, pregam ações tanto na via de combate à fome ocasionada pela dificuldade de produção de sustento nas periferias da cidade e do campo, em função da pandemia, quanto como forma de fortalecer a bandeira da agroecologia, da agricultura familiar e da Reforma Agrária Popular (RAP).

A solidariedade consiste em frente continuada de mobilização e combate não só à pandemia do vírus, mas também à “pandemia da fome” que vem atada a esse contexto (Sudré, 2020). Para que isso seja possível, o MST encontra-se em “isolamento produtivo”, uma diretriz que surge da necessidade de isolamento social em função da forma de propagação da Covid-19, e diz justamente da dinâmica de se proteger frente à doença ao mesmo tempo que se produz e cultiva no campo (Coletivo de Comunicação MST Bahia, 2020).

À vista disso, foram observadas no presente levantamento dois eixos mais recorrentes nas ações de solidariedade: o da produção e distribuição de alimentos, que encontra maior destaque e diversidade, e o fornecimento de insumos visando a promoção de saúde frente à crise pandêmica que se acentua no Brasil, especificamente no combate ao contágio da população pela Covid-19.

O primeiro eixo, relacionado à segurança alimentar, soma centenas de toneladas de grãos, legumes, frutas e lacticínios entregues por meio de cestas oferecidas diretamente à famílias em contexto de vulnerabilidade, fornecimento de insumos a instituições públicas, além da provisão de alimentos que constituem marmitas e cestas básicas montadas por e na relação junto a outras organizações populares, com destaque ao arroz orgânico presente de forma ampla na colheita dos assentamentos nos últimos anos.

Nas atividades relacionadas à saúde, houve mobilização para produção e doação de materiais úteis ao controle da disseminação da Covid-19, como álcool 70°, sabão líquido e máscaras, disponibilização de espaços físicos, até então utilizados em atividades variadas do movimento, para a organização de locais de promoção de saúde pública via SUS. E, ainda, participação em campanhas de doação de sangue e arrecadação de agasalhos. Percebe-se, desse modo, um entrelaçamento entre as formas de mobilização do MST em que ações de saúde e de solidariedade convergem entre si.

As ações são direcionadas a famílias em vulnerabilidade social nas cidades e no campo: favelas, ocupações urbanas, assentamentos de reforma agrária (do próprio movimento), população em situação de rua, comunidades indígenas e quilombolas; instituições de saúde pública, principalmente hospitais de alta complexidade, na rede municipal, estadual e federal; instituições da rede de assistência social, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Casa Lares; escolas da rede pública; asilos; e Organizações Não Governamentais (ONGs).

O MST identifica a agricultura que produz nos assentamentos - amparada em princípios agroecológicos e da agricultura familiar - como instância de contestação e resistência frente a um modo predatório de cultivo à terra. Os argumentos entrelaçam reivindicações do movimento à doação de alimentos e advogam a incapacidade de alimentação da população por parte do agronegócio, tanto nos aspectos ligados

à saúde quanto em questões ligadas ao acesso da maior parte da população brasileira à comida, já que a maioria dos produtos desse meio é direcionada ao mercado externo.

Todo o trabalho empregado encontra sentido nas falas registradas nas matérias ou publicações analisadas, que vem não só de membros das direções estaduais e nacionais, mas também das bases dos assentamentos, acampamentos e ocupações de reforma agrária. Nelas reverbera a importância das ações solidárias como uma forma de demonstrar as lacunas nas políticas públicas e direitos sociais no que diz da garantia da segurança alimentar, cuja resolução poderia provir de projetos governamentais junto aos povos do campo. Fala-se de segurança alimentar como direito em si mesmo, já que, como trazido pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2010), seu descumprimento ou manutenção diz do próprio direito à vida, condição primeira para qualquer estabelecimento de cidadania.

Dessa forma, a reforma agrária é tida como meio de produzir alimento para a população do campo e da cidade, em contraponto à lógica do latifúndio. Como é possível perceber na fala de Neidinha Lopes, da direção estadual do MST do Ceará, em matéria presente no *site* do movimento:

Estaremos doando os frutos da nossa terra conquistada. Nossa compromisso é produzir alimentos saudáveis e fazer chegar nas mãos de quem mais precisa. É momento de solidariedade, de transformar o luto em força para combater os nossos inimigos nesse momento. (Oliveira, 2020, s. p.)

Existe, portanto, uma ação interna de reorganização e resistência frente ao sofrimento provocado pela pandemia para “transformar o luto em força”, salientando, em certa medida, a experiência de se colher e semear frente ao cenário desolador a nível de crise sanitária, econômica e política em território brasileiro.

Emerge também uma percepção de orgulho diante da possibilidade de produzir e dividir alimento nesse momento de necessidade:

O assentado Vilmar Moreira se emociona ao relatar: “É com grande satisfação que trago esses alimentos da roça. Já passei muita fome na minha vida e sei o que é não ter o que colocar na panela, e hoje me vejo na condição de ajudar as pessoas.” (Setor de comunicação e cultura do MST, 2020, s. p.)

À vista disto fica evidente que por meio da luta pela terra é possível produzir sustento não só para si, mas também ao outro que se encontra em vulnerabilidade, direta- tal qual as ações aqui descritas- ou indiretamente- por meio da luta por um projeto de transformação da sociedade. Embora realizadas desde o início do MST como via permanente de atuação, as ações de solidariedade ganham força nesse momento em que se acentuam as desigualdades no acesso a meios básicos de sobrevivência. Por intermédio delas foi e é possível fazer circular o apoio já recebido de outros setores da sociedade, bem como produzir novas relações frente a estes que combatem a imagética midiaticamente construída do movimento.

Ações artísticas e culturais

Discorrer sobre cultura dentro de um coletivo pode ser algo complexo, que não convém reduzi-lo, enquadrá-lo ou fixá-lo. Compõe nesse significado suas ideologias, histórias, conquistas, resistências e transformações. Por vezes, atravessado inevitavelmente, por discussões e posicionamentos políticos carregados de conflitos de interesses que evidenciam o bem público e coletivo, como o direito à moradia e alimento saudável para o povo, em detrimento a supervalorização da ascensão individualista sustentada

pelo *status quo* do capitalismo, assim como descrito por Barbosa (2017), quando referencia a mudança do latifúndio improdutivo para o agronegócio na produção das *commodities*, a fim de afirmar a utilização da terra para o bem econômico do país, porém com benefício econômico restrito a uma pequena parcela da sociedade.

O MST decide, como forma de registro de suas ações em mídias sociais, expressar tais vivências culturais através de ações artísticas como divulgação de poesias, desenhos, músicas, participação em programas de rádio, canais de internet, podcasts e outros. E estas vivências/expressões estão em constante afirmação da importância de “uma dimensão humana que desperta o olhar sensível sobre a realidade e proporciona o desenvolvimento da dimensão criativa tão necessária em tempos que precisamos refletir e recriar o mundo em que vivemos”, assim narra Guê de Oliveira, membro do coletivo de cultura do movimento (Setor de Comunicação - MG, 2020).

As expressões artísticas atravessam esse contexto como espaço de transformação e resistência frente às adversidades que o movimento encontra, principalmente neste contexto de pandemia, no qual, convida os participantes do movimento e outras pessoas que pactuam com o seu ideário na reinvenção das práticas para ajudar a sustentar sua unidade sem se fechar à novas ressignificações. Para melhor desenvolver este contexto artístico e cultural, o MST promove coletivos de cultura, com parcerias de outros atores, a fim de viabilizar a distribuição destas produções que se mostram peculiares de cada região do país, formando uma grande teia da arte e cultura. Por exemplo, o primeiro rap criado pelo movimento, chamado de “Pedagogia da pandemia”, com parcerias de artistas independentes de diversos lugares do país, no qual possibilitou a união do campo e da periferia, e nesse discurso se pautaram em politizar a relação entre a pandemia e a luta de classes, criticando os agravos ocasionados pelo sistema capitalista aos modos de vida da classe trabalhadora, as relações monetizadas da saúde, do trabalho e da sobrevivência (Movimento Sem Terra- MST., 2020).

As ações artísticas e culturais demonstram, em suas produções, divulgações e homenagens, uma identidade forte no resgate e valorização de manifestações tipicamente brasileiras, demonstram apoio e sinalizam a importância da preservação de manifestações culturais de povos tradicionais. Por exemplo, vídeos aulas da Escola de Arte Virtual João das Neves e o Programa Cantoria na Varanda, ambos com edições semanais, têm a finalidade de “disseminar os saberes e contribuir para que todo e toda Sem Terra continue fazendo arte”, segundo a descrição em sua mídia do *Youtube* (<https://www.pucsp.br/sites/default/files/Guia%20para%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20refer%C3%AAAncias%20de%20acordo%20com%20o%20estilo%20APA%20-%20dez%202018.pdf>).

Desse modo, a forma utilizada pelo MST de acionar linguagens artísticas e culturais informa sua concepção de que as mesmas não estão desvinculadas da realidade social mais ampla, constituindo também num campo de disputa para afirmação dos princípios do movimento. Num estudo recente sobre a produção musical no MST, Bogo (2020) assinala como o movimento foi fazendo da música uma ferramenta não só de entretenimento e de mobilização de sua militância, mas também de uma forma de comunicar para a sociedade o seu projeto político.

É importante ressaltar que estas produções não estão marcadas como algo fixo e imutável, mas como um registro vívido, que não se deixa perder no tempo, que registra seu significado e no MST se faz como um dos princípios que norteiam suas práticas ao mesmo tempo em que incluem, como parte de suas lutas, a afirmação do feminismo, apoio ao movimento LGBTQIA+, e sua consequente possibilidade de coexistências com novos atravessamentos que as relações interpessoais diárias podem proporcionar (Autor, ano de publicação).

Há um valor subjetivo imbricado, para intermediação de conflitos no MST, que usa de suas exposições artísticas/culturais e suas práticas quotidianas na afirmação da pluralidade de modos de ver/viver a vida como máquinas de guerra, conceito emergido por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2004), ou seja, subvertem tanto regras hegemônicas do Estado quanto às investidas de grandes latifundiários ao contrariar a lógica imposta por eles ao ditar formas de se viver e consumir.

Ações de enfrentamento e articulação política

A categoria de enfrentamento e articulação política foi pensada por conta do grande número de publicações que diziam respeito ao posicionamento do MST em relação à crise sanitária, social, política e humanitária vivida no país. O movimento assume refletir sobre o momento político brasileiro a partir dos seus acúmulos praxiológicos, promovendo um amplo debate sobre união da classe trabalhadora através de denúncias e propostas para um novo modelo de sociedade urgente para o enfrentamento da pandemia e o momento posterior de reconstituição do país. Sendo assim, diluiu tais conteúdos nas mídias sociais analisadas aproveitando cada recurso, amplitude e as diversas possibilidades de interação com a sociedade brasileira.

Portanto, os setores, as frentes de ação e toda a organicidade já construídas se aliam a alternativas massivas de comunicação como estratégias de enfrentamento do MST à pandemia. Estão entrelaçadas no todo de sua organicidade, na diversidade de culturas e saberes dos povos tradicionais do campo e da cidade que compõem suas bases. Sendo possível afirmar que tais estratégias e motivos de luta não são novos na historiografia do MST, são ramificações de seu projeto político de Reforma Agrária Popular (RAP) e de um modelo de sociedade em disputa. Contudo, elas se intensificaram e potencializaram também as necessidades de soluções emergenciais nesse contexto de pandemia.

O enfrentamento e as articulações políticas são percebidos de maneira transversal em todas as ações do MST, orientando inclusive as categorias anteriormente tratadas nesse estudo. Percebemos que há postagens relacionadas a ações diretas de contestação e/ou articulação com diversos setores da sociedade brasileira. Em todas as redes sociais consultadas, o MST seguiu traçando uma linha de atuação incorporando às suas atuações cotidianas (campanhas, congressos, cursos formativos, produção de alimentos, atrelado às recomendações de isolamento social) e o uso das plataformas digitais. Então foram inúmeros *tuitaços*, convocações para panelaços, artigos publicados no site e programas semanais ao vivo no youtube, com transmissão simultânea em formatos de *lives*, como Café com o MST, Análise de Conjuntura, Cantoria na Varanda, Escola Virtual João das Neves.

O movimento foi se posicionando de modo efetivo nas mídias sociais à medida que boa parte das ações adotadas ou planejadas pelo governo federal em face da pandemia eram divulgadas e denotavam caráter claro de ataque a direitos trabalhistas, como no panelaço convocado pelo MST e intitulado “Panelaço em defesa do emprego e do salário” em seu *twitter*, contra a Medida Provisória que previa corte e diminuição de salários durante quatro meses (MST Oficial, 2020).

Algumas ações foram resgatadas do Programa Agrário do MST, lançado em 2014 e outras programadas e realizadas em face das urgências e demandas que o cenário da pandemia e as articulações políticas diante dela se davam. Foi o caso do lançamento do Plano Emergencial da Reforma Agrária Popular de 2020, em que se recuperou: (a) a necessidade de democratização do acesso à terra; (b) produção de alimentos pautada na soberania alimentar e sustentabilidade ambiental; (c) proteção da natureza, água e diversidade; e (d) defesa de condições de vida digna no campo para todo o povo.

O lançamento do referido plano ocupou todas as mídias sociais do movimento em uma programação que compunha debates, entrevistas, participação de movimentos sociais e coletivos apoiadores do movimento.

Assim, estamos de acordo com Sajak (2020) ao assinalar alguns desafios postos, a partir da pandemia, para os movimentos sociais em termos de produção de novas estratégias de mobilização e de articulação de seus integrantes. O MST consegue, desse modo, se apropriar do cenário político e social e dele atualizar suas pautas de luta e seu projeto societário, mobilizar sua militância, sobretudo num contexto em que a produção de alimentos saudáveis é vista como urgente e a crítica severa feita em torno da agricultura industrial, tida como uma das promotoras de desequilíbrio ambiental e causadora de proliferação de agentes patógenos como temos vivido agora, nunca esteve tão atualizada (Altieri &

Nicholls, 2020). Um trecho retirado de um artigo publicado no site do MST em abril, chamado “Nossa luta e a crise: cuidar de nós, da vida das pessoas e da natureza!” nos dá uma noção desse posicionamento:

Lições que podemos extrair da pandemia que já atinge mais de 160 países:

1. A saúde do ser humano depende do equilíbrio sustentável e saudável entre as pessoas e sociedades na relação com a natureza, o meio ambiente e as relações entre as nações;
2. A saúde é, antes de mais nada, um bem comum e público;
3. Uma boa alimentação é condição elementar para fortalecer a imunidade das pessoas e garantir boas condições de saúde;
4. A produção e o consumo de alimentos saudáveis livres de produtos químicos são parte da cura das enfermidades e doenças;
5. A pandemia contribuirá para agravar a crise social, aumentando a fome, as desigualdades e a miséria no mundo;
6. Estamos vivendo uma crise estrutural e profunda do sistema capitalista que revela a sua insustentabilidade e incapacidade de proteger a saúde e a vida das pessoas. (Araújo, 2020)

Vemos tomar corpo a materialização desse discurso, envolvendo uma proposta de enfrentamento à pandemia com um apelo para a unidade da classe trabalhadora na defesa de suas vidas, incorporando elementos simbólicos e identitários das lutas populares, contestação ao cenário de crise política atual, construção de saídas equânimes ancoradas na agroecologia, na perspectiva da solidariedade, princípios e valores do socialismo, elementos esses marcantes na estruturação do MST (Silva, 2004).

Na atualização de suas formas de mobilização política no contexto da pandemia, o MST recompõe alguns desses elementos compartilhando-os em suas mídias digitais a fim de estabelecer um diálogo com a sociedade e de avivar sua militância. Dentre esses princípios, se destacam:

1. Unidade da classe trabalhadora: em se tratando do contexto atual, o MST aponta que a unidade de todo povo brasileiro e a solidariedade são chaves para suprir a liderança falha do governo federal. Como expoentes dessa relação e parceria, várias ações contam direta ou indiretamente com a participação de instituições de ensino, organizações e movimentos sociais populares de luta pela terra, pelas florestas e pelas águas de âmbitos nacional e internacional, partidos políticos e portais de notícias independentes, como: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Via Campesina; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Frente Brasil Popular; Brasil de Fato; União Nacional dos Estudantes (UNE); e Comissão Pastoral da Terra. Acompanhamos aqui a sua configuração enquanto movimento social plenamente articulado a outros atores da cena política que, em rede, partilham um projeto de sociedade e de sujeitos opostos à lógica neoliberal.

Diante da diversidade nessas relações, percebe-se a ampla articulação do movimento durante a pandemia, em função do acirramento das desigualdades e contradições as quais a população é sujeita (Santos, 2020). O movimento traz à tona a memória das lutas camponesas que elucidam a constante resistência e busca de direitos sociais frente às violências sofridas por indígenas, quilombolas ou povos tradicionais e a população vulnerabilizada das cidades.

Vale destacar que algumas das organizações citadas acima endossam a Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas em Defesa da Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus, e defendem um conjunto de propostas emergenciais para o contexto de pandemia. Assim, podemos visualizar que a Plataforma coaduna com as propostas e ações do MST, pois

parte de uma visão integrada do papel da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais para a garantia de segurança alimentar e nutricional para o conjunto do povo brasileiro, sobretudo, diante da crise econômica, do desemprego do desabastecimento que se agrava com os impactos da pandemia do coronavírus no Brasil. (Contag et. al., 2020, p. 02)

2. Postura combativa na defesa de um projeto político para a sociedade: o MST amplia seu discurso e ações em prol do conjunto de vozes representadas por suas publicações. Com esse intuito, descortina os efeitos danosos do governo de Jair Bolsonaro, assim como a proliferação do coronavírus, revelando um raio-x da necropolítica (Mbembe, 2018) como expressão da crise estrutural do capitalismo com contornos brasileiros: a herança colonial da propriedade da terra baseada na expropriação dos direitos da classe trabalhadora das urbanidades, do campo, das florestas e das águas.

Segundo Landini (2015), a partir de dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, as comunidades rurais dos países do Sul concentram o maior número de grupo sociais oprimidos e marginalizados do mundo atual, gerando um nível mundial de 27% da população em pobreza extrema. Na América Latina, a pobreza se expressa de forma mais intensa em determinados grupos étnicos e etários, especificamente entre os povos originários e tradicionais, como as crianças e jovens indígenas e afro-latino.

De modo geral, o MST apregoa essas denúncias em “praça pública” e segue a ideia de que as ações do governo federal, em meio à pandemia, não apresentam nenhuma medida eficaz para proteger a população mais vulnerável e, no sentido contrário, realiza manobras políticas de alcance nacional para negar direitos humanos constitucionais à população brasileira, o que o levou a ser denunciado por crimes contra a humanidade ao Tribunal Penal Internacional pela Associação Brasileira de Jurista pela Democracia (Pereira, 2020).

No compasso com a exposição dos riscos à saúde da classe trabalhadora que trouxe a pandemia do coronavírus, o MST busca mobilização para construção de um novo projeto político de sociedade e faz isso também por meio de suas mídias sociais e evidencia a disputa política e ideológica para superação dos agravos históricos e pandêmicos sob a questão agrária. No seu já referido Programa Agrário, o MST afirma que “desse forma que iremos construir nossa participação nas lutas de toda classe trabalhadora para construir um processo revolucionário, que organize a sociedade e um novo modo de produção, sob os ideais do socialismo” (MST, 2014, pp. 32-33).

Cabe ressaltar que os horizontes da sua luta, como definido por sua proposta de Reforma Agrária Popular, tem como fundamentos a luta pela terra e território; a conservação da natureza a partir dos princípios da agroecologia; cuidado e democratização das sementes crioulas, livres de agrotóxicos e transgênicos; a produção agrícola sob controle das trabalhadoras e trabalhadores rurais para garantia da soberania alimentar; defesa de direitos sociais básicos para população do campo, como moradia, educação, saúde; e mudanças no sistema político brasileiro compreendido como antidemocrático, burguês e aliado ao agronegócio (MST, 2014).

Acreditamos ser coerente afirmar que esses elementos estão presentes entre os conteúdos publicados em suas mídias e foi constante o debate sobre cada um deles. Assim, durante o recorte de tempo estabelecido por este artigo, o MST já estava veiculando o que em junho seria lançado como o Plano Emergencial da Reforma Agrária Popular, então entendemos que ao nos referir às ações supracitadas estamos nos aproximando desse documento que nasce como resposta ao momento de pandemia e o agravo das desigualdades sociais brasileiras, porém, bebe da fonte dos acúmulos da luta que empreende desde a fundação do Movimento em 1984.

Assim, ressaltamos a batalha das ideias, embasada nas contribuições marxistas é como a sua militância se refere a disputa ideológica em curso no Brasil, como assunção do papel de tensionar questões estruturais presentes na sociedade propondo um modelo de sociedade equânime para o enfrentamento da pandemia e para momento seguinte pós-pandemia reunindo um conjunto de símbolos comuns a luta da classe trabalhadora do campo, das florestas, das águas e da cidade.

Dessa forma, ressaltamos a potência de suas ações e o significado delas para a coletividade, bem como sua relação com a constituição da subjetividade de seus/suas militantes a partir dos princípios e valores organizativos do movimento e os ímpetos de transformação social frente ao conjunto de desigualdades e opressões presentes nas investidas para sair de um estado de morte para um de vida, persistindo na “vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta” (Sawaia, 2009, p. 365).

Considerações finais

As ações de mobilização política levadas a cabo pelo MST no cenário da pandemia têm assinalado que, mesmo diante das recomendações de distanciamento social, é possível manter-se numa frente de disputa política, posicionando-se diante das inúmeras narrativas em jogo sobre a pandemia e suas formas de enfrentamento, criando, assim, espaços de resistência.

As mídias sociais cumprem aqui um papel de destaque na medida em que se tornam forma privilegiada de diálogo com a base social do movimento e demais setores da sociedade. Nas categorias analisadas foi marcante a presença de alguns elementos que historicamente constituem o projeto político do movimento: a busca de unidade de classe, a defesa de uma reforma agrária popular, a produção de alimentos pautada na soberania alimentar e o combate ao modelo de agricultura industrializada.

Seus integrantes, por meio das diversas atividades realizadas e divulgadas nas mídias sociais, também situam-se de modo incisivo na crítica ao atual governo federal, denunciando para a sociedade os desmontes das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, para os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade que vêm se efetuando e se agravando no cenário da pandemia.

Cumpre destacar que pesquisas futuras possam se deter ao alcance que as estratégias de mobilização política a partir das mídias sociais têm sobre o conjunto da base social e militância do movimento que vive principalmente em contextos rurais e estão em boa medida privados do acesso à internet. Também seria oportuno indagar que lugar a juventude do MST vem assumindo nesse processo fortemente atravessado pela presença de novas plataformas de comunicação.

Por fim, ensejamos que esse estudo possa contribuir na reflexão sobre o cenário atual que vem demandando dos movimentos sociais novas estratégias de mobilização política em face do isolamento social, sobretudo num momento de profunda crise política em que conquistas históricas de um marco civilizatório vêm sendo atacadas e desmontadas pelo atual governo.

Referências

- ABRANDH. (2010). *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Recuperado de https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf
- Altieri, M. A. & Nicholls, C. I. (2020). La agroecología en tiempos del Covid-19. In *CLACSO: Pensar la pandemia: observatorio social del coronavírus*. Recuperado de <https://www.clacso.org/la-agroecologia-en-tiempos-del-CCovid-19/>
- Araújo, D. (2020). Nossa luta e a crise: cuidar de nós, da vida das pessoas e da natureza! Recuperado de <https://mst.org.br/2020/04/24/nossa-luta-e-a-crise-cuidar-de-nos-da-vida-das-pessoas-e-da-natureza/>
- Banerjee, S. (2020). Espacios comunitarios en la India: ¿construyendo solidaridad en tiempos de pandemia? In B. Bringel & G. Pleyers (Orgs.), *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia* (pp. 141-146). CLACSO; ALAS.
- Barbosa, A. (2017). A comunicação do MST: de organizador coletivo a instrumento de formação. *Revista de Estudos Universitários - REU*, 43, 1, 135-149.
- Barreto, M. L. et al. (2020). O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil? *Rev Bras Epidemiol*, 23: e.200032. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200032>
- Bastos, P. (2016). MST e a Cidade: Comunicação e socialização política entre trabalhadores rurais e urbanos. *Revista Extraprensa*, 9(2), 173-193. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2016.111413>
- Bogo, T. C. A. (2020). *Canções da terra: a produção musical do MST como instrumento de luta social*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, UFSB.
- Butler, J. (2020). El capitalismo tiene sus límites. In P. Amadeo (Org.), *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias* (pp. 59-66). Aspo Editorial.
- CIMI. (2020). *A ameaça de genocídio que paira sobre os povos indígenas isolados no Brasil*. Recuperado de <https://cimi.org.br/2020/07/ameaca-genocidio-pairapovos-indigenas-isolados-brasil/>
- Coletivo de comunicação MST BAHIA. (2020). “Continuaremos a plantar árvores e lutar pela vida”. *Página do MST*. Recuperado de <https://mst.org.br/2020/05/18/continuaremos-a-plantar-arvores-e-lutar-pela-vida/>
- CONTAG, CONTRAF BRASIL, FBSSAM, FASE, ASA, ATER, MPA, MST, MAB, MMC, MPP, PJR, MAM, CONAQ, Levante Popular da Juventude , CPT, Cáritas Brasileira, UNICAFES, UNICOPAS, CMP, CUT, Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, Secretaria Agrária Nacional do PT, Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara dos Deputados – Adão Pretto. (2020). *Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas em Defesa da Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus*. Recuperado de <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Plataforma-Emergencial-do-Campo-atualizado-01.05.20202.pdf>

- Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Germani, A. R. M. (2020). *Terra, trabalho e saúde*. Editora da UFSM.
- Gizzi, J. S. B. & Mendonça, R. N. (2020). A crise do trabalho e o Covid-19: o futuro não é mais como era antigamente. In C. B. Augusto & R. D. dos Santos (Orgs.), *Pandemias e Pandemônio no Brasil* (pp. 229-256). Tirant lo Blanch.
- Gohn, M. G. (2014). *Novas teorias dos movimentos sociais*. Edições Loyola.
- Harvey, D. (2020). Política anticapitalista en tiempos de Covid-19. In P. Amadeo (Org.), *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias* (pp. 79-96). Aspo Editorial.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latino-americano. In *Hacia una psicología rural latino-americana* (pp 21-32). CLASCO.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2010). Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 269-278.
- Lopes, J. W. & Veloso, M. S. F. (2017). Eleições e ciberativismo: o caso da campanha #VOTELGBT. *Extraprensa*, II(1), 59-73.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 Edições.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.
- Movimento Rural dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. (2014). *Programa agrário do MST*: deliberações aprovadas no V Congresso Nacional. Fevereiro 2014. Edição em cartilha.
- MST. (2020). Agora Lançamento | Pedagogia da Pandemia [Arquivo de Vídeo]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=VGMqFQVcJPY&ab_channel=MovimentoSemTerra
- MST. (2020). Aula de violão | Escola virtual João das Neves [Arquivo de Vídeo]. Recuperado de http://www.youtube.com/watch?v=UMGcaPwhOkc&t=35s&ab_channel=MovimentoSemTerra
- MST. (2020). Médico do MST formado em Cuba dá dicas sobre como enfrentarmos o Covid-19 [Video file]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=xCL1tZPAs6M>.
- MST Oficial. (2020, março 23). Aos poucos vamos conquistando vitórias, como a revogação da suspensão dos salários por 4 meses, mas só isso não basta, precisamos derrubar topa essa MP da morte! Hoje, a nossa pressão no Bolsovírus precisa ser maior. A luta não para! #AcabouBolsonaro #BolsonaroGenocida [Tweet]. Recuperado de https://twitter.com/MST_Oicial/status/1242179096781651968.
- Nunes, R. (2019). *Atores e práticas ciberativistas no Brasil: o esboço de uma história*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA).
- Oliveira, A. (2020). No Ceará, MST distribui 15 toneladas de alimentos saudáveis e 5 mil litros de leite. Página do MST. Recuperado de <https://bit.ly/3sMHAX2>.

Pereira, T. (2020). ABJD denuncia Bolsonaro por crime contra a humanidade na condução da pandemia. *Rede Brasil Atual*. Recuperado de <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/04/abjd-denuncia-bolsonaro-por-crime-contra-a-humanidade-na-conducao-da-pandemia/>.

Pompeia, C. (2020). “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, 26(56), 195-224. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000100009>

Pinto, L. F. G., Faria, V. G., Sparovek, G., Reydon, B. P., Ramos, C. A., Siqueira, G. P., Godar, J. et al. (2020). Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate*, 10. Imaflora.

PNUD, IPEA, & FJP. (2017). *Desenvolvimento humano para além das médias*. Autores.

Ramonet, I. (2020). La pandemia y el sistema-mundo. In *Le Monde diplomatique*. Recuperado de <https://mondiplo.com/la-pandemia-y-el-sistema-mundo>

Rocha, C. (2020). Como a pandemia causa um estrago na agricultura familiar. In Nexo. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/11/Como-a-pandemia-causa-um-estrago-na-agricultura-familiar>.

Rückert, B. & Aranha, A. V. S. (2018). Struggling for health is struggling for agrarian reform: A study on health practices within the Brazil's landless workers' movement. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 116-127. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170158>

Sajak, S. (2020). Movimientos sociales y solidariedades (transnacionales) en tiempos de coronavirus. In B. Bringel & G. Pleyers (Orgs.), *Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia* (pp. 205-209). CLACSO; ALAS.

Santos, B. S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.

Setor de Comunicação MST MG. (2020). Durante quarentena, MST realiza a escola virtual de artes João das Neves. *Página do MST*. Recuperado de <https://mst.org.br/2020/04/15/durante-quarentena-mst-realiza-a-escola-virtual-de-artes-joao-das-neves/>

Silva, E. N. (2004). *Formação e ideário do MST*. Editora Unisinos.

Silva, M. R., Pires, G. D. L., & Pereira, R. S. (2020). O necroliberalismo, bolsonaro “vírus mental” e a pandemia da Covid-19 como casos de saúde pública: o real resiste? *Motrivivência*, 32(61), 1-18. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e72755>

Sudré, L. (2020). Para combater a “pandemia da fome”, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://bit.ly/34Mdfjk>

Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 25-44. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

WHO. (2020). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on Covid-19 - 11 March 2020*. Recuperado de <https://bit.ly/3oVBYIG>

*Recebido em: 07/10/2020
Aprovado em: 05/10/2021*

A brincadeira animal, uma política da imaginação

Un animal de juego,
una política de la imaginación

An animal play,
politics of imagination

Pedro Augusto Papini

pedroaugustopapini@gmail.com

(Psicólogo, Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.).

Rodrigo Shames Isoppo

minhopa@gmail.com

(Cientista Social, Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Obra: “*O que os animais nos ensinam sobre política*” de Brian Massumi

Resumo

Nesta resenha apresentamos o livro do filósofo canadense Brian Massumi, “*O que os animais nos ensinam sobre política*”. O autor centra-se especificamente na brincadeira animal para tecer uma rigorosa reflexão sobre ética e estética. Nos mostrando as lacunas na brincadeira de luta entre lobos e quando ela termina e vira combate real. Para tanto, Massumi tece uma cuidadosa teia de conceitos os quais pretendemos apresentar seus pontos nodais que residem na disjunção entre realizar um ato ou de dramatizá-lo. Disjunção que na brincadeira animal ou humana é fonte de aprendizagem e de ancoragem ao realizar um circuito entre instinto e política. O autor apresenta conceitos que balizam o interlaçamento, com uma diferença lídica vital, entre instinto e política, diferença onde reside um potencial, uma margem de manobra, chamada criação.

Palavras-chave: Ética; Estética; Criação; Imaginação; Política.

Resumen

En esta revisión presentamos el libro del filósofo canadiense Brian Massumi, “*Lo que los animales nos enseñan sobre política*”. El autor se centra

Resenha

específicamente en el juego de animales para tejer una reflexión rigurosa sobre la ética y la estética. Mostrándonos las brechas de lo que hace el juego de lucha de lobos y cuándo termina y se convierte en un verdadero combate. Con este fin, Massumi teje una cuidadosa red de conceptos que ahora tenemos la intención de presentar sus puntos nodales que se encuentran en la disyunción entre realizar un acto o dramatizarlo. Disyunción que en el juego animal o humano es una fuente de aprendizaje y anclaje al hacer un circuito entre el instinto y la política. Presentación de conceptos que marcan el entrelazado, con una diferencia lúdica vital, entre instinto y política, diferencia donde hay un potencial, un margen de maniobra, llamado creación.

Palabras clave: Ética; Estética; Creación; Imaginación; Política.

Abstract

In this review we present the book “What animals teach us about politics”, written by Canadian philosopher Brian Massumi. The author focuses specifically on animal play to weave a rigorous reflection on ethics and esthetics. Showing us the gaps in wolf fighting play and when it ends and becomes real combat. To this end, Massumi weaves a careful web of concepts which we now intend to present their nodal points that lie in the disjunction between performing an act or dramatizing it. A disjunction that in animal or human play is a source of learning and anchoring when it makes a circuit between instinct and politics. A presentation of concepts that mark the interlacing, with a vital playful difference, between instinct and politics, a difference in which lies a potential, a margin of maneuver we call creation.

Keywords: Ethic; Aesthetics; Creation; Imagination; Politics.

“*O que os animais nos ensinam sobre política*” (Massumi, 2017) - publicado originalmente em 2014 nos Estados Unidos e, em 2017, no Brasil pela Editora N-1 - já é um título que instiga o leitor a se estranhar, pois a tradição filosófica, pelo menos desde Aristóteles, prevê em suas raízes que a política é uma atividade inventada e protagonizada pelo ser humano e que, portanto, não é ele que ocuparia a tarefa de aprendiz. Brian Massumi, filósofo canadense, tradutor de *Mil Platôs* para o inglês, é um dos expoentes do pensamento ligado a Deleuze no universo anglo-saxão. O livro aqui resenhado deste autor desafia a base da razão moderna, seja ela cartesiana ou kantiana, da relação do homem com seu ambiente, antevendo um esgotamento acerca dos nossos modos usuais e demasiado humanos de lidar com o político. Mas para isso, ele endossa essa estreita relação que temos com a nossa própria animalidade, no que ele chamará de *continuum animal*, que tende a colocar em suspensão a origem do pensamento iluminista antropocêntrico, fundamentada na dicotomia entre natureza (algo estático e passivo) e cultura (o que dá movimento ao pensamento). O desafio de Massumi, portanto, é romper com uma tradição iluminista que coloca o homem como uma entidade a parte das demais entidades que povoam o planeta e a razão (e, consequentemente, a política) como um fenômeno e uma atividade transcendente que se origina no homem. Essa ruptura permite perceber o quanto podemos aprender características do nosso modo de pensar que vêm antes de nós desprogramando a hierarquia cartesiana.

Thomas Hobbes, importante teórico sobre as formas modernas do Estado, propõe o conhecido mitologema “o homem é o lobo do homem” para falar de uma espécie de estado de natureza que subjaz sobre no contrato social. Neste caso, a animalidade não poderia prescindir do Leviatã para contê-la, e o pensador credita na conta dos lobos a capacidade humana de destruição de seus semelhantes. Com o livro de Massumi, a proposição de Hobbes fica enfraquecida, o que é resultado dos estudos do filósofo canadense que são enfocados na fera que é capaz de brincar.

Massumi nos mostra que no mais singelo gesto de brincadeira é possível observar uma lacuna entre executar um ato e dramatizá-lo. Na cena lúdica isso ocorre na forma de uma “mútua inclusão”: a execução de um ato e a dramatização do mesmo. Em “*O que os animais nos ensinam sobre política*”, o único momento que parece ser possível identificar uma diferença substancial entre o humano e o animal é o fato de os humanos experimentarem paradoxos de mútua inclusão como um colapso de sua capacidade de pensar, e ficarem perturbados com isso; no entanto, o animal é menos perturbado do que ativado por eles.

Essa afirmação, ou ativação, a partir do paradoxo faz com que Massumi nos ensine sobre uma lógica do “terceiro incluído”. O autor nos faz ler nos pequenos gestos de brincadeira animal uma problematização política e filosófica que contrapõe a lógica clássica da lei do terceiro excluído, que corresponde à lei da não-contradição; a lei do terceiro excluído afirma que para qualquer proposição ou ela é verdadeira ou a sua negação é verdadeira – de modo que a opção de que a terceira hipótese, a de que seja verdadeira e ao mesmo tempo não verdadeira, é excluída. No entanto, para entender a brincadeira é preciso pensar em mútua inclusão de polos contrastantes, ou seja, em uma lógica do terceiro incluído.

Toda a argumentação se dá sobre o campo da ética e o campo da criação. Sua abordagem propõe a leitura de uma situação cotidiana de dois filhotes de lobo brincando de luta. O autor defende que o espaço da brincadeira não se resume a um conjunto automático de respostas instintivas esperadas sem uma intencionalidade. Isso não explicaria a compreensão dos envolvidos de que aqueles gestos de ataque e defesa não denotam a guerra predatória pela sobrevivência, mas sim uma simulação lúdica daquilo que ainda não experienciaram, mesmo que tais gestos sejam semelhantes à situação análoga (a luta real). Ou seja, na brincadeira o gesto lúdico não denota aquilo que iria denotar na arena de combate.

A “mesmeidade” do passado e a criação do futuro são categorias mutuamente inclusivas na brincadeira, diante da “tendência supernormal”. A tendência supernormal é um importante conceito esmiuçado pelo autor, que diz respeito à superação daquilo que está dado. Massumi apresenta esse conceito a partir de um experimento clássico do biólogo Niko Tinbergen, em que o mesmo se propunha a isolar características que faziam filhotes de gaivota prateada solicitar comida, expondo os mesmos a engodos de bicos maternos. O que frustra o experimento é justamente a capacidade animal de inventar diante do inesperado; frustra o experimento pois as respostas mais entusiasmadas dos filhotes de gaivota prateada se deram

precisamente diante do estímulo que menos se parecia com o bico original. Massumi nos lembra também das famosas minhocas de Charles Darwin, em que o célebre naturalista já anotava que as minhocas nunca tapam os buracos da mesma maneira.

O que podemos aprender então da brincadeira animal? Os lobos mordiscam, as minhocas tapam este buraco, os filhotes de gaivota prateada encontram um entusiasmo supernormal. Em todos esses casos estamos falando de uma capacidade intuitiva de criação diante do estabelecido. E o que o livro nos evidencia é que a brincadeira está em todos os cantos do instinto. O autor recorre aos cientistas naturais, mais precisamente aos clássicos do campo da biologia, para dar suporte às suas análises filosóficas e isso é uma escolha política. Essa opção é para desnaturalizar que os fenômenos do pensamento humano sejam exclusivos das ciências humanas ou da cultura humana, afirmado, ao contrário, que são *continuum* de sua própria animalidade.

“O instinto envolve um modo de memória que Ruyer chama de ‘traço mnêmico’. É a diferença entre o traço mnêmico e a singularidade da situação presentemente vivida o que inaugura uma diferença mínima que coloca uma margem de brincadeira até na mais básica ação intuitiva” (Massumi, 2017, p. 32 – nota de rodapé). Daí vemos as gaivotas prateadas frustrarem o experimento que busca isolar alguma “função pura” do passado, pois não considerava o apetite (entusiasmo) supernormal.

No caso dos filhotes de lobos brincando de luta, há um rendimento estético que corresponde não ao combate, mas ao combatesco, ou seja, o que o autor chama de “-esquide” dos gestos (mordiscar, não morder). Esse rendimento estético é chamado também de “mais valia de vida”. Para Raymond Ruyer, filósofo que se debruça sobre a filosofia da biologia, referência bastante citada por Massumi, todo ato intuitivo produz um rendimento estético – isso situa a brincadeira num *continuum* de instinto e, inversamente, o instinto no espectro artístico. A brincadeira, portanto, pertence intuitivamente à dimensão estética. Diz ele que “O rendimento estético da brincadeira é a medida qualitativa de sua inutilidade” (Massumi, 2017, p. 26). Pois a ludicidade é exercida pelo gesto na medida em que não cumpre sua função analógica, colocando-a em suspenso em prol da própria representância que dela faz.

Massumi então nos apresenta conceitos que nos ajudam a adentrar no espaço da brincadeira como um espaço intuitivamente ético e estético. Ou melhor, nos coloca o que o ato intuitivo corresponde ao campo da ética e da estética. Elegemos alguns conceitos erigidos pelo texto que contornam essas proposições dialogando entre si: “tendência supernormal”, “terceiro incluído”, “afeto de vitalidade” e “afeto categórico”.

Afeto de vitalidade e afeto categórico são tendências contrastantes que se incluem mutuamente pela questão do terceiro incluído. O instinto é uma cooperação, uma simpatia, entre esses polos contrastantes; tendências contrastantes que se incluem mantendo suas diferenças. Massumi dirá que uma política animal não tem medo do instinto, no momento em que o instinto coloca-se como perpétuo paradoxo entre o que é e o que poderia ser. Ou seja, é a atuação desse paradoxo.

O afeto de vitalidade corresponde justamente à maneira que um gesto é executado, e é este que diz respeito à dimensão estética do acontecimento; é o floreio da brincadeira: “abstração vivida”, segundo Massumi. Já o afeto categórico ancora a situação numa memória do que seria a situação análoga; por isso o afeto categórico se dá enquanto um traço mnêmico. Embora um gesto lúdico apavorante não denote aquilo que iria denotar, ainda é provocado pelo “mesmo terror”. “O assustadoresco inspira o pavor” (2017, p. 52). A brincadeira se torna combatesca enquanto o combate se torna lúdico.

As dimensões do instinto e da brincadeira que têm a ver com a abstração vivida ou afeto de vitalidade, seriam, portanto, o *como*; já o afeto categórico tem a ver com o *que* – ou seja: o afeto de vitalidade diz (na forma de um metacomentário, isto é, “comenta” enquanto faz): “isto não denota o que iria denotar, isto é um jogo”, enquanto o afeto categórico complementa “esta, no entanto, é uma situação de medo”.

Massumi (2017, p. 56) diz que “o afeto categórico é a determinação imediatamente sentida do que a vida é de fato na complexidade acontecimental do momento”. Começamos então a perceber que o afeto de vitalidade (que tem a ver com o estilo) flerta com uma dimensão estética do acontecimento, enquanto o afeto categórico flerta com uma dimensão ética. Funcionando na lógica do terceiro incluído, o acontecimento é sempre ético e estético.

“Estando sempre em jogo, a denotação (o floreio, o estilo, o afeto de vitalidade), bastante artificiosa e em termos constitutivos atingidas pelo paradoxo, é eminentemente suspeita” (Massumi, 2017, p. 52). “O afeto categórico é do que verdadeiramente trata o acontecimento” (Massumi, 2017, p. 53). Ele qualifica verdadeiramente a interação em curso envolvendo um tipo conhecido de experiência (traço mnêmico do medo) e atesta a correspondência entre as duas arenas em jogo, confirmando e cimentando a analogia: o mesmo terror (ainda que com uma diferença lúdica vital).

A questão é que a verdade da brincadeira é de ordem afetiva. E o afeto categórico é a verdade da brincadeira; por isso “categórico”. O afeto categórico é relacionado ao acréscimo de uma dimensão de “mesmeidade”. E aqui está o papel do afeto categórico: contribuir com a verdade que será golpeada pelo paradoxo do poder do afeto de vitalidade. O afeto de vitalidade e o afeto categórico são aspectos concomitantes ao ato de brincadeira, funcionando em uma desterritorialização recíproca. O afeto categórico é um signo de poder, o de vitalidade um signo de potencial. A brincadeira se torna combatesca e o combate se torna lúdico com a lei do terceiro incluído. “O golpe do paradoxo sob o afeto categórico torna o gesto inventivamente indecidível – além de ser verdadeiro” (2017, p. 53).

A verdade afetiva é a garantia do entusiasmo do corpo do parceiro da brincadeira, sem isso o jogo careceria de intensidade. O afeto categórico na brincadeira é o fermento que permite que o afeto de vitalidade venha à tona.

Mas e quando então “há guerra”, quando a brincadeira resvala para seu análogo? A resposta do autor é: quando se torna verdadeira demais. Na medida que o gesto lúdico implica imediatamente ao menos dois, o ato de intuição inclui dramática e mutuamente ao menos duas perspectivas não-coincidentes, pela lógica do terceiro incluído. Em Massumi, a intuição é transindividual no sentido em que habita as lacunas entre as perspectivas individuais.

E aqui entra outro conceito importante que tem a ver com o afeto categórico, que é o de “importância vivida”. Seria aquele traço mnêmico que se coloca como obrigatório, imperativo, importante. Podemos dizer que há guerra quando a imaginação (ou a autonomia da expressão) é esgotada pela “importância vivida”. Fica sério demais, pois a importância vivida tem a ver com o já expresso (“essa mordida é uma mordida”); segundo Massumi (2017, p. 71), a importância vivida “é uma assunção obrigatória dos imperativos da situação enquanto dada”.

No entanto, no que concerne à brincadeira, há uma pressuposição recíproca entre autonomia da expressão, de um lado, e dependência quanto ao já expresso. O terceiro incluído entre abstração vivida e importância vivida. De certo modo é com a importância vivida que a brincadeira brinca.

Podemos pensar a importância vivida como uma dimensão ética da brincadeira na medida em que é ela quem dita os graus de liberdade que podem ser ‘-esquizados’. Já a abstração vivida (aquele do afeto de vitalidade) relaciona-se à dimensão estética; e os animais nos ensinam a pensá-las pela lógica do terceiro incluído. Os animais assim nos ajudam a construir um paradigma ético e estético para pensar a política. Instaurar margens de manobra. Mobilizar os possíveis pelo ato de criação diante da tendência supernormal. Em outras palavras, os animais dão concretude a uma política da imaginação.

Referências

Massumi, Brian. (2017). *O que os animais nos ensinam sobre política* (Francisco Trento & Fernanda Mello, trads.). N-1 edições.

*Recebido em: 13/08/2019
Aprovado em: 06/10/2019*

A Psicologia Política da Equipe de Córdoba (Argentina)

La Psicología Política del Equipo de Córdoba (Argentina)

The Political Psychology of Córdoba Team (Argentina)

Henrique Araujo Aragusuku
henrique_aragusuku@hotmail.com

Doutorando e mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Especialista em Psicología Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Membro do Núcleo de Pesquisa em Psicología Política e Movimentos Sociais (NUPMOS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Obra: Políticamente: Contribuciones desde la Psicología Política en Argentina, organizada por Silvina Brussino

A obra *Políticamente: Contribuciones desde la Psicología Política en Argentina*, organizada por Silvina Brussino (2017), é um dos mais recentes livros/manuais de Psicología Política publicados na América Latina, reunindo as pesquisas realizadas pela “Equipo de Psicología Política” da Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Junto a obras como *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política* (Silva & Corrêa, 2015), *Psicología Política: temas atuais de investigação* (Sandoval, Hur, & Dantas, 2015), *Psicología Política Crítica: Insurgências na América Latina* (Hur & Lacerda, 2016) e *Contribuciones a la Psicología Política en América Latina: contextos y escenarios actuales* (Magaña, Dorna, & Torres, 2016), o presente livro se soma aos esforços atuais de divulgação dos desenvolvimentos acadêmicos da Psicología Política latino-americana contemporânea.

A publicação deste livro coincidiu com os trinta anos da pioneira obra *Psicología Política Latinoamericana* – organizada por Maritza Montero (1987) – que compilou artigos de autores/as de diversas nacionalidades, como Pablo Christlieb (México), Ignacio Martín-Baró (El Salvador), Fernando González Rey (Cuba), Wanderley Codo (Brasil) e Ángel Rodríguez Kauth (Argentina). Esta obra marcou a formalização do campo da Psicología Política na América Latina que se instituiu, nos anos de 1980, fortemente influenciado pela tradição crítica latino-americana, vinculada ao cenário político de resistência às ditaduras civil-militares existentes em todo o continente. Como evidenciado em diversos trabalhos (Hur & Lacerda, 2016; Silva & Corrêa, 2015), o desenvolvimento da

Resenha

Psicologia Política na América Latina ocorreu em meio às lutas pela democracia, pelos direitos humanos e pela justiça social no continente, de forma a impulsionar o seu caráter crítico e contestatório¹.

A Psicologia Política na Argentina também foi formalizada neste período, principalmente a partir das produções de Rodríguez Kauth na Universidad Nacional de San Luis (UNSL), que estavam inseridas na tradição crítica latino-americana e nas lutas pela redemocratização. Cabe ressaltar que na Argentina, desde os anos de 1960, eram desenvolvidos importantes trabalhos que articulavam política e psicanálise, como em Enrique Pichon-Rivière (1907-1977) e Marie Langer (1910-1987). Tais trabalhos influenciaram os desenvolvimentos da Psicologia Social e da Psicologia Política na Argentina ao longo das últimas décadas do século XX, proporcionando uma nova forma de análise dos entrelaçamentos entre psicologia e política. Nos anos de 1990, já inseridos em um ambiente institucionalizado por grupos e projetos, novos estudos em Psicologia Política foram desenvolvidos a partir de múltiplas abordagens e perspectivas (Brussino, 2017; Brussino, Rabbia, & Imhoff, 2010).

Tratando sobre o século XXI, como destacado por Brussino (2017), a Psicologia Política latino-americana passou por um processo de consolidação institucional nos últimos dez anos, impulsionado pela organização de encontros acadêmicos do campo e pela criação da Asociación Ibero-Latinoamericana de Psicología Política (AILPP), em 2011, na cidade de Córdoba. A Equipe de Psicología Política da UNC, em atividade desde 2003, possui um lugar fundamental neste processo recente de institucionalização do campo, sendo atualmente um dos principais grupos de pesquisa em Psicología Política na América Latina.

O livro *Políticamente* compila os resultados das pesquisas realizadas no âmbito deste grupo, estando vinculado à análise da realidade política e social argentina. No entanto, suas proposições teóricas, conceituais e metodológicas não se restringem às particularidades regionais e nos proporcionam contribuições fundamentais para o desenvolvimento da Psicología Política no cenário latino-americano – certamente possuem potencial de amparo a pesquisas realizadas em outros contextos, tempos e localidades. Desse modo, considero que este livro deve compor as leituras de pesquisadoras/es latino-americanas/os que se engajam no estudos das intersecções entre psicologia, política e sociedade.

Cabe ressaltar que as reflexões e proposições presentes neste livro foram articuladas a partir de uma perspectiva particular em Psicología Política que não é majoritária no contexto latino-americano: a perspectiva sociocognitivista. Trata-se de uma perspectiva dominante na Psicología norte-americana e europeia, e na Psicología Política impulsionada por pesquisadores/as vinculados/as à International Society of Political Psychology (ISPP), porém duramente criticada no contexto latino-americano pelas perspectivas sócio-históricas e social-críticas, de orientação marxista ou pós-estruturalista. Assim, como exposto no livro, vemos uma forte aproximação teórica com os referenciais da Psicología Política, da Psicología Social e da Sociología Política norte-americanas e europeias (sobretudo espanhola), utilizados em articulação com os referenciais latino-americanos.

A perspectiva sociocognitivista da ISPP é minoritária e praticamente inexistente na Psicología Política brasileira, sendo inclusive criticada e rejeitada (mesmo que de forma indireta) por expoentes da Associação Brasileira de Psicología Política (ABPP). Como apresentado por Hur e Lacerda (2016), expressando uma concepção corrente na Psicología Política brasileira:

Entendemos, assim, que chegamos a um ponto de inflexão em que ousamos afirmar que, na atualidade, não nos reconhecemos dentro da mesma tradição clássica da ‘Psicología Política’. O que fazemos da Psicología Política na América Latina não é o mesmo que se faz historicamente dela no hemisfério norte. Nossa Tradição Crítica resultante das inúmeras lutas sociais que nos constituiu e continua a nos constituir como continente nos faz pensar que “Psicología Política Crítica” é um termo que define muito melhor a Psicología Política Latinoamericana. (Hur & Lacerda, 2016, p. 9)

1 Sobre a Psicología Política na América Latina, temos os dossiês “A Psicología Política na Ibero-Latino-América: avanços e desafios de um campo emergente” (Silva & Pezzia, 2012), publicado na *Revista Psicología Política* (Brasil); e “La psychologie politique en Amérique Latine” (Dorna, 2013), publicado na *Cahiers de Psychologie Politique* (França).

Provavelmente, este distanciamento de tradições e perspectivas teve influência na ausência de referenciais brasileiros nas discussões realizadas pela Equipo de Psicología Política da UNC – que também permanecem pouco difundidas na Psicologia Política no Brasil. Por outro lado, compreendo que também existe uma polissemia em relação às noções de “política” e “político”, que produz cisões e distanciamentos analíticos. Paralelamente, não existe consenso sobre a constituição dos elos entre “psicología” e “política” e sobre o significado da Psicología Política enquanto campo acadêmico². Algo que gera polêmicas e tensões nos encontros nacionais e internacionais do campo. Em minha compreensão, estas são questões que devem ser aprofundadas e reformuladas por novas pesquisas, tendo em vista o confronto dialógico entre distintas perspectivas teóricas e epistemológicas.

Sobre uma discussão ético-política de fundo, concordo que a utilização acrítica de referenciais do hemisfério norte, tratados como “universais”, prejudica a compreensão dos problemas sociais que perpassam a realidade latino-americana. Entretanto, isto não significa que tais referenciais não possam trazer valiosas contribuições quando utilizados de forma qualificada. Dentro da Psicología Política, vemos aportes sociocognitivistas norte-americanos que também se inserem na Tradição Crítica de produção de conhecimento, como visto em John Jost (2006), Kristen Monroe (1996) e Jim Sidanius e Felicia Pratto (1999). O próprio John Jost (presidente da ISPP de 2015 a 2016) contribuiu com a redação do prólogo do livro, demonstrando uma aproximação inédita entre as, ainda distantes, Psicologias Políticas norte-americana e latino-americana.

Em minha percepção, *Políticamente* se apresenta como uma boa utilização de referenciais da Psicología Política norte-americana e europeia, articulados aos referenciais latino-americanos e a outras áreas de saber, para a análise de parte da realidade social e política da América Latina. O diálogo e o confronto construtivo entre diferentes tradições, perspectivas e aportes são importantes exercícios para o desenvolvimento científico e filosófico de um campo de conhecimento. Logicamente, isto não significa perder de vista as relações de poder, os desequilíbrios geopolíticos e socioeconômicos e a contínua dominância (neocolonial) do hemisfério norte na produção de conhecimento científico e filosófico. O debate ético-político crítico, emergente nos anos 70 e 80 na América Latina, continua central para o exercício analítico e reflexivo da Psicología Política, nos impelindo a pensar sobre para quê e para quem estamos produzindo conhecimento. Em relação a esta dimensão normativa, na compreensão de Brussino (2017), expressa no prólogo:

el presente libro supuso un intento por mostrar la diversidad de temáticas que esta disciplina ha abordado en Latinoamérica en un esfuerzo por echar luz a nuestra compleja realidad...

...ante un escenario socio-político tan desafiante como el actual, la Psicología Política puede ayudar a delinear líneas de acción orientadas a fomentar intervenciones y políticas públicas empíricamente fundadas que posibiliten la construcción de una sociedad más justa, equitativa y democrática. (Brussino, 2017, pp. 232-233)

Assim, circunscrito neste horizonte ético-político, o livro foi dividido em oito capítulos, cada um apresentando uma sistematização teórica de determinada temática da Psicología Política, junto à síntese dos resultados obtidos nas pesquisas realizadas pelo grupo. Cabe destacar que as reflexões presentes nos capítulos foram orientadas por uma perspectiva de produção de pesquisas empíricas, por meio da utilização de metodologias quantitativas (em sua maioria) e qualitativas. Por outro lado, esta perspectiva

² Na perspectiva de Brussino (2017), a Psicología Política é definida como uma área disciplinar da Psicología. Uma definição distinta da comumente utilizada, que apresenta a Psicología Política como um campo interdisciplinar (Hur & Lacerda, 2016; Jost, 2017; Magaña, Dorna, & Torres, 2016; Silva & Córrea, 2015). No entanto, tal definição “disciplinar” não prejudica o caráter interdisciplinar das pesquisas apresentadas no livro.

pela produção de conhecimento empírico, exposta em resultados de pesquisa, produziu limitações no aprofundamento das discussões de nível filosófico (ontológico, epistemológico e normativo), sendo o ponto mais frágil do livro. Entretanto, compeendo que tal fragilidade está, muito provavelmente, vinculada a um problema de delimitação do “escopo” dos capítulos. Portanto, questões filosóficas como “o que é Estado, política pública, política e sociedade,” “em que contexto socioeconômico e político tais pesquisas estão inseridas” e “quais são os elos entre psicologia e política” poderiam ser explicitadas e aprofundadas em publicações futuras do grupo.

Assim, no primeiro capítulo, Brussino apresenta algumas definições e um breve histórico sobre a Psicologia Política na Argentina e na América Latina. No capítulo 2, Débora Imhoff e Brussino trabalham com a noção de “socialização política”, trazendo reflexões sobre como determinados fatores (sociais, institucionais, individuais etc.) influenciam o desenvolvimento das atitudes, opiniões e valores políticos. Já no capítulo 3, Brussino, Imhoff, Ana Pamela Paz García e Matías Dreizik realizam uma sistematização teórica sobre o conceito de “ideologia política”, destacando a importância do uso de uma abordagem multivariável que correlaciona as dimensões simbólica e operativa das ideologias políticas. No quarto capítulo, de autoria de Patricia Mariel Sorribas e Brussino, temos nossa atenção direcionada à temática da “participação política”, com a definição de três tipos de orientação à participação e a vinculação das variáveis psicossociais como possíveis fatores explicativos. No capítulo 5, María Inés Acuña, Daniela Alonso e Sorribas destacam o processo de análise do “comportamento eleitoral”, algo que inclui a compreensão dos aspectos sociodemográficos, psicossociais, cognitivos e emocionais do voto.

Em seguida, no capítulo 6, Hugo H. Rabbia e Dreizik trabalham sobre a temática dos “movimentos sociais e das ações coletivas de protesto” a partir da apresentação de uma ampla conceituação sobre a questão, destacando cinco casos presentes em pesquisas realizadas pelo grupo em Córdoba. Paz García e Alonso, no sétimo capítulo, enfocam na análise dos “meios de massas”, da “opinião pública” e da “comunicação política”, refletindo sobre como as ideologias circulam pelos meios de comunicação e influenciam a sociedade. Por fim, no oitavo e último capítulo, Edgardo Etchezahar, Joaquín Ungaretti e Rabbia se atentam ao fenômeno do “preconceito, dos estereótipos e da discriminação” a partir da análise de aspectos intergrupais e psicossociais, junto à proposição de algumas estratégias para a redução dos conflitos intergrupais que constituem este fenômeno.

Desse modo, apresentando uma qualificada síntese das pesquisas realizadas pelo grupo, o livro lança reflexões sobre as seguintes temáticas da Psicologia Política: socialização política, ideologias políticas, participação política, comportamento eleitoral, movimentos sociais e ações coletivas, opinião pública e comunicação política, preconceitos, estereótipos e discriminação. Estes são temas de estudos que podem ser considerados basilares para a Psicologia Política, perpassando a sua história enquanto campo de conhecimento na América Latina e em outras partes do mundo. *Politicamente* é, certamente, uma importante contribuição para a Psicologia Política latino-americana, por sistematizar discussões temáticas, proposições teóricas e metodológicas, referenciais e resultados de pesquisa. Algo que demonstra a maturidade acadêmica da Equipo de Psicología Política da UNC e seu importante papel para o desenvolvimento da Psicologia Política na América Latina.

Referências

- Brussino, Silvina (Org.). (2017). *Políticamente: contribuciones desde la Psicología Política en Argentina*. CONICET. https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/4910/politicamente-Brussino_2017.pdf?sequence=4&isAllowed=y
- Brussino, Silvina, Rabbia, Hugo H., & Imhoff, Débora (2010). Psicología Política na Argentina: um percorrido pela história de uma disciplina emergente. *Revista Psicologia Política*, 10(20), 199-213. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n20/v10n20a02.pdf>
- Dorna, Alexandre (2013). Dossier: la psychologie politique en Amérique Latine.
- Cahiers de Psychologie Politique*, 22. <http://lodel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=2293>
- Hur, Domenico U. & Lacerda, Fernando (Orgs.). (2016). *Psicología Política Crítica: Insurgências na América Latina*. Editora Alínea.
- Jost, John T. (2006). The End of the End of Ideology. *American Psychologist*, 61(7), 651-670. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.61.7.651>
- Magaña, Irene, Dorna, Alexandre, & Torres, Iván. (Eds.). (2016). *Contribuciones de la Psicología Política en América Latina: Contextos y escenarios actuales*. RIL Editores.
- Monroe, Kristen R. (1996). *The Hearts of Altruism: perceptions of a common humanity*. Princeton University Press.
- Sandoval, Salvador A. M., Hur, Domenico U., & Dantas, Bruna S. A. (Orgs.). (2014). *Psicología Política: temas atuais de investigação*. Editora Alínea.
- Sidanius, Jim & Pratto, Felicia (1999). *Social Dominance Theory: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge University Press.
- Silva, Alessandro S. & Corrêa, Felipe (Orgs.). (2015). *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política*. Editora Prismas.
- Silva, Alessandro S. & Pezzia, Augustín E. (2012). A Psicología Política na Ibero-Latino-América: avanços e desafios de um campo emergente. *Revista Psicología Política*, 12(25), 401-407. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a03.pdf>

Recebido em: 08/10/2019
Aprovado em: 03/10/2021